FRANCISCO GOMES DA SILVA

ITACOATIARA

ROTEIRO DE UMA CIDADE

Igreja Matriz de Itacoatiara

2ª Edição
revista e ampliada

Francisco Gomes da Silva

Itacoatiara. Roteiro de uma cidade

2ª edição revista e ampliada

Capa e diagramação: **Jansen Mauro Gomes Lopes**

Ficha Catalográfica
SILVA, Francisco Gomes da, 1945
Itacoatiara. Roteiro de uma cidade - 2ª edição
Francisco Gomes da Silva
Manaus - Imprensa Oficial do Estado doAmazonas, 1997.
316 páginas - 13 ilustrações / fotografias
1. Amazonas - História; 2. Amazônia - História
CDU 981.13 História do Amazonas.

Agradecimentos:
Ao prefeito de Itacoatiara **Miron Osmário Fogaça**
que patrocinou a publicação desta obra.

Homenagem do Autor ao
prefeito **Miron Osmário Fogaça,**
cuja chegada à Prefeitura de Itacoatiara
reacendeu as esperanças do nosso povo num
futuro pleno de paz e de progresso.

Aos ilustres compatrícios.

Agenor Corrêa Prado,
Francisco Ferreira Athayde,
Manoel Cândido de Lima,
Paulo Pedraça Sampaio e
Paulo Roberto Vital de Menezes

À memória de
minhas primeiras professoras
Raimunda Auzier Moreira (dona **Diquinha**),
Maria José Ferreira Athayde (dona **Zezé**),
Cleide Rattes de Oliveira,
Mirtes Rosa Mendes Mendonça Lima e
Amazonina Teixeira.

Gratidão
às distintas mestras
Maria Ivone Araújo Leite,
Maria Haidée Valdez Chacon de Almeida e
Irene Frias de Oliveira,
que também participaram da
minha primeira formação escolar.

Em memória do
cidadão exemplar e
amigo generoso
Albertino dos Santos Lopes.

ÍNDICE

Prefácio à 1ª edição..... pág. 16

Esclarecimentos..... 18

Capítulo I

Antecedentes..... 35

Capítulo II

Origem, fundação e transladação..... 45

Capítulo III

A vila de Serpa e a guerra da Cabanagem... ..60

Capítulo IV

Sob o pálio de Nossa Senhora do Rosário.. 99

Capítulo V

Graduação à cidade. A Comarca.....140

Capítulo VI

Cronologia dos administradores municipais.. 162

Capítulo VII

Batalha naval.....192

Capítulo VIII

Aspectos físicos e demográficos.....208

Capítulo IX

Hidrografia. Transportes e comunicações.....222

Capítulo X

Dados econômicos, sociais e políticos. Alguns números urbanos e rurais.....242

Capítulo XI

A cidade. Perspectivas municipais.....292

Bibliografia.....309

Itacoatiara. Roteiro de uma cidade

Prefácio
(à 1° edição)

ESTE É UM PEQUENO LIVRO de um moço que estréia nas letras regionais com uma vitalidade que precisa ser assistida e louvada. Não busquem os que o lerem, nestas páginas, um historiador ou um ensaísta cheio de maturidade, vendo o passado no que ele possui de maior por fatos, homens e datas, e deles indicando o fundamental das raízes da terra e de sociedade que nela se venha realizando. O que é preciso encontrar aqui é o esforço admirável de um menino que, ao invés de lançar-se às aventuras naturais da idade (19 anos), preocupa-se com a lição de ontem, ama sua gente, orgulha-se dela, serve-a desde agora e com um ímpeto, com uma grandeza a que ninguém pode ficar indiferente.

Admirável, confesso, nesse particular, o que estou descobrindo no Amazonas, - energias adormecidas, inteligências ignoradas, mocidade estuante do desejo de multiplicar-se realizando-se pela ação criadora do espírito.

É o caso do jovem Francisco Gomes da Silva com a sua tentativa de compreensão histórica, do papel da velha Serpa na vida do Amazonas. Com os carinhos, a devoção de filho amantíssimo, percorreu os dois séculos da vivência de Itacoatiara para relembrá-los com a paixão que o envolveu e o fez, de menino, escritor que principia. É de registrar e insistir que se trata de produção em flor, de quem podia estar entregue às distrações que a idade explica, mas preferiu pensar em termos de maturidade, senão envelhecendo cedo, pelo menos assumindo uma atitude que o revela num caminho diferente e numa compreensão cívica de suas obrigações para com a coletividade,

a que se dispôs servir com tanta decisão e tanta dignidade.

A história de Itacoatiara, evidentemente, como núcleo municipal, não está aqui em toda sua plenitude, mas em flagrantes, em aspectos, em momentos significativos. O jovem autor não enfrentou os arquivos para deles extrair o documentário que lhe permitiria a obra densa, farta, rica de episódios e de lições. Sua intenção, plenamente alcançada, foi muito menos ousada. Seu livro, por isso mesmo, é apenas um livro que amanhã alcançará, ampliado, a grande categoria de ensaio biográfico da cidade onde nasceu. Na humildade que o distingue, é já uma vitória.

O Governo do Estado, ao editar "Itacoatiara. Roteiro de uma cidade", na nova série que inaugura e visa proporcionar oportunidade aos que despontam, alentando-os e revelando-os, serviu a esse ideal, na execução do qual pretende assegurar condições às gerações amazonenses que se lançam à aventura do espírito.

Manaus, setembro de 1965.

ARTHUR CÉZAR FERREIRA REIS.

Esclarecimentos.

O HISTÓRICO DO LAPSO DE TEMPO ligeiramente decorrido antes, durante e após o lançamento da primeira edição deste livro se confunde com a narrativa de interessantes pedaços da minha vida. E da de outras pessoas, algumas intimamente ligadas a Itacoatiara, a maioria participante daquela fase marcante da história cultural do Amazonas.

Ano de 1963. Cidade boa para se viver, a pequenina Itacoatiara, embora já alcançando o final do extrativismo, ainda recebia muitos navios ingleses e americanos, saídos de seu por-to abarrotados de borracha, sernambí, castanha, cacau, cumaru, essência de pau-rosa, madeira, sorva, juta, peles e couros diversos. A lamparina, o fogão a lenha e o rádio a bateria estavam em plena voga. Geladeira era artigo de luxo e aquele que possuísse uma bicicleta era muito festejado. A mão-de-obra local era ocupada em serrarias, juteiras e casas comerciais, impedindo o êxodo de pessoas para Manaus, problema que mais tarde se revelaria preocupante.

À época, o futebol amador se cobria de glórias: para jogar em Manaus recentemente haviam se transferido os craques locais: Abílio, Dunga, Farofa e Pombo (Rio Negro), Valdir (Fast Clube), Holanda (Nacional e Fast) e Valdomiro (Nacional).[1]

---

[1] A contratação desses jogadores pelos clubes de Manaus no início da década de 1960, repetiria o sucesso do futebol apresentado nos idos de 1940/50, nos gramados da capital, pelos grandes craques itacoatiarenses Pequenino, Tangará e os irmãos Luiz, Benjamin e Paulo Onety que, inclusive, integraram a seleção amazonense de futebol. À nível local, sob a coordenação da LIDA - Liga Itacoatiarense de Desportos Atléticos, as equipes do Atlético Brasil Clube, Náutico Esporte Clube, Penarol Atlético Clube, Associação Esportiva Rodoviária e Rio Negro Futebol Clube

A vida social dos jovens era marcada pela adversidade: as salas de dança dos clubes chamados da "elite", Amazonas e Botafogo, se destinavam exclusivamente aos membros das famílias da "frente", alusão aos endinheirados da cidade; enquanto que as moças e rapazes da classe média, proibidos de freqüentar os primeiros, dançavam nos recintos do Luso, Brasil, Penarol, Comercial e Náutico. Essa discriminadora rivalidade em parte respondia pela ordem e sucesso das festas dançantes da época, principalmente por ocasião do carnaval.

Por outro lado, ao receber os dançarinos, as boates "Ponto Chic" e "Rio Negro" (ou Lelé) faziam-lhes exigências absurdas, chegando a segunda ao exagero de pedir prova de virgindade às moças que ingressavam em seus salões. Diferentemente da boate "Aparecida", no bairro da Colônia, que não colocava obstáculos a quaisquer de seus freqüentadores.

Afora os clubes dançantes, ao tempo a sociedade itacoatiarense valia-se do charme de freqüentar as casas de cinema: cine Teatro Cinco Unidos e Cine Geny. Sem falar dos **pic-nics** domingueiros levando muita gente aos banhos do "Campo do Osório", Cacáia, igarapés da Boemia, na fazenda do ex-prefeito Acácio Leite (1913-1982), do Doca, na fazenda Rattes, e do Ventura, no aterro da AM-010. O igarapé da Prainha, reduto das festas licenciosas, dos bacanais, estava proibido aos filhos-famílias. Os jovens de menor idade, além das "peladas" de futebol realizadas nos campos do "Arranca-unha", Amazonas Futebol Clube, praça da Matriz, Jauary e Caixa d'água, se divertiam enfrentando as **sanguessugas** e **arraias** que proliferavam

---

levavam multidões ao Estádio Municipal "General Eurico Gaspar Dutra". O esporte de quadra, restrito aos rapazes do centro, era orientado pelo CRI - Centro Recreativo Itacoatiarense.

nos banhos dos igapós "da Cruz" e "da Diosa".[2]

Aos domingos, previamente anunciada pelo registro sonoro do relógio ou dos sinos da Matriz, o povo católico assistia à santa missa rezada pelos padres canadenses recém-chegados de Scarboro. E, a pelo menos seiscentos metros dali, três dezenas - se tanto - de adeptos da única igreja batista, assistiam comovidos às imprecações bíblicas do eficiente pastor Darciso Medeiros.

Bons momentos aqueles em que a regra era o caráter reto e a exceção, a safadeza. Pois foi nesse mundo pequeno, alegre e descontraído de Itacoatiara que aconteceram coisas que o tempo não destrói nem a memória esquece.

Ainda estávamos em 1963. Entrincheirados no Grêmio Estudantil "Fernando Ellis Ribeiro", representativo dos ginasianos locais, dezenas de moços idealistas tomamos parte de luta ferrenha a favor da estadualização da Escola Comercial de Itacoatiara.

Nela professaram, dentre outros, os mestres Olga de Morais Rego Figueiredo (1909-1991), Pedro da Silva Costa, Gumercindo Silva, Fernando Paulo Leite (1930-1970), Severino Felisberto de Santana, Agenor Corrêa Prado, Maria de Castro

---

[2]À falta de outras opções de lazer, a garotada de 1950/60 valia-se da distração das "peladas", do "bate-parede", do "jogo de cemitério", este prioritário das mocinhas, e dos banhos nos igapós. Quanta saudade daqueles tem- pos inocentes! À sombra da velha Caixa d'água, próximo ao Cemitério, ou na calçada do prédio do Nicandro, brincava eu, ladeado por queridos companheiros de infância, entre os quais destaco na lembrança: Fernando Chaves, Dinamérico Peixoto, Alberto Vilaça, Francisco "Manga", Bernardo Almeida, Pedro Fernandes, Miguel Rebelo, Raimundo Simões, Hélio Alves, Carlos Verçosa, Edson Benchimol, Cléber e Paulo Pereira, Geny Pomar, "Linda", filha de Preto Trovoada e "Lica", filha do velho João Balby. Marcaram época, entre nós, o time do Botafoguinho e o boi-bumbá "Mina de Ouro".

Rebouças, Yeda Maria Auzier, Oldemar Dionir Alves Pereira, Carlyle Leitarg Sandoval, padre Francisco da Silveira Pinto (1930-1996), Galdino Girão de Alencar, Maria Rita de Souza Carneiro (1932-1991), Lineu Raimundo Borsa Lima, Aladyr Antunes Auzier, Hemir Figueiredo de Menezes e Lia Maria Alves de Vasconcellos Araújo.

O movimento estudantil ganhou a simpatia do povo e sensibilizou o governador Plínio Ramos Coelho (governou em 1955-1959 e 1963-1964) que, através do decreto nº 57, de 14 de março de 1963, enquadrou a Escola no rol das oficiais com o nome de Ginásio Comercial de Itacoatiara. Mais tarde, por indicação do deputado João Valério de Oliveira (1928-1973), a Assembléia Legislativa mudou essa denominação para Ginásio Comercial "Deputado Vital de Mendonça", homenageando-se a Antônio Vital de Mendonça (1925-1955), carinhosamente conhecido por "Quitó", que havia, menos de uma década atrás, morrido em desastre de aviação, tornando-se o mártir da rodovia Manaus-Itacoatiara.

A estadualização vinha coroar uma luta envolvendo a comunidade inteira, desde a criação do estabelecimento, a 4 de agosto de 1952, pondo fim a um período de incertezas e dificuldades, afastando de vez as sucessivas crises que colocaram em risco o trabalho de professores e estudantes e até a sobrevivência da Escola.

Enquanto isso, junto à Inspetoria local do IBGE, na Prefeitura Municipal e em contatos com idosos, colhia eu informações e rabiscava apontamentos sobre a história de Itacoatiara. Ao mesmo tempo, empanturrado de textos **nacionalistas** colhidos nos livros de Gondim da Fonseca[3], ao

[3] Brasil versus Bolívia, O acordo de Roboré e O petróleo é nosso, foram alguns dos livros de Gondim da Fonseca degustados pela juventude

lado de Paulo Figueiredo, Raimundo Silva, Francisco Nazaré e outros, promovia atos públicos em defesa do mandato do presidente João Goulart (1918-1976) e das chamadas "reformas de base". Repetíamos, aqui, os movimentos idealistas levados a efeito pela juventude do centro-sul do Brasil, defenestrando o **imperialismo norte-americano !**

O golpe militar de 1964, depondo e exilando o presidente Goulart e decretando a cassação do governador Plínio Ramos Coelho, além de cercear os direitos civis, encheu-nos a todos de pavor. No mês de junho foi designado para governar o Amazonas o amazonólogo Arthur Cézar Ferreira Reis (1906-1993; governou em 1964-1967).

Recém-saído dos dezoito anos de idade, conheci Arthur Cézar Ferreira Reis em dezembro de 1964. Acompanhado do secretário estadual de Educação, José Lindoso (1921-1993; governou o Amazonas em 1979-1982), ele viera a Itacoatiara presidir à colação de grau da turma de auxiliares de escritório do Ginásio Comercial. Acontecia, então, a "formatura" da minha turma "Pelo bem do Brasil". Ao encerrar a cerimônia, o governador, em tom quase paternal, teceu elogios ao orador oficial, justamente eu que proferi um discurso de conteúdo um tanto forte, eivado de citações de autores progressistas, próprio de um "reformador do mundo".

Para dar prosseguimento aos estudos, no início do ano seguinte me desloquei à capital do Amazonas. Doloroso foi o momento da partida. Estabelecido na segunda classe do

---

itacoatiarense naquele período cultural e político marcante da história brasileira. Em Manaus, a UESA - União dos Estudantes Secundaristas do Amazonas, ao tempo dirigida pelo parintinense Alfredo Santana, liderava a luta estudantil pró-reformas. Representando a minha cidade, participei de alguns congressos realizados por essa entidade estudantil, inclusive um deles aconteceu em Itacoatiara (agosto/1963).

navio/motor "Itapuranga"[4], para onde meu pai conduzira minha pesada mala de madeira, vi mamãe, aos prantos, postada em frente à ex-serraria de Antônio de Araújo Costa (1888-1971; prefeito em 1948-1952), fazer-me um aceno que significava ao mesmo tempo um voto de boa viagem e uma súplica para que eu não partisse. Aquela cena ficou gravada perenemente na minha retina e, ainda hoje, quando me lembro dela me emociono.[5]

Em Manaus, o destino iria me reservar gratas e emocionantes surpresas.[6]

No começo de minha estadia na capital amazonense, experimentei no matutino "A Crítica", a atividade de repórter

---

[4] O navio/motor "Itapuranga", da empresa Ademar Mendes Pacheco, fazia a linha entre Manaus e Itacoatiara, levando daqui, ao meio-dia de quartas-feiras e sábados, cargas e passageiros; ao amanhecer do dia seguinte, aportava em Manaus, defronte ao Mercado Adolpho Lisboa. Seu retorno da capital para Itacoatiara dava-se às terças e sextas-feiras. A primeira classe desse "motor de linha" ficava no seu passadiço superior, e a segunda, no inferior. Rivalizando com o "Itapuranga", o navio/motor "Luiz XV" fazia a mesma linha, deixando Itacoatiara às terças e sextas-feiras. Após a inauguração da rodovia "Vital de Mendonça", o sistema de transporte fluvial exclusivo entre as duas cidades passou a definhar.

[5] Não sei se os sentimentos de família mudaram, mas a verdade é que não se fazem mais pais, mães e filhos como no passado. Pedro e Olívia Gomes fizeram nascer e criaram 5 filhos homens e 7 mulheres, tendo lhes transmitido ensinamentos pautados no senso da responsabilidade, respeito, amor e solidariedade. A morte de ambos deixou em seus descendentes um enorme vazio. Quando de seu sepultamento, distante um do outro quase vinte anos (aos 56 anos de idade, mamãe morreu em 27.08.71 e, aos 86 anos, papai em 22.03.91), à porta de seu jazigo, em discursos tocantes marcados por gemidos de dor e de saudades, enaltecí-lhes a figura humilde e honrada e agradecí o exemplo de caráter puro e de sinceras virtudes que legaram a seus filhos, mercê da luta sacrificada que empreenderam em vida.

[6] Embora natural de Itacoatiara, muito da minha formação devo a Manaus.

policial.[7] Diariamente, eu me deslocava à Central de Polícia, na rua Marechal Deodoro, tirando anotações de seu livro de ocorrências para transformá-las em notícias, a fim de inserir na página policial desse jornal. Mal remunerado, porém, dali saí para procurar novo trabalho.

Em seguida, iniciei a trabalhar no escritório de J. G. Araújo & Cia., enquanto à noite cursava o Pedagógico (magistério) no Instituto de Educação do Amazonas. Para aprofundar minhas anotações sobre Itacoatiara, nas horas vagas de serviço me dirigia à Biblioteca Estadual e ao INPA, então sediado na rua Guilherme Moreira. A direção da antiga Escola Normal era exercida pela professora Neuza Ferreira (1910-1971) e à frente do INPA estava o cientista Djalma Batista (1916-1979).

Despossuída das mazelas, dos riscos e do burburinho depois trazidos pela Zona Franca, a Manaus daquela época ainda permitia que se dormisse de janelas escancaradas. Pacata, despretensiosa, seus principais e mais famosos edifícios eram o IAPETC e o Hotel Amazonas. De ruas arborizadas e trânsito fácil, a capital amazonense oferecia a seus habitantes alguns pontos aprazíveis marcados pela singeleza: o aviaquário da praça da Matriz, os jardins da Polícia e da praça General Osório, o parque aquático "10 de Novembro", a Vila Municipal, o balneário do Tarumã, o aeroporto de Ponta Pelada e as catraias que propiciavam bons passeios nos igarapés periféricos. Os lupanares "La Hoje" e "Angelus", distantes, faziam a cabeça e esvaziavam os bolsos dos aficionados em bebidas e mulheres.

---

[7] Longe de ser a potência que é hoje, o jornal "A Crítica" tinha sua redação e oficinas gráficas sediadas no andar térreo do prédio onde morava a família de seu diretor Umberto Calderaro Filho (1927-1995), à rua Lobo D'Almada. Seu redator-chefe era o jornalista Aluísio Sampaio.

Valia a pena, aos domingos, assistir-se ao bom futebol n Parque Amazonense, onde pontificavam os craques Edson Piola, pelo Fast Clube; Rolinha, pelo Nacional; Marialvo, pelo Rio Negro; e Santarém, pelo São Raimundo. Diversas salas de cinema, distribuídas pela cidade, proporcionavam a seus habitantes a projeção de excelentes filmes; concorridos bailes dançantes eram realizados com freqüência nos clubes do centro e da Cachoeirinha, São Raimundo e Educandos.

Mesmo a despeito da inexistência de televisão e de possuir somente três jornais ("A Crítica", "Jornal do Comércio" e "O Jornal") e três emissoras de rádio (Difusora, Rio-Mar e Baré), medidos os padrões da época, Manaus movimentava uma intensa atividade cultural e artística.

Nas noites de sábado, timidamente, eu tomava parte de reuniões culturais ao lado de Elson Farias, Luiz Bacelar, Carlos Gomes, Adrino Aragão, José Barros de Carvalho, João Valério, Francisco Vasconcelos, Ildefonso Pinheiro (1900-1979), Afrânio de Castro (1931-1981), Junot Carlos Frederico, João Rebello Corrêa (1893-1973), Roberto Jansen, Padre Raimundo Nonato Pinheiro (1922-1994), Aníbal Beça e tantos outros. Pouco tempo depois, já me oportunizavam o ingresso nos quadros da UBE e do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas.

Morando no beco São Domingos, no bairro da Matinha, em casa de Alarico-Dulce Campos, de quando em vez trocava idéias com um vizinho ilustre, o escritor Aurélio Andrade. Originário de Barreirinha, suas histórias me enchiam de curiosidade e ele me queria bem.

Pois, mantendo Aurélio Andrade estreitas ligações com o Palácio Rio Negro, logo chegou ao conhecimento do governador que "um menino do interior" estava elaborando um trabalho sobre a sua terra, Itacoatiara.

Arthur Cézar Ferreira Reis havia se transformado no grande mecenas do Amazonas. Não olhando cores partidárias e beneficiando até elementos malvistos pela ditadura que representava, criou as "Edições Governo do Estado do Amazonas", distribuídas por variadas séries, responsável pela divulgação de centenas de trabalhos literários, especialmente enfocando a temática amazônica.

Levado à presença do grande historiador e sociólogo, e instado a apresentar-lhe imediatamente os originais de meu "livro" - na verdade simples rabiscos manuscritos - que logo os manuseou, naquele momento entre nós surgiu uma respeitosa e fortalecida amizade. Tanto que, contrariando um sentimento misantrópico inato, participei de alguns jantares na residência governamental, nos altos do Palácio Rodoviário, sendo algumas vezes conduzido em carro oficial, ao lado do governador e sua digna esposa dona Graziela, a conferências e concertos que ao tempo se realizavam em profusão em Manaus.

A consideração a mim votada, desde aquele primeiro momento, também estendeu-se a meus pais: nossa casa de Itacoatiara, na Avenida 15 de Novembro, 585, construída em madeira surrada, coberta de telha e cavacos, há anos atrás saída do chão batido para o assoalhado de tábuas, foi algumas vezes visitada pelo casal Arthur Cézar Ferreira Reis.

Pois bem: após o manuseio da primeira versão deste livro, o governador manteve comigo alguma conversação e, citando o próprio exemplo de haver publicado a sua "História do Amazonas", em 1931, com somente vinte anos de idade, me estimulou a prosseguir nos estudos e pesquisas sobre assuntos históricos. Finalmente, enviou os originais à casa impressora Sérgio Cardoso & Cia., prometendo lançá-lo em minha cidade na data programada para a inauguração da estrada ligando Itacoa-

tiara a Manaus: 5 de setembro de 1965.[8]

Transcorria, exatamente, maio de 1965 e, no mês seguinte, me desliguei da firma J. G. Araújo & Cia., dando ingresso na Fundação SESP[9], nomeado como escriturário de sua Diretoria Regional de Engenharia, após seleção em concorrido concurso público de provas.

Originariamente, pensei em dar a este livro o título de **Flagrantes de Itacoatiara.** Todavia, rendido aos argumentos de Arthur Cézar Ferreira Reis, aduzindo que melhor ficaria **Itacoatiara. Roteiro de uma cidade,** aos dezenove anos de idade, emocionado, vi concretizar-se o seu lançamento, como

---

[8] A ilustração do livro foi encomendada ao artista plástico Afrânio de Castro. Quanto à construção da Estrada Manaus-Itacoatiara, esta foi iniciada no primeiro governo Plínio Coelho (1955-1959), passou todo o primeiro governo Gilberto Mestrinho (1959-1963), prosseguindo até a cassação do segundo mandato do governador Plínio Coelho (1963/1964). As obras foram retomadas, em rítmo célere, pelo governador Arthur Cézar Ferreira Reis, que efe- tivou a ligação entre as duas cidades. A festa de inauguração dessa pioneira rodovia, marcada por grande pompa, ocorreu em 5 de setembro de 1965. Originariamente, sua extensão media 286 quilometros. No governo Henoch Reis (1975-1979), o curso da estrada sofreu modificações e, sendo retiradas muitas de suas curvas, seu trajeto foi reduzido a 266 quilometros. Projetada como Estrada AM-010, quando inaugurada foi batizada de "Torquato Tapajós", em homenagem ao engenheiro amazonense que a idealizou. Porém, gra-ças a projeto apresentado (1980) pelo deputado estadual Paulo Sampaio (MDB-Itacoatiara), atualmente leva o nome de rodovia "Vital de Mendonça".

[9] Nascido em decorrência dos chamados Acordos de Washington de 1942, o antigo SESP - Serviço Especial de Saúde Pública foi transformado em Fundação Serviços de Saúde Pública (FSESP) no início do governo Juscelino Kubitschek (1902-1976). Quando de meu ingresso nessa instituição, em 1965, funcionavam no Amazonas as Diretorias Regionais de Saúde e de Engenharia Sanitária. Muito da minha experiência de vida aprendí na Fundação SESP, que atualmente se denomina Fundação Nacional de Saúde - FNS.

prometera o saudoso mecenas, realmente a 5 de setembro de 1965. E, como que para completar a festa, estando inserido no rol das comemorações daquele dia festivo, o livro foi lançado justamente em Itacoatiara. Hoje, distante daquele momento, extremamente reconhecido, sinto que o gesto generoso do grande amazonólogo, antes de um louvor ao meu esforço, caracterizou uma homenagem à minha cidade e ao meu povo.

Autor de uma vasta bibliografia conhecida no mundo inteiro, o professor-governador Arthur Cézar Ferreira Reis foi um homem extraordinário, de grande visão e lucidez. Incumbido pela ditadura militar de silenciar seus irmãos amazonenses, na verdade, investiu fortemente na propagação da cultura, assegurando condições a muitas gerações que se lançaram à aventura do espírito, e apoiou os movimentos de vanguarda.

O professor Renan Freitas Pinto, com justiça, realça a importante contribuição dada pelo grande amazonólogo à construção do pensamento brasileiro sobre a Amazônia, "não apenas como historiador, mas como um de seus autores fundamentais", que realizou "o mais amplo e completo levantamento das fontes históricas" regionais. "Sua obra, na verdade, é um grande roteiro para futuras pesquisas (...) representa um momento privilegiado e rico do pensamento social sobre a Amazônia".[10]

Após propiciar a ligação rodoviária entre Manaus e Itacoatiara, Arthur Cézar Ferreira Reis vinha periodicamente a esta cidade. Pena que o prefeito da época não soube tirar proveito da alta consideração que ele devotou à nossa terra.

Mesmo a despeito da inapetência administrativa de

---

[10] Cf. Renan Freitas Pinto, in "Arthur Reis, Identificação e revelação das fontes", artigo inserido em o jornal A Crítica, Manaus, 16.01.1997.

Galdino Girão de Alencar (prefeito em 1964-1967), o governo Arthur Cézar Ferreira Reis construiu obras de relevo em Itacoatiara: os prédios do ginásio "Deputado Vital de Mendonça", fórum de Justiça, usina termelétrica[11], grupos escolares "Mendonça Furtado", "Fernando Ellis Ribeiro" e "Ozório Fonseca", além da Casa de Cultura. Ainda investiu na ampliação das redes de abastecimento d'água e de fornecimento de luz, manutenção e funcionamento da então maternidade "Senador Cunha Melo", instalação dos serviços de telefonia urbana[12], reciclagem dos professores leigos do ensino primário e implantação do curso de habilitação para o magistério de 1ª a 4ª séries do 1º grau no Colégio N. S. do Rosário de Fátima.

Desaparecido em 1993, o professor Arthur Cézar Ferreira Reis algum dia vai merecer a homenagem pública dos itacoatiarenses, talvez como patrono de uma rua, um prédio ou uma praça. Mas, enquanto a homenagem oficial não vem, rendo-lhe a minha imorredoura gratidão e dedico ao grande mestre e insigne historiógrafo a reedição desta obra.

Após 1965, tomei outros rumos nem sempre convergentes com aqueles trilhados por alguns contemporâneos meus. Mas, portador de uma vocação telúrica irresistível, acabada, assimilei o caminho de volta e jamais me afastei de

---

[11] A cargo da CELETRAMAZON - Centrais Elétricas do Amazonas, atual CEAM - Companhia Energética do Amazonas.

[12] Os serviços de telefonia urbana em Itacoatiara iniciaram em julho de 1962, por concessão do prefeito Acácio Leite à empresa Telefones da Amazônia, S.A. Propriedade de Robert Philipe Daou, seu diretor foi o itacoatiarense Edson Vital de Mendonça. Por cerca de 5 anos funcionou paralelamente aos serviços testados pela CAMTEL - Cia. de Telecomunicações do Amazonas (hoje Telamazon), estatal criada no governo Plínio Coelho, porém instalada no de Arthur Cézar Ferreira Reis. Mais tarde, o governador Danilo Areosa (1921-1983; gestão em 1967-1971) faria funcionar o telefone interurbano.

Itacoatiara.

Hoje, decorridos mais de três décadas da minha estréia nas letras regionais, plenamente ombreado com os poucos conterrâneos que lutam para evitar que nossa terra venha a sossobrar, caindo no vazio do esquecimento, eis-me aqui de volta com redobrado entusiasmo, desenvolvendo mais um trabalho de divulgação das coisas de Itacoatiara.

Trabalho destinado a marcar a comemoração de eventos histórico-sociais, repetimos que o primeiro lançamento deste **Itacoatiara. Roteiro de uma cidade** foi consagrado à inauguração da rodovia "Vital de Mendonça". Neste momento, transcorridos quase trinta e dois anos daquele momento, recebendo o patrocínio do ilustre prefeito Miron Osmário Fogaça, o livro reaparece, em edição revista e ampliada, para ser lançado no dia em que comemoramos o centésimo vigésimo terceiro aniversário da elevação da vila de Nossa Senhora do Rosário de Serpa ao foral de cidade.

Deixando de representar "uma obra densa, farta, rica de episódios e de lições", senão despida da "categoria de ensaio biográfico da cidade", como previra o prefácio do professor Arthur Cézar Ferreira Reis, a este acostado, certos capítulos da sua edição original foram retirados, outros ampliados e/ou melhor sistematizados. Embora, nos esforçamos para que, de forma geral, o conteúdo deste livro ficasse mais compreensivo e melhor adaptado ao seu contexto, facilitando a consulta de quem quer que se abalance ao trabalho de lê-lo .

Ademais, suas páginas vão ilustradas com algumas fotografias aludindo a pessoas e coisas itacoatiarenses, do passado e do presente. Juntamos, ainda, dois **croquis** espelhando o que foi o espaço urbano da vila, em 1850, e da

cidade, em 1874, além de uma planta topográfica sua mais recente.

Os planos deste trabalho são os mesmos que têm orientado todos os outros por mim já trazidos a lume: homenagear os construtores do nosso passado e valorizar a memória itacoatiarense. Objetivos que, alcançados, me sensibilizarão a continuar produzindo em favor do torrão que me serviu de berço.

ITACOATIARA, 25 de abril de 1997; 342° da primeira Missão, 238° do estabelecimento do Povoado à margem do rio Amazonas, 238° da criação da Vila, 163° da extinção do foral, 139° da restauração municipal, 123° da elevação à Cidade, e 120° da instalação da Comarca .

Francisco Gomes da Silva.

Capítulo I

Antecedentes.

A ORGANIZAÇÃO ESTATAL NA AMAZÔNIA, marcando definitivamente a ocupação dos portugueses nesta região, começou em 1616 com o estabelecimento, pelo capitão-mor Francisco Caldeira de Castelo Branco (1573?-1619), do forte do Presépio, raiz da atual cidade de Belém, capital do Pará. Cinco anos mais tarde, o gesto daquele sertanista seria ratificado por Filipe III (1578-1625), criando a Capitania do Maranhão e Grão-Pará, desmembrada do Estado do Brasil e subordinada diretamente à metrópole.

Reagindo à invasão de outros europeus, Castelo Branco e seus sucessores entram em conflito contra ingleses, holandeses, irlandeses e franceses, e os expulsam da região. A partir de 1625 os portugueses se tornaram os ocupantes incontestáveis da Amazônia.

Logo a seguir, várias expedições passaram a incursionar pelo interior, multiplicando os choques contra os naturais da Amazônia: os anos despreocupados dos povos indígenas tinham chegado ao fim.

A mais importante das expedições que demandaram o ocidente amazônico, a cargo do bandeirante Pedro Teixeira (1587-1641), saiu do Pará a 26 de outubro de 1637. Compunham-na mais de duas mil pessoas, entre oficiais, práticos, guias, religiosos, índios flecheiros e escravos. As canoas em que navegaram subiam a quarenta e sete, movidas a vinte remos cada uma. Dela tomavam parte, inclusive, o coronel brasileiro Bento Rodrigues de Oliveira, que vinha em substituição ao mestre de campo Antônio de Azambuja, que não quis seguir, o sargento-mor Felipe de Barros Cotrim, os capitães de infantaria Pedro da

Costa Favela[1] e Pedro Baião de Abreu, o sertanista Bento da Costa, o padre Agostinho das Chagas e o capelão frei Domingos de Brieba.

Deslocando-se penosamente sobre o imenso rio, os expedicionários fizeram muitas paradas, e Pedro Teixeira pôde notar o desânimo daquela gente e a fuga de muitos índios remeiros. A 24 de junho de 1638 a expedição chegou à primeira povoação castelhana, da jurisdição de Quito - Payamino - e um pouco mais tarde aportou à capital equatoriana, onde seus membros foram recebidos com aclamações pelo povo e pela nobreza. À noite, em recepção festosa, a Câmara da Real Audiência lhes prestou carinhosa homenagem.

A baixada começou a 10 de fevereiro de 1639. Cumprindo instruções de seu regimento, a 16 de agosto, na embocadura do rio Napo com o Aguarico, Pedro Teixeira fundou a povoação de Franciscana, que ia servir de baliza aos domínios de Portugal e Espanha. Finalmente, a expedição alcançou Belém a 12 de dezembro de 1639.

A viagem de Pedro Teixeira tornou melhor conhecido o trecho entre os Andes e o Atlântico, abrindo a possibilidade de outras penetrações na área. Do ponto de vista geográfico-político desprezou a orientação do Tratado de Tordesilhas (1494), que pusera a região sob jurisdição espanhola, e alargou

---

[1] Nesse momento, Favela dava início ao seu instinto sanguinolento e bárbaro, assinalando em ferro e fogo a sua presença na Amazônia: na embocadura do Aguarico (1639) passou pelas armas os índios Encabelados, incendiando-lhes os aldeiamentos. Repetiria o feito em 1663, no rio Urubu: vingando a morte do sargento-mór Antonio Arnau de Vilela, reduziu a cinzas cerca de trezentas malocas, liquidou mais de setecentos índios e aprisionou quatrocentos Caboquenas,Guanavenas e Bararurus da missão de Saracá. Merece o título desabonador de um dos maiores genocidas da história mundial.

as possibilidades de domínio de Portugal.

O sertanista Pedro Teixeira era português do vale do Douro, vila de Cantanhede. Governou a Amazônia por duas vezes (1619 e 1641), deixando o seu nome tão associado à região quanto o de Francisco de Orellana (1511-1546), já que ele foi o primeiro a realizar a viagem pelo rio Amazonas de sua foz até os rincões dos Andes. É provável que em março de 1638 tenha ultrapassado o local onde, cento e vinte anos após, seria erguida a vila de Serpa. O padre Christobal de Acuña (1597-1675) relatou-lhe a viagem com informações preciosas sobre os nativos ribeirinhos.

O devassamento do território do atual Estado do Amazonas começou logo depois da viagem de Pedro Teixeira. Levado a efeito por sertanistas, soldados e missionários, decorria da orientação colonialista de adequar aos interesses do mercantilismo europeu as atividades laborais da região. A produção de alimentos, anteriormente centrada na cultura de subsistência, é logo substituída pela de espécies plantadas intensivamente, tais como cana-de-açúcar, tabaco, algodão e café. De par com isso, expedições saqueavam a floresta, coletando as chamadas **drogas do sertão**: cacau selvagem, cravo, canela, salsaparrilha, baunilha, urucu, anil e óleo de copaíba. Toda essa produção agrícola e a de **drogas** eram transportadas para Portugal, que se firmava como uma grande potência econômica à custa da exploração da natureza e do homem amazônicos.

Abusada era a caça aos índios. Carecendo deles para os serviços agrícolas, industriais, domésticos e de construção civil, os sertanistas reduziam à escravidão quantos encontravam. Assim, "subtraídos à liberdade, carregados aos montões para Belém, os indígenas eram vendidos aos moradores por preço marcado pelo governador e pela Câmara" .

Tirante os que, intimidados pela voracidade dos "brancos", escondiam-se nos altos rios e no centro da floresta, esboçando resistência e oposição armada, os índios saíram em desvantagem no choque violento travado contra os portugueses, repetindo-se, então, a grande catástrofe demográfica que começou no litoral, resultando na aceleração do despovoamento da região da Amazônia.

Arrebanhados pela e para a catequese, muitas tribos passaram a engrossar as missões religiosas. A primeira delas em território amazonense foi estabelecida no ano de 1655 pelo jesuíta Antônio Vieira (1608-1697), na ilha de Aibi[2], junto ao

[2] Segundo a cronica antiga, a ilha de Aibi existiu até cerca de 1680, tendo os astrônomos portugueses lhe levantado a planta. O botânico e antropologista João Barbosa Rodrigues (1842-1909) alude que, nessas proximidades, quando da passagem de Pedro Teixeira, em 1637/1639, o rio Amazonas ainda marginava terras altas desde o Amatary até a bacia dos rios Paru, Muçumini, Jaraqui, Uatá-Pucu e Ponta Grossa, ao norte, onde se agrupavam diversas ilhas, cujas terras hoje servem de baliza aos rios Amatary, Urubu, Anibá e Uatumã, que então desaguavam em pleno Amazonas. Mutações geológicas fizeram as águas decrescer e as ilhas se uniram, separando o rio Amazonas desses tributários. Em 1768, o padre José Monteiro de Noronha (1723-1794) depôs: Na ilha de Aibi "esteve, em outro tempo, fundada uma grande e populosa aldeia administrada pelos religiosos mercedários, e se extinguiu fugindo os índios seus habitantes depois de tirarem a vida ao seu missionário o padre João das Neves, animados de um espírito de rebelião e a impulsos de sua na- tural inconstância na firmeza de sua fidelidade". Seus habitantes, os Aroaquis que se dispersaram até às Antilhas, são mencionados no mapa elaborado em 1691 pelo jesuíta alemão Samuel Fritz (1654-1752),que os grafa Aruhaquis. Interessante lembrar que o padre Fritz esteve visitando a região do rio Urubu em 1689. Da missão de Aibi restaram vestígios: os cerâmeos da necrópole de Miracangüera; no local, antes das mutações geológicas que atingiram aquela área no século XVII, existiu a ilha de Matapí, e nela um cemitério indígena, de que resultou a denominação Miracangüera. Realizando estudos e pesquisas, visitaram-no muitos cientistas, dentre os quais: Domingos Soares Ferreira Pena (1818-1888) e João Barbosa Rodrigues (1842-1909), em 1870; José Lustosa

furo Arauató, pouco acima da atual cidade de Itacoatiara. Habitaram-na os índios **Aroaquis,** pertencentes à grande nação **Aruaque**. Comprovadamente, esses nativos detinham um índice cultural muito elevado. Logo a seguir, é fundada a missão de Amatary, habitada pelos índios **Muras.**[3]

Do final do século XVII para o início do século XVIII, o interior do noroeste amazônico é fortemente penetrado pelos sertanistas portugueses, atraídos tanto pelo enorme potencial de suas riquezas naturais quanto pelo vultoso número de nações de índios nele existentes. Resultam daí as ações de ferro e fogo multiplicando as chacinas e destruição de centenas de tribos indígenas, acentuadamente nos rios Amazonas, Madeira, Negro,

---

Paranaguá (presidente da Província do Amazonas em 1882-1884), em 1882; e Kurt Nimuendaju (1883-1945), em 1925.

[3] Situada acerca de cem quilometros de Itacoatiara, à margem esquerda do Amazonas, a missão de Matary que a grafia portuguesa deturpou para Amatary, foi fundada pelo jesuíta Francisco Veloso. Este, em companhia do padre Manuel Pires, saiu do Maranhão em 22.06.1657 para o Amazonas, logo entrando no rio Negro (1658), passando, ambos, a trabalhar entre os índios Ta-rumás. Era seu superior o padre Francisco Gonçalves (1597-1660). Depois de 1660 essa missão passou a ser dirigida pelos padres Aluízio Portel e José Maria Garzoni, o último italiano, também missionou no rio Negro e foi um dos mais destacados vultos da ordem jesuítica. Amatary é nome tomado de um rio das proximidades. Antes de ser missão, sediou uma grande maloca. Reza a crônica que nas primeiras décadas do século XVIII havia muitas razias entre tribos indígenas. Numa dessas contendas na região do Maturá,os Muras capturaram, "ainda em tenra idade", um índio Juma batizado de Manoel João que, crescendo entre eles, passou ao Amatary, na mesma margem, porém um pouco abaixo do local, onde construiu u'a maloca de que se tornou chefe. Depois de 1744 a missão passou à responsabilidade do mercedário frei José das Chagas, tudo indicando que a sua fundação antecedeu à da missão dos Tarumás, colocando em xeque a tese de Arthur C. F. Reis no sentido de que "esta foi a primeira criada em plena selva, longe do Atlântico".

Urubu e regiões próximas.[4]

Por esse tempo, a economia colonial se expande cada vez mais, exigindo um aumento da força de trabalho no interior da Amazônia. A fuga contínua dos índios já capturados e a resistência armada daqueles ainda não escravizados dificultavam ainda mais o trabalho de recrutamento do braço indígena, determinando uma escassez da mão-de-obra.

Para contornar o problema, Portugal estabeleceu novas normas de arrebanho de índios, presumivelmente não mais sob a forma de escravidão, e transferiu o controle desse recrutamento aos missionários.

---

[4] Comprovadamente, o extenso trecho da margem esquerda do rio Amazonas, compreendido entre os rios Matary (acima de Itacoatiara) e Uatumã (próximo de Urucará), foi habitado por muitas nações indígenas e, igualmente, um dos que mais sofreram com os movimentos genocidas dirigidos pelos invasores europeus. Desde 1660 muitas chacinas ribombaram no território de ou sob influência do atual município de Itacoatiara, sendo trucidados: os Mu-ras, atuando no Madeira, Autazes e Amatary; os Mundurucus e Torás, no Madeira; os Burububús, Guanavenas e Caboquenas, no Urubu e Canaçari; os Pariquis, Anibás e, mais recentemente, os Waimiri-Atroaris, no Jatapu e Tarumã, que tiveram seu universo cultural devassado e destruído, desmontado pela catequese e pela violência das armas. Tirante as chacinas ocasionais, o simples contato com uma cultura estranha contribuiu para o extermínio em massa do indígena, pois deixava-o exposto à contaminação de enfermidades, além do desgaste físico a que esteve sujeito na execução de trabalhos forçados. Em 1977, o etnógrafo norte-americano William Denevan estimou que, antes do contato com o conquistador europeu, somente na área brasileira da Amazônia existiam mais de três milhões e quinhentos mil amazoníndios. Já na segunda década do século XVIII, incluídas as nações arredias, a população amazônica nativa algarismava-se em pouco mais de 600.000 habitantes. Hoje, segundo a FUNAI, no Estado do Amazonas são apenas 89.000 índios. Clama aos céus, mas em menos de cinco séculos o genocídio amazônico superou a cifra recorde de 7.000 indígenas abatidos por ano!

Esse sistema, baseado no Regimento das Missões, baixado em 1686, abrindo forte disputa entre missionários e colonos, perduraria até o governo de Sebastião José de Carvalho e Melo, mais tarde marquês de Pombal (1699-1782), poderoso primeiro ministro do rei dom José I (1714-1777). Este, intervindo duramente na questão, em 1757 retira dos missionários o poder temporal sobre as missões e o controle dos índios, e os expulsa da Amazônia.

(Cf. Silva, 1965 e 1997, Hoonaert e outros, 1992, Cruls, 1958, Loureiro, 1978, Freire e outros, 1991, Souza, 1994, Reis, 1931 e 1948, Batista, 1976, e Noronha, 1856)

CRONOLOGIA DESTE CAPÍTULO

1603 - Baixadas em Portugal as Ordenações Filipinas, instrumento legal que século e meio depois iria normatizar as atribuições e estrutura das câmaras municipais da Amazônia.

1616 - Fundação do forte do Presépio, origem da atual cidade de Belém-Pará.

1621 - Criado o Estado do Maranhão e Grão-Pará que, em 1751, passa a receber o nome de Grão-Pará e Maranhão.

1625 - Os portugueses se tornam os ocupantes incontestáveis da Amazônia.

1637/1639 - Viagem do bandeirante Pedro Teixeira.

1655 - O padre Antônio Vieira funda a missão de Aibi, a primeira em território amazonense.

1657 - Fundação das missões de Amatary, no rio Amazonas, e dos Tarumás, próximo ao rio Negro.

1680 - Início da penetração portuguesa na região do rio Madeira .

1686 - O Regimento das Missões transfere aos missionários o controle da mão-de-obra indígena.

1689 - O padre alemão Samuel Fritz atinge a região do rio Urubu.

1690/1700 - Expansão da economia colonial na Amazônia.

Capítulo II

Origem, fundação e transladação.

POSSIBILITANDO AOS MISSIONÁRIOS a retomada do controle sobre a força de trabalho indígena, o Regimento das Missões deu uma grande ênfase à conversão espiritual dos nativos reunidos em missões. Desse modo, em 1696 os padres jesuítas criam a povoação de Abacaxis, homenageando-se ao tuxaua dos **Mundurucus**, majoritários nesse aldeiamento. Nela havia casa de sobrado, cômoda, e uma famosa igreja, em cujo redor existiam grandes malocas, morando em cada uma cerca de cem pessoas.

Originariamente estabelecida na foz do Maturá (1683), e destruída em razão das investidas dos **Muras** que a incendiaram, a missão foi transferida para a margem direita do Canumã (1691), próximo à confluência deste com o furo Tupinambarana, ou rio Urariá; mais tarde, pelas mesmas razões, seus moradores abandonaram esse lugar, indo se estabelecer junto ao Abacaxis. Ainda estiveram colocados à margem esquerda do rio Madeira, abaixo do furo Tupinambarana.[1]

---

[1] Iniciando com cerca de 500 índios, a missão de Abacaxis foi criada pelo padre João da Silva. O lugar compreendia uma nesga de terra firme, estreita, entre o rio e um lago que ficava à ilharga; terreno sujeito à alagação, a época da vazante ocasionava-lhe doenças e mortandades, motivo porque rareavam os moradores na aldeia e a maior parte deles se espalhava pelas roças construídas nas terras altas da vizinhança. Esse quadro sanitário desfavorável levou o padre João da Silva a pensar em mudá-la para sítio ainda melhor. Em 1743, um surto de bexiga e sarampo, que acometeu a povoação, resultou em um quadro elevado de óbitos, e as continuadas e perigosas investidas dos Muras amadureceram a idéia de mudança, que mais tarde se efetivaria. Discorrendo sobre a "expansão européia na área Tapajós-Madeira", o professor Fran-cisco Jorge dos Santos precisa que os jesuítas "fundaram a missão entre os índios Iruri (1683) na bôca do rio

Em 1720, estando administrando a missão de Santo Antônio, próximo à de Abacaxis, o padre João de Sampaio (1680- 1743) conseguiu aproximação com uma maloca **Mura**. Convencidos a deixarem a floresta e virem morar na missão, pelo que seriam premiados com ferramentas, roupas e alimentos, os índios começaram os preparativos para a mudança, quando apareceu um colono português que, se dizendo emissário do padre Sampaio, embarcou parte deles num bergantim, aprisionando-os e seguindo para Belém, onde os vendeu como escravos. Evidente que os outros **Muras,** ao tomar conhecimento desse ocorrido, passaram a votar ódio mortal aos portugueses. A partir daí, promoveram muitas guerras no Madeira, Autazes, Solimões e médio rio Negro, atacando e destruindo povoações portuguesas.[2]

Maturá. No ano seguinte passaram a assistir os índios Parapixãna, Aripuanãs, Torerizes e Onikorés, provavelmente a partir dessa missão-sede. Em 1691 essa missão é transladada para a aldeia dos Abacaxis, na confluência Madeira-Canumã, mais tarde (1757) foi mudada para a margem esquerda do Madeira". Em 1749, registrando as particularidades do meio físico do Madeira, nela esteve, em diligência, o sertanista José Gonçalves da Fonseca, auxiliado pelo sargento-mór Luis Fagundes Machado. Em 1730, engrossada com os remanescentes da nação dos Torás que escaparam do massacre perpetrado no Madeira pelo genocida João de Matos Guerra, em 1716, o povoado já contava com uma população de 930 habitantes.

[2] Muitas foram as nações indígenas que se dobraram às investidas européias. No território hoje ocupado pelo município de Itacoatiara, os Muras foram os únicos que não se deixaram abater: atacando e destruindo povoações portuguesas, consumiram cerca de cinquenta anos nessa luta, em que foram mortos mais de trinta mil índios contra dez mil colonos. Experientes remadores, possuíam enorme capacidade de deslocamento. Em legítima defesa própria e da posse de seus rios e florestas, resguardavam suas vidas, sua forma de organização social, econômica e religiosa; diante da ação de missionários, colonos e militares, lutavam para proteger suas terras, sua família e seus companheiros. Estereotipados como vilões, decantados como insolentes, preguiçosos e bárbaros, na verdade os Muras respaldavam suas correrias em gestos nobres, patrióticos. Havia uma declarada, covarde intenção dos colonizadores em "limpar" áreas habitadas por grupos

Ano de 1750. Mais de um século havia transcorrido da penetração de Pedro Teixeira, e entraram em cena os negociadores do pacto que objetivava fixar na Amazônia as raias das soberanias de Portugal e Espanha. Nesse ano fora celebrado na capital espanhola o contrato regulamentando as disputas fronteiriças entre as duas coroas e que, ao ser ratificado, recebeu o nome de "Tratado de Madri".

Em Lisboa, o primeiro-ministro marquês de Pombal acabara de implantar um governo forte, marcado pela centralização administrativa. Superando o até então vigente sistema de capitanias hereditárias administradas por donatários sob o regime vitalício, o Estado do Grão-Pará e Maranhão passou a ser dirigido por um capitão-mor governando pelo período que conviesse ao rei. A cidade de Belém passava a sediar o governo, deslocado de São Luiz do Maranhão.

Para colocar em prática a sua política, em 1751 Pombal nomeou governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão a seu meio-irmão capitão-general Francisco Xavier de Mendonça

---

indígenas que impediam a ex-pansão de Portugal. Destemidos, os indígenas se destacavam na defesa do território amazonense contrapondo-se à invasão dos europeus. Por outro lado, o jesuita João de Sampaio, um dos mais experimentados catequistas da Amazônia, para alguns o criador da missão de Maturá, desde 1722 trabalhava no Madeira. Inaugurou sua carreira missionária em Canumã, para onde viera pouco depois de 1712, quando regressou de Portugal, "aonde se fôra ordenar". Fundador da atual cidade de Borba, seu nome ficou imortalizado no lago Sampaio, onde atuou arrebanhando catecúmenos. Na geografia atual, o rio Abacaxis se insere no município de Nova Olinda do Norte, o rio Canumã, em Borba, e o rio Maturá, em Manicoré. Fincados na chamada Mundurucânia, o Abacaxis está à direita do furo Tupinambarana, entre os rios Canumã e Apinquiribó, e o Canumã, à margem direita do Urariá, entre o Abacaxis e o Madeira, comunicando-se através deste com o Maturá. O Abacaxis e o Canumã, até a ocorrência do demembramento do atual município de Nova Olinda do Norte em 1956, pertenceram ao território do município de Itacoatiara.

Furtado (1700-1769), o qual, desde logo, decretou a abolição da escravidão indígena, extinguiu o poder temporal dos missionários sobre os índios e os entregou a diretores civis, fomentou o comércio e a agricultura e reformulou a administração.

Ao mesmo tempo, para cumprir as normas da convenção de limites celebrada em Madrí, os governos de Portugal e Espanha nomearam as autoridades dotadas de plenos poderes para marcar suas fronteiras. A representação portuguesa ficou a cargo de Mendonça Furtado; e a espanhola, sob a direção do diplomata dom José Iturriaga.

Acumulando as funções governamentais e de chefe da comissão de demarcação do norte, o capitão-general Mendonça Furtado, no firme propósito de executar as determinações referentes às delimitações territoriais, deixou Belém a 2.10.1754 em direção à povoação de Mariuá, no rio Negro; mas não fez viagem direta: aproveitando a oportunidade, foi visitando os núcleos situados ao longo do caminho que devia percorrer. Neles, apanhava os mantimentos necessários à subsistência da expedição e o número de braços indígenas precisos para preencher os claros abertos com as sucessivas fugas dos remeiros. A expedição, numerosa, atingindo a 796 pessoas lotadas em 25 embarcações, apesar dessas fugas e paradas, finalmente, a 28.12.1754, alcançou Mariuá.

Até 1755, devidamente instaladas e funcionando como mandava o figurino legislativo, só existiam vilas e lugares na parte oriental da Amazônia. Visando tornar mais efetivo e racional o funcionamento da máquina administrativa e consolidar o controle do território no lado ocidental, Mendonça Furtado sugeriu ao governo de Portugal a divisão da Capitania. Acatada a sua sugestão, pela carta régia de 3.03.1755 é criada a Capitania de São José do Rio Negro subalterna à do Grão-Pará para ser

sediada na vila de Mariuá.[3]

Pela carta régia acima referenciada, Mendonça Furtado devia providenciar a elevação a vila das povoações de Trocano, no Madeira, e São José do Javari, na boca desse rio. Para essa, expediu o sargento-mor Gabriel de Souza Filgueiras (1698-1761). Quanto a Trocano, decidiu ir em pessoa ao lugar. No final de dezembro para lá se dirigiu, e a 1°.01.1756 declarou-a graduada em vila com o nome de Borba, empossando a seguir o corpo de vereadores, escolhidos entre os índios da antiga aldeia. Voltando a Mariuá, ainda ali aguardou, por meses, a chegada dos demarcadores espanhóis.

Todavia, em vão foi a espera e, como a vinda de José Iturriaga e seus prepostos não se efetivasse, a 23 de maio de 1756 Mendonça Furtado regressou a Belém.

A viagem seguinte de Furtado, novamente subindo o Amazonas, viria selar o destino da futura Serpa, depois Itacoatiara. Realmente, a 15.01.1758 o capitão-general português deixou Belém no rumo de Mariuá. No caminho, ia criando as vilas e lugares e instalando os conselhos municipais. No território do Amazonas, rumou para o rio Madeira, tomando direção pelo furo Tupinambarana ou, mais precisamente, paraná do Urariá; contatou com os nativos de Abacaxis, e os aconselhou

[3] Além de um governador, futuramente iriam exercer funções políticas em São José do Rio Negro: o comandante militar, o ouvidor acumulando as funções de provedor da Fazenda e de intendente-geral do comércio, agricultura e manufaturas, dois juízes ordinários, o escrivão judicial e de notas, e dois juízes de órfãos. Desde a sua instalação, a 7.05.1758, até 25.05.1824, a Capitania de São José do Rio Negro foi administrada por 9 governadores, além de 10 juntas governativas. Com a promulgação da Constituição Imperial de 1824, ela seria rebaixada à Comarca do Alto Amazonas, voltando a ser subordinada à Capitania e, naquele momento, Província do Pará.

a se mudarem para a margem do Amazonas, no **sítio Itaquatiara.**[4]

Mostrando interesse em graduar a povoação em vila, o capitão-general auscultou atentamente a seus moradores, que se queixaram da insalubridade do lugar, do tratamento ríspido que lhes estava dispensando o padre alemão Antônio Maysterbourg, responsável pela missão jesuítica ali sediada, e dos constantes ataques que contra o local perpetravam os valentes **Muras**. A Maysterbourg veio se juntar, em 1758, o também padre alemão Anselmo Eckart, expulso de Borba à ordem do marquês de Pombal, sob a acusação de estar explorando os indígenas em proveito próprio. Por essa época, ministravam os jesuítas o seu mister em toda a calha do Madeira.

Consumada a transferência da missão de Abacaxis, Furtado se apressou em registrar o fato, elogiando a escolha do novo assento. E, comprovadamente, o fez com grande

---

[4] A usual grafia Itacoatiara, aportuguesada de Itaquatiara, é originária do termo indígena i'tá kwati'ara, que se traduz para pedra pintada ou riscada, suscitando intensos debates a respeito. Com relação à mudança da missão, era propósito de Furtado desde logo dar organização municipal ao povoado. Em vista, todavia, de prejuízos climáticos, da péssima situação topográfica e falta de segurança, o governador anuiu à proposta de mudança de seus moradores, não para os sítios que eles indicaram às grandes distâncias no centro das matas, o que lhe pareceu seria mais prejudicial. O sítio Itaquatiara, que o vigário-geral do rio Negro padre José Monteiro de Noronha chamava "a paragem chamada das pedras pintadas", era local calmo, muito piscoso, parada obrigatória dos sertanistas e missionários que subiam e desciam o grande rio a partir dos anos 1700. A principal pedra, que ornava o seu porto, leva desenhos trabalhados por índios, símbolos religiosos e inscrições em português. Nela se contém a palavra TROPA, além de uma cruz, uma escada e as datas 1744 e 1754, a primeira escrita por alguma tropa de resgate da ocasião,e a segunda mandada gravar por Mendonça Furtado quando este subiu pela primeira vez o Amazonas, em 1754, a caminho do rio Negro.

entusiasmo.[5]

A transladação para o **sítio Itaquatiara** foi ordenada no mês de março de 1758.

Em resumo: a história de Itacoatiara, como célula organizada, remonta ao último quartel do século XVII. Inclusas as antigas missões encravadas, sucessivamente, na foz do Maturá (1683), na margem direita do Canumã (1691), no furo Abacaxis (1696) e na margem esquerda do rio Madeira (1757), o local da cidade sediou (1758) o quinto burgo originário da atual sede municipal. Sexto, se adicionarmos a essa lista a missão da ilha de Aibi, fundada em 1655 pelo padre jesuíta Antônio Vieira.

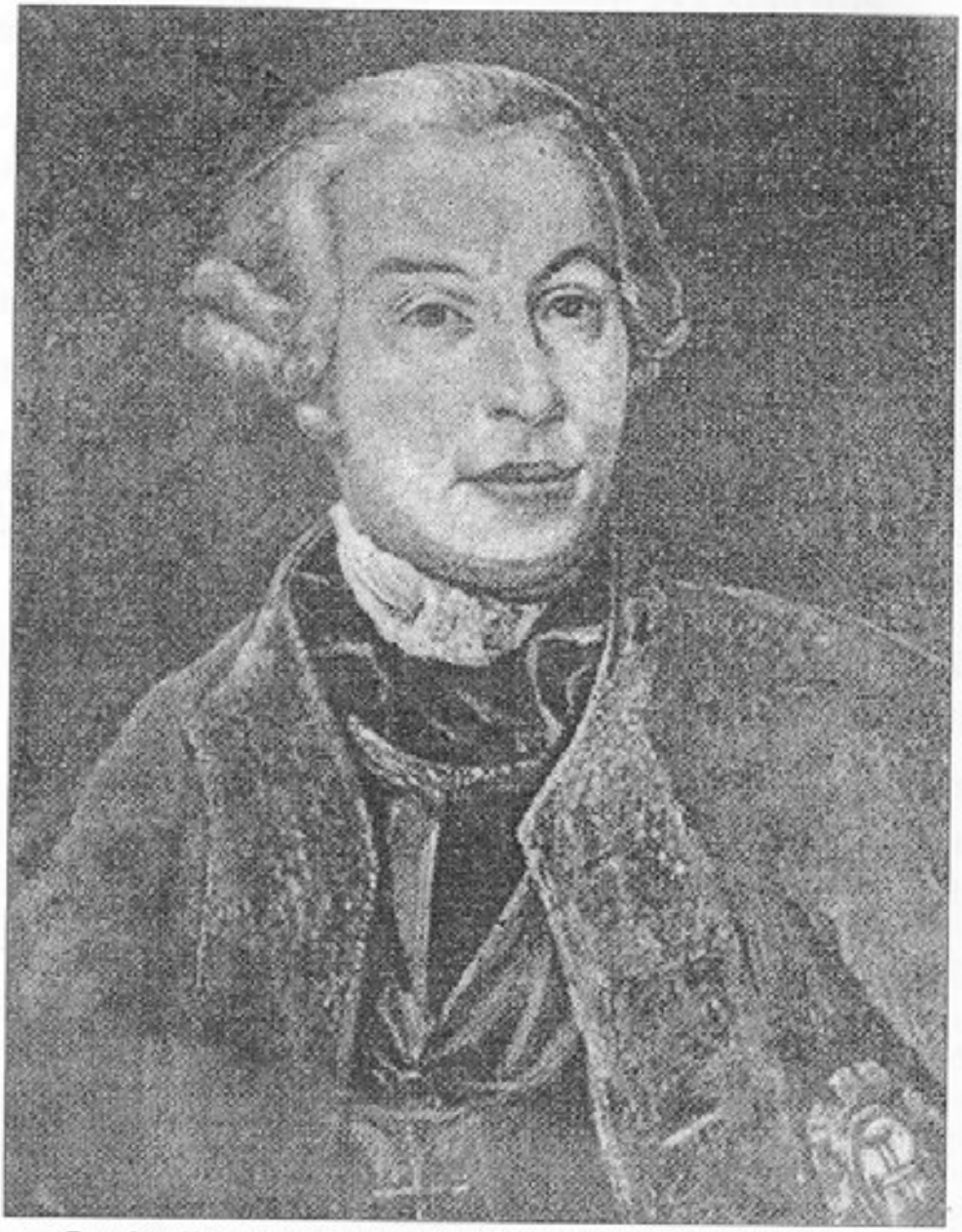
No território que fica entre as missões de Aibi e Amatary habitaram, além dos povos **Muras** e **Aroaquis**, os índios **Sapopé** e **Perequita**. E na região de Canumã e Abacaxis as nações mais conhecidas foram as dos gentios **Sapupé**, **Comany**, **Aitonariá**, **Brauará**, **Uarupá**, **Maturucá** e **Curitiá**.[6]

A transladação para o **sítio Itaquatiara** aconteceu, efetivamente, a 18 de abril de 1758, sendo que à nova povoação vieram ter os **Abacaxis, Mundurucus, Torás, Iruris** e **Araras**, a que se foram juntando posteriormente os naturais das

---

[5] Em carta de 4.07.1758 enviada ao ministro Thomé Joaquim da Costa Côrte Real, Mendonça Furtado dá conta do evento, mencionando que o sítio Itaquatiara de todos, foi o mais propício à boa saúde e melhor conveniência dos comunitários. "Na verdade - afirmou textualmente - escolheram bem, porque as terras são as melhores que aí há pois produzem todo o genero de frutas, e o rio naquele sítio é abundantíssimo e sobretudo está na estrada real destes sertões, e com esta vila acharão os passageiros socorro, e os índios não só tirarão grande lucro dos seus trabalhos, mas civilizar-se-ão" (cf. inserção em Belém, 1912).

[6] Cf. descrição realizada em 1768 pelo vigário-geral do rio Negro padre José Monteiro de Noronha.



Francisco Xavier de Mendonça Furtado, capitão-general-governador da Amazônia. Em 1758 transferiu a vila de Serpa da ribeira do Abacaxis para o sítio Itacoatiara, onde é hoje a cidade.

cercanias: **Aanás, Barys, Banibas, Curuaxiás, Maués, Passés, Sarás, Tururis, Anicorés, Cumaxiás, Juris, Juquis, Aponariás, Jumas, Pariquis, Urupás e Muras.**

Retirados de seu habitat e arrebanhados na vila nascente, os naturais da região, à orientação da metrópole, passariam a trabalhar mais diretamente envolvidos com a economia extrativa, iniciando um intenso e irreversível "processo de caboquização", traduzido na mistura do "branco" com a índia. Com o passar do tempo, das nações indígenas que habitaram o local e suas proximidades - donde provêm os fundamentos da família itacoatiarense - não restaria um só descendente.[7]

Concretizado o feito excepcional da transladação do povoado, a 19.04.1758 o estadista colonial Mendonça Furtado regressou ao rio Negro. Ali iria realizar o derradeiro ato político-administrativo seu praticado no interior da Amazônia: a instalação da Capitania de São José do Rio Negro e o conseqüente empossamento do primeiro governador amazonense Joaquim de Mello e Póvoas.

(Cf. Leite, 1943, Reis, 1931, Silva, 1965 e 1997, Souza, 1994, Freire e outros, 1991, Jobim, 1948, Tuyuka, 1993, Autos da devassa dos Muras, 1986, Belém, 1912, Galvão, 1966,

---

[7] Dentre os motivos que levaram Portugal a criar a Capitania de São José do Rio Negro avulta o de, velando pela liberdade dos índios, incentivar a realização de casamentos entre gentios e reinóis. Essa política de miscigenação, com distribuição de premios em terras, armas e dinheiro ao soldado ou colono português casado com mulher índia, conferiu status político e social ao natural da região, possibilitando-lhe o acesso à regência dos negócios públicos. De acordo com a legislação, os primeiros matrimônios entre portugueses e índias realizaram-se em Borba, ainda quando Mendonça Furtado presidia a Amazônia. Em face da abertura patrocinada pelo marquês de Pombal,o exercício do voto e da vereança logo mais iria caber aos senhores da terra.

Jobim, 1957, e Relatórios da Província, vol. 6 - 1858).

CRONOLOGIA DESTE CAPÍTULO

1683 - Criada a missão da foz do rio Maturá.

1691 - A missão é locada à margem direita do Canumã.

1696 - O padre jesuíta João da Silva funda a missão de Abacaxis.

1716 - No Madeira, os **Torás** são massacrados pelo genocida João de Matos Guerra.

1720 - Na missão de Santo Antônio, próximo à de Abacaxis, o jesuíta João de Sampaio consegue aproximação com uma maloca **Mura.**

1749 - O sertanista José Gonçalves da Fonseca visita a missão de Abacaxis.

1750 - Celebrado o "Tratado de Madri", acordo assinado entre Portugal e Espanha, regulamentando as disputas de fronteira.

1751 - O capitão-general Francisco Xavier de Mendonça Furtado assume a governança da Amazônia.

1754 - O governador Mendonça Furtado acumula a chefia da comissão de demarcação do norte.

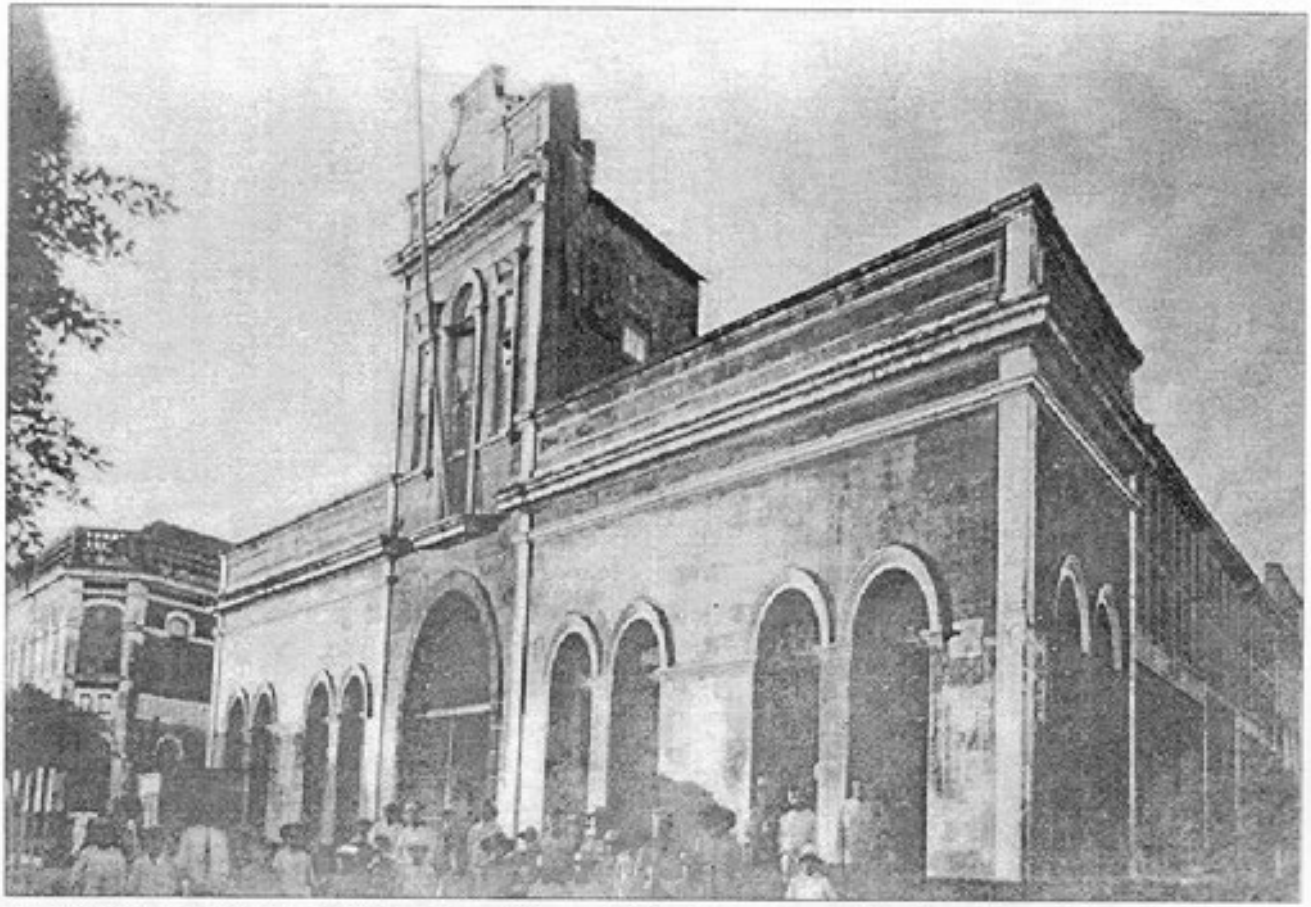
1755 - Criada a Capitania de São José do Rio Negro, com sede em Mariuá.

1756 - No Madeira, Mendonça Furtado funda Borba.

1757 - Expulsão dos jesuítas do rio Madeira.

1758 - Mendonça Furtado dá ensejo a que a missão de Abacaxis se estabeleça no **sítio Itaquatiara**.

Capítulo III



Mercado Municipal construído em 1912 e demolido em 1981. Ao fundo o prédio da ex-Mesa de Rendas. Foto de 1925.

A vila de Serpa e a guerra da Cabanagem.

EMBORA DEMORANDO A INSTALAÇÃO da Capitania de São José do Rio Negro, o objetivo principal que norteara a sua criação foi plenamente atingido com a transformação das antigas missões em vilas e lugares. Com isso, a administração foi levada mais ao interior, iniciando-se o "processo de lusitanização" em que todos os nomes indígenas de núcleos populacionais amazônicos foram trocados por nomes de povoações portuguesas. Ocorria, então, em plena selva, a institucionalização da célula municipal, representada pela Câmara, com atribuições e estrutura próprias centradas nas Ordenações Filipinas de 1603.

Do Madeira, Mendonça Furtado rumou outra vez em direção ao rio Negro, desembarcando em Mariuá a 24 de abril de 1758.[1] A 7 de maio, graduando o arraial na condição de vila com a denominação de Barcelos, em cumprimento ao edito de 3.03.1755, instalou a Capitania, empossando como governador a seu sobrinho Joaquim de Mello e Póvoas. No dia 10, prescreveu os limites da nova unidade político-administrativa com o Grão-Pará, no lado oriental, e com a Capitania de Mato Grosso, ao sul, confirmando Barcelos como capital.

Chamado a Belém, Mendonça Furtado lá chegou a 26.12.1758. No ano seguinte, a 7 de maio, depois de entregar o governo a seu substituto legal, frei Miguel de Bulhões, regressou a Lisboa, onde foi servir como secretário de Estado adjunto ao primeiro-ministro. No ocidente amazônico, Mello e Póvoas iria

[1] Arthur Cézar Ferreira Reis menciona que a chegada de Furtado a Mariuá deu-se efetivamente no dia 4 de maio de 1758 (cf. Reis, 1931).

dar seqüência à obra de seu tio: instalar as demais vilas e lugares, completando a rede geo-econômica e política.

Entre as providências de Joaquim de Mello e Póvoas, após ser empossado, estava a de fazer uma longa visita ao interior. Assim, cumprindo as determinações contidas na carta régia de 14.09.1758, promoveu a secularização das aldeias missionárias, dando-lhes o estatuto de vilas e povoados com denominações copiadas de topônimos portugueses.

Relativamente à povoação do **sítio Itaquatiara**, relembrando a freguesia encravada na província do baixo Alentejo, na zona meridional de Portugal, que foi teatro de renhidas batalhas contra os espanhóis, o governador Mello e Póvoas alusitanou-lhe o nome para **Serpa**[2].

Ocupando a quinta posição desde a expulsão da missão de Mariuá (sexta, repita-se, se computarmos a missão dos **Aroaquis**, na ilha de Aibi), Serpa foi inaugurada exatamente no dia 1° de janeiro de 1759. A cerimônia de instalação da vila, repetindo as ruidosas manifestações ocorridas na secularização de Borba e Barcelos, - únicas a lhe antecederem no recebimento do novo foral, - revestiu-se das formalidades de praxe: o **Pelourinho**, símbolo das franquias municipais à feição

[2] Em plena viagem, acompanhado do vigário-geral de Barcelos padre José Monteiro de Noronha, a 21.12.1758, o governador da Capitania comunica ao ministro Côrte Real que era seu "desejo criar as vilas de Javari, Olivença, Ega, Silves e Serpa". A partir daí, temos a exata noção de que, se a mudança do povoado para a margem do rio Amazonas foi atribuição do capitão-general Mendonça Furtado, a criação e instalação da vila de Serpa foram atribuições da exclusiva responsabilidade do coronel Joaquim de Mello e Póvoas. Quanto ao nome **Serpa**, como tantos outros colocados em outras povoações, decorria da proibição do uso da língua materna e a consequente imposição da língua portuguesa para uso e grafia obrigatórios pelos regionais.

de coluna, foi levantado no terreno escolhido para servir a praça principal, e, sob aclamações de **viva o Rei**, foram dados tiros para o alto, saudando o soberano português. Em seguida foi rezada uma missa em ação de graças.

Culminando a festa, foi empossada a Câmara, entidade autárquica que, incumbida de gerenciar o poder administrativo e dar cumprimento às atribuições judiciárias, exerceria um importante papel político na vida comunitária, intervindo na atividade econômica como órgão gestor e fiscalizador dos preços dos produtos e dos serviços.[3]

Ocorrida a posse dos vereadores - escolhidos dentre os mais esclarecidos do lugar, portugueses e gentios, já convivendo pacificamente, perfeitamente integrados uns com os outros - foi

---

[3] No século XVIII, as Ordenações Filipinas regulamentavam o regime municipal português. Baixadas para ordenar o mundo jurídico-legal, tais normas foram implantadas na Amazônia pelos primeiros colonizadores. Portugal considerava como município todo núcleo populacional com os respectivos órgãos autárquicos. O poder político estava centrado na Câmara, exercendo seu presidente poderes de administração e atribuições judiciárias. O **Pelourinho** erguido na praça, defronte à Casa da Câmara, simbolizava o poder municipal. Nas atas das câmaras há muito da história política do Brasil; quase todos os movimentos cívicos do nosso país se originaram nelas, que foram o depositário da opinião popular e a caixa de ressonância de todos os fatos municipais. Com o estabelecimento no Brasil do regime imperial (1823), as atribuições judiciárias cometidas aos municípios pelas Ordenações foram retiradas, passando as câmaras a ser corporações meramente administrativas. Ato contínuo, a Constituição de 1824 dispôs que às câmaras competia tratar dos bens e obras do governo econômico e policial das cidades e vilas, sendo as mesmas eletivas compostas de vereadores, assumindo a Presidência aquele que obtinha maior número de votos. Posteriormente, a lei regulamentar de 1°.10.1828 disciplinou as funções municipais, a formação das posturas, contratação de pessoal, aplicação das suas rendas e demais atribuições. Após a proclamação da República (1891), as províncias e agora estados- membros passaram a dispor sobre a criação e organização dos municípios brasileiros.

dado início à vida municipal. Infelizmente, à falta de documentação, é desconhecida a qualificação das pessoas que foram designadas para reger as funções políticas - juiz ordinário, vereadores e diretor do povoado. Entretanto, perdendo os missionários o poder temporal sobre os habitantes da vila, e estando esta sendo administrada por autoridades leigas, Serpa passou a vivenciar outros horizontes naqueles tempos difíceis.

A fundação do município, além de formar mais uma circunscrição administrativa do Estado português na Amazônia ocidental com governo próprio e poderes suficientes para atender seus interesses e necessidades, possibilitava a agregação de grupos familiares, facilitando o trabalho de catequese do indígena. Tanto que, superado o mínimo de cento e cinqüenta moradores exigidos pela legislação pombalina para se organizar um núcleo político-administrativo, logo mais a vila de Serpa passava a contar com mais de mil casas, incluídas as dos arredores, algumas coletivas, acomodando a indiada destribalizada descida das matas e rios próximos.

Cumprindo a legislação em vigor, a Diretoria dos Índios, para manter os aldeiamentos e administrar a mão-de-obra indígena, foi entregue a diretores civis; a construção das casas dos nativos passou a seguir o estilo da dos "brancos"; o uso da língua materna foi proibido e o da língua portuguesa foi imposto ao ensino nas escolas; além do topônimo da localidade, o sobrenome dado aos senhores da terra passou a ser em português.

O estabelecimento da sede do novo governo nos confins ocidentais da Amazônia vinha assinalar o início de uma nova política na região. No médio Amazonas, Serpa passou a ser um dos pontos de apoio e referência dessa política, principalmente após a retirada de Mendonça Furtado para a Corte portuguesa, quando Mello e Póvoas pode finalmente em plenitude exercer o

mandato de governador da Capitania.[4]

Após mais de um ano em desobriga pelos rios Madeira e Urubu, médio Amazonas e alto Solimões, em 16 de janeiro de 1760 Póvoas deu a conhecer a Mendonça Furtado os resultados de sua viagem a Borba, Serpa e Silves, em particular informando-lhe sobre as providências tomadas quanto à municipalização desses burgos.[5]

Retirando-se, a 25 de dezembro de 1760, para São Luiz do Maranhão e sendo substituído pelo governador Gabriel de Souza Filgueiras, Joaquim de Mello e Póvoas deixou a Capitania curtindo um estágio de vida diferente: o governo português,

---

[4] Empossado em junho de 1758, Mello e Póvoas teve sua ação governamental obnubilada durante quase dois anos pela presença de seu tio, que ficara em Barcelos aguardando a chegada dos emissários espanhóis para estabelecer os limites fronteiriços entre os dois países.

[5] Quanto a Serpa, foi taxativo: "Nesta mesma viagem fui à antiga aldeia dos Abacaxis a qual está mudada para **Itacutiara** (grafada assim, no original), situação sem dúvida a melhor desta Capitania e a eregí em nova vila de Serpa, segundo as ordens de Sua Magestade que Vossa Excelência me deixou para assim o fazer. O capitão engenheiro Fellippe Sturm fêz a planta da dita vila e nela fêz as demarcações precisas para se levantarem todos os edifícios que naquela vila deve haver (...) Na criação desta vila usei toda a mesma formalidade que ví praticar em todas as que Vossa Excelência criou, a que eu tive a honra de assistir. Remeto as plantas de Borba, Serpa e Silves para que Vossa Excelência veja a forma que devem ter". A 20 de janeiro de 1760, reiterando os termos dessa missiva enviada a Mendonça Furtado, Mello e Póvoas também comunicou esses acontecimentos ao ministro Thomé Joaquim da Costa Côrte Real (citado em Reis, 1948 e "Cartas do primeiro governador Joaquim de Mello e Póvoas-1758-1760", Universidade, 1983). É lamentável, mas a primeira planta topográfica da vila de Serpa, elaborada pelo engenheiro alemão Fellippe Sturm (também grafado Phellippe Strum) que viera para Barcelos em companhia da comissão de demarcação de limites liderada por Mendonça Furtado, acha-se em lugar incerto e não sabido, provavelmente arquivada em Portugal, pelo que se apreende da leitura da missiva acima mencionada, enviada a Lisboa pelo governador Mello e Póvoas.

visando atender aos reclamos do capitalismo mundial em avanço, a pouco tempo havia orientado os colonos leigos a trabalharem de modo permanente para suprir o mercado externo, superando o sistema anterior adotado pela economia indígena, ocupada exclusivamente no atendimento às necessidades de subsistência interna.

Entrando na comédia do ramerrão cotidiano, Serpa começava a encarar os desafios. Marcada pela contradição que herdara de um passado bem próximo, a nascente sociedade da vila haveria de se realizar pelo trabalho, por atitudes tomadas, ora avançando, ora recuando. No primeiro caso, progredindo, criando, valorizando-se; no segundo, amarrada ao atraso, julgando-se impotente na superação dos desafios.

Todavia, comparativamente às outras povoações, mais fortemente marcadas pela primitividade, mergulhadas na estagnação, desprovidas de agricultura e comércio ativos e nem sempre favorecidas por condições razoáveis de vida e de trabalho, - a vila progredia a olhos vistos.

Valendo-se de uma excelente situação topográfica, à margem do maior rio do mundo (na **estrada real** dos sertões amazônicos), Serpa estava livre das condições adversas anteriores. Essa realidade, proporcionando fácil e rápida comunicação com o exterior, permitia-lhe melhorar o aspecto urbano da vila, ativar a agricultura e aumentar as trocas comerciais.

Mas, é certo que esse surto de progresso haveria de ter, com o passar dos tempos, os seus altos e baixos.

Cumprindo as Ordenações e leis extravagantes do Reino, o intendente-geral e ouvidor da Capitania Ribeiro de Sampaio, em 1774, baixou regulamento disciplinando as eleições para

eleger os juizes e oficiais da Câmara: anualmente, a escolha deveria ocorrer no dia 10 de janeiro.[6] A Câmara era composta de três vereadores e dois juizes de paz, estes, competentes para habilitação e celebração de casamentos e outros atos previstos em lei e com atribuição judiciária de substituição.

À sua posse, os vereadores prestavam o juramento dos Santos Evangelhos. Ao relatar a inspeção que fez a vila, a 21 de setembro desse ano, Sampaio condenou a passividade e negligência com que o diretor da vila Manoel Teixeira tratava os assuntos administrativos, não cuidando de construir nova cadeia. Ainda assim, elogiou a "praça vistosa em forma de paralelograma", o bom estado da igreja, das casas do pároco e do encarregado do povoado, além da regularidade como era tratada a produção agrícola.[7]

Em 1774 estava governando a Capitania de São José do Rio Negro o coronel Joaquim Tinoco Valente (governou em 1763-1779). Os vereadores de Serpa, todos índios, pouco instruídos, assinavam de cruz as atas da Câmara, não sabendo o papel político que representavam. Esse fato, mais ou menos similar em toda a Amazônia, iria justificar a reforma implantada pela Coroa portuguesa em 1796 em que a eleição de índios

[6] Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, português, foi o terceiro ouvidor (1773-1779) da Capitania de São José do Rio Negro.

[7] Em 1774, haviam plantado em Serpa: 700 pés de café, 900 de cacau, 19.700 de tabaco e 100 de algodão. Toda essa produção pertencia aos "brancos", pois o serviço dos índios se resumia ao plantio de mandioca. Ainda, foram colhidas 436 arrobas de cacau. Reclamava-se do mal da formiga que atacava e destruía as plantações. Abundantes e variadas eram as espécies de pescado. As tartarugas proliferavam no litoral da vila e praias próximas. Os índios Pariquis, "por diligência do sargento-mór Antonio da Costa de Medeiros", no momento, estavam sendo descidos do rio Uatumã.

:culturados para a vereança foi substituída pela de representantes da classe proprietária ou de comerciantes.[8]

A população de Serpa, seguidamente sofrendo a investida das "expedições régias", ora oscilava para cima, ora para baixo. Nessa época haviam fugido para o interior das matas muitas famílias, que haviam escapado da sanha escravizadora dos expedicionários que iam a Mato Grosso. Segundo projeção realizada pelo historiador paraense Antônio Ladislau Monteiro Baena (1782-1850), em 1787 a vila detinha uma população aproximada de 1.200 habitantes.

O Corpo de Trabalhadores, criado em Lisboa por carta régia de 12 de maio de 1798 firmada por dom João VI (1767-1826; regente de Portugal em 1792-1816; rei em 1816-1826), abolindo o sistema de Diretoria de Índios, mandava alistar os indígenas para prestar serviço obrigatório, garantindo braços para o serviço real, e dava total liberdade ao exercício de **negócios** diretos entre índios e colonos. A publicação desse edito fazia cair as sutilezas do discurso proferido pelo oficialismo em torno de uma pretensa **liberdade** concedida aos índios. Estes, daí até a Independência, seriam submetidos a uma atitude de verdadeira guerra, sobretudo a partir de 1808, com a instalação da sede da Monarquia no Brasil.

---

[8] Em 1792, a sede da Capitania de São José do Rio Negro foi transferida de Barcelos para o Lugar da Barra. Quatro anos mais tarde, as câmaras municipais, como sintoma de maior centralização absolutista, passaram a ser pre-sididas por "juízes-de-fora", nomeados pelo soberano português; à falta deles, suas funções eram preenchidas por juízes ordinários. Ainda,o exercício do vo-to e da vereança pelos próprios nativos, direito concedido, quatro décadas atrás, pela **abertura** política patrocinada pelo marquês de Pombal, passou aos "homens bons", representantes da classe de proprietários. Juízo ordinário, o mesmo que juízo comum, era aquele em que se processavam ordinariamente as causas que não gozavam de privilégio e cujas partes não eram autoridades públicas com direito a foro privilegiado.

Com a criação do Corpo dos Trabalhadores, as expedições régias se disseminaram ainda mais interior a dentro, promovendo a caça ao índio, fazendo um grande desfalque à população dos aglomerados urbanos, inclusive Itacoatiara. A ampliação desse sistema coercitivo serviria de forte argumento para levar a população amazônica a empreender uma das mais sangrentas insurreições da história pátria - a Cabanagem.

Em 1798 a vila de Barcelos volta a sediar a capital da Capitania. Dez anos mais tarde, com a transferência da sede da Monarquia portuguesa para o Rio de Janeiro, em conseqüência das guerras napoleônicas de 1808, o território da Amazônia é reintegrado ao Estado do Brasil. **Pari-passu,** a presença da família real tem o duplo efeito de consolidar a unidade nacional e completar a separação de Portugal, sem o desmembramento do patrimônio territorial brasileiro que permanece intacto com a fundação do Império em 1822. Na Capitania, embora desde 29.03.1808 sua sede voltasse a ser ocupada pelo Lugar da Barra, esta não exercitava em plenitude o exercício dos negócios públicos. Sem ser vila, para conduzir seus negócios dependia da Câmara de Serpa, que para lá se transportava periodicamente.

Entrementes, mesmo com a proclamação da Independência, a Capitania de São José do Rio Negro permaneceu prejudicada pelos interesses opostos da Província do Pará e apesar da rapidez com que reconheceu o novo regime (novembro de 1823), seus representantes não foram convocados para a Assembléia Nacional. Posta a vigorar a nova Constituição (maio de 1824), a Capitania foi rebaixada a Comarca, ainda dependente do Pará. Sucedendo-se os protestos, chegou-se a proclamar, através de um manifesto assinado na Barra, a Província do Amazonas (1832), provocando a intervenção

violenta do governo paraense.[9]

---

[9] Desde 1818 as câmara municipais amazonenses demonstraram a sua insatisfação em relação ao autoritarismo paraense. Haviam mesmo encaminhado memoriais a dom João VI propondo a desvinculação do Amazonas daquele governo. A propósito, escreví bem recentemente: "Decorrentemente do abandono imposto pelo governo paraense, a Capitania de São José do Rio Negro caíra em decadência. As marchas e contramarchas havidas na escolha de sua capital prejudicaram enormemente a Barra que, destituída de órgão político-deliberativo próprio, não exercia nenhuma influência na área. Assim, convocada para preencher a lacuna, a Câmara de Serpa enfileira-se pelo pronunciamento autonomista, e por gozar do privilégio geo-político de estar localizada abaixo de todos os afluentes do rio Amazonas dentro do território que se pretendia amazonense, parece disputar o direito de sediar o comando da Província. Sua preponderância sobre a Barra dava-lhe um destaque político todo particular e é muito natural que pretendesse tirar proveito disso. Na sequência, ocorrem alguns fatos interessantes. Em 1821, demitido o governador Manoel Joaquim do Paço, foi instituída uma Junta Governativa que contoucom a participação de Serpa, na pessoa de seu vereador mais velho João da Silva e Cunha. Representantes do Amazonas enviados às cortes participam da elaboração da Constituição de Lisboa, a qual, em princípios de 1822, em reunião solene na igreja Matriz da Barra, é jurada pelas autoridades amazo- nenses, lideradas pela Câmara de Serpa. Nesse ínterim, circulavam notícias de que no sul do país tramava-se a separação do Brasil de Portugal, mas o interior da Província não se contaminou por essas idéias. Consumado, todavia, o rompimento, o Amazonas imediatamente aderiu à Independência e, em solenidade de 22.11.1822, a Câmara de Serpa, especialmente convocada à Barra, prestou juramento de obediência a dom Pedro I (1798-1834). Em seguida, sob a presidência de Bonifácio João de Azevedo, é reorganizada a Junta Governativa, integrada novamente pelo camarista serpense João da Silva e Cunha. Entretanto, ocorrendo a promulgação da Constituição de 1824, mais uma vez é frustrada a expectativa dos locais ante a manutenção do estado de dependência do Amazonas à Província do Pará. Inobstante isso, o esperado protesto dos amazonenses não ocorreu sendo, em solenidade conjunta de 6.02.1825 na igreja de Nossa Senhora da Conceição da Barra, jurada a Carta Imperial pelos membros da Câmara de Serpa e da Junta Governativa" (cf. Silva, 1997). Entretanto, a luta pela autonomia amazonense prosseguiu em cores fortes. Em 1832, frei José dos Santos Inocentes, os frades Ignácio Guilherme da Costa e Joaquim de Santa Luzia, o ex-vereador de Serpa João da Silva e Cunha, Gregório da Silva e o tenente

Em 11/14 de outubro de 1820, os cientistas bávaros **Johann Baptist von Spix** (1781-1826) e **Karl Friedrich Philipp von Martius** (1794-1868) visitaram Serpa. Decepcionados com o estado que consideraram "miserável da vila, tudo indicando a máxima decadência", segundo sua narrativa, encontraram-na "tão pobre de indústria como de população, constando só de 20 e poucas cabanas todo o lugarejo, observação que mais significado tem, visto Serpa ser um dos mais antigos povoados de toda a Província do Rio Negro e, mesmo na ocasião de nossa estada, era ainda a sede municipal da Fortaleza da Barra, situada a oeste, e que não possuía, então, o seu Senado da Câmara". A reduzida população indígena, falando a **língua geral**, tinha perdido o vestígio de sua origem. "Era gente desleixada, apática". Spix e Martius condenaram a prática do mal hábito da geofagia (ingestão de porções de barro misturado à comida) que deturpava o apetite de expressiva parcela dos habitantes locais. Esses cientistas, à sua partida em direção ao Lugar da Barra, adentraram no furo Arauató,

---

Boaventura Ferreira Bentes formaram um grupo sedicioso que, em levante sangrento contra a sede do governo, matou o coronel Joaquim Felipe dos Reis (comandante militar na Barra em 1828-1832), depondo em seguida seu substituto coronel Francisco Ricardo Zany (comandante militar em 1832). A 22 de junho, formou-se um Conselho presidido por João da Silva e Cunha, que aclamou a separação do Amazonas, nomeou um presidente temporário e um Conselho de governo sob a direção de Manoel Bernardino de Souza (ouvidor em 1828-1832). Movido pela ação da propaganda incendiária, frei José dos Inocentes com seus companheiros levou adiante seus propósitos de libertação do Amazonas: embora derrotado pelas forças navais paraenses, que ocuparam Manaus, seguiu em busca do apoio da Corte imperial, viajando em companhia de oito soldados embalados, ele próprio armado e municiado, chegou à cidade de Mato Grosso, em novembro de 1832, vencendo todos os embaraços do caminho, dalí regressando para Cáceres, de onde se transportou a Cuiabá. Proibido de seguir viagem ao Rio de Janeiro, fêz, por interposta pessoa, chegar os documentos reivindicando a sonhada autonomia amazonense às autoridades imperiais. Considerado criminoso o seu gesto, frei José é forçado a retornar ao Amazonas, cuja Comarca continuou sujeita à Província do Pará.

mataram alguns mutuns e, discorrendo acerca de sua beleza, levaram alguns exemplares desses galináceos silvestres para a Europa.

Continuando as condições subalternas da Capitania e à falta de uma Câmara na Barra, a atuação da de Serpa extrapola para além de seu território. Entre 1821 e 1825 ela se movimentou com a maior desenvoltura, postulando, protestando, expedindo normas, deliberando ora no próprio município, ora no Lugar da Barra. Contrapondo-se às forças que queriam a todo custo manter o seu domínio político sobre o Amazonas, Serpa jogou uma cartada decisiva, arriscou tudo. Sua atuação desassombrada despertaria, além do ciúme nos moradores da Barra e Barcelos, a hostilidade no governo do Pará.

Era previsível, pois, que a vingança não tardaria e veio no formato de represália oficial.

Afastando Serpa do processo político, com aprovação regencial, o governo, inicialmente (3.12.1825), removeu a Câmara de Barcelos para função plena na Barra, extinguiu a Junta Governativa e prestigiou a autoridade do ouvidor. A atuação da Câmara de Barcelos na Barra, com plenos poderes administrativos, representou um corte na influência externa da de Serpa e restringiu a sua competência apenas a nível local. Mais tarde, desferiria o golpe fatal, extinguindo a vila com a omissão proposital de seu nome na relação dos novos termos municipais.

Mesmo a despeito de haver disputado com a Barra, em 1821/1825, o gerenciamento político-administrativo da Capitania do Rio Negro, Serpa pouco diferia dela, quer no aspecto urbano, quer na forma de atividade laboral exercida por seus moradores. Com uma população de cerca de oitocentas pessoas, arrastava-se no ramerrão de uma vida grosseira, moldada nas

linhas gerais da legislação antiga. Mas levava grande dianteira sobre Barcelos.

Modesta, como todas as povoações do vale, Serpa, no findar do primeiro quartel do século XIX, possuía onze ruas e uma praça, a maioria das casas cobertas de palha. Mas, cheia de orgulho, sua Câmara mantinha na Barra um juiz de julgados, com atribuições para polícia urbana e suburbana. As funções dessa autoridade, eleita por um ano em vereação especial, no momento (1825) eram exercidas por João Pedro Faria.

Em meados de 1827, o ouvidor Domingos Nunes Ramos Ferreira (ocupou o cargo em 1820-1827), exercitando suas atribuições judiciárias, participou de uma sessão ordinária da Câmara de Serpa e, em seguida, presidiu a uma audiência geral de correição, ouvindo a todos e registrando as queixas e exigências dos moradores.

Em cumprimento ao texto da Constituição Imperial, em 1828 foi baixada a Lei regulamentar das câmaras municipais. Por ela, o número de vereadores eleitos em todas as paróquias, de quatro em quatro anos, foi fixado em nove para as cidades e em sete para as vilas, aí se incluindo dois juizes de paz. Ao serem empossados, prestavam o juramento sobre os Santos Evangelhos, forma de caracterizar a estreita harmonia existente entre a Monarquia e a religião católica, oficial. Os vereadores estavam sujeitos, ainda, à multa de quatro mil réis (nas cidades) ou dois mil réis (nas vilas) se faltassem às sessões. A presidência da Câmara era ocupada pelo vereador mais votado.

A Lei de 1°.10.1828 declarou as câmaras "corporações meramente administrativas", o que correspondia negar-lhes a autoridade judiciária que fora outorgada pela legislação colonial. Mais tarde, disciplinando as instruções específicas da organização municipal, foi emitido o Código de Processo

Criminal de 1832, cuja execução, no ano seguinte, ao invés de beneficiar, prejudicou a vila de Serpa.

No Rio de Janeiro, o estado monárquico absolutista, embora consolidado, dá lugar à Monarquia liberal-parlamentar, sendo esse período tomado pelas regências (1831-1840), dominadas pela instabilidade política, a partir das quais ocorre a maioridade de dom Pedro II (1825-1891).

Pois, sob orientação da Regência Imperial, os poderes de execução do Código de Processo Criminal de 1832 foram cometidos aos presidentes provinciais. O governo do Pará, extremamente cioso da sua força, em 1833 dividiu a Comarca do Amazonas em quatro termos, encabeçados por Ega (Tefé), Barra, Luzéa (Maués) e Barcelos. O Lugar da Barra, depois rebatizado Manaus, passou a jurisdicionar as freguesias de Saracá, Serpa e Jaú, e as povoações de Amatary, Jatapu e Uatumã.

Na composição do quadro de funcionários categorizados da nova Comarca do Alto Amazonas, atendendo à indicação da Câmara Municipal de Manaus, a 21.04.1834 o presidente da Província do Pará nomeou João da Cunha e Silva juiz de órfãos. Considerado por Arthur Cézar Ferreira Reis "o patriota das agitações autonomistas de 1832", o ex-vereador serpense, ao lado do juiz municipal Henrique João Cordeiro, exerceu essa nobilitante função até 1836.

Descumprindo o texto legal que mandava elevar à categoria de vilas aqueles lugares que obedecessem, dentre outros, aos requisitos de maior concentração demográfica, o presidente do Pará José Joaquim Machado de Oliveira fulminou a vila de Serpa, desde logo rebaixando-a a um simples povoado, enquanto Manaus era elevada a município. Segundo Arthur Cézar Ferreira Reis, a decisão paraense foi equivocada, "sua obra

foi falha, animou a fermentação do ódio, das paixões. Além de provocar a animosidade entre localidades, irritou populações, provocou protestos, violou a legislação".[10]

A verdade é que o rebaixamento de Serpa teve cheiro de humilhação política. Superando em população e movimento econômico as beneficiadas Tefé, Maués e Barcelos, Serpa não merecia ser apenada como o foi. Afinal, desde 1°.01.1759 vinha usufruindo da graduação em vila. Mas, sendo milenares os tentáculos da política, o sofrimento de Serpa não pararia aí. Para completar sua decadência, dois anos depois romperia a Cabanagem, tingindo de sangue a freguesia.

Ano de 1834. A aprovação do Ato Adicional à Constituição de 1824 abriu novas possibilidades à criação da Província do Amazonas. Este instrumento legal procurou garantir o mínimo de autonomia às províncias, liberando-as do arbítrio dos presidentes mandados da Corte, através da criação das assembléias legislativas. A competência desses conselhos abrangia a organização civil, judiciária e eclesiástica, a instrução pública, desapropriações, polícia e economia municipal. Contudo, desvinculada dessas aspirações, a vacilante política regencial não implementou esse sagrado direito dos amazonenses. Embora teorizasse por uma maior liberdade de ação às províncias e mesmo sendo uma monarquia federativa, o Império do Brasil, na prática, jamais abriria mão do direito de nomeação de seus presidentes pelo soberano.

---

[10] Na divisão dos termos da Comarca do Alto Amazonas, o nome de Serpa foi propositalmente omitido. Para solucionar o caso, a 8.10.1833 o Conselho paraense reuniu extraordinariamente, "deliberando então que Serpa, uma vez reduzida à freguesia, fosse incorporada ao termo de Manaus por ser o mais próximo, de tudo dando ciência em ofício de 12 de outubro". Posteriormente, a 21 de outubro de 1852, como que consumando a injustiça, a freguesia seria anexada à vila de Silves.

Na Província do Pará, a maneira brusca como se efetivara a sua incorporação ao Império não satisfizera os que se opunham ao grupo português ainda fortemente atuante, nos níveis econômico e político. A produção regional baseada no extrativismo entrara em declínio, agravando a exploração dos trabalhadores locais, índios ou caboclos. Essas populações marginalizadas, na tentativa de solucionar os seus problemas com certa autonomia, intervêm na luta praticando a guerra revolucionária.

Iniciada no Pará, a Cabanagem[11] alcançou todo o vale amazônico. Em levante armado, envolveu tanto as cidades quanto o interior. De simples agitação passou para uma tomada efetiva do poder.

O território itacoatiarense, passagem natural dos insurretos, foi duramente atingido. Simples freguesia, destituída de força política e militar, a segurança de Serpa dependia do apoio de Manaus. No auge da luta, em janeiro de 1836, a freguesia foi abandonada por Antônio Macedo Português, juiz de

[11] Superando as duas perspectivas predominantes de ver a Cabanagem, ou seja, a de motim político e a de rebelião das massas populares, o sociólogo Pasquale Di Paolo abraça a tese de que ela, na verdade, é a revolução popular mais importante do Brasil, opinião que é partilhada por Cáio Prado Júnior (1907-1990) e Júlio José Chiavenato. Para o primeiro, a Cabanagem "explo-diu pela saturação da paciência cabocla diante da sistemática do governo cen-tral em negar aos mais antigos habitantes da região o direito elementar da **ci-dadania**". Para o segundo, "foi um dos mais, se não o mais notável movimento popular do Brasil. É o único em que as camadas mais inferiores da população conseguem ocupar o poder (...) a primeira insurreição popular que passou de simples agitação para uma tomada efetiva do poder".Para o último,"a Cabanagem não por acaso é uma guerra **esquecida**. Quando lembrada é para dizer que os cabanos eram uma ralé de malfeitores e bandidos que tomaram de assalto a Amazônia. No entanto,é a única revolução em que o povo chegou ao poder no Brasil. E, sintomaticamente, é a que mais longa repressão sofreu".

paz incumbido de manter a ordem a nível local. Socorrida pela força defensiva do capitão Henrique João Cordeiro (juiz municipal da Comarca em 1833-1836), enviada da capital, ainda assim Serpa caiu em poder dos cabanos, o mesmo ocorrendo com a povoação dos **Muras** em São José do Amatary.

Nos Autazes, Ambrósio Aires, até então o mais valente defensor da "legalidade", é massacrado e morto. Finda a luta, Serpa, como toda a Amazônia, ficou na maior penúria, tendo sua população diminuído consideravelmente, alcançando, entre brancos, mamelucos, mestiços e índios, pouco mais de 700 pessoas. A produção agrícola praticamente desapareceu. O arquivo público foi dado por desaparecido, extraviando-se importantes documentos históricos, entre os quais a Carta Régia da Coroa portuguesa delimitando o seu patrimônio urbano.

Ao término da guerra da Cabanagem, em 1837, os cabanos sofreram longa repressão, ampliada até 1840. Perseguidos, torturados e mortos, reduzidos os sobreviventes à escravidão, todos os documentos que contavam a sua luta foram destruídos, agrupamentos inteiros foram chacinados. A ordem do oficialismo era fazer esquecida a revolução. Mas, o exemplo de coragem dos cabanos ficou como uma marca de grandeza moral, e ainda transmite, na memória da consciência coletiva, a sua motivação maior: a aspiração do caboclo amazônico à Igualdade e à Liberdade.

Em fins de 1840, dá-se a retomada do crescimento demográfico de Serpa. Além dos 1.017 índios que, regressando das matas onde haviam se refugiado, voltaram a ocupar suas barracas, habitavam a freguesia 469 brancos, 356 mamelucos, 410 mestiços e 70 escravos, morando em cerca de 470 casas, a maioria delas coberta de palha.

No decorrer dos dez anos anteriores à data em que recuperaria o foral de vila, Serpa conviveu com importantes acontecimentos de ordem política, social e econômica. Na seqüência, vejamos alguns exemplos:

* **1849**. Os naturalistas ingleses **Henry Walter Bates** (1825-1892) e **Alfred Russel Wallace** (1823-1913) chegam à vila (23/31 de dezembro). Pesquisando a flora e os costumes regionais, ambos descrevem-na como "uma pequena vila composta de cerca de oitenta casas que, em outros tempos, foi sede do governo distrital com jurisdição sobre a Barra do Rio Negro. Em 1849 tinha uma aparência miserável, mas refloresceu mais tarde quando foram instaladas ali, pela Companhia de Navegação do Amazonas, uma serraria e uma fábrica de telhas". As ruas, irregularmente traçadas, estavam tomadas pelo mato. Os visitantes anotaram que a população do povoado, morando como de hábito em choças de barro, em sua maioria ainda era constituída de índios semicivilizados. "As poucas pessoas da raça branca residentes ali, bem como os mestiços de classe mais alta, moravam em casas mais bem construídas, caiadas e cobertas de telhas".

Ao tempo da chegada de Bates e Wallace, estava dirigindo o povoado o capitão da Guarda Nacional Manuel Joaquim da Costa Pinheiro. A pobreza de muitos dos moradores contrastava com a opulência de uns poucos. Ainda de acordo com a descrição desses cientistas, havia "gente de peso, proprietários de navios mercantes, de escravos e de vastas plantações de cacau e fumo", geralmente "residentes estrangeiros". Bates e Wallace se detiveram na observação das danças e folguedos, tanto de índios como de brancos e negros, descrevendo os instrumentos musicais, vestimentas e enfeites utilizados, os sons e ritmos tocados, enfim, todo um interessante desfilar de usos e costumes, onde a bebida corria à solta. A propósito, escreveram: "Era divertido observar como se

tornavam loquazes, sob a influência do álcool, os taciturnos índios. Os negros e os índios justificavam as suas bebedeiras dizendo que os brancos também se estavam embriagando do outro lado da cidade, o que era a pura verdade".

Os desenhos esculpidos sobre as pedras situadas pouco abaixo da vila, dando origem ao nome do lugar - **Itacoatiara,** significando na língua geral **pedra pintada** ou **riscada** - foram outros dados que Bates e Wallace consideraram "curiosos" e muito "parecidos com os que se encontram no Orenoco".

Embora, para esses naturalistas, Serpa parecesse ser uma comunidade pobre, de "aparência miserável", em 1849 o seu porto estava repleto de embarcações, grandes e pequenas, "desde as montarias com seu toldo em arco feito de cipó trançado e folhas de maranta, até os barcos de dois mastros", que inspirariam mais tarde (1858/1859) o pintor e fotógrafo francês M. Biard à confecção de um interessante quadro mural.

Como prova de riqueza do folclore exibido à época, as festas religiosas de fim de ano em Serpa se caracterizavam pela procissão, os mastros, as vestes coloridas, os cânticos monótonos. Defronte à igreja, as moças e senhoras se exibiam, enfeitadas de fitas e de flores, trajando blusas de gaze branca e vistosas saias de chita estampada. Precedidas do padre, à frente do cortejo religioso, três índias conduziam o **sairé**, traçado de cipó semicircular, recoberto de um tecido de algodão e incrustado de pedaços de espelho e enfeites semelhantes. Cantavam um hino monótono e plangente, na língua tupí. O **sairé** era tradicional e dele se serviram os primeiros jesuítas para levar os selvagens a freqüentarem a igreja.

Os negros, copiando a tradição da terra de origem, comemoravam São Benedito. Passavam a noite cantando e dançando ao compasso do **gambá** - tambor comprido feito com

um pedaço de tronco oco, fechado numa das extremidades por um couro esticado, que o tocador percutia-o com os nós dos dedos da mão; e do **caracaxá** - instrumento feito de um pedaço de bambu cheio de entalhes, os quais produziam um som áspero e matraqueante ao contato de uma vareta ao longo deles .

* **1850**. Criação da Província do Amazonas.[12] O evento aconteceu em 5 de setembro desse ano, coroando uma luta de quase cinqüenta anos em que os amazonenses jamais se conformaram com a sujeição de sua Comarca ao Pará. O povoado de Serpa, com 1.720 habitantes, distribuídos em 170 fogos, era dirigido por Damaso de Souza Barriga. Segundo Araújo e Amazonas, os habitantes de Serpa "cultivavam, além do necessário à subsistência, algodão, café e tabaco. Pescavam pirarucu, tartaruga e peixe-boi. Teciam panos e redes de algodão. Manipulavam azeites de tartaruga, peixe-boi e de andiroba. Extraíam breu, salsa, cravo e copaíba. Criavam em reduzida escala algum gado muar".

A criação da Província vinha coincidir com o início de uma intensa atividade comercial entre o Amazonas e a Bolívia feita por Serpa, através do rio Madeira. Favorecidas por estar Serpa encravada defronte à embocadura do Madeira e à pouca distância da confluência do rio Negro com o Amazonas-Solimões, as relações com a Bolívia só não eram mais vultosas devido ao obstáculo criado pelo trecho encachoeirado do Madeira, dificultando a movimentação das canoas de regatão.

---

[12] Nenhum dos seguintes fatos ocorridos no Rio de Janeiro: a declaração da maioridade de dom Pedro II, o retorno dos liberais ao governo, a expedição da Lei interpretativa de 1840 e a aprovação em 1841 de um novo Código de Processo Criminal influíram tão decisivamente para a criação em 1850 da Província amazonense quanto o dramático desfecho da guerra da Cabanagem. Sem sombra de dúvida, este foi o maior e mais forte elemento que impulsionou o parlamento imperial a tornar efetiva a autonomia do Amazonas.

Ainda assim, dezenas de embarcações a vela e remo desciam de Santa Cruz de La Sierra, importante centro agrícola boliviano, carregadas de xarque, couro, graxa, cacau, charuto e açúcar, sendo que estes dois últimos rivalizavam respectivamente com os de Cuba e Pernambuco, no Brasil.

Estabelecido em sítio de primeira grandeza, às margens do Amazonas e a jusante do rio Madeira, o porto de Serpa (logo mais Itacoatiara) facilitava o comércio de importação e exportação, gerando riquezas, principalmente pela enorme aceitação dos produtos extrativos.

Tanto que, em decorrência dessa tão decantada localização, Serpa desde logo passou a tirar benefícios do grande movimento comercial criado pela entrada de regatões paraenses que vinham ao Autazes e ao Madeira negociar com os extratores de borracha.

* **1851**. Criadas a Agência Postal e a Coletoria Provincial. Ambas vieram preencher lacunas existentes, a primeira servindo como veículo de comunicação entre os comunitários, interna e externamente; e a segunda, como instrumento para disciplinar a arrecadação de tributos, evitar o contrabando e coibir a sonegação. O serviço de correios iniciou precariamente através de barcos movidos a remo e vela; contudo, melhoraria substancialmente a partir de 1853, com a navegação a vapor. Quanto à Coletoria, tornou-se uma das mais movimentadas da Província, arrecadando para os cofres públicos milhares e milhares de contos de réis.

* **1852**. Inaugurada a Província, assume o presidente João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha (1798-1861; governou em janeiro-junho de 1852). De par com isso, um acontecimento significativo ajudaria a ampliar as possibilidades econômicas regionais: a inauguração, nesse mesmo período, das

linhas de navegação dos navios a vapor da Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, iniciativa do industrial Irineu Evangelista de Souza, mais tarde barão e visconde de Mauá (1813-1889).

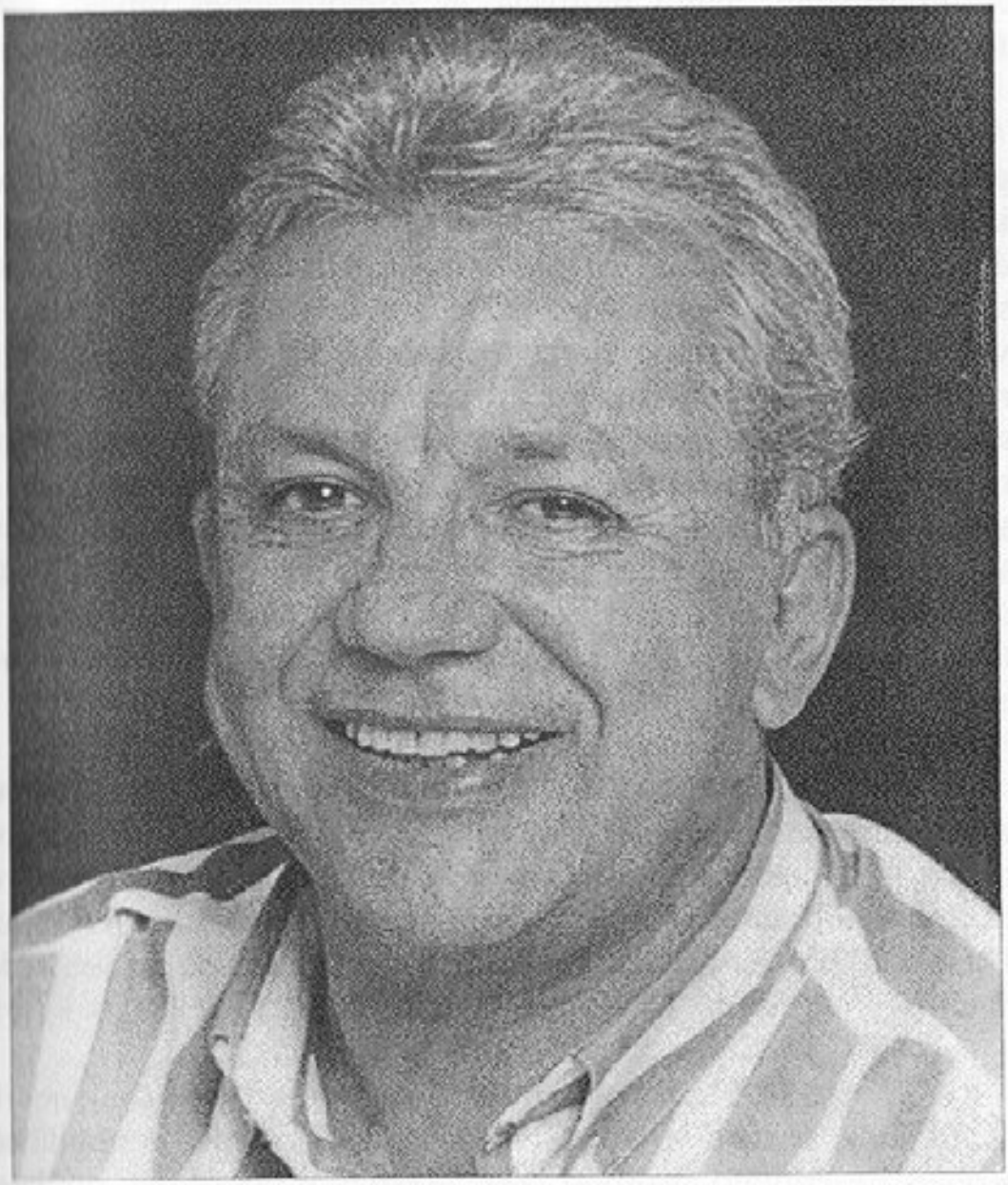
Ainda, por conter as maiores reservas naturais de seringueira, a região passaria a ser mais freqüentemente visitada por expedições científicas e homens de negócios. Por outro lado, suscitando ondas migratórias de brasileiros e estrangeiros, a demanda da borracha veio coincidir com o plano governamental de repovoar a região.[13]

A despeito da inauguração da Província, em 1852, nos quadros administrativo e judiciário do Amazonas Serpa permanece como simples freguesia e distrito da capital, sendo sua dependência política deslocada de Manaus para a vila de Silves, a partir de 21.10.1852.

* **1853**. É instalada em Serpa a primeira escola oficial de primeiras letras do sexo masculino. Atribuída ao presidente Herculano Ferreira Pena (1811-1867; governou em 1853-1855), a criação desse estabelecimento ocorreu em 21.10.1852 e foi confirmada pela Resolução nº 15, de 18.11.1853. É importante lembrar que somente em 1827 foi autorizada a criação no Brasil de escolas de primeiras letras. Quando Tenreiro Aranha tomou posse, em 1852, estavam criadas na Província do Amazonas oito escolas elementares. À falta de professores, eram requisitados os vigários locais para ensinar às crianças. A escola de Serpa iniciou com vinte e quatro alunos.

Nesse mesmo ano de 1853, o navio a vapor "Marajó",

[13] A marca dessa política em Serpa e, depois Itacoatiara, foi a instalação, em 1854, da Colônia agroindustrial Itacoatiara e, em 1879, da Colônia agrícola "Pedro Borges", em São José do Amatary.



Miron Osmário Fogaça. Eleito prefeito municipal de Itacoatiara em 03.10.1996, para o período administrativo 1997/2000.

inaugurando a navegação fluvial no Amazonas, atracou no por-to de Serpa. Ao implantar o sistema, para o que recebeu gordas subvenções do governo imperial, o visconde de Mauá modificou radicalmente as condições de transporte na Amazônia. Anteriormente, muito morosas, as comunicações fluviais eram feitas com grande dificuldade, através de barcos a vela e a remo.

* **1854**. Operada por franceses, alemães, chineses, portugueses e índios aculturados, nas proximidades de Serpa é instalada a Colônia agro-industrial Itacoatiara. Seu primeiro diretor foi o engenheiro francês Le Gendre Decluy, depois substituído pelo alemão Moritz Becher, que levantou a planta da vila (1859). O terreno onde foi localizado o empreendimento media 40.000 braças quadradas, contendo as seguintes culturas agrícolas: cacau, algodão e café, além de pequenas plantações de milho, feijão e mandioca. Já a parte industrial constava de serraria e olaria onde foram montadas duas máquinas a vapor de seis e vinte cavalos e um forno destinado a queimar por dia dez mil telhas, quatorze mil tijolos ou sete mil ladrilhos. Ainda, ali foram construídos nove casas, três grandes telheiros e uma estrebaria.

Infelizmente, a Colônia, também uma iniciativa do empresário visconde de Mauá que era adepto do plano de redenção econômica do interior da Amazônia através da colonização agro-industrial, fracassou, sendo dissolvida em 1860. Ao final, o que sobrou da povoação formada ao seu redor deu origem ao atual bairro da Colônia

* **1855**. A cólera-morbos, doença mortífera e altamente contagiosa, ataca a vila de Serpa. A população foi contaminada através de contato mantido com pessoas procedentes do Pará, portadoras desse mal, sendo elevado o número de óbitos. Nesse mesmo período a vila também foi acometida de febre amarela e do chamado **mal da bexiga** (varíola). Todavia, graças às

providências tomadas pela comissão de socorros públicos, mandada vir de Manaus, liderada pelo médico Cassiano de Mello Mattos, aquilo que se prenunciava transformar numa grande tragédia foi prontamente debelada.

* **1856**. Dando curso às tentativas de industrialização do interior, nesse ano o inglês Robert Mac-Cullock instala no paraná da Eva uma fábrica de aguardente de cana e serraria com máquina de vapor de força de quinze a vinte cavalos. A serraria não foi avante, mas o engenho iria produzir, nos próximos quinze anos, centenas de pipas de cachaça, rendendo a seu proprietário dezenas de milhares de réis.

Ao tempo, a estatística projetou para Serpa um universo populacional de 2.587 habitantes, dos quais 1.368 eram homens e 1.109 eram mulheres, excetuados 110 estrangeiros. Nesse mesmo exercício, haviam sido realizados 13 casamentos, 101 nascimentos e 30 óbitos. Em população, Serpa perdia apenas para Manaus (9.813 hab.), Maués (5.961 hab.), Silves (3.462 hab.) e Vila Bela (3.225 hab.).

Os números da economia se mostravam muito significativos: onze canoas estavam empregadas no comércio de regatão; equipadas por trinta e quatro homens, haviam conduzido um total de 68 toneladas de mercadorias. No volume de comércio interior, embarcando 173 toneladas de produtos diversos, o porto de Serpa era suplantado apenas pelo de Manaus (218 toneladas).

Segundo os registros da Coletoria Provincial foram exportados para o Pará tabaco, café, cacau, estopa, breu, castanha, óleos e drogas medicinais, borracha, manteiga de ovos de tartaruga, banha de peixe-boi, farinha de tapioca, mixira de tartaruga e pirarucu seco. Além disso, foram vendidos: couros salgados e secos, madeira em tábua e em toras, tijolos, telhas,

tartaruga, peles de animais, etc. A farinha e a carne eram importadas de Belém, através dos vapores da Companhia do Amazonas.

Em face da Lei de Terras nº 601, de 18.09.1850, o quadro fundiário de Serpa em 1856, segundo o respectivo livro de registro paroquial, estava representado em cento e quatorze posses rurais.

Tendo perdido em 1833 o predicamento de vila e, conseqüentemente, passado a freguesia, Serpa ralava-se de preocupações para superar o rebaixamento sofrido. Segundo a Divisão Judiciária e Policial da Província, até 1857, a freguesia representava um simples distrito de paz e sub-delegacia subordinada ao município de Silves.

Pertencendo, por outro lado, ao Primeiro Colégio Eleitoral sediado em Manaus, nada fazia lembrar aqueles áureos tempos de 1821/1825 em que, disputando com o Lugar da Barra o gerenciamento político-administrativo do Amazonas, sua Câmara Municipal exercitara em plenitude um poder de decisão jamais apresentado por outra comunidade amazônica.

Curioso é que, apesar de destituída de seu foro municipal, Serpa crescia tanto demográfica quanto economicamente. Esse fato justificava ainda mais a intensificação do trabalho pela recuperação do velho predicamento, passando a população da freguesia a atuar entusiasticamente nessa direção. As várias frentes de luta levando em frente essa postulação, finalmente, conseguiram sensibilizar as autoridades: no dia 10.12.1857 o 5º presidente provincial Francisco José Furtado (1818-1870; governou em 1857-1859) promulgou a Lei nº 74, elevando a freguesia de Serpa à categoria de vila, cujo texto foi registrado às fls. 94, do Livro das Leis Provinciais.

À época - ano de 1857, - repetindo o feito da vinda anterior de 22 chineses e alguns portugueses, aguardava-se a chegada de 50 negros africanos, procedentes de São Matheus e Serinharem, encomendados pelo visconde de Mauá, presidente da Companhia de Comércio e Navegação do Amazonas.

Por deliberação do Aviso Imperial de 30.12.1856 do Ministério da Justiça, esses escravos vinham destinados a trabalhar na Colônia Itacoatiara, instalada por aquela empresa nas cercanias da vila. Do total acima, só chegaram em Serpa 37, pois em viagem faleceram 7 e os outros 6 tomaram rumo ignorado. Segundo o historiador Antônio Loureiro, eles teriam sido os últimos negros entrados no Brasil, após a proibição do tráfico africano, e faziam parte do chamado grupo de escravos estatais, fantasiados com o nome de **escravos livres.**

Esse contingente de homens misturados aos nativos de Itacoatiara ajudou a promover a modificação do quadro étnico local. Ainda hoje, muitos descendentes de escravos negros vivem na região do lago de Serpa e suas vizinhanças.

O município, verdadeiramente, começou a existir com a elevação da freguesia de Serpa ao foral de vila, cuja solenidade de instalação ocorreu a 24.06.1858.

Na oportunidade, foram empossados os vereadores eleitos Manuel Joaquim da Costa Pinheiro, Antônio José Serudo Martins, Damaso de Souza Barriga, Agostinho Domingues de Carvalho, Raymundo Cândido Ferraz, João da Cruz Pinheiro e Manoel Porfírio Delgado. Desses sete membros da Câmara, dois exerciam a função de juizes de paz, titular e suplente.

A cerimônia de instalação foi presidida pelo vereador Salustino de Oliveira, presidente da Câmara Municipal da vila de

Silves: cumpria-se o ritual estabelecido na Lei regulamentar das câmaras municipais, editada em 1°.10.1828.

Para marcar o evento, os moradores de Serpa foram convidados a fazer a iluminação das janelas de suas casas por três noites consecutivas. A seguir, foi proclamado presidente da Câmara de Serpa - e, portanto, gestor do município - o vereador mais votado Manuel Joaquim da Costa Pinheiro[14], o qual, ao encerrar a sessão, convidou os presentes para assistirem à missa rezada em ação de graças, pelo padre Francisco Benedito da Fonseca Coutinho.

A instalação da vila de Nossa Senhora do Rosário de Serpa realizou-se em um prédio antigo que servira de quartel à Guarda Nacional[15], situada "à rua nova que dava ao Jauary", atual rua desembargador Meninéa, justamente defronte à atual residência da família Resk Maklouf. Seis meses após, a Câmara passou a funcionar na casa do vereador Damaso de Souza Barriga, na esquina da praça da Glória com a rua Formosa.[16]

Um ano após a instalação, o cientista alemão Robert Avé-Lallemant (1812-1884) visitou Serpa, descrevendo-lhe o meio físico, os costumes e o modo de ser de seus moradores. As casas da vila estavam algarismadas em 408, atingindo a população do burgo a cifra de 1.120 habitantes.

---

[14] O português Manuel Joaquim morreria em dezembro desse ano, ou seja, seis meses após haver assumido a presidência da Câmara.

[15] e [16] O Livro original, constando a ata de instalação (Livro de Actas 1858-1865), acha-se em poder do Autor deste trabalho, que o ofertará à Prefeitura Municipal, para fazer parte do acervo do Museu em vias de instalação pelo prefeito Miron Osmário Fogaça. Por outro lado, a praça da Glória é a atual praça da Matriz (já foi, sucessivamente, praça da Glória, praça 13 de Maio e Boulevard Getúlio Vargas), e a rua Formosa é a ex-rua Saldanha Marinho e atual rua Ministro Waldemar Pedrosa.

Os limites territoriais da vila (Leis nº 78, de 2.01.1858 e 92, de 6.10.1859), a oeste com a freguesia de Manaus; a leste com a de Maués; ao norte com a de Silves; e ao sul com Canumã, no Madeira, foram contestados pelo pároco de Silves, padre Daniel Pedro Marques de Oliveira.

Transferido das proximidades da igreja Matriz para local mais ao centro, ao norte da vila, ligado por uma estrada de cerca de trezentos metros de extensão, em 1860 começou a funcionar o Cemitério São Miguel.[17]

Coincidindo, com o crescimento econômico que avultava, expresso no aceleramento da exportação de produtos extrati-vos, em 1865 Serpa foi assaltada por um movimento sedicioso.

Era alta noite (17 de junho): elementos estranhos, fortemente armados, invadiram o quartel da Guarda Nacional, rendendo a guarda e levando armas e munições. Em seguida, arrombaram o cofre da Câmara, desfalcando-o em mais de quatro contos de réis. De início, os moradores da vila julgaram tratar-se os assaltantes de paraguaios, mas logo constatou-se serem os mesmos assaltantes comuns. Os estragos só não foram maiores, graças à bravura demonstrada pelo alferes Antônio José Serudo Martins, presidente da Câmara, e o cabo Manoel José Maquiné que, liderando um grupo de voluntários, enfrentaram os sediciosos, derrotando-os, após sangrento combate.

Apresentando uma população de 4.627 pessoas, em 1868 Serpa era o terceiro município mais populoso do interior do Amazonas. Importante entreposto de comércio com o rio Madeira, sua Coletoria era fonte segura de arrecadação de

[17] A estrada do Cemitério é a atual rua Cassiano Secundo. Antes de receber essa denominação foi travessa 15 de Novembro e rua da Igualdade.

tributos, contribuindo com excelente quadro de receita para a Província. O aspecto urbano da sede municipal melhorava sempre.

Em 1870, foi dado início à construção da avenida principal.[18] Alinhada pela frente da Câmara, com treze metros de largura e cerca de quinhentos metros de extensão, em seis meses foi realizada a sua abertura. Também foram ampliadas a rua Nova (atual Meninéa), a rua Formosa (atual Barão do Rio Branco) e a rua Estrela (atual Waldemar Pedrosa), propiciando a ligação da vila ao lago Jauary. O bairro da Colônia, oriundo de resquícios do antigo estabelecimento agro-industrial, era ligado a vila através da estrada da Colônia (atual rua Álvaro França). No ano seguinte (1871), começava o bairro do Jauary, onde se destacava a fazenda Terra Preta do imigrante norte-americano Jazon Williams Stone, que chegou a Serpa em 1866.

Quatorze anos após reconquistar a denominação de vila, nos termos do decreto imperial nº 5.146, de 27.11.1871, Serpa era elevada à categoria de termo, ganhando seu primeiro juiz municipal, o bacharel Ernesto Rodrigues Vieira. A seguir, invertendo posição anterior, pelo decreto imperial nº 5.210, de 1º.02.1872, Serpa passou a subordinar o termo de Silves. Era um tijolo a mais depositado na construção do futuro edifício pró-predicamento da cidade e comarca de Itacoatiara.

Um ano antes de se tornar cidade, como que se preparando para o auspicioso acontecimento, Serpa recebia dois melhoramentos urbanos importantes: a instalação, nas suas ruas

[18] No final do século passado, essa via recebeu a denominação de travessa da Liberdade. Posteriormente, passou a ser, sucessivamente, Av. Conselheiro Ruy Barbosa, Plínio Coelho,TorquatoTapajós e, atualmente, Av. Parque.

centrais, do serviço de iluminação a gás carbônico e a conclusão da escola pública do sexo masculino.[19]

(Cf. Náufel, 1988, Reis, 1931, 1934, 1940, 1942 e 1948, Rocque, 1967, Ferreira, 1986, Relatórios da Província, vols. 1 - 1851/1852, 2 - 1852/1853, 3 - 1854/1855, 4 - 1856, 5 - 1857 e 6 - 1858, Souza, 1994, Amazonas, 1984 e 1988, Freire e outros, 1991, Silva, 1965, 1979 e 1997, Jobim, 1948, PSDB, 1989, Koogan/Houaiss, 1993, Galvão, 1966, Mirador, 1995, Sampaio, 1856 e 1985, Paolo, 1986, Baena, 1969, Monteiro, 1952, Spix e Martius, 1962, Bates, 1979, Wallace, 1939, Prado, 1972, Chiavenato, 1989, Miranda, 1908, Barsa, 1995, Nery, 1979, Bittencourt, 1981, Loureiro, 1978 e 1989, e Lago, 1985).

CRONOLOGIA DESTE CAPÍTULO

1758 - Instalada em Barcelos a Capitania de São José do Rio Negro. Empossado seu primeiro governador o coronel Joaquim de Mello e Póvoas.

1759 - Mello e Póvoas instala solenemente a vila de Serpa e dá posse a seus vereadores. Mendonça Furtado regressa a Lisboa.

1760 - Mello e Póvoas é transferido para São Luiz do Maranhão. Assume em seu lugar o governador Gabriel de Souza Filgueiras.

---

[19] A escola de primeiras letras destinada a alunos do sexo feminino fora criada em 23.05.1869. Mas entrou em funcionamento somente em 1873, alistando 14 meninas.

1774 - O intendente-geral e ouvidor da Capitania Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio regulamenta as eleições da Câmara Municipal de Serpa.

1792 - A sede da Capitania é transferida de Barcelos para o lugar da Barra.

1796 - As câmaras passam a ser dirigidas por "juízes-de-fora". O exercício do voto e da vereança passa dos nativos aos proprietários ou comerciantes À investida das "expedições régias", Serpa sofre grande desfalque em sua população.

1798 - Criado o Corpo de Trabalhadores, abolindo o sistema de Diretorias de Índios. A sede da Capitania do Rio Negro volta a Barcelos.

1808 - O território da Amazônia é reintegrado ao Estado do Brasil. O Lugar da Barra sedia novamente a Capitania.

1818 - As câmaras municipais postulam junto a dom João VI a separação do Amazonas da Província do Pará.

1820 - Os cientistas Spix e Martius visitam Serpa.

1821 - No Lugar da Barra é instituída a Junta Governativa. Serpa disputa com a futura Manaus o gerenciamento do Amazonas.

1822 - Independência do Brasil e fundação do Império.

1823 - A Junta Governativa e a Câmara de Serpa reconhecem o regime imperial.

1824 - Promulgada a Constituição imperial. Ainda dependente do Pará, a Capitania é rebaixada a Comarca.

1825 - Com poderes administrativos amplos é restabelecida na Barra a Câmara de Barcelos. Cessa a influência política de Serpa, cuja Câmara volta a ter uma atuação restrita a seu território.

1827 - O ouvidor Domingos Nunes Ramos Ferreira realiza audiência de correição em Serpa.

1828 - Baixada a Lei regulamentar das câmaras municipais de 1°.10.1828, que as considera "corporações meramente administrativas".

1831-1840 - Período monárquico dominado pelas regências.

1832 - Através de manifesto assinado na Barra é proclamada a Província do Amazonas e formado um Conselho de governo. O movimento é sufocado violentamente pelas forças navais paraenses. Promulgado o Código de Processo Criminal do Império.

1833 - Pondo em execução o Código de Processo Imperial, o governo do Pará divide a Comarca do Alto Amazonas em termos. A vila de Serpa é extinta e considerada simples freguesia anexada a Manaus.

1834 - O ex-vereador de Serpa João da Cunha e Silva é nomeado juiz de órfãos da Comarca do Amazonas. Baixado Ato Adicional à Constituição imperial.

1835 - A guerra da Cabanagem se inicia no Pará e cobre toda a Amazônia. A freguesia de Serpa é atacada e saqueada.

1837 - Termina a Cabanagem, mas a repressão aos cabanos é ampliada até 1840.

1840 - Serpa retoma o crescimento demográfico.

1849 - Os naturalistas ingleses Bates e Wallace chegam a Serpa e narram-lhe o folclore e a vida econômica e social.

1850 - Criada a Província do Amazonas. A cultura da borracha propicia uma grande movimentação comercial no Autazes e Madeira. Serpa amplia negócios com a Bolívia.

1851 - Criadas em Serpa a Agência Postal e a Coletoria Provincial.

1852 - Inauguração da Província e posse de seu primeiro presidente João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha. Serpa permanece como simples freguesia.

1853 - O navio "Marajó", inaugurando a navegação a vapor no Amazonas, toca o porto de Serpa. Instalada na freguesia a primeira escola de primeiras letras do sexo masculino.

1854 - Instalada, nas proximidades de Serpa, a Colônia Itacoatiara, estabelecimento agro-industrial presidido pelo visconde de Mauá, e raiz do atual bairro da Colônia.

1855 - A população de Serpa é acometida de um surto epidêmico de cólera, varíola e febre amarela.

1856 - O inglês Robert Mac-Cullock instala uma fábrica de aguardente e serraria no Paraná da Eva.

1857 - Através da Lei nº 74, Serpa recupera o foral de vila. Para trabalhar na Colônia Itacoatiara chegam à vila 37 escravos africanos.

1858 - Instalação solene da vila de Nossa Senhora do Rosário de Serpa. Morre o primeiro presidente da Câmara Municipal, capitão Manuel Joaquim da Costa Pinheiro.

1859 - O viajante e pesquisador alemão Robert AvéLallemant chega a Serpa. Marcados os limites municipais.

1860 - Começa a funcionar o Cemitério São Miguel.

1865 - Bandidos armados, tomam de assalto a vila: saqueado o quartel e arrombado o cofre da Câmara.

1866 - Chega e se estabelece em Serpa o norte-americano Jazon Williams Stone .

1868 - Serpa melhora nos aspectos econômico e urbano.

1869 - Criada a escola do sexo feminino.

1870 - Iniciada a abertura da avenida principal.

1871 - Ampliação das ruas em demanda do lago Jauary. Começa o bairro desse nome. Criado o termo municipal.

1872 - O termo de Silves é anexado ao de Serpa.

1873 - Instalado o sistema de iluminação a gás carbônico. Inaugurada a primeira escola pública do sexo masculino.

Capítulo IV

Sob o pálio de Nossa Senhora do Rosário.

O CATOLICISMO TEM SUA HISTÓRIA LIGADA às raízes da existência de Itacoatiara. Aliás, o historiador Arthur Cézar Ferreira Reis preleciona que cerca de quarenta por cento das cidades erguidas na Amazônia brasileira foram antigas missões religiosas. O primeiro conglomerado itacoatiarense foi fundado pelos padres da Companhia de Jesus.

Excetuados os trabalhos levados a efeito pelos jesuítas Antônio Vieira em Aibi (1655), João da Silva em Abacaxis (1696), Francisco Molovetz (1709) e João de Sampaio (1712) em Canumã, Francisco Veloso e Manuel Pires (1657), Aluízio Portel e José Maria Garzoni (1660) em Amatary, a transladação e o estabelecimento da primitiva vila às margens do rio Amazonas foram marcados por atos de religiosidade.

Inaugurada a vida municipal de Serpa, em 1759, a ação do catolicismo aqui logo se consolidou. Anteriormente (1755), havia sido criada a Vigararia-geral do rio Negro, comandada pelo padre José Monteiro de Noronha que imediatamente seguiu para exercer suas funções em Mariuá (atual Barcelos).

Simultaneamente à instalação da vila foi criada a igreja de Nossa Senhora do Rosário de Serpa, mandando-se vir de Lisboa a imagem de sua santa padroeira - moldada em gesso e papelão, como era da tradição.

A criação da igreja-sede da Paróquia, foi antecedida apenas pela das matrizes de Manaus (1695), Coari (1744) e Borba (1755). É contemporânea, por outro lado, das igrejas de Tefé, São Paulo de Olivença e Silves .

Vê-se, pois, que a Paróquia de Serpa[1] nasceu do zelo apostólico de dedicados missionários que perlustraram os sertões amazonenses nos meados do século XVIII. Na nascente vila, com a ajuda do povo, edificaram eles a capelinha de madeira coberta de palha, onde se reuniam com os índios e os poucos **civilizados** ali existentes, cantando os louvores da Virgem Maria[2] e ensinando a religião de Cristo.

Ao lado da igrejinha foi aberto o Cemitério, administrado pela autoridade eclesiástica. Nesses primeiros tempos, de Belém vinham padres para ministrar os sacramentos pois, somente a partir da instalação da Província do Amazonas, em 1852, a vila iria possuir vigários efetivos.

Até chegar ao vasto e elegante templo que, hoje, se ergue imponente à principal praça da cidade, a outrora capelinha passou por sucessivas reformas e ampliações, deu lugar a outras construções, sediou muitos eventos e recebeu visitas ilustres.

A serviço do Bispado do Pará, em 1787 o bispo dom Caetano Brandão (1740-1805) visitou a igreja, mandando

---

[1] e [2] Paróquia é a divisão territorial de uma diocese sobre a qual tem jurisdição um sacerdote, o vigário. Por outra parte, o culto à Virgem Maria foi liberado a partir do Concílio de Éfeso, realizado em 431 d.C., presidido por Cirilo, bispo de Alexandria. Nele foram condenadas as opiniões de Nestório, bispo de Constantinopla, que negava à Virgem Maria a denominação de Mãe de Deus, admitindo apenas o título de Mãe de Cristo. Para Nestório, Maria havia concebido apenas um homem, que, mais tarde, pela graça de Deus, se havia tornado instrumento da divindade. O bispo de Constantinopla fazia questão de não misturar a natureza humana com a divina, muito embora tivesse que ressaltar, para isso, o caráter inteiramente humano de Jesus. Modernamente, o culto da Virgem Maria e suas aparições milagrosas têm ocasionado grandes centros de peregrinação até os dias de hoje: La Sallete e Lourdes, na França, e Fátima, em Portugal.

proceder-lhe os primeiros melhoramentos.

Em 1803, deu-se a visita pastoral do sétimo bispo do Pará dom Manoel de Almeida de Carvalho (1748-1818). Ele viera para animar a vida religiosa e verificar as condições físicas das igrejas ribeirinhas. A de Serpa melhorava sempre e, pouco mais tarde, nada fazia lembrar aquelas suas desconcertantes feições de antigamente.

Em 1831, os trabalhos eclesiásticos estavam sendo ministrados pelo padre João Antônio da Silva que havia assumido o seu ministério a 14 de junho do mesmo ano.[3] A igreja era pequena, "em parte coberta de telhas e em parte coberta de palha".

Após as refregas políticas de 1832, pastoreou algum tempo na Paróquia de Serpa o famoso padre frei José dos Santos Inocentes. Viera cumprir pena por haver tomado parte do movimento autonomista na futura Manaus, que aclamou a separação do Amazonas da província do Pará.

Em 1847, outro bispo visitou Serpa: dom José Afonso de Morais Torres (bispo diocesano do Pará em 1844-1859). Extremamente **papista,** encontrou a igreja em excelente estado de conservação, pensou construir um seminário na vila[4] e tentou propiciar uma maior aproximação do "povo miúdo" do catolicismo, então estreitamente ligado ao extrato social mais privilegiado, representativo dos "coronéis".

Por ocasião da passagem de dom José Afonso, ainda era

---

[3] Cf. Mapa da Divisão Eclesiástica do Amazonas - 1856.

[4] Pensava, assim, prestar "um serviço importante à educação e instrução da mocidade". Ainda abriu uma subscrição para arrecadar fundos, mas, tendo apurado somente cinco contos de réis, desistiu da idéia. Foi quem lançou os fundamentos do Seminário São José, em Manaus.

vigário colado da freguesia o padre João Antônio da Silva; espírito exaltado, lutou contra os cabanos e em 1837/38 havia estado na Barra, onde, além de sacerdote, foi professor.

No interregno 1843/1848, segundo dados coletados dos livros de batismos, casamentos e óbitos da Prelazia, ainda vigariaram em Serpa os padres Nuno Alves do Couto (1843) e Gaspar Porfírio Delgado (1848).

Sensível aos apelos da população que pugnava pela conclusão do novo templo, em 1854 o presidente provincial Herculano Ferreira Pena (1811-1867) repassou à comissão organizadora 1.050 telhas de barro e a quantia de duzentos mil réis. Essa verba, somada aos cerca de trezentos mil réis de donativos arrecadados pelo povo, proporcionou um avanço considerável nas obras da Matriz.[5]

O novo prédio da igreja - começado provavelmente em 1840 - era pequeno, medindo exatamente onze metros de frente por oito e meio de fundos. Era mais largo devido às varandas laterais. Suas obras finais tomariam um grande impulso após o funcionamento da olaria da Colônia Itacoatiara.

Como forma de descentralizar as atividades religiosas na Amazônia, em 13.04.1855 é criada a Comarca Eclesiástica do Alto Amazonas, dividindo o Estado em seis distritos. A

---

[5] Então, os interesses da Igreja estavam incluídos nos do Estado, e vice-versa. Haviam os "subsídios que o Império dava à Igreja, através da **côngrua** paga aos sacerdotes, e as verbas orçamentárias destinadas aos seminários". Assim como os que exerciam cargos públicos deviam jurar fidelidade à reli-gião, o clero dependia do Estado. A luta pela separação de ambos só triunfou com a queda do Império, efetivada após a proclamação da República, por decreto de 7.01.1890, do marechal Deodoro da Fonseca (1827-1892).

Paróquia de N. S. do Rosário de Serpa passou a fazer parte do 1° Distrito, sob a vigararia do padre João de Santa Cruz .

Entretanto, à inconstância dos vigários locais, freqüentemente deslocados para cumprir missões em outras freguesias, em 1857 a sede da Paróquia carecia de "asseio e conservação". O diretor de Obras da Província, João Wilkens de Mattos (1822-1889), relatando o estado lastimável em que se encontravam os objetos de uso interno da igreja, protestava contra o abandono a que foram relegadas "as banquetas de madeira prateadas, ofertadas, para dois altares laterais, pelo cidadão José de Carvalho Serzedelo", que ali residiu por muito tempo.[6]

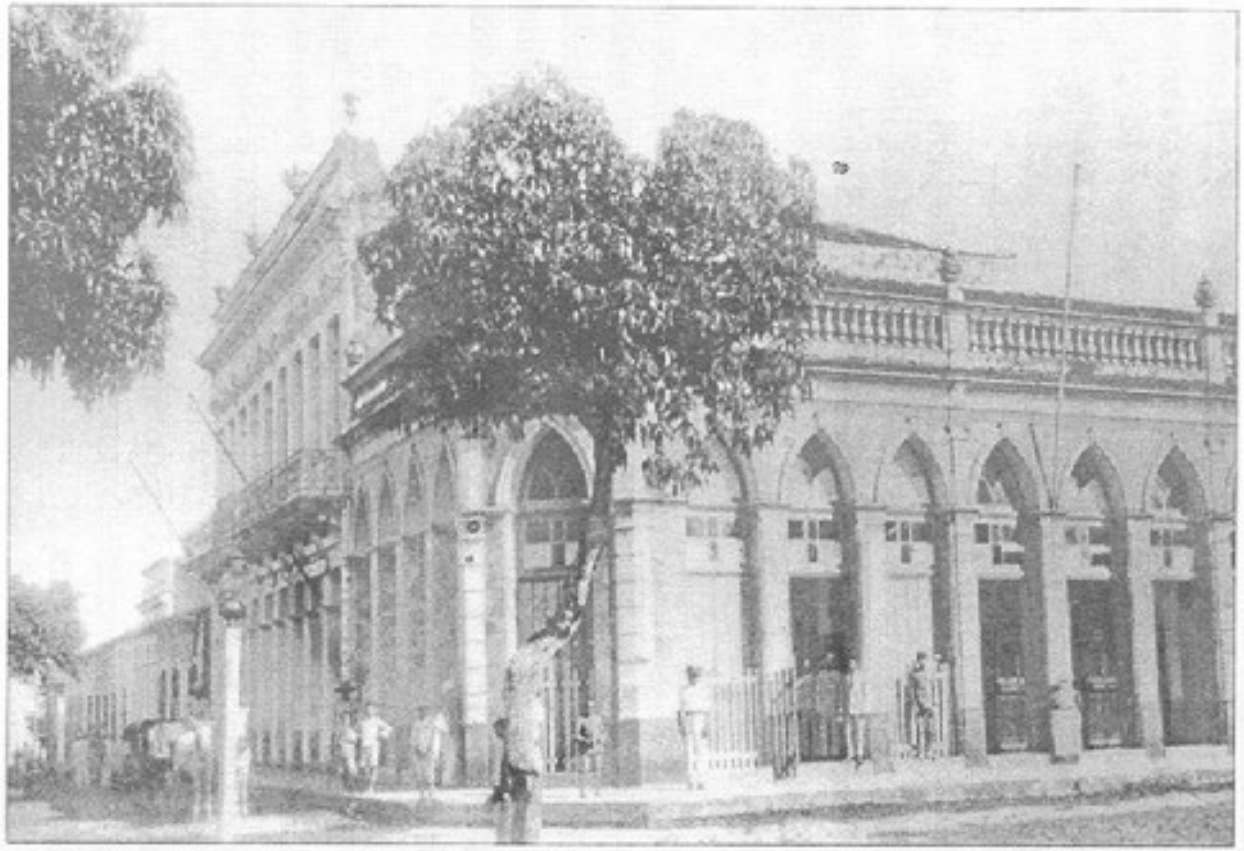
Em 1851 (ficou até agosto de 1854) era pároco o padre Manoel Inácio Raposo, substituído pelo padre Daniel Pedro Marques de Oliveira (pároco de Silves em 1854/1881).

Segundo comentários do vigário-geral cônego Joaquim Gonçalves de Azevedo (1814-1879), "em 1858 estava em bom estado a igreja de Serpa", mas seu rendimento, proveniente das cobranças de "acompanhamento de sua cruz aos enterros, das missas cantadas, de repiques de sinos...", era insignificante. Pudera ! Nova igreja estava sendo concluída para substituir à primitiva. Mas, a despeito de representar "matriz nova, de telha", seus ornamentos ainda se encontravam em péssimo estado" e ela estava desprovida de paramentos para a celebração dos ofícios divinos.

Por decreto de 27.11.1854, o padre Luiz Martinho de Azevedo Couto havia sido nomeado vigário colado, exercendo a função cumulativamente com a de vigário-geral provincial (confirmado em 9.03.1855). Mas, tendo adoecido, se retirou

---

[6] Cf. o próprio, in Relatório apresentado em 21.09.1857.



Intendência Municipal, no início deste século. No fundo, à esquerda, a Superintendência (altos do prédio Aquilino Barros), com o carro de luxo à porta. Na esquina o poste de iluminação a gás.

para tratamento em Belém, ficando afastado da Paróquia durante largo período de tempo.

A partir de então, a Paróquia de Serpa foi servida dos seguintes vigários encomendados: frei João de Santa Cruz (novembro/1855 a agosto/1856); padre José Bernard Pinto e Roza (setembro/1856 a janeiro/1857) e padre Francisco de Paula Cavalcante Albuquerque (janeiro a agosto/1857). Além das funções sacerdotais, o primeiro e o último também lecionaram na escola de primeiras letras da freguesia.

Provisão de 27.11.1857, passada pelo governador do Bispado, designou o padre Francisco Benedito da Fonseca Coutinho, que tomou posse a 18.04.1858. Foi ele quem rezou a missa solene de reinauguração da vila de Nossa Senhora do Rosário de Serpa, em 24.06.1858.

Francisco Coutinho foi removido, em maio de 1860, a pedido, para a Paróquia de Crato, no Madeira, sendo a Matriz da Paróquia de Serpa encomendada ao padre Fidélis Honório Rodrigues Guedes, nomeado em 1°.05.1860. Enquanto isso, o titular da Paróquia, vigário Luiz Martinho de Azevedo Couto, continuava em Belém, a tratamento de saúde.

Em 1859, a nova igreja já estava concluída, merecendo elogios do viajante e pesquisador alemão Robert Avé-Lallemant[7] **7,** nestes termos: "Numa grande praça coberta de mato alto, ergue-se uma igreja caiada e coberta com telhas, bastante grande para Serpa, que pelo menos tem um aspecto decente e podia servir de modelo às que estão sendo construídas em Tefé e São Paulo de Olivença".

A esse tempo, obedecendo a planta da vila levantada pelo

[7] Cf. Avé-Lallemant, 1980

engenheiro alemão Moritz Becher, o Cemitério público havia sido transferido das proximidades da igreja Matriz, numa distância de cerca de 330 metros, ligado por uma estrada, para o centro da mata.[8]

Dois anos depois da estada do alemão Avé-Lallemant em Serpa, relatando a inspeção que fez à igreja, o engenheiro Silva Coutinho (1830-1889) teceria as seguintes considerações: "A matriz tem cinqüenta palmos de frente e trinta e nove de fundos. As paredes construídas de estaca e argila, com um palmo de largura, sofrem com as chuvas do inverno e precisam de reparos quase sempre. A cobertura é de telha". Nesse tempo, era vigário da vila o padre Fidélis Honório Rodrigues Guedes. Havendo assumido em 15.07.1860, foi substituído em julho de 1862 por frei João de Santa Cruz, cujo exercício durou pouquíssimo: dois meses apenas.

A nova igreja substituiu à primitiva capelinha de madeira e palha, sucessivamente remodelada e ampliada; assentada em terreno atualmente ocupado pela quadra esportiva Herculano de Castro e Costa. Construção tosca, de taipa (madeira e barro), coberta de telhas tipo marselha, era um casarão fechado, calorento, constituído de larga porta e duas janelas elevadas na sua parte frontal. O prédio era encimado por uma pequena cruz, não possuindo campanários. O sino, pendurado à parte, se apoiava em um grosso esteio de madeira fincado ao lado direito.

Em 1862, o bispo dom Antônio de Macedo Costa (1830-1891) realiza a sua primeira visita à vila de Serpa (voltaria, posteriormente, a já instalada cidade de Itacoatiara duas vezes mais, respectivamente em 1869 e 1881). Conhecido pelo senso de oportunismo que imprimiu às suas cartas pastorais, participou ativamente da célebre "questão religiosa" de 1873: insurgindo-se

[8] Cemitério São Miguel, onde é hoje a igreja de São Francisco de Assis.

contra a maçonaria, foi preso à ordem do Imperador dom Pedro II (1825-1891). Dom Macedo combateu fortemente a escravidão a que vinham sendo submetidos os índios.[9]

Em julho de 1862, frei João da Santa Cruz havia assumido pela segunda vez a Vigararia, substituído em outubro pelo padre Francisco Benedito da Fonseca Coutinho, que retornara a Serpa, exercendo a chefia de sua Paróquia até janeiro de 1864. Algumas vezes, nesse período, padre Coutinho foi auxiliado pelo vigário de Silves Daniel Pedro Marques de Oliveira. Seu substituto interino, a partir de sua saída, foi o padre Gaspar Porfírio Delgado (de março de 1864 a julho de 1865).

Entre dezembro de 1865 e julho de 1868, a direção da Paróquia esteve a cargo do padre João Antônio Fernandes. Retorna, a seguir, Gaspar Porfírio Delgado. Velho e cansado, esse zeloso vigário não estava mais à altura dos serviços eclesiásticos. Adoece em julho de 1872, vindo a falecer em janeiro de 1873. Desde sua prostração até vir seu substituto legal, deu-lhe cobertura o pároco silvense Daniel Pedro Marques de Oliveira.

A cargo do empreiteiro português José Pinto de França, em 1872 foi inaugurado o serviço de construção e pintura do forro da capela-mor da Matriz.

Em 1873 foi designado o último vigário da vila de Serpa: padre Manuel Ferreira Barreto (exerceu a vigararia até 1878).

---

[9] "Para evitar o aniquilamento da raça americana", em 1866 as diretorias dos índios foram extintas, a pedido de dom Antonio de Macedo Costa. As diretorias funcionavam desde a regulamentação do Ato imperial de 24.07.1845, e serviam para administrar os índios, educá-los e organizá-los em "comunidades produtivas". Na verdade, elas serviam como núcleo de arregimentação da mão-de-obra silvícola.

Paraense de Cametá, nasceu em 13.04.1819 e faleceu nesta cidade em 14.06.1881. Seus ossos foram enterrados no Cemitério São Miguel e posteriormente transladados para o do Divino Espírito Santo.

Em 5.06.1874 foi instalada a cidade de Itacoatiara, criada através da Lei nº 283, de 25.04.1874.

Entre 1880 e a data de criação da Diocese do Amazonas (1892), estiveram no exercício da Vigararia da Paróquia de Itacoatiara os padres: Carlos Nascimento - cumulativamente com a de Parintins (1880); José Henrique Félix da Cruz Dácia (1881/1882); João Coelho de Miranda (1883), além do interino monsenhor Raimundo Amâncio de Miranda (1884/1891).

Por ocasião da terceira visita do bispo dom Antônio de Macedo Costa ao Amazonas (23.03.1881), para fazer face aos serviços de ampliação da Matriz de Itacoatiara, foi consignada no orçamento provincial (Lei nº 532, de 27.05.1881) a quantia de trinta contos de réis (30:000$000).

Iniciadas em meados de 1882, as obras de aumento da área física da igreja levaram muitos anos para serem concluídas. Fotografias tiradas em 1925 visualizam a rusticidade desse templo que, demolido em 1933, foi substituído pelo atual. Todavia, depois de passar por várias adaptações, durante mais de cem anos ele serviu de palco a tantas celebrações litúrgicas e abrigou milhares de fiéis, fruto de muitas gerações emocionadas que, ali, choraram seus mortos, consolidaram suas famílias, batizaram e crismaram seus filhos e comemoraram as grandes datas da Igreja e da Pátria, dando vazão aos sólidos sentimentos de fé e religiosidade cristãs do povo itacoatiarense. Em 1888, ainda foram liberados dois mil e quinhentos contos de réis para as obras de acabamento da sede da Paróquia e dois contos de réis para a aquisição de suas alfaias .

Em 27.04.1892, o papa Leão XIII (1810-1903) criou a Diocese, sucedânea da Comarca Eclesiástica do Amazonas. Instalada em Manaus em 1894, foi seu primeiro bispo dom José Lourenço da Costa Aguiar (1847-1905). Dois anos depois, o governador Fileto Pires (1866-1917) fez entrega à Dioceses dos próprios destinados aos ofícios católicos. Em Itacoatiara o prédio transferido e único existente foi o da igreja Matriz. Embora tardiamente, se operacionalizava no Amazonas a separação entre o Estado e a Igreja, determinada pela proclamação da República.

A despeito dos livros correspondentes da Prelazia apontarem uns claros em 1894/1898 e em 1899/1900, seguem-se os vigários itacoatiarenses dos primeiros vinte anos pós-República: padre João Evangelista Alves (1892/1894); padres Damião Basse e J. Barros (1898); padres João Evangelista Alves e José Antônio Cavalcante (1899); padres Manoel José de Senna Martins e João Wistz (1900); padres Alexandre Jell Hubert, Thomas Lahoma e J. Barros (1901/1902); padre Manoel José de Senna Martins (1900/1904); padre Manoel Florêncio da Costa (1903/1905); cônego José Henrique Félix da Cruz Dácia (1906/1907); padres João Coelho e, novamente, Manoel Florêncio da Costa (1908/1910).[10]

Para suceder o padre Manoel Florêncio da Costa, afastado das missões sacerdotais por motivos políticos, a partir de 7 de julho de 1911 chega a Itacoatiara e assume a Vigararia

[10] Segundo anotações retiradas do diário do falecido desportista Márcio Agassiz de Oliveira (1988), quando o seu pai, agrimensor Cassiano Secundo Nunes de Oliveira, chegou a Itacoatiara, em 1903, o vigário da cidade era o padre Manoel Florêncio da Costa. É lamentável, mas não existe registro algum a esse respeito nos arquivos da Prelazia. Por outro lado, segundo dados colhidos no interior do vizinho município de Itapiranga pelo bispo dom Jorge Marskell, também trabalharam na Paróquia de Itacoatiara, entre 1900/1910, os padres Amaro, Israel e João Coelho.

o padre português Joaquim Pereira.[11]

Padre Florêncio procedia do Estado da Bahia e estava em Itacoatiara desde 1903. Tendo se insurgido contra os desmandos promovidos pelos **coronéis** da época, foi duramente perseguido e ameaçado de prisão, e por isso abandonou a Igreja.

Quanto a padre Pereira, nasceu em Leiria, Portugal, em 22.12.1878. Adepto do regime monárquico, com a proclamação da República em Portugal, em 1910, teve que deixar o país, entre o final desse ano e o começo de 1911, escapando às perseguições infligidas pelo novo governo às congregações religiosas e ordens monásticas amplamente favoráveis e coniventes com o regime deposto. Antes de ser designado para Itacoatiara, trabalhou em algumas igrejas da periferia do Rio de Janeiro.

Padre Joaquim Pereira foi nomeado pelo bispo dom Frederico Benício de Souza Costa (1883?-1948) vigário da Paróquia de Itacoatiara e encarregado das de Silves e Urucará, "pelo período de um ano". Na verdade, nunca mais saiu daqui, ficando em Itacoatiara até morrer.

No início do ministério de Joaquim Pereira, funcionou em Itacoatiara, cerca de 1912/1915, o "Colégio das Irmãs Franciscanas" que, além do curso elementar, ensinava prendas, catecismo e piano. A escola funcionou na avenida 7 de setembro e as religiosas usavam hábito preto, véu até os ombros, pala branca, cinto com Rosário e cruz ao peito. Foram algumas delas: Irmã Constantina, portuguesa, e irmãs São Paulo, Clara, Maria e

[11] À sua chegada, era sacristão o velho Júlio Lucas. A história desse período interessantíssimo da Igreja itacoatiarense, envolvendo os padres Manoel Florêncio da Costa e Joaquim Pereira, será contada em um próximo trabalho de nossa autoria, intitulado: **Homens e Coisas de Itacoatiara**.

Cacilda, brasileiras. Segundo entrevista concedida pelas irmãs Ana (Anita) e Pautila (Tila) Menezes[12], arquivada na Prelazia, essas religiosas deixaram a cidade amedrontadas com os seguidos ataques promovidos por vândalos à sua escola e residência. Padre Alcides Peixoto, igualmente questionado, atribue à motivação política a causa da saída dessas irmãs (alemãs, segundo ele) de Itacoatiara.

Por esse tempo, estava em voga a realização de atos religiosos a título de novenas ou ladainhas nas casas de particulares, promovidos por fiéis leigos, sem a participação do vigário. Por determinação do vigário-geral e governador do Bispado, monsenhor Anthero José de Lima, foi proibida formalmente "tão irreverente prática". Ocorre que esse costume, enraizado no seio do povo, prosperaria ainda por muito tempo.

Ao tomar posse, padre Joaquim Pereira encontrou "uma igreja tão pobre, tão abandonada", contrariando a fama de ser a população da cidade tão católica. "Seu estilo, do tempo colonial, como indica um cálice do tempo de dom João VI[13], três altares com três imagens em mísero estado, oito castiçais e quatro toalhas, tal é o inventário da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário". Informado dos grandes embaraços que encontraram sempre os vigários seus antecessores, padre Pereira quase desanimou. Mas, convidou o povo a, de imediato, "tornar mais decente e mais digna a Casa do Senhor" e a, num futuro bem próximo, ajudá-lo a "fazer uma igreja nova".

---

[12] Pautila Menezes foi a primeira organista da Paróquia. Nas cerimônias da igreja tocou durante mais de 30 anos, alegrando a comunidade católica. Também foi professora de muitas gerações de itacoatiarenses.

[13] Segundo o historiador Jobim, o cálice (de ouro) "foi recolhido ao Bispado de Manaus". O bom senso exige que esse tesouro volte ao lugar de origem, se é que ele ainda existe. Quanto aos motins envolvendo antecessores do padre Pereira serão tratados por nós em **Motins Itacoatiarenses**.

Cumulando com a Vigararia de Itacoatiara, além de substituir o padre Francisco Benedito da Fonseca Coutinho que falecera em 6.01.1916, padre Joaquim Pereira foi nomeado pároco de Borba, onde serviu de 1916 a 1936, além de Silves, Urucará e Urucurituba, obrigando-se a cobrir a extensão territorial de 137.782 km^2. Depois de 1937, foi também vigário da Paróquia de Manicoré, ampliando sua atuação para um território muito grande: 252.649 km2.

Para cobrir tão extensa jurisdição, padre Pereira viajava duas vezes por ano, visitando cidades e povoados. Durante essas desobrigas passava oito a nove meses batizando, crismando, casando, fazendo novenas, catequeses. Primeiramente, padre Pereira fez esse trabalho pilotando uma canoa a remo. Depois, adquiriu um motor de centro, movido a querosene, sem toldo, que ele mesmo dirigia, para o que contava, algumas vezes, com o auxílio de moradores ribeirinhos.

Ao leme da modesta embarcação, anos a fio, seus globos oculares recebiam diretamente o reflexo do sol n'água. Em conseqüência, alguns anos mais tarde, Joaquim Pereira seria acometido de cegueira irreversível.

Extremamente casmurro e neurastênico, até ficar cego de guia, padre Pereira morou sozinho em companhia de quatro cachorros grandes, de raça.

Tendo ficado em Itacoatiara até a ocorrência de seu falecimento, em 7.02.1958, durante o longo vicariato de padre Pereira foram realizadas as seguintes visitas pastorais:

* 21 a 27.05.1920 - dom João Irineu Joffily (1879-1944?). Recomendou maior devoção ao Sagrado Coração de Jesus e incentivou o ensino religioso (catecismo) às crianças.

Proibiu a "festa do Bosque", culto à Nossa Senhora de Nazaré fora do recinto da Matriz.

* 24.10 a 2.11.1925 - dom Basílio Olímpio Pereira (1871 -1948). Formou uma comissão para tratar da construção da nova igreja Matriz.

* 27.01 a 18.02.1943 - dom João da Mata Andrade e Amaral (1898-1964). Visita extensiva a Urucurituba, Urucará, Itapiranga e Silves. É lançada a idéia de fundação de um colégio para meninas, que pouco tempo depois se converteria em realidade.[14]

* Outubro de 1946 - outra vez, dom João da Mata Amaral. Feita a escolha do dia 1° de novembro para o término da festa em honra da padroeira, Nossa Senhora do Rosário; sagração do altar-mór da nova igreja.

* 16.12.1949 - dom Alberto Gaudêncio Ramos (1915-1991). Renovaria a visita em 30.10.1951. Deu o maior incentivo para que fosse instalada na cidade uma escola normal rural, sob a direção das religiosas de Santa Dorotéia.

* 21 a 25.03.1957 - novamente dom Alberto Gaudêncio Ramos. Recomenda a criação da Juventude Operária Católica e estimula os centros catequéticos. O bispo Alberto Ramos esteve pela última vez em Itacoatiara em 29.09.1957, indo assumir o Arcebispado de Belém. Nesse dia, chegou às 18 horas pelo navio "Leopoldo Peres", saltou, fez as despedidas de praxe e partiu às 20:30 horas, deixando os fiéis chorosos .

---

[14] Em abril de 1946 foi adquirida a casa de dona Ilda Stone Martins, em terreno de 5.000 metros quadrados de área, à rua Marechal Deodoro, atual Adamastor Figueiredo e adaptada, em 1951, para sediar o Colégio Nossa Senhora do Rosário de Fátima.

Durante o ministério do vigário Joaquim Pereira ocorreram a batalha naval de Itacoatiara (1932), a primeira no ramo, neste século, na América Latina, e as duas guerras mundiais (1914/1918 e 1939/1945), que enlutaram milhões de pessoas em todo o mundo.

Em 1926/1927, estando a igreja Matriz assaz deteriorada, foi dado início à construção da nova. O terreno para localização da obra foi doado por Josephina Stone Martins. A impulsos do prefeito Isaac José Perez, o governador Efigênio Ferreira Sales (1879-1939; gestão em 1926/1929) liberou significativa importância em dinheiro, proporcionando o começo dos trabalhos.

Mas, o agente cooperador número um, que levou a bom termo a proposta de padre Pereira foi, sem dúvida alguma, o povo de Itacoatiara.

A seguir, trechos de depoimentos prestados por testemunhas (algumas já falecidas) da verdadeira epopéia que foi a construção da atual igreja Matriz de Itacoatiara: **Francisco Ferreira Athayde** (nascido em 1°.08.1915): em 1931, a igreja já estava levantada, mas ainda descoberta. O depoente conta que ainda brincou (1931/1932) com colegas de infância nos andaimes que a rodeavam. A velha igreja ainda estava de pé; os fundos desta caíram em 1933. Naquele ano, o prédio da atual ainda estava em construção. **Margarida Bentes Barros** (nasceu em 25.09.1917): fez primeira comunhão em outubro de 1928, na igreja velha. A construção da nova ainda não fora iniciada. **Albano Rodrigues do Nascimento** (nasceu em 19.08.1912): o prefeito Isaac Perez arranjou o terreno da igreja nova (1926), que já estava armada em 1927. Suas obras foram aceleradas com a queda da igreja antiga. Não lembra a data de conclusão da atual. **João Moreira dos Santos** (nasceu em 16.05.1915): fez primeira comunhão na igreja velha, em 1928. O vigário era padre

Pereira e o sacristão Nonato. A igreja nova foi iniciada em 1926; estava com as paredes baixas em 1928. Os fundos da velha caíram após 1930. **Paulina Corrêa** (nasceu em 6.06.1916): trabalhou como doméstica na casa de padre Pereira, desde os 23 anos de idade (1939), e ali ficou até à morte do vigário (1958). Quando houve a batalha naval (1932), a igreja nova já estava concluída; não lembra o início das obras. **Aquilino Barros Filho - Zito Barros** (nasceu em 7.06.1904): casou-se com **dona Santa**, em 20.10.1928, na igreja velha. Logo depois teve início à construção da nova, ante o trabalho de padre Pereira que arrecadava fundos entre populares e comerciantes. Carregou tijolos da beirada do rio para o canteiro de obras (1930). Quem mais ajudou foram: Isaac Perez, Gonzaga Pinheiro e Araújo Costa. **Raimunda Maria de Almeida** (nasceu em 3.10.1902): sua filha única, Luiza, nascida em abril de 1920, casou na igreja nova (1937). O marido da depoente, o catraieiro Oscar de Almeida, carregou tijolos do terreno de mestre Eron para a ribanceira do mercado, juntamente com os colegas carregadores Antônio Negreiros, Beloca, Tatá e Luiz Puruca, que eram gratificados pelo agente do Loyd Brasileiro, Sérgio Ferreira (1930, mais ou menos). Então, as paredes já estavam bem altas. **Sebastião Higino de Vasconcellos Dias** (nasceu em 10.01.1918): o capitão Gonzaga Pinheiro foi incansável na construção da Matriz. **Francisco de Assis de Albuquerque Peixoto** (nasceu em 13.09.1920): a igreja de taipa caiu por volta de 1930. A comissão pró-construção era composta por meu pai (Américo Peixoto), Ozório Fonseca e Araújo Costa. Rapazinho, o depoente conduziu tijolos e pedras para o local das obras. **Manoel Barros Montenegro - Zarico** (nasceu em 3.02.1914): assistiu missa na igreja velha até 1927. Três anos depois, embora padre Pereira zelasse muito por ela, por ser inverno rigoroso, mês de maio, desabou a sua parte de trás. O altar ficou inteirinho, verdadeiro milagre. A igreja nova foi iniciada cerca de dois anos antes da queda dos fundos do prédio antigo (1928). Com a queda da igreja velha, os paramentos e imagens foram

conduzidos para a casa da família Peixoto e, até um certo tempo, não se realizaram cultos, aguardando que a construção da nova oferecesse condições. Após tal incidente, as obras da igreja nova foram aceleradas, trabalhando-se nelas dia e noite. O prédio foi usado ainda semi-concluído e o término do serviço ocorreu entre 1936 e 1937: o seu interior ficou pronto e na parte externa faltavam reboco e retoques. À falta de recursos, os trabalhos paravam de vez em quando. **Ranulfo Viana** (nasceu em 28.03.1904): foi sacristão de padre Peeira, entre 1917 e 1926, ainda na igreja antiga (fez questão de frisar). Certo dia (1930) caíram os fundos da Matriz de taipa. Mas a esse tempo, a igreja nova já estava quase concluída. Suas telhas foram doadas por Araújo Costa, vindas provavelmente do Ceará. Os trabalhos de cobertura foram realizados em dois dias, cerca de 1939/1940. Em 1944, ainda não estava forrada. Quando caiu a velha, foi improvisado um altar de madeira na igreja nova para se colocar as imagens. **Jurandir Vital de Mendonça** (nasceu em 11.09.1917): sua esposa Ilza, aos doze anos de idade (1933), carregou tijolos para as obras da Matriz nova, juntamente com outros colegas seus, alunos de catecismo da professora Adelaide Peixoto. Casaram (1940) na igreja nova, já concluída mas não forrada. Nesse tempo (1940) a igrejá velha não mais existia. **Cacilda Magalhães Ventosa Duarte** (nasceu em 12.03.1904): a Matriz teve início antes de 1929, sendo as obras muito impulsionadas pelo prefeito Gonzaga Pinheiro. A velha foi derrubada logo após a cobertura da igreja nova (1934). **Byron Duarte**, filho mais velho de dona Cacilda, completou: os fundos da igreja antiga caíram no começo de novembro do ano de 1933 (havia feito sua primeira comunhão um mês antes: outubro/33). Da janela do grupo escolar (atual SAAE), onde cursava o 4º ano primário, sob a regência da professora Francisca de Menezes Fonseca, Byron assistiu a queda da parede. A nova igreja já estava com as paredes levantadas (1933). O que sobrou da Matriz velha foi derrubado a partir de 1934. **Hubert de Melo Stone** (nasceu em 3.11.1902): o terreno onde se situa a atual

igreja pertenceu à sua tia Josephina Stone Martins. O entrevistado viajou a Parintins, em julho de 1928, e a construção da igreja já havia começado. Quando voltou, em 1936, encontrou a igreja pronta. **José de Souza Benjamin:** quando chegou a Itacoatiara, procedente de Óbidos-Pa, em 23.03.1922, a igreja não estava começada. A Matriz foi concluída na gestão Gonzaga Pinheiro (1931/1935). **Francisca de Menezes Fonseca** (nasceu em 11.10.1906): chegou em Itacoatiara, para lecionar, em 1933; os cultos já eram realizados na Matriz, ainda em obras. A queda da igreja velha apressou a mudança. **Aliete Ramos** (esposa de Antônio Antunes Ramos): fez sua primeira comunhão na igreja nova, em 1938. Faltavam o forro e alguns retoques. **José Manuel Antunes Ramos** (nasceu em 15.05.1924): a primeira igreja, de taipa, caiu em 1932. A nova já estava sendo coberta e faltava rebocá-la. Em fins de 1932, os cultos já ali se realizavam. Foi forrada em 1935. **Maria Amélia Antunes Ramos** (nascida em 19.09.1925): em 1933, ainda ouviu missa na Matriz velha. **Irmã Flora Barros Montenegro** (nascida em 26.01.1918): quando menina (1928), carregou tijolos da beirada do rio para o local de construção da nova Matriz. Esta já estava quase concluída em 1940. **Olga de Moraes Rego Figueiredo** (nasceu em 13.04.1909): chegou em Itacoatiara em 1934, após concurso para ocupar uma cadeira no grupo escolar "Coronel Cruz", e não encontrou mais a igreja velha. Casou-se com Adamastor Onety de Figueiredo, na igreja nova, semi-acabada (1937), cujo altar-mór já estava pronto. **Irmã Maria do Carmo de Albuquerque Peixoto** (irmã do cônego Alcides Peixoto): em fins de 1929, mais ou menos, ruiu a parede dos fundos da velha igreja de taipa, coberta de telhas. A partir daí aceleraram-se as obras da Matriz nova. A conclusão desta ocorreu entre 1939 e 1940. Seu irmão foi ordenado padre e nela cantou sua primeira missa, em 1941. **Raimunda Nair de Albuquerque Ausier** (nasceu em 21.04.1906): casou-se, em 1925, com Gregoriano Magalhães Ausier, na igreja antiga, de taipa, em cerimônia presidida pelo padre Pereira. **Monsenhor Alcides de Albuquerque Peixoto**

(nasceu em 24.08.1912): procedente de Maués, chegou a Itacoatiara em 1919. A nova igreja teve começo em 1927, mais ou menos. Cantou sua primeira missa em 20.04.1941. **Ana Paula de Paiva - dona Ninoca** (nasceu em 26.03.1910): a velha Matriz desabou nos idos de 1930.

Os fatos alusivos à demolição da velha Matriz e construção da igreja que a substituiu poderão ser assim articulados: **fins de 1925** - formação da comissão pró-construção da nova igreja; **entre 1926 e 1927** - início dos trabalhos, baseados em recursos oriundos de dotações governamentais e doações de comerciantes. Nessa fase, as obras iam em ritmo lento, com seguidas paralizações; **inverno de 1930** - queda da parede situada nos fundos da velha igreja. A imagem da padroeira nada sofreu. Os paramentos e imagens dos santos foram conduzidos para a casa da família Peixoto. Consequentemente, aguardando-se que o prédio novo oferecesse condições de uso, durante um certo período não houve a realização de cultos; mas foram acelerados os trabalhos de construção da igreja nova. Sob a liderança de Joaquim Pereira, todas as classes da sociedade local se dedicaram, gratuitamente, ao trabalho, inclusive se estendendo até à noite. O cimento necessário era adquirido em Manaus, pedra e areia eram retiradas do litoral e pedreiras próximas e os tijolos em blocos eram fabricados no bairro da Colônia. Esse material era transportado através de batelões, canoas e carros de bois ou movidos a cavalos e burros. O maior volume de recursos era arrecadado em festas, leilões, arraiais, sorteios, "concursos" e outras campanhas. Do mais humilde ao abastado, do velho ao jovem, todos colaboravam, quer oferecendo dinheiro, quer prestando serviços; **fins de 1931** - paredes da igreja nova totalmente levantadas. Para o serviço de assentamento de tijolos e reboco foram improvisados pedreiros e ajudantes, sob o comando dos "mestres" Eustáquio e Paulo; **1932/1933** - cultos e sacramentos realizados, ainda ao relento, na igreja nova; **1933** - demolição

total da igreja velha; **1934** - realizada a cobertura da igreja nova. As telhas foram adquiridas, provavelmente, em Belém-Pa ou Tefé-Am.; **1936** - Improvisado altar de madeira onde foram colocadas as imagens; **1937** - prédio semi-concluído. Interior quase pronto, mas a parte externa ainda por rebocar. Altar-mór totalmente pronto; **1944** - Concluído o serviço de forro da Matriz, obras que contaram com o concurso do marceneiro Antônio "maleiro"; **1946** - Igreja totalmente concluída. Consagração do altar-mór (1°.11.1946) pelo bispo dom João da Mata Amaral.

No dia 16.04.1941, procedente do Maranhão, chegou a Itacoatiara o novo sacerdote Alcides de Albuquerque Peixoto. Recém ordenado pelo Seminário de São Luiz, veio cantar a sua primeira missa solene. No dia 20.04, na igreja Matriz teve lugar o grande acontecimento, assistido por grande massa popular e representantes de todo o clero amazonense. Logo em seguida, o vigário capitular da Diocese de Manaus, monsenhor Manuel Monteiro da Silva, nomearia padre Alcides como vigário coadjutor da Paróquia de Itacoatiara.

Seguindo os passos do vigário titular, e para cobrir toda a grande extensão da Paróquia, padre Alcides viajou muito pelo interior. Em seus deslocamentos, utilizava como meio de transporte motor de centro ou canoa. Nessas desobrigas, atingindo os municípios vizinhos, chegou a ficar oito meses fora da sede.

Em 1942, o bispo dom João da Mata confirmou padre Pereira na Vigararia; simbolicamente, esse gesto representava uma homenagem ao grande sacerdote que, por ter se dedicado com muito desprendimento às coisas de Deus, perdera a visão.

Em 31.05.1946, a Paróquia de Itacoatiara foi consagrada ao Coração Imaculado de Maria, Mãe de Jesus .

Em fevereiro de 1948, decreto do papa Pio XII (1876-1958; papado em 1939-1958) elevou o vigário Joaquim Pereira ao título honorífico de monsenhor.

Em outubro de 1949, a madre superiora das religiosas de Santa Dorotéia visitou Itacoatiara, verificando, "in loco", as possibilidades de fundação da escola normal rural, grande aspiração das jovens locais. Concretizada a idéia, em 2.02.1951 foi inaugurado o trabalho dessas religiosas no Colégio Nossa Senhora do Rosário de Fátima.

Em outubro de 1952, durante 10 dias, os padres redentoristas João Maria, José Maria, Geraldo e Eduardo, realizaram as Santas Missões, envolvendo toda a comunidade em orações, cânticos sagrados e recebimento dos sacramentos.

Outro fato que marcou profundamente o sentimento de fé cristã esposado pelos fiéis católicos itacoatiarenses, foi o da chegada, em 1953, da imagem peregrina de Nossa Senhora de Fátima. Milhares de pessoas, apinhadas no porto da cidade, foram prestar a sua homenagem à Virgem Santíssima. Representando a comunidade, a professora Olga Figueiredo fez o discurso de saudação ao símbolo-testemunho do fenômeno da aparição na Cova da Íria.[15]

No dia 20.12.1955, envolvido pelo carinho do povo reconhecido ao seu trabalho, já alquebrado e doente, monsenhor Joaquim Pereira comemorou suas bodas de ouro sacerdotais.

---

[15] A imagem de Nossa Senhora, em peregrinação pelo Brasil, pela primeira vez, atravessou o país entre junho de 1952 e dezembro de 1953. A imagem da "Virgem Peregrina" esculpida em madeira, em 1947, segundo a descrição de Irmã Lúcia - um dos três pastores que testemunharam o fenômeno da aparição, em 13.05.1917, junto à povoação portuguesa de Fátima - reúne multidões e arrebata a fé de milhões de católicos por onde passa. Guardadas as proporções, sua chegada em Itacoatiara não podia ser diferente.

Quatro meses depois (22.04.1956), nomeado vigário, padre Alcides Peixoto tomou posse das rédeas da Paróquia.[16]

À época, foram vigários cooperadores da Paróquia: padre Bernardo Martins Lindoso (4.10.1956 a 4.02.1957); padre Jorge Andrade Normando (23.02.1957 a fevereiro de 1958); e padre Francisco da Silveira Pinto (14.02.1958 a 1°.08.1962).

No dia 7.02.1958, sob geral consternação, faleceu o monsenhor Joaquim Pereira.

Sepultado no Cemitério Divino Espírito Santo, na pedra em mármore depositada sobre seu túmulo foi feita a seguinte inscrição: "Ao saudoso monsenhor Joaquim Pereira, zeloso vigário desta Paróquia durante 45 anos, seus paroquianos, agradecidos, lhe oferecem este mausoléu. Oremos por ele ou ele reze por nós. Nasceu em Portugal em 22.12.1878. Vigário em Itacoatiara de 1911 a 1955. Faleceu nesta cidade a 7.02.1958".

Coincidentemente com as datas de morte e eleição e posse dos papas Pio XII e João XXIII (1881-1963; papado em 1958-1963), respectivamente, em 9.10.1958 e 28.10.1958, visitou Itacoatiara, em outubro de 1958, o novo Arcebispo de Manaus, dom João de Souza Lima (1913-1984), que assumira em 24.05.1958. Anteriormente (maio de 1958), haviam se repetido as Santas Missões, levadas a efeito pelos padres visitantes Eugênio Dotes, David Shannon e Felipe de Baldo.

Em 17.11.1960, ocorreu a visita à cidade do padre superior da missão canadense de Scarboro, Francisco Diemont, acompanhado do padre João Mc Iver. Vieram conhecer a área e

---

[16] Em 26.04.1991, já ostentando o título de monsenhor da Arquidiocese de Manaus, Alcides Peixoto veio a Itacoatiara onde celebrou sua missa de 50 anos de sacerdócio (bodas de ouro).

instalações paroquiais, na expectativa de aceitar a missão de dirigir a Paróquia e futura Prelazia de Itacoatiara.

Realmente, em 31.07.1962, o Arcebispo dom João de Souza Lima nomeou, para exercer o ministério em Itacoatiara, o vigário padre Francisco Paulo Mc Hugh e seus cooperadores padres Douglas Mackinnon, Vicente Daniel, Jorge Marskell e Miguel O'Kane. A seguir, em solenidade de 1º.08.1962, presidida pelo Arcebispo, o padre Alcides Peixoto fez entrega dos trabalhos paroquiais aos padres canadenses.

Segue-se, a partir daí, uma série de acontecimentos marcantes: **13.07.1962** - o papa Paulo VI (1897-1978; pontífice em 1963-1978) assina a bula de criação da Prelazia, com sede na Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Itacoatiara, jurisdicionando os municípios de Itacoatiara, Itapeaçu[17], Itapiranga, São Sebastião do Uatumã, Silves, Urucará e Urucurituba, numa área aproximada de 80.000 km2.; **24.08.1963** - dom João de Souza Lima é nomeado administrador apostólico da Prelazia; **19.03.1964** - instalada a Prelazia e efetivada a posse de seu administrador. Aos padres anteriores vieram se integrar os também canadenses padres Guilherme Smith e Patrício Ryan; **dezembro/1964** - as irmãs adoradoras do Preciosíssimo Sangue tomam posse da Escola Paroquial mista e do Ginásio Normal feminino, substituindo às religiosas Dorotéias; **1965** - chegada das irmãs canadenses de São José, para cuidar da maternidade "Senador Cunha Melo". Iniciado o curso pedagógico no Colégio Nossa Senhora do Rosário de Fátima; **20.08.1965** - eleição de dom Francisco Paulo Mc Hugh para bispo da Prelazia (toma posse em **30.08.1965**). Integrados mais dois padres à equipe: Justino e Raimundo O'Toole; **30.10.1965** - padre Jorge Marskell assume o posto de vigário da

[17] Esse município, mais tarde, foi extinto, reintegrando-se ao território do município de Urucurituba, donde havia sido desmembrado.

Paróquia; **20.07.1967** - dom Francisco Paulo é nomeado bispo prelado. Em **3.09.1967**, dá-se a sagração episcopal de dom Paulo; **8.07.1972** - por motivo de doença, dom Paulo Mc Hug pede dispensa do governo da Prelazia; **15 .07.1972** - nomeação de dom João de Souza Lima para administrador da Prelazia (assume em **16.09.1972**); **17.01.1975** - padre Jorge Marskell é designado administrador apostólico. Em sua equipe também constavam os padres Luiz e Omar, além do diácono Alan King; **2.03.1975** - o vigário Jorge assume a administração da Prelazia; **17.07.1978** - o núncio apostólico do Brasil autoriza a ordenação episcopal do padre Jorge; **30.07.1978** - ordenação e posse de Jorge Marskell como prelado; **5.05.1978** - bula assinada pelo sumo pontífice Paulo VI nomeia dom Jorge Marskell bispo prelado de Itacoatiara; **30.07.1978** - dom Jorge Marskell é ordenado bispo prelado de Itacoatiara.

Dotado de formação extremamente conservadora e influenciado pelas contingências do momento (o Brasil estava sob regime ditatorial), o bispado de Francisco Paulo Mc Hugh foi marcado pelo assistencialismo. Além do trabalho pastoral propriamente dito, dispensou especial atenção aos menos favorecidos. Assim é que fomentou convênios com o governo estadual para cuidar da educação e saúde, além de proporcionar farta distribuição de materiais provenientes da Aliança para o Progresso, organismo do governo norte-americano.

Esse procedimento, adotado nos primeiros dez anos de existência da Prelazia, seria revertido por seu sucessor, dom Jorge Marskell, que iria investir fortemente no trabalho de conscientização do povo, através das chamadas comunidades eclesiais de base. [18]

[18] O bispo Jorge, como foi anotado acima, assumiu a Prelazia em julho de 1978. Saudado como membro da então nascente Igreja Progressista brasileira, enfileirando com Paulo Evaristo Arns, Moacir Grechi, Pedro

O prédio da igreja Matriz de Itacoatiara, nos últimos trinta anos, passou por uma série de reformas modificativas e ampliativas.

Levantada defronte a largo logradouro público, a igreja Matriz está a serviço de Deus sob as bênçãos de Nossa Senhora do Rosário de Itacoatiara. Além dela, na cidade a comunidade cristã dispõe de diversas capelas e igrejas em louvor aos seguintes santos: São Francisco de Assis, Divino Espírito Santo, Nossa Senhora de Nazaré, Santa Luzia, Cristo-Rei, São José Operário, Santo Antônio, São Lázaro, São Jorge, Nossa Senhora da Paz, São Sebastião, São João, São Raimundo, Nossa Senhora de Fátima, Nossa Senhora Aparecida, Santa Maria da Libertação e Nossa Senhora do Carmo. Essa profissão de fé se estende ao interior. A história desses templos é marcada pela participação popular, carecendo ser contada e memorizada.[19]

Somando-se o tempo de vida da primitiva capelinha, desde o seu nascedouro, correlato ao nascimento da cidade, em

---

Casaldáliga e outros, este humilde e corajoso sacerdote canadense, até hoje, tem pautado sua atuação episcopal em defesa dos pobres e oprimidos, arrostando o ódio dos poderosos. Sob sua coordenação, as linhas prioritárias da Prelazia, orientadas no plano da CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, têm sido a formação de líderes comunitários, família, juventude e promoção e defesa dos direitos humanos. Apoiado no projeto Igrejas Irmãs (São Paulo-Itacoatiara), sua equipe tem sido enriquecida com padres, irmãs e voluntários leigos procedentes da Arquidiocese de São Paulo, atuando fortemente através das chamadas "pastorais sociais". Fugindo aos objetivos do presente trabalho, a descrição pormenorizada da luta empreendida pelos atuais líderes da Prelazia de Itacoatiara, pedindo urgência de prioridades para superar a exclusão social, está sendo elaborada para constar dos livros **Homens e Coisas de Itacoatiara** e **Motins itacoatiarenses**, que editaremos brevemente.

[19] E o será, em particularidades. Aguardem, proximamente: **Arrabaldes, fachadas e logradouros de Itacoatiara, Homens e coisas de Itacoatiara** e **Memorial fotográfico de Itacoatiara,** de nosssa autoria.

1759, e o das diversas modificações sofridas, aos mais de sessenta anos de existência da atual Matriz, percebemos que durante exatos duzentos e trinta e oito anos de exercício de vida cristã, Itacoatiara jamais prescindiu das bênçãos de sua excelsa padroeira - **Nossa Senhora do Rosário.**

(Cf. Reis, 1942, Mirador, 1995, Diocese, 1946, Silva, 1965 e 1997, Ferreira, 1986, Relatórios da Província, vols. 4 - 1856, 5 - 1857, 8 - 1860, 24 - 1881, e 25 - 1881-1882, Magalhães Jr, 1979, Arquivos da Prelazia, 1992, Assembléia do Povo, 1995, Avé-Lalemant, 1980, Atas da Câmara - 1874 e 1947/1948, Oliveira, 1988, Duarte, 1987 e 1988, entrevistas com figuras populares, ICOTI, 1996 e Perez, 1929).

CRONOLOGIA DESTE CAPITULO

1759 - Instalada a vila, é criada a Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Serpa. Edificada a capelinha.

1787 - o bispo dom Antônio Brandão visita Serpa e faz melhoramentos em sua igreja.

1803 - Visita do 7º bispo do Pará, dom Manoel de Almeida de Carvalho.

1831 - Assume a Vigararia de Serpa o padre João Antônio da Silva.

1832 - Frei José dos Santos Inocentes, por pouco tempo, é vigário da Paróquia .

1840 - Data provável em que se iniciou a construção de

uma nova igreja.

1843 - Assume o vigário Nuno Alves do Couto.

1847 - Visita do bispo do Pará dom José Afonso de Moraes Torres.

1848 - A Paróquia tem como vigário o padre Gaspar Porfírio Delgado.

1851 - É pároco o padre Manoel Inácio Raposo.

1854 - O presidente provincial Ferreira Pena repassa recursos financeiros e materiais à igreja Matriz. Luiz Martinho de Azevedo Couto é nomeado vigário.

1855 - Criação da Comarca Eclesiástica do Amazonas: Serpa passa a fazer parte do 1° Distrito. O vigário é frei João de Santa Cruz.

1856 - Vigário de Serpa: José Bernard Pinto e Roza.

1857 - O diretor de Obras Wilkens de Mattos, protesta contra o estado lastimável da igreja. O padre Francisco de Paula Cavalcante Albuquerque exerce a Vigararia.

1858 - Melhora o estado de conservação da igreja. Assume o vigário Francisco Benedito da Fonseca Coutinho, que reza a missa solene de instalação da vila.

1859 - Concluída a igreja, merecendo elogios do alemão Robert Avé-Lallemant, presente em Serpa.

1860 - Transferido o Cemitério das cercanias da igreja para local mais ao centro. Nomeado vigário o padre Fidélis

Honório Rodrigues Guedes.

1861 - O engenheiro Silva Coutinho inspeciona a igreja.

1862 - Frei João de Santa Cruz passa a Paróquia ao comando de padre Francisco Benedito Coutinho. Dá-se a primeira visita do bispo dom Antônio de Macedo Costa.

1864 - Interinamente, assume o vigário padre Gaspar Porfírio Delgado.

1865 - Toma conta da Paróquia de Itacoatiara o padre João Antônio Fernandes.

1868 - Retorna o padre Gaspar Porfírio. Seriamente adoentado, se afasta em julho de 1872. Substitui-o o pároco de Silves padre Daniel Pedro Marques de Oliveira

1869 - Segunda visita do bispo do Pará dom Antônio de Macedo Costa.

1872 - Inaugurado o forro da capela-mor da Matriz.

1873 - Falecimento do padre Gaspar. Assume o vigário Manuel Ferreira Barreto.

1880 - É vigário da Paróquia o padre Carlos Nascimento.

1881 - O padre José Henrique Félix da Cruz Dácia acha-se no comando da Vigararia. Nesse ano, ocorre a terceira visita de dom Antônio de Macedo Costa. Liberados trinta mil réis para ampliar o prédio da igreja.

1883 - Vigário em Itacoatiara: padre João Coelho de

Miranda.

1884 - Interinamente, cuida da Paróquia o monsenhor Raimundo Amâncio de Miranda.

1892 - Criação da Diocese do Amazonas. É vigário em Itacoatiara o padre João Evangelista Alves.

1894 - Instalação da Diocese e posse do 1° bispo do Amazonas dom José Lourenço da Costa Aguiar.

1896 - Por efetivação da separação da Igreja do Estado, é feita a entrega pelo governo dos próprios religiosos,

1898 - Atuam na Paróquia os padres Damião Basse e J. Barros.

1889 - Trabalhando ao lado do padre José Antônio Cavalcante, reassume o padre João Evangelista Alves.

1900 - A Paróquia tem a seu serviço os padres Manoel José de Senna Martins e João Witz.

1901/1904 - Nesse período, trabalharam na Vigararia os padres Alexandre Jell Hubert, Thomas Lahoma, J. Barros e Manoel José de Senna Martins.

1903 - Assume o polêmico vigário Manoel Florêncio da Costa.

1906 - A Vigararia é exercida, interinamente, pelo cônego José Henrique Félix da Cruz Dácia.

1908 - Atuação dos padres João Coelho e Manoel Florêncio da Costa.

1910 - Afastado da Paróquia, por motivação política, o padre Manoel Florêncio da Costa.

1911 - Procedente de Portugal, via Rio de Janeiro, assume o vigário Joaquim Pereira.

1912 - Instalado o Colégio das Franciscanas, de existência efêmera.

1916 - Ampliada a competência do vigário Joaquim Pereira às paróquias de Borba, Silves, Urucará e Urucurituba.

1920 - Visita do bispo diocesano do Amazonas dom João Irineu Joffily.

1925 - Coincidindo com a visita pastoral de dom Basílio Olímpio Pereira, é formada uma comissão para tratar da construção da nova Matriz.

1926/1927 - Dado início à construção da nova Matriz de Itacoatiara.

1930 - Cai a parede dos fundos da igreja velha. Milagrosamente são salvas as imagens dos santos.

1932/1933 - Começam, ao relento, os cultos na igreja nova, ainda descoberta.

1933 - Demolição total da igreja velha.

1934 - Realizados os serviços de cobertura da nova igreja Matriz.

1936 - Improvisado altar de madeira na nova igreja.

1937 - Pronto o altar-mór definitivo. Ampliada a jurisdição de padre Pereira à Paróquia de Manicoré .

1941 - O neosacerdote Alcides Peixoto reza a sua primeira missa na nova Matriz de Itacoatiara.

1942 - Padre Joaquim Pereira é confirmado vigário.

1943 - Dom João da Mata Andrade e Amaral visita Itacoatiara. Lançada a idéia de construção de um colégio interno para moças em Itacoatiara.

1944 - Concluído o forramento da igreja Matriz.

1946 - Adquirida uma casa para sediar o futuro colégio religioso. A igreja Matriz é definitivamente concluída. O bispo dom João da Mata Amaral faz a consagração do altar-mór. A Paróquia é consagrada ao Coração Imaculado de Maria.

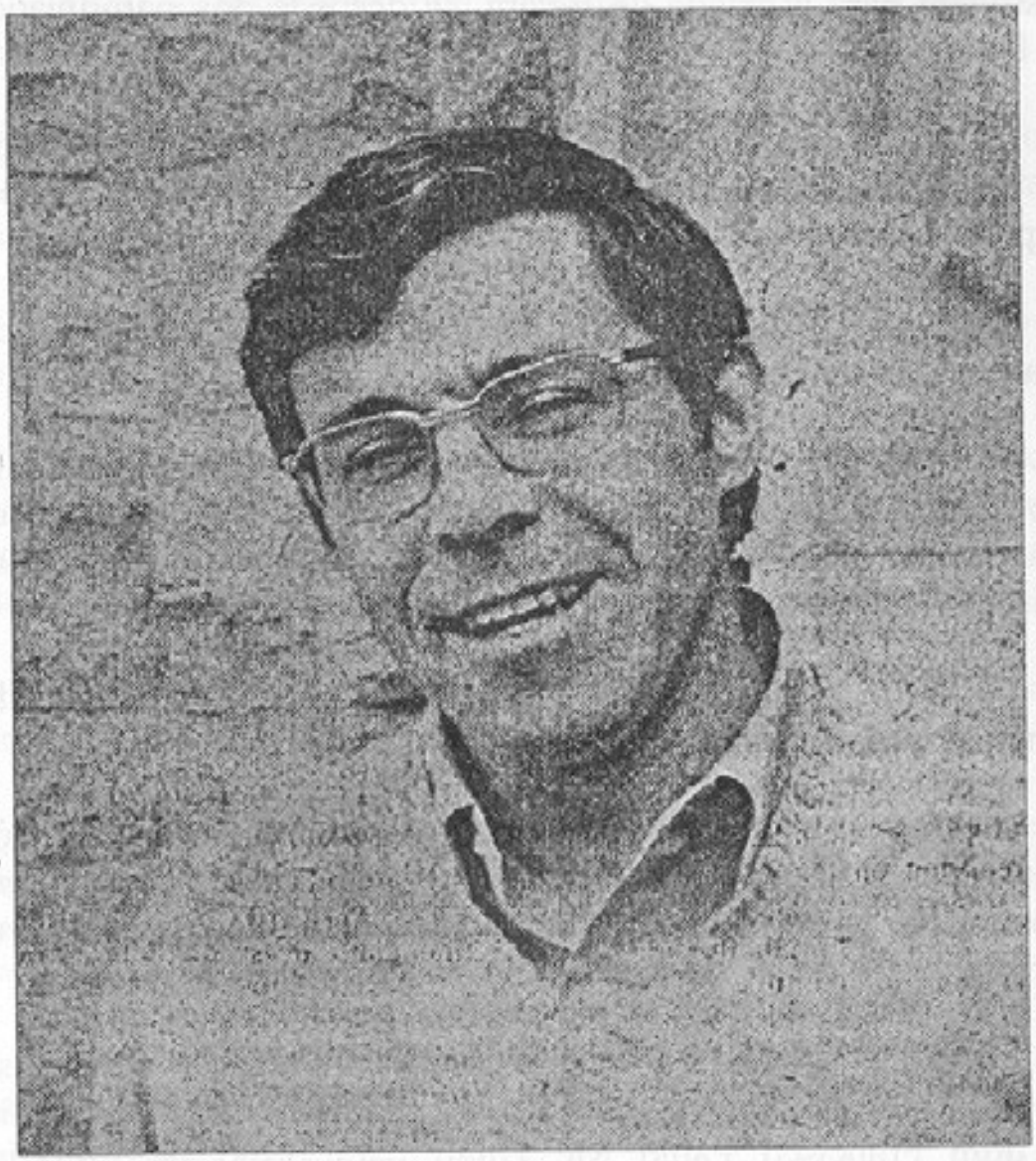
1948 - Padre Joaquim Pereira é elevado ao título de monsenhor.

1949 - Dom Alberto Gaudêncio Ramos, Arcebispo de Manaus, e a madre superiora das Irmãs Dorotéias visitam Itacoatiara.

1951 - Dom Alberto Ramos visita novamente a Paróquia. Inaugurado o Colégio Normal Rural Nossa Senhora do Rosário de Fátima.

1952 - Os padres redentoristas chegam e realizam as Santas Missões.

1953 - Chegada da imagem peregrina de Fátima.



Dom Jorge Marskell. Foto tirada em 1978, às vésperas de sua posse como bispo da Prelazia de Itacoatiara.

1955 - Comemoradas as bodas de ouro sacerdotais de monsenhor Joaquim Pereira.

1956 - Padre Alcides Peixoto é efetivado como vigário.

1957 - O Arcebispo dom Alberto Gaudêncio Ramos, de passagem para a cidade de Belém, se despede dos paroquianos de Itacoatiara.

1958 - Falecimento de monsenhor Joaquim Pereira. Visita do novo Arcebispo de Manaus, dom João de Souza Lima. Repetidas as Santas Missões.

1960 - Visita do padre superior da missão canadense de Scarboro, Francisco Diemont.

1962 - Nomeação do novo vigário padre Francisco Paulo Mc Hugh. Entrega dos trabalhos paroquiais aos padres canadenses, pelo ex-vigário Alcides de Albuquerque Peixoto. Criação da Prelazia.

1963 - Dom João de Souza Lima é nomeado administrador apostólico da Prelazia de Itacoatiara.

1964 - Instalação da Prelazia e posse do administrador dom João de Souza Lima. Tomam posse do ginásio normal, em substituição às Dorotéias, as irmãs adoradoras do Preciosíssimo Sangue.

1965 - Chegam as religiosas da congregação canadense de São José para tomar conta do hospital-maternidade. Eleição de dom Francisco Paulo Mc Hugh para bispo da Prelazia. Assume a Vigararia o padre Jorge Marskell. Instalado o curso pedagógico no colégio N. S. do Rosário de Fátima.

1967 - Nomeação e sagração do bispo dom Francisco Paulo Mc Hugh .

1968 - Inaugurado o CENTREPI - Centro de Treinamento da Prelazia de Itacoatiara.

1970 - Instalação dos primeiros CEB's - centros eclesiais de base.

1972 - Dom Paulo Mc Hugh pede dispensa, por motivo de saúde. Renomeado dom João de Souza Lima para administrador apostólico da Prelazia.

1974 - Dado início ao projeto Igrejas-irmãs (São Paulo-Itacoatiara).

1975 - O vigário Jorge Marskell é designado administrador apostólico. As irmãs Adoradoras do Preciosíssimo Sangue deixam Itacoatiara. Iniciada a democratização interna da Prelazia: introdução da assembléia de base.

1976 - Visita dos bispos dom Moacir Grechi (Acre), dom Pedro Casaldáliga (Goiás) e dom Paulo Evaristo Arns (S.Paulo).

1978 - Autorizada a ordenação episcopal de padre Jorge. Ordenação e posse do bispo prelado dom Jorge Marskell. Saída das irmãs de São José. Envolvimento da Prelazia na luta pela terra e contra injustiças praticadas no Hospital da cidade.

1980 - O Arcebispo paulista dom Paulo Evaristo Arns visita novamente a Prelazia. Início da luta pró-defesa do peixe e pela preservação dos lagos.

1981 - As irmãs Adoradoras regressam a Itacoatiara.

1982 - A Prelazia entra em conflito com a Prefeitura Municipal de Itacoatiara e postula pela democratização das comunidades do interior.

1986 - Visita de frei Leonardo Boff a Itacoatiara.

1991 - Monsenhor Alcides Peixoto celebra missa em Itacoatiara pelos seus cinqüenta anos de sacerdócio.

1992/1997 - Prosseguem, na área de atuação da Prelazia, os trabalhos de ação evangelizadora.

Capítulo V

CROQUI DA VILA DE SERPA - 1850

Graduação à cidade. A Comarca.

ANO DE 1873. A VILA DE SERPA, NO momento, estava sendo administrada por Damaso de Souza Barriga. Misto de comerciante e pedreiro, muitos dos prédios que constituem o centro histórico de Itacoatiara foram por ele construídos. Há décadas, servia à causa pública: diretor do povoado em 1850/1852; membro da comissão estadual de socorros públicos em 1855; juiz de paz e subdelegado de polícia; vereador, desde a instalação da vila em 1858, foi reeleito, sucessivamente, em 1860, 1864, 1868 e 1872. Na condição de deputado provincial (1870, 1874 e 1876), muito batalhou pela elevação da vila à categoria de cidade.

Essa luta, aliás, era de todos. As condições urbanas da vila justificavam plenamente a medida. No centro, a maioria das casas de madeira, cobertas de palha, ia sendo substituída por prédios construídos em alvenaria e telha. Novas ruas iam sendo abertas. A arrecadação municipal melhorava sempre. O comércio e a agricultura, enfim, a economia, ampliavam-se.

Às vésperas de ser graduada à cidade, a vila contava com uma população residente de 2.487 pessoas. Para promoção da iluminação pública no centro, substituindo os antigos iluminados a azeite de ovos de tartaruga, acabavam de ser instalados 16 lampiões a gás, colocados sobre postes de madeira.

Em janeiro de 1874 havia sido instalada a Alfândega de Serpa, tendo como uma de suas finalidades facilitar a importação de materiais para a construção da já iniciada ferrovia ligando os vales dos rios Madeira (Amazônia) e Mamoré (Bolívia).

Enquanto isso, prosseguia a movimentação popular e política em prol da graduação da vila à cidade. Inicialmente tratado de maneira acanhada, a modo de conversa de rua, o assunto logo ganharia outras proporções.

Na Câmara Municipal foram intensificados os debates a respeito; a propaganda panfletária ganhou corpo, bem assim a distribuição de abaixo-assinados às autoridades responsáveis. Reforçada no plenário da Assembléia Legislativa Provincial, em 1874 a luta alcançaria plenamente o seu objetivo: a 25 de abril era editada a Lei nº 283.

O texto legal, além de fazer justiça à povoação, recuperava a antiga denominação nativa do burgo. Tal é a ementa: "eleva a vila de Serpa à categoria de cidade com a denominação de Itacoatiara".

Oriunda de projeto apresentado pelo deputado itacoatiarense Damaso de Souza Barriga, a lei nº 283, de 25 de abril de 1874, firmada pelo presidente provincial Domingos Monteiro Peixoto (governou em 1872-1875), contém dois artigos, apenas.

Antecedida por Manaus e Tefé, Itacoatiara foi a terceira localidade amazonense a receber o título de cidade.

A cerimônia de instalação da cidade deu-se em 5 de junho de 1874. De acordo com a lei regulamentar das câmaras, o número de vereadores foi elevado para sete, convocando-se dois camaristas suplentes para completar o quórum. À ilharga desse acontecimento, foi lançado o semanário noticioso e de propaganda, denominado "O Itacoatiara", o primeiro jornal do interior do Amazonas, editado na gráfica do capitão Felisardo Joaquim da Silva Moraes.

Prédio do Grupo Escolar "Venceslau Brás", construído em 1919. Em 1932 passou a sediar a Prefeitura Municipal de Itacoatiara.

Desaparecendo em abril do ano seguinte, "O Itacoatiara" foi substituído pelo também semanário "A foz do Madeira", órgão representativo do comércio, lavoura e indústria. Sua primeira edição é de 1° de janeiro de 1876, porém circulou apenas por um ano.

Elevada ao grau máximo de categoria urbana, insubsistiam razões para que Itacoatiara continuasse simples Termo Judiciário.[1] Assim, após a instalação da cidade, foram intensificadas as diligências para modificar essa situação.[2]

Projeto de lei firmado pelo deputado Delfim Flávio Portugal, propondo a criação da Comarca, foi engavetado. O mesmo destino teve a proposição apresentada em conjunto pelos deputados Damaso de Souza Barriga, padre Daniel Pedro Marques, João José de Freitas Guimarães, padre Torquato Antônio de Souza, Filintro Elízio de Moraes, José Paulino e João Paiva da Silva, englobando os termos de Serpa, Silves e Maués.

Finalmente, proposição vitoriosa, resultante do trabalho apresentado pelos deputados João Carlos Antony (1833-1918), João Evangelista Nery da Fonseca, José Justiniano Bráulio Pinto, Francisco Antônio Monteiro Tapajós, Estevão Ferraz e João Carlos Pinheiro, possibilitou a graduação.

Daí resultou a lei nº 341, de 26 de abril de 1876, elevando

---

[1] e [2] Termo é uma subdivisão da Comarca. E Comarca é uma circunscrição judiciária sob a alçada de um juiz de direito, sendo este pessoa constituída por autoridade pública para administrar justiça. De 1871 à criação da Comarca, em 1876, Itacoatiara constituía um simples Termo subordinado à Comarca de Manaus. Anteriormente (1872), o deputado José Joaquim da Silva Meireles fizera uma infrutífera tentativa, propondo a criação da Comarca com a denominação de Paurá, abrangendo os termos de Serpa, Silves e Borba.

o Termo Judiciário de Serpa à denominação de Comarca de Itacoatiara. Esse diploma legal foi sancionado pelo presidente da Província doutor Antônio dos Passos Miranda (governou em 1875/1876).

No dia 11 de setembro de 1876, às 11 horas da manhã, na sede da Câmara Municipal, teve lugar a cerimônia de instalação da Comarca. Nesse dia, foi empossado o primeiro juiz de direito de Itacoatiara, doutor Felippe Honorato da Cunha Meninéa (1828-1919), paraense de nascimento, que residiu muitos anos em nossa cidade.[3] Pela ordem crescente, foram seus substitutos os juizes Olívio Marcílio Dias Carvalho, Francisco Gonçalves Campos e Paulino João de Souza Mello.

Enaltecendo a memória desse ilustre magistrado, como preito de gratidão pelos seus trabalhos, um dos logradouros centrais da cidade de Itacoatiara recebeu a denominação de rua desembargador Meninéa.

Acontecimentos dos mais significativos, após a criação da cidade e Comarca de Itacoatiara, foram: em 1879, a instalação da colônia agrícola "Pedro Borges", em São José do Amatary e, a partir de 1880, o estabelecimento da colônia estrangeira composta de judeus sefaraditas, na sede municipal.

Substituindo à antiga Alfândega, em 1888 foi instalada a Mesa de Rendas de Itacoatiara, sob a direção do coletor Miguel Francisco Cruz Júnior. No dia 23 de novembro do ano seguinte,

---

[3] Morou na casa hoje ocupada pela família de Osvaldo Paiva, na rua desembargador Meninéa. Versado em canto gregoriano, prestou assessoria à Prefeitura de Belém. No Amazonas, foi chefe de Polícia (1873), diretor da Instrução Pública (1873/1874), juiz de direito da comarca do Rio Negro (1874/1876) e desembargador do Tribunal de Justiça, cargo este em que se aposentou.

a Câmara Municipal, sob a presidência de João Pereira Barbosa, aderiu ao regime republicano, proclamado em 15.11.1889.

O Ato nº 243, de 26.08.1886, alterou a divisão dos distritos judiciários da Província do Amazonas. Com relação à Comarca de Itacoatiara, o Termo da sede ficou assim dividido: 1° distrito, constará da cidade e terrenos adjacentes a leste até encontrar o paraná de Silves; 2° distrito, começará a oeste da cidade e se estenderá até o rio Matary, que o limitará com o 1° distrito da capital; 3° distrito, se comporá dos terrenos que ficam à margem direita do rio Amazonas, limitados a oeste pelo Purupuru e a leste pelo rio Madeira.

Em 1892, pela lei nº 33, de 4 de novembro, foi confirmada a criação do município. E, em 1902, a lei municipal nº 50, de 19 de outubro, confirmou a criação do distrito-sede.

Em 26 de maio de 1894, por força do Regulamento baixado com o decreto nº 37, de 8 de novembro de 1893, o governador Eduardo Ribeiro expediu, em nome da Intendência Municipal de Itacoatiara, o título definitivo relativo às terras ocupadas pela cidade, com os seguintes limites e confrontações:

Área: 43.543.190 metros quadrados, com um perímetro de 41.834 metros lineares, limitando-se: ao norte, com terras devolutas; ao sul, com o rio Amazonas; a leste, com terrenos de Jazon Williams Stone e Avelino Augusto Martins, terras devolutas e igapós; e a oeste, com terrenos de Aquilino Barros e terras devolutas. A Intendência de Itacoatiara pagou de emolumentos 140$000 (cento e quarenta mil réis).

Por força da divisão político-administrativa operada no Amazonas em 1911, o município de Itacoatiara passou a figurar com onze distritos: Pirapitinga, São José do Amatary, Curarizinho, Apipica, Iauanaçu, Caapiranga, Castelo, Lago do

Soares, Ambrósio Aires e Murutinga. Os de Amatary, Apipica e, mais tarde, o de Pantaleão, foram criados pelo decreto nº 1.067, de 2 de abril de 1914. Posteriormente, foi criado o distrito de São Félix (decreto nº 1.093, de 16 de novembro do mesmo ano).

Segundo o recenseamento de 1920, o município contava com nove distritos judiciários: cidade, Iranduba, Paraná de Serpa, Costa do Arari, Ilha do Soriano, Apipica, Uauassu, São Pantaleão e Quirimirí.

A lei estadual nº 1.198, de 29 de setembro de 1923, confirmou a criação dos distritos de São José do Amatary, Apipica, Pantaleão e São Félix.

O Ato estadual nº 45, de 28 de dezembro de 1930, anexou o município de Urucará ao de Itacoatiara, o mesmo acontecendo em relação ao de Urucurituba, em virtude do Ao estadual nº 33, de 14 de setembro de 1931.

Na divisão administrativa de 1933, o município de Itacoatiara figura com um só distrito, o da sede. Com a reconstitucionalização do Amazonas, em 1935, Urucará e Urucurituba foram desvinculados de Itacoatiara, recobrando a sua antiga condição municipal.

Consoante o decreto-lei nº 176, de 1º.12.1938, a Comarca de Itacoatiara perdeu os termos de Itapiranga e Urucurituba, transformados em comarcas, e passou a contar com quatro distritos: o da sede, o de São José do Amatary, o de Ambrósio Aires e o de Murutinga. Estes, estavam divididos nos seguintes subdistritos: Itacoatiara, Amatary, Rosarinho, Ambrósio Aires, Paracuúba, Nazaré, Miuá, Redenção, Nancí, Murutinga, Piranhas, Araríe Curupira.

Em virtude da Lei nº 96, de 1º de dezembro de 1955, haver criado os municípios de Autazes e Nova Olinda do Norte, desmembrados do território de Itacoatiara, este município perdeu os distritos de Ambrósio Aires e Murutinga, para o primeiro, e parte do subdistrito de Curupira, para o segundo.

Em 1º.01.1958, a composição distrital era: Itacoatiara, São José do Amatary e Murutinga.

Em 1961 e 1963, movida apenas por motivos político-partidários, uma série de leis estaduais elevou o número de municípios amazonenses para 295. Itacoatiara foi duramente atingida, retirando-se-lhe do território os municípios de Rio Preto da Eva, Cinco Ilhas, São José do Amatary, Ozório Fonseca e alguns outros.

Com a mudança política operada no país, a partir de 1964, as leis citadas foram anuladas pela lei nº 41, de 24 de julho de 1964, ficando extintos todos os municípios que não tiveram prefeitos eleitos, sendo as suas áreas reincorporadas às dos municípios dos quais foram desmembrados.

Em 1982, a lei nº 12 criou, no Estado, 27 novos municípios, sendo parte do território de Itacoatiara retirado para compor os municípios de Rio Preto da Eva e São José do Amatary. Em conseqüência, Itacoatiara passou a contar com um só distrito, o da sede.

Em 1984, foi declarada a inconstitucionalidade da lei nº 12, extinguindo-se os municípios recém-criados. Porém, em 1985, lei promulgada pelo presidente do Senado Federal garantiu a existência daqueles já instalados. São José do Amatary, por não estar entre estes, voltou a ser distrito de Itacoatiara.

Em 23 de outubro de 1985, a lei nº 1.707, consignando nova divisão territorial para o Estado, estabeleceu para Itacoatiara apenas dois distritos: a sede municipal e São José do Amatary. Republicada com alterações, em 8 de setembro de 1986, a lei nº 1.707 mandou reincorporar ao município de Itacoatiara parte dos rios Curupira e Madeira, indevidamente anexados a Nova Olinda do Norte.

De forma um tanto aleatória, informaremos, a seguir, alguns nomes de autoridades que, em Itacoatiara, exerceram atividades judiciárias.[4]

Entre o final do anterior e o início deste século, a direção do juizado municipal do Termo Judiciário foi ocupada pelo juiz Lobão Veras.

Posteriormente, intermediando com os juizes Emílio Pinheiro (1911) e Marcílio Dias de Vasconcellos (1884-1966; juíz em 1912/1913), este cargo foi ocupado pelo doutor Manoel Anísio Jobim (1877-1971; juiz em 1911/1916), dublê de jurista e historiador.[5] Neste interregno, ocupou a Promotoria de Justiça o doutor Ferreira Valle Sobrinho (1914). Era notário público Joaquim Francisco Pereira de Lima.

Em maio de 1916, removido de Manicoré, assumiu o juiz

---

[4] Não só tratando da vida judiciária, propriamente dita, mas de registros de nascimentos, casamentos, óbitos, imobiliários e outros, nas prateleiras dos 1º, 2ºe 3º cartórios da Comarca de Itacoatiara guarda-se uma farta documentação, que estimamos seja requisitada pela Prefeitura para constar do Arquivo Público Municipal, juntamente com o que resta de seu arquivo morto.

[5] Foi autor, dentre outros, dos livros "O Amazonas, sua história", São Paulo, 1957, e "Itacoatiara, estudo social, político, geográfico e descritivo", Manaus, 1948. A Biblioteca Municipal de Itacoatiara leva o nome desse grande homem público, de saudosa memória.

Eloy de Barros Pimentel, provavelmente sucedido pelo doutor Armando Teixeira e este pelo juiz Marcílio Dias de Vasconcellos (1919/1920).

No dia 2 de dezembro de 1930 reassumia o doutor Marcílio Dias, permanecendo, até janeiro de 1947, como titular da Comarca de Itacoatiara. Fez dobradinha com o promotor de Justiça Gaspar Guimarães Maia.

Famoso foi o julgamento do chamado "crime do Emídio". Motivado por rixa antiga entre ambos, Emídio Pinheiro matou a tiros de revólver 38 duplo seu contendor Antônio Teixeira. O delito aconteceu em dezembro de 1936, tendo como palco o estádio do Botafogo Futebol Clube, time pelo qual a vítima jogava.

Muito concorrida, a sessão de julgamento foi realizada no salão nobre do grupo escolar "Coronel Cruz", justamente onde hoje é o prédio da Prefeitura Municipal. Presidido pelo juiz Marcílio Dias de Vasconcellos e funcionando na acusação o promotor Gaspar Guimarães Maia, o Tribunal do Júri condenou Emídio Pinheiro à pena máxima: 30 anos de prisão. O condenado foi encaminhado à Penitenciária Central de Manaus onde parece ter morrido. Antônio, a vítima, era filho adotivo do português Alípio Teixeira, proprietário de carroças e carro de luxo. Emídio também possuía carro de luxo e, à sua morte, os filhos assumiram o serviço do pai.

Quando, no começo da década de 1940, Gregoriano Magalhães Ausier (1899-1982) instalou o Cartório do 2º oficio, o 1º tabelionato tinha como titular o serventuário Joaquim Lemos.

Em janeiro de 1948, para substituir Gregoriano Ausier, que se aposentara, o tabelião Tude Gomes da Costa (1893-1989)

tomou posse do tabelionato do 2º oficio, aí ficando até janeiro de 1950. Então, Vicente Geraldo de Mendonça Lima (1881-1976) era o titular do 1º ofício. O juizado estava sendo presidido pelo doutor Orlando Soares Monteiro e o promotor público, mais tarde substituído pelo doutor Geraldo de Macedo Pinheiro (1920-1996), era o doutor Domingos Queiroz (1915-1987).

Nesse período, no município ainda promoveram a Justiça Pública os agentes ministeriais doutor José Bernardo Cabral e doutor Raul Armando Mendes.

Geraldo Pinheiro exerceu a Promotoria de Justiça de Itacoatiara no período de 1953 a 1957. Estudioso de etnologia e antropologia tropicais, mantinha estreita correspondência com figuras ímpares da cultura brasileira e mundial. Alguns cientistas, dentre os quais Harald Schut e Hubert o visitaram em Itacoatiara e com ele fizeram escavações arqueológicas na Colônia e no Jauary, além do sítio Miracanguera. Muitas das peças por eles encontradas estão expostas no Museu Paulista e na Europa. Fato desconhecido dos estudiosos da região: Nunes Pereira morou algum tempo na cidade, em companhia de Geraldo Pinheiro. Aqui, praticamente, escreveu os originais de sua monumental obra: "Moronguetá, um decameron indígena".

Nos idos de 1950/1960, presidiu o fórum judiciário de Itacoatiara o juiz Edson Marques de Araújo (1904-1984).

No final dessa década, aconteceu outro crime que muito abalou a população itacoatiarense.

Jaime Dantas, tratorista do Der/Am, andava de jeep pela cidade, tirando "fino" de velhos e crianças. Muito pávulo, atropelava e matava galinhas, jogava galanteios e era mal visto. Tendo altercação com o coletor federal Estácio Alencar, foi morto a tiros por este. A garrucha que o matou está exposta no

Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, segundo Geraldo Pinheiro. Hábeis manobras transferiram a responsabilidade criminal a um dos filhos do acusado, Carlos Girão de Alencar. Seu julgamento ocorreu em júri tumultuado e nervoso.

Nos últimos trinta e cinco anos têm promovido a Justiça Pública em Itacoatiara: Ataliba David Antônio, Asclepíades Eudóxio Rodrigues, Eliziário de Andrade Lima, José de Jesus Ferreira Lopes, Luiz Augusto Santa Cruz Machado, Liana de Souza Mendonça, Elizabeth Azize, Marinildes Costeira de Mendonça Lima[6], Newton Sabá Guimarães, Arí Jorge Moutinho da Costa, Walfrido Augusto Hermida Maia, Yedo Simões de Oliveira, Alzira Ewerton, Luiz Albuquerque, Alcides Carvalho Vieira Filho (juizes de direito); José Maria Lopes[7], Pedro da Silva Costa[8], Naíde Vasconcellos, Lupercínio Sá Nogueira Filho, Mitrídates Corrêa Filho, Roberto Aquino do Valle, Ana Maria Esteves, Francisco Félix Conceição, Danilo Silva, Jorge Alberto Mendes Júnior, Francisco Gomes da Silva, Flávio de Azevedo Tribuzy, Suzete dos Santos, Raimundo Andrade Bentes, Fernando Florêncio da Silva (promotores de Justiça), além de tantos outros.

Dotada de três varas e três cartórios judiciais, a Comarca de Itacoatiara atualmente é ocupada por três juizes de direito e três promotores de justiça, sendo seus titulares :

---

[6] Natural de Itacoatiara, neta do saudoso mestre Vicentinho Mendonça, é atualmente desembargadora e presidente do Tribunal Regional Eleitoral.

[7] Procurador de Justiça aposentado, o doutor José Maria Lopes é casado com Maria Amélia Montenegro Lopes, também filha querida de Itacoatiara.

[8] Em Itacoatiara, além da atividade forense, Pedro da Silva Costa foi diretor da Escola Comercial de Itacoatiara (atual Escola de 1° e 2° graus "Deputado Vital de Mendonça"). Casado com a professora itacoatiarense Aracília Oliveira da Silva Costa, chegou ao topo da carreira ministerial, aposentando-se como Procurador Geral de Justiça.

1ª Vara, doutor Rômulo José Fernandes da Silva (juíz) e doutora Conceição de Maria de Azevedo (promotora); **2ª Vara**: achando-se vaga, acumula-a o juiz titular da 1ª, sendo promotora de Justiça a doutora Léa Regina Pereira Mattos; e **3ª Vara**, doutor Alcides Carvalho Vieira Filho (juíz) e doutor Jorge Wilson Cavalcante (promotor).

(Cf. Livro de Atas da Câmara 1865-1879, Loureiro, 1978 e 1982, Relatórios da Província, vols. 17 - 1873/1874, 18 - 1874/1875, e 32 - 1887, Jobim, 1943, Silva, 1965 e 1997, Santos e outros, 1990, IGHA, 1948, Náufel, 1988, Bittencourt, 1969, Braga, 1979, Dias e outros, Manaus, 1965, entrevistas com diversos populares e ICOTI, 1996).

CRONOLOGIA DESTE CAPÍTULO

1874 - Graduação e instalação da cidade de Itacoatiara. Lançado o jornal "O Itacoatiara".

1876 - Elevação do Termo à categoria de Comarca. Assume o primeiro juiz de direito doutor Felippe Honorato da Cunha Meninéa. Lançado o jornal "A foz do Madeira".

1886 - Alterada a divisão judiciária do Amazonas. A Comarca de Itacoatiara consta de três distritos.

1888 - Em substituição à antiga Alfândega, é instalada a Mesa de Rendas.

1892 - A lei estadual nº 33, confirma a criação do município de Itacoatiara.

1894 - Liberado pelo governo estadual o título definitivo alusivo às terras da sede da Intendência Municipal.

1898/1903 - O juizado municipal do Termo de Itacoatiara é ocupado pelo doutor Lobão Veras.

1902 - A lei nº 50, confirma a criação do distrito-sede de Itacoatiara.

1911 - A Comarca passa a figurar com onze distritos. O doutor Emílio Pinheiro preside o juizado municipal.

1911/1916 - O Termo municipal é ocupado pelo doutor Manoel Anísio Jobim.

1912/1913 - Temporariamente, exerce a função o juiz Marcílio Dias de Vasconcellos.

1914 - É promotor de Justiça em Itacoatiara o doutor Ferreira Valle Sobrinho.

1916 - Removido de Manicoré, assume a direção da Comarca o juiz Eloy de Barros Pimentel.

1919/1920 - Volta a trabalhar em Itacoatiara o juiz Marcílio Dias de Vasconcellos.

1920 - A divisão administrativa e judiciária de Itacoatiara constitue-se de nove distritos.

1930 - O município de Urucará é anexado ao município de Itacoatiara.

1931 - Lei estadual determina a anexação de Urucurituba ao município de Itacoatiara.

1930/1947 - Em dobradinha, exercem atividade judicante

na Comarca de Itacoatiara o juiz Marcílio Dias e o promotor Gaspar Guimarães Maia.

1933 - O município de Itacoatiara figura com um só distrito, o da sede.

1935 - Urucará e Urucurituba são desmembrados do município de Itacoatiara.

1936 - Dá-se o famoso julgamento do crime perpetrado pelo homicida Emídio Pinheiro.

1938 - O município de Itacoatiara passa a contar com quatro distritos.

1940 - Instalado o Cartório do 2º ofício.

1948 - O juizado itacoatiarense é presidido pelo doutor Orlando Soares Monteiro. Na Promotoria atua o doutor Domingos Queiroz.

1953/1957 - Exerce a Promotoria de Justiça o etnólogo doutor Geraldo Macedo Pinheiro.

1955 - Criados os municípios de Autazes e Nova Olinda do Norte, desmembrados do território de Itacoatiara.

1958 - Composição distrital de Itacoatiara: a sede, São José do Amatary e Murutinga.

1961/1963 - O território itacoatiarense sofre mutilações, em virtude da criação dos novos municípios de Amatary, Rio Preto da Eva, Cinco Ilhas, Ozório Fonseca e outros.

Prefeitura Municipal de Itacoatiara, sem as características originais devido as reformas de 1972.

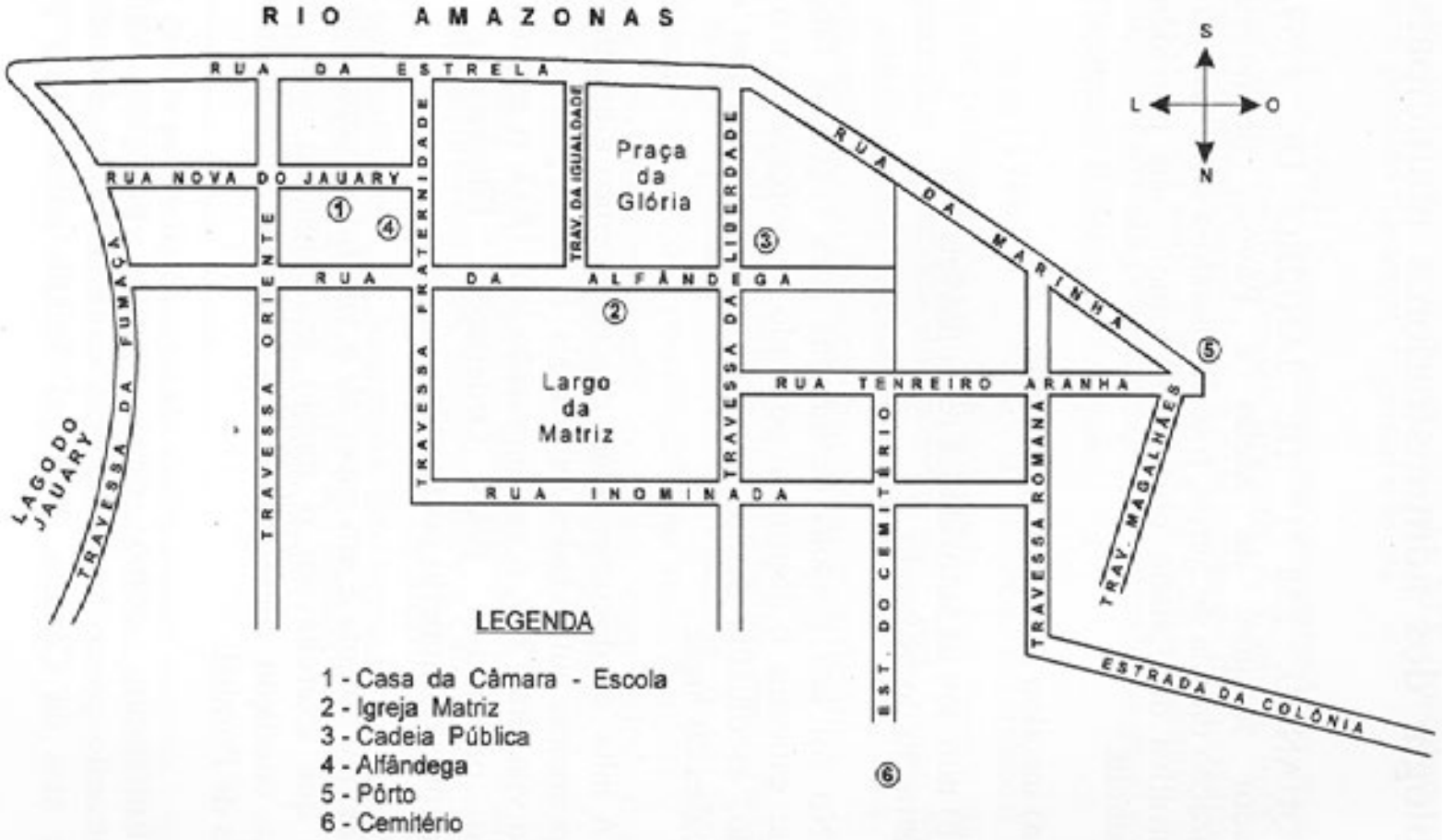
1964 - Os municípios acima referidos são extintos, sendo suas áreas reincorporadas ao de Itacoatiara.

1982 - Recriados os municípios de Rio Preto da Eva e São José do Amatary. Itacoatiara passa a contar com um só distrito, o da sede municipal.

1984 - Em virtude da extinção do município, São José do Amatary volta a ser distrito de Itacoatiara.

1985 - Nova divisão territorial no Estado estabelece para Itacoatiara os atuais distritos da sede municipal e de São José do Amatary.

Capítulo VI



CROQUI DA CIDADE DE ITACOATIARA - 1874

Cronologia dos administradores municipais.

QUANDO, EM 1º DE JANEIRO DE 1759, o governador Joaquim de Mello e Póvoas promoveu a secularização da vila de Serpa, transformando-a em circunscrição administrativa do Estado português, tomou duas providências fundamentais:

a) instalou a Câmara Municipal;

b) nomeou as autoridades responsáveis pela Administração do povoado.

No rol das pessoas designadas para reger as funções políticas, estavam o diretor do povoado, os vereadores e o juiz ordinário, escolhidos dentre os portugueses e indígenas mais esclarecidos do lugar.

À falta de documentação, desconhecemos a qualificação dessas primeiras autoridades municipais. É certo, porém, que do início da vila, em 1759, à sua supressão, em 1833, o estatuto do povoado orientou-se pelas Ordenações Filipinas e leis extravagantes do Império português.

Primeiramente e em especial, a vila foi administrada por nativos que exercitavam o direito exclusivo do voto e da vereança, condição oferecida desde a implantação da política do marquês de Pombal.

Entretanto, como esses agentes políticos vinham demonstrando pouco interesse pela comunidade, assinando de cruz as atas da Câmara, Portugal decidiu substituí-los pelos

"homens bons": proprietários ou comerciantes que, do fim do século XVIII para o início do século XIX, tomaram conta do espaço político nacional, regional e local.

Em 1774, vamos encontrar governando o município o diretor de povoado Manoel Teixeira. A Câmara, então, estava composta de três vereadores e dois juizes de paz[1], eleitos a 10 de janeiro de cada ano. A população de Serpa arrastava uma vida difícil, comprovada pela correição do intendente-geral e ouvidor da Capitania, Ribeiro de Sampaio.

Em 1796, o governo de Lisboa determinou que as câmaras passassem a ser administradas por "juizes de fora"[2], magistrados nomeados diretamente pelo Rei. Como em Serpa não existia quem tivesse habilitação para tal, suas funções continuaram sendo preenchidas por juizes ordinários.

Em 1820, os cientistas Spix e Martius encontraram Serpa em situação precária, "pobre de indústria e de população, constando só de 20 e poucas cabanas todo o lugarejo". Talvez porque no momento não contasse com administrador, a população da vila se mostrava apática e desleixada.

Entre 1821 e 1825, a vila preponderou sobre as demais povoações amazonenses, inclusive sobre a capital. A Câmara de Serpa, naquela oportunidade, cheia de prerrogativas, liderou a luta pela autonomia do Amazonas. Seu vereador mais velho João da Silva e Cunha foi quem mais se destacou: além de outras atribuições, presidiu a Junta Governativa.

---

[1] e [2] **Juiz de paz**, antigo magistrado eletivo a quem competia o julgamento das causas de pequena relevância, da alçada de um juízo de paz ou juízo conciliatório. **Juiz de fora**, antigo magistrado do período colonial, a que corresponde hoje o juiz de direito.

A Câmara mantinha na Barra um juiz de julgados com atribuições para a polícia urbana e suburbana. Essa autoridade era eleita por um ano pela Câmara de Serpa e, em 1825, o cargo estava ocupado por João Pedro Faria, que prestou o juramento sobre o Evangelho perante o ouvidor Nunes Ferreira.

Em 1828, entrou em vigor a Lei regulamentar das câmaras, declarando os municípios "corporações meramente administrativas", o que correspondia negar-lhes a autoridade judiciária que lhes fora outorgada pela legislação colonial. A partir daí, as câmaras das vilas passaram a ser compostas de sete vereadores, eleitos de quatro em quatro anos.

Rebaixada a um simples distrito, subúrbio de Manaus, em 1833 Serpa perdeu o título de vila que havia adquirido em 1759. Para recuperar esse predicamento - fato que só ocorreria em 1857 - teve que empreender intensa luta.

Quando ocorreu a guerra da Cabanagem, em 1835/1840, o povoado estava sendo dirigido pelo juiz de paz Antônio Macedo Português que, abandonando a freguesia no auge da luta, permitiu que ela fosse saqueada. Os prejuízos só não foram maiores porque veio em seu socorro uma força defensiva de Manaus, comandada pelo capitão Henrique João Cordeiro.

Quando, em 1849, o naturalista Henry Walter Bates aportou em Serpa, encontrou a freguesia sendo administrada pelo diretor Manuel Joaquim da Costa Pinheiro. Português diligente, interessado, recebeu rasgados elogios do cientista inglês, pela "sua bondade e assistência prestada aos residentes estrangeiros e a viajantes extraviados".

Em 1850, a vila constava de sete ruas, quatro travessas e uma praça. Nesses logradouros não havia nomenclatura oficial

nem placas de numeração de casas.

Ao tempo, as possibilidades econômicas de Serpa iam sendo ampliadas em decorrência do ingresso de regatões paraenses nos rios Madeira e Autazes para negociar com extratores de borracha.

Quando, em 1852, foi instalada a Província do Amazonas e empossado Tenreiro Aranha, o diretor de Serpa, Damaso de Souza Barriga, apressou-se em enviar as congratulações ao novo presidente. Todavia, continuando não autônoma, nesse ano a freguesia teve sua dependência deslocada de Manaus para a vila de Silves.

Assim, devido a serem esparsos e raríssimos os documentos, não foi possível juntar dados completos sobre os administradores de Serpa, no período de **1º.01.1759** a **24.06.1858**. Todavia, a partir desta última data em que aconteceu a reinstalação da vila, pudemos, através de um inaudito trabalho de pesquisa, coletar apontamentos referentes ao período **1858/1997**.

Então, a partir desse levantamento, exporemos a seguir os diversos títulos nominativos e os períodos de governo dos chefes comunais itacoatiarenses.

Começaremos por mencionar que os primeiros administradores brasileiros foram representados pelos presidentes de câmaras municipais, consoante as normas de direito herdadas do regime português. Antes do Império, esses órgãos exerciam poderes de administração e atribuições judiciárias. A partir de 1828, as atribuições judiciárias foram retiradas, passando as câmaras a ser corporações meramente administrativas. A separação das atribuições administrativas das deliberativas das câmaras se tornou realidade somente na República (1890).

Resulta daí que as câmaras nem sempre tiveram a conotação atualmente adotada, de órgão deliberativo da administração municipal, eletivo e autônomo em tudo quanto se refere ao interesse comunal, à decretação de impostos de sua atribuição e à organização de serviços públicos de caráter local.

Têm sido administradores do município de Itacoatiara:

I - Presidentes de Câmara: 1858/1890.

01 - MANUEL JOAQUIM DA COSTA PINHEIRO. Eleito em **10.03.1858**, assumiu a **24.06.1858**. Seu governo deveria se estender até **7.01.1861**, mas foi interrompido por morte súbita em **dezembro de 1858**.

02 - ANTÔNIO JOSÉ SERUDO MARTINS. Vice-presidente da Câmara, em face do falecimento do presidente Manuel Joaquim da Costa Pinheiro, assumiu em **janeiro de 1859** e exerceu o mandato até final, **em 7.01.1861**.

03 - DAMASO DE SOUZA BARRIGA. Eleito em **30.12.1860** para cumprir o quatriênio **1861/1865**, assumiu a presidência da Câmara em **8.01.1861,** tendo sua administração cessado em **22.11.1864,** porque, acusado de corrupção, foi afastado do cargo em **23.11.1864**. Entretanto, seria reeleito para o período seguinte.

04 - ANTÔNIO JOSÉ SERUDO MARTINS. Vice-presidente, assumiu interinamente em **23.11.1864**, cumprindo o mandato até final, em **7.01.1865**.

05 - ANTÔNIO JOSÉ SERUDO MARTINS. Reeleito

vereador em **7.09.1864**, assumiu a presidência e cumpriu integralmente o mandato: de **8.01.1865** a **7.01.1869**.

06 - DAMASO DE SOUZA BARRIGA. Reabilitado política e moralmente, foi reeleito em **7.09.1868,** para cumprir o quatriênio **1869/1873**. Guindado à presidência da Câmara em **8.01,** dela se afasta **em junho/1869**, para exercer o cargo de deputado à Assembléia Legislativa Provincial.

07 - ELIAS PINTO DE FRANÇA. Vice-presidente, substituiu o presidente Damaso Barriga, entre **Junho/1869** e **1°.11.1870.**

08 - DAMASO DE SOUZA BARRIGA. Retornou à presidência em **2.11.1870**, nela ficando até **Julho de 1872**, em virtude de renovação da sua licença, desta feita para assumir o juizado de paz.

09 - RAYMUNDO CÂNDIDO FERRAZ. Presidente interino de **Julho/1872** a **7.01.1873**, em face do impedimento eventual do vice-presidente Elias França. No interim, o titular Damaso Barriga continuava sob licença.

10 - DAMASO DE SOUZA BARRIGA. Reeleito outra vez, em **7.09.1872**, assumiu novamente a chefia da Câmara em **8.01.1873**. Entre **março** e **junho de 1874** foi substituído interinamente pelo vereador Dionísio José Serudo Martins. Reassumindo, Damaso Barriga governou até o **dia 13.03.1876,** tendo que renunciar ao restante de seu mandato em **14.03.1876** para assumir, em definitivo, o cargo de deputado provincial (nesse período, conseguiu efetivar a criação da Comarca de Itacoatiara, através da promulgação da Lei nº 341, de 26.04.1876.

11 - JOÃO ANTÔNIO RODRIGUES VIEIRA.

Designado pela Câmara, exerceu provisoriamente a função no curto período de **14.03** a **5.04.1876.**

12 - JÚLIO FERREIRA CAPUCHO. Governou interinamente de **6.04.1876** a **25.06.1876.** Foi afastado da presidência por questões de natureza ética.

13 - Tenente ARISTIDES AUGUSTO CÉSAR PIRES. Interventor estadual entre **26.06** e **3.08.1876.** A intervenção foi decretada para debelar crise na Câmara Municipal e garantir as eleições seguintes.

14 - DIONÍSIO JOSÉ SERUDO MARTINS. Designado para um mandato-tampão, que o exerceu entre **3.08.1876** e **7.01.1877.**

15 - DIONÍSIO JOSÉ SERUDO MARTINS. Eleito em **7.09.1876** para cumprir o período governamental de **1877/1881,** assumiu a presidência em **8.01.1877,** porém, por motivo de doença, afastou-se do posto em **14.06.1877.**

16 - ANTÔNIO JOSÉ SERUDO MARTINS. Presidente interino, assume em **15.06.1877,** mas renuncia em **25.04.1878.**

17 - MÁXIMO PINHEIRO LOPES. Substituiu o presidente anterior em **26.04.1878.** Com o retorno do titular, deixa o cargo em **10.07.1878.**

18 - DIONÍSIO JOSÉ SERUDO MARTINS. Presidente titular, reassume em **11.07.1878.** Recaindo doente, se afasta em definitivo em **13.01.1879.**

19 - MÁXIMO PINHEIRO LOPES. Novamente chamado, exerce o mandato de presidente da Câmara no período

de **14.01** a **6.04.1879**.

20 - ANTÔNIO JOSÉ DE MOURA JÚNIOR. Escolhido, através de eleições indiretas, toma posse em **7.04.1879** e fica no cargo até findar seu mandato (reduzido por Lei em um ano), que ocorre em **7.01.1880**.

21 - ANTÔNIO JOSÉ DE MOURA JÚNIOR. Reeleito para o triênio seguinte (**1880/1883**), tomou posse em **8.01.1880.**

22 - Não há registros sobre a titularidade do mandato seguinte (**8-01-1883/15-01-1886**). É muito provável que parte desse período foi exercido por JOÃO PEREIRA BARBOSA, pertencente às hostes do Partido Conservador.

23 - JOÃO PEREIRA BARBOSA. Reeleito vereador em **1º.12.1885**, assumiu a presidência da Câmara em **8.01.1886**, governando ininterruptamente até **14.01.1889**.

24 - ÁLVARO BOTELHO DE CASTRO E FRANÇA. Eleito pela legenda do Partido Liberal em **1º.12.1888**, para cumprir o triênio **1889/1892**, assumiu a presidência em **15.01.1889**. Entretanto, não concluiu o seu mandato: em **setembro de 1889**, seu opositor João Pereira Barbosa, movido pela propaganda republicana, dá um "golpe" na Câmara, se autoproclamando presidente. A 15 de novembro, no Rio de Janeiro, é proclamada a República.

25 - JOÃO PEREIRA BARBOSA. Se auto-impõe no governo municipal em **setembro de 1889**. A **23 de novembro** declara a adesão de Itacoatiara ao regime republicano, Governa até **4.01.1890**.

II - Presidentes de Conselho: 1890/1891.

Após a proclamação da República, Deodoro da Fonseca manda constituir a Junta Governativa Provisória do Amazonas, sob o comando do capitão-engenheiro Augusto Ximenes Villeroy (governou de **4.01** a **2.11.1890**), o qual imediatamente dissolveu o Congresso Amazonense e as câmaras municipais. Em conseqüência, designou novos membros para compor as edilidades do interior, já com o nome de conselhos municipais, constituídos de três intendentes, regulando-lhes as funções.

Em Itacoatiara, afastado João Pereira Barbosa, para presidir o Conselho Municipal são, sucessivamente, nomeados:

01 - RAYMUNDO NUNES SALGADO (1858-1904). Assume a **5 de janeiro de 1890**, porém, fortemente pressionado pelos intendentes Miguel Francisco Cruz Júnior e Joaquim José Pinto de França, afasta-se em **1°.09.1890**.

02 - JOAQUIM JOSÉ PINTO DE FRANÇA. Interinamente, assume a **2.09.1890**, enquanto aguarda o substituto legal de Raymundo Salgado.

03 - Tenente CARLOS CARDOSO FERNANDES DE SÁ. Nomeado, assume a presidência do Conselho **em 11.09**, mas renuncia em **1°.10.1890**.

04 - TARGINO JOSÉ DAS NEVES BANANEIRA. Governa Itacoatiara de **2.10.1890** a **19.07.1891**.

Continuavam as contendas políticas em Manaus entre republicanos históricos, antigos liberais e conservadores ávidos pelo poder. Infenso às intrigas, Villeroy deixa o governo, entregando-o ao tenente de engenheiros Eduardo Gonçalves Ribeiro (1862-1900) que, a **13.03.1891**, outorga a primeira Constituição amazonense. Esta, mantém em cada município o Conselho Municipal, ampliando a sua composição de três para

sete membros. Contudo, inovando, a nova Carta cria a figura do Comissário Executivo, a ser eleito pelos intendentes, mas com funções executivas separadas destes.

Pouco depois, o Congresso Constituinte Amazonense, eleito com maioria contrária ao governador Eduardo Ribeiro, votou e promulgou nova Constituição, mantendo, em linhas gerais, as orientações políticas anteriores, ressalvando que a duração dos mandatos municipais passaria de três para quatro anos. Seguidamente, Eduardo Ribeiro entrega a governança (**5.05.1891**) a Guilherme José Moreira (1835-1899), por sua vez substituído, em **1º.09.1891**, pelo governador Gregório Thaumaturgo de Azevedo (1851-1950).

III - Comissários Executivos: 1891/1892.

Decretada intervenção federal em **26.01.1892**, em Manaus, assume o capitão-de-fragata Borges Machado que restabelece a ordem no Estado. Afinal, imposto pelos militares, porém contando com amplo apoio popular, em **11.03.1892** Eduardo Gonçalves Ribeiro volta a assumir o governo.

No espaço de tempo inferior a um ano, decorrido entre **20.07.1891** e **23.07.1892**, em Itacoatiara foram designados os seguintes comissários executivos municipais:

01 - Major RAYMUNDO JOÃO CARNEIRO. Comissário Executivo, de **20.07.1891** a **12.01.1892**.

02 - Coronel MIGUEL FRANCISCO CRUZ JÚNIOR Havendo assumido em **13.01**, foi destituído do cargo em **2.03.1892** pelo interventor federal no Amazonas, Borges

Machado.

03 - RAYMUNDO JOÃO CARNEIRO. Exerce a administração de **3.03** a **29.03.1892.**

04 - ÁLVARO BOTELHO DE CASTRO E FRANÇA. Nomeado em **30.03.1892** pelo governador Eduardo Ribeiro, assume imediatamente, e fica nesse cargo até a data em que entrou em vigor a nova Constituição: **23.07.1892**.

Promulgando nova Constituição em **23.07.1892**, o governador Eduardo Ribeiro coloca o Amazonas no caminho da normalidade constitucional. Esse instrumento legal, dentre outras medidas, extingue o Conselho Municipal e a figura do Comissário Executivo. Em substituição, cria a Intendência e a Superintendência municipais.

IV - Superintendentes: 1892/1926.

A Constituição estadual de 1892 extinguiu a figura do Comissário Municipal e definiu: "o governo municipal será exercido por um Superintendente, encarregado das funções executivas, e por uma corporação deliberante, com a denominação de Intendência, composta de sete membros".

Destarte, definida a separação das atribuições da Intendência (ex-Conselho Municipal) das da Superintendência, o novo sistema mandava que seus titulares fossem simultaneamente eleitos, mediante o sufrágio direto e voto a descoberto, de quatro em quatro anos.

Entretanto, excluídas as realizadas para eleger os

intendentes, as eleições para escolha de superintendentes não se processaram logo, sendo que, até o início deste século (1901), os titulares destes cargos, ao invés de escolhidos pela via direta, foram seguidamente nomeados pelo governo do Estado.

Outrossim, designando as eleições municipais para 25.01.1893, o governador Eduardo Ribeiro, baixou decreto confirmando Álvaro França no posto de Superintendente.

A seguir, os superintendentes municipais de Itacoatiara, nomeados ou escolhidos através de eleição direta ou indireta:

01 - ÁLVARO BOTELHO DE CASTRO E FRANÇA. Confirmado no posto em **23.07.1892**, foi eleito, juntamente com sete intendentes, em **25.01.1893**. Assumiu em **27.02.1893** e governou até **8.09.1896**.

Como prova de instabilidade das normas legais seguidamente baixadas, no dia 17.08.1895 foi promulgada nova Constituição estadual, deliberando: o governo municipal será exercido por uma corporação, simplesmente deliberante, e por um Superintendente, que será o presidente da corporação e executor de todas as suas resoluções. Os intendentes, em número de 6, serão eleitos por sufrágio direto e voto a descoberto, de 3 em 3 anos. O Superintendente será de livre nomeação do governador. A eleição dos novos intendentes foi marcada para o dia 17.12.1895.

02 - Doutor JOÃO MIGUEL RIBAS. Nomeado para o cargo, tomou posse em **9.09.1896**, dele solicitando exoneração em **11.01.1897**.

03 - AVELINO RODRIGUES. Nomeado em **11.01.1897**, foi afastado em **6.07.1897**.

04 - JASON HERMIDA. Presidente da Intendência,

Prédio do Banco do Brasil. No pavimento superior funciona o gabinete do Prefeito Municipal. Foto de 1997.

governou, em substituição, de 7 a **11.07.1897**.

05 - PEDRO DE ALCÂNTARA DO REGO BARROS. Assumiu, por nomeação, em **11.07.1897.** Sua administração estendeu-se até **4.06.1898**.

06 - AVELINO AUGUSTO MARTINS. Como presidente da Intendência, foi chamado a exercer a função, interinamente, entre **5.06.1898** e **24.02.1899**.

07 - ÁLVARO BOTELHO DE CASTRO E FRANÇA. Renomeado, pode novamente exercer a Superintendência, e o fez, de **25.02.1899** a **11.03.1900**.

08 - JOAQUIM ALVES DE LIMA VERDE. Empossado Superintendente, em **12.03.1900**, desligou-se desse posto em **24.01.1901**.

09 - JOÃO PEREIRA BARBOSA. Para exercer um mandato de quatro anos, foi eleito em **dezembro de 1900**, assumiu em **25.01.1901** e transferiu o cargo em **24.01.1905.**

10 - LUIZ STONE. Eleito para gerir os destinos do município no triênio **1905/1908,** cumpriu integralmente o seu mandato, de **25.01.1905** a **24.01.1908**.

11 - JOÃO PEREIRA BARBOSA. Reeleito, governou, outra vez, entre **25.01.1908** e **31.12.1910**.

Repetindo, praticamente, a redação da de 23.07.1892, a Constituição promulgada em 21.03.1910 consagra a eleição trienal, separa as funções executivas do Superintendente das legislativas da Intendência, conserva o sistema de eleição direta, mas proíbe a reeleição dos mandatários municipais. Essa Constituição marca as eleições para o dia 31.10.1910 e a posse do Superintendente e dos

intendentes para 1°.01.1911 .

12 - MANOEL JOAQUIM DA COSTA PINHEIRO. Eleito a **31.10.1910**, assumiu em **1°.01.1911**, desligando-se do cargo em **31.12.1913.**

Conforme a conveniência de cada grupo que chegava ao governo estadual, iam surgindo novas normas. A Constituição de 20.10.1913 ratificou quase que integralmente o texto da anterior de 21.03.1910. Mas modificou as datas de eleição (1°.12.1913) e posse (1°.01.1914) dos agentes municipais.

13 - Coronel JOAQUIM FRANCISCO DE QUEIROZ. Eleito em **1°.12.1913**, tomou posse em **1°.01.1914,** deixando as rédeas municipais em **31.12.1916.**

14 - Coronel JOÃO DA PAZ SERUDO MARTINS. Eleito, assumiu em **1°.01.1917** e governou até **31.12.1919**.

15 - FRANCISCO OLYMPIO DE OLIVEIRA (1889-1962). Eleito, governou de **1°.01.1920** a **31.12.1922**.

Em 14.02.1922 é promulgada nova Constituição no Amazonas. Por ela, o número de intendentes desce para 5 e a eleição municipal continua sendo realizada de três em três anos.

16 - ANTÔNIO GUAYCURUS DE SOUZA. Eleito em **1°.12.1922**, assumiu em **1°.01.1923**. Controvertem as notícias, mas parece que esse Superintendente concluiu sua administração em **14.03.1926**.

O período administrativo de Guaycurus foi marcado por uma série de acontecimentos de ordem política que se iniciaram com a deposição, em Manaus, do governador Turiano Meira, em 1924. Sem tato político, Guaicurus foi deposto à ordem do governador Rego Monteiro e esteve preso em sua própria residência, à rua Eduardo

Ribeiro. Assumiu em seu lugar, durante pouco tempo, o intendente Raymundo Rodrigues Cruz. Graças à interferência do deputado federal Antônio Monteiro de Souza (1872-1936), o Superintendente foi reinvestido no posto. Todavia, em face do movimento militar de 23.07.1924, em que o tenente Alfredo Augusto Ribeiro Júnior (1887-1910) assumiu o governo do Amazonas, pela via revolucionária, a situação política em Itacoatiara voltou a sofrer novo impasse, sendo Antônio Guaycurus novamente afastado, assumindo em seu lugar o presidente da Intendência João da Paz Serudo Martins. Além deste, também chefiou a Superintendência, por curtíssimo período, o senhor Abdias de Paiva (1882?-1927). Controvertem as notícias, mas é provável que Antônio Guaycurus só pode concluir o seu mandato escorado em decisão judicial, eis que recorreu ao Tribunal de Justiça.

V - Prefeitos Municipais: 1926/1997.

Em 14.02.1926, a Assembléia Legislativa do Amazonas promulgou nova Constituição. Em relação aos municípios do interior, foi mantida a Intendência, órgão legislativo composto de 5 membros eleitos trienalmente, mediante o sufrágio de voto direto. Com referência à chefia do Poder Executivo, extinta a Superintendência, foi criado o instituto da Prefeitura, representado na figura do Prefeito Municipal, de livre nomeação e demissão pelo presidente (governador) do Estado, legitimando uma situação criada após a revolução de 1924.

Em conseqüência, a escolha dos mandatários municipais não se realizou pela via eleitoral direta, em conformidade com o texto da Constituição estadual de 14.02.1922. Assim, driblando as sucessivas crises políticas, o primeiro Prefeito Municipal itacoatiarense foi guindado ao posto através de nomeação pelo mandatário-mor do Estado.

Essa situação de fato ainda se repetiria por algum tempo, agravada pelos incidentes de percurso que, entre 1930 e 1945, atravancaram a democracia brasileira.

Abaixo, relacionamos os prefeitos municipais, nomeados ou eleitos:

01 - ISAAC JOSÉ PEREZ. Nomeado pelo governador Efigênio Sales, assumiu a Prefeitura em **15.03.1926**. Em face da vigência da Constituição estadual de **14.02.1926** ter acontecido um ano após sua assunção ao cargo, este Prefeito, ganhando um ano a mais, passou as rédeas da municipalidade a seu sucessor em **15.03.1930.**

02 - Doutor ABÍLIO NERY (1876-1963). Em virtude de bruscas e interessantes mudanças ocorridas na vida político-institucional do Brasil, administrou a Prefeitura somente durante oito meses (de **15 de março** a **13 de novembro de 1930**).

Em 1930 explodiu a revolução comandada por Getúlio Dorneles Vargas (1883-1954). Consumada a tomada do poder federal com a deposição do presidente Washington Luís (1870-1957; governou em 1926-1930)), foi instalado no Rio de Janeiro o governo provisório sob o comando do caudilho gaúcho. Em seguida, foi baixado o decreto nº 19.398, de 11.11.1930, dissolvendo o Congresso Nacional, as assembléias legislativas estaduais e câmaras municipais. Como sintoma de maior centralização, os estados-membros passaram a ser geridos por interventores nomeados pelo presidente da República e os municípios por prefeitos nomeados pelo interventor federal no Estado. Destarte, os chefes comunais desde logo passaram a acumular as funções executivas e legislativas municipais.

03 - MANOEL JUSTINIANO DE FARIAS. Nomeado, prefeito, governou o município de Itacoatiara de **14.11.1930** a **30.03.1931.**

04 - Doutor MANOEL SEVERIANO NUNES (1892-1957). Designado para o cargo em **31.03.1931**, pediu e foi exonerado em **9 de setembro** do mesmo ano.

05 - Doutor MANOEL JOSÉ MACHADO BARBUDA. Exerceu o mandato, por nomeação, de **9 de setembro de 1931** a **fevereiro** do **ano seguinte.**

06 - Capitão GONZAGA TAVARES PINHEIRO (1890-1978). Nomeado em **2.12.1931** para o cargo comissionado de Prefeito, foi exonerado em **26.02.1935**. Deixou o posto em **3.03.1935**.

Nesse período ocorreu a célebre batalha naval de Itacoatiara (1932).

Lembremos que, no mesmo dia (26.02.1935) em que foi baixado o Ato firmado pelo governador Álvaro Botelho Maia (1893-1969) exonerando o prefeito Gonzaga Pinheiro, foi nomeado, para substituí-lo, o doutor Hermínio de Carvalho.

07 - Doutor HERMÍNIO DE CARVALHO. Nomeado através do Ato estadual de **26.02.1935,** assumiu em **4.03.1935** e, nessa condição, governou até **19.12.1935.**

Sequenciando à efêmera abertura política promovida pelo presidente Getúlio Vargas, em 2.06.1935 a Constituinte estadual promulgou uma nova Constituição para o Amazonas, sendo criada, em substituição à antiga Intendência, a Câmara Municipal, composta de 5 vereadores. Esta, com funções deliberativas, assessoraria o Prefeito, com funções executivas. Os componentes de ambos os órgãos, para cumprir um mandato trienal, seriam eleitos em 2.09.1935 (noventa dias após a promulgação da Carta estadual). A cerimônia de instalação da Câmara Municipal e posse dos vereadores eleitos ocorreu em 20.12.1935. Por oportuno, mencionamos que entre os novos vereadores eleitos, estava a professora Raymunda Menezes de Vasconcellos Dias

(1908-1980), carinhosamente apelidada de "Dadade", a primeira mulher brasileira a exercer cargo público eletivo municipal, após a reforma eleitoral promovida pelo presidente Getúlio Vargas, que estendeu às pessoas do sexo feminino o direito de elegibilidade. Em seguida, a Câmara deu posse ao prefeito eleito Hermínio de Carvalho.

08 - Doutor HERMÍNIO DE CARVALHO. Prefeito eleito em **2.09.1935**, tomou posse em **20.12.1935**, sendo substituído em **8.12.1937.**

No dia 10 de novembro de 1937 Getúlio Vargas instituiu a ditadura do Estado Novo, ampliando os poderes do Executivo federal: Álvaro Maia é nomeado interventor federal no Amazonas. Em seguida, o decreto-lei nº 1.202, de 8.04.1939, suspendendo a vigência das constituições estaduais, estabelece que o Prefeito será de livre nomeação e demissão do chefe do Executivo estadual; que o prefeito, além de suas funções executivas, podia legislar as matérias de competência municipal. Como em todo o país, mais uma vez é fechada a Câmara Municipal de Itacoatiara.

09 - ALEXANDRE JOSÉ ANTUNES (1892-1967). Nomeado pelo interventor federal Álvaro Maia, em **6.12.1937**, assumiu em **9.12.1937**. Exonerado a pedido, deixou a Prefeitura em **26.05.1943**.

10 - GREGORIANO MAGALHÃES AUSIER. Secretário da Prefeitura, exerceu a função, em caráter interino, de **27.05** a **24.06.1943.**

11 - Agrônomo FRANCISCO DO COUTO VALLE. Prefeito em comissão, nomeado em **26.05.1943**, assumiu em **25.06.1943.** Governou até **janeiro de 1944**.

12 - OZÓRIO ALVES DA FONSECA (1889-1960). Nomeado por decreto de **10.01.1944,** assumiu em **2.02.1944**. Foi exonerado através do Ato estadual de **3.01.1946**.

13 - JOSÉ REBELO DE MENDONÇA. Nomeado em **3.01.1946**, assumiu no dia **4.01.1946**, governando apenas 53 dias, isto é, até **26.02.1946**.

14 - OZÓRIO ALVES DA FONSECA. Renomeado em **25.02.1946**, tomou posse em **28.02.1946.** Seu mandato expirou em **30.04.1947.**

15 - Capitão FRANCISCO TRIGUEIRO SOBRINHO. Prefeito Municipal, de **1°.05.1947** a **18.09.1947**.

16 - 2° Tenente EDSON EPAMINONDAS DE MELO. Nomeado para curta administração que começou **em 19 de setembro** e findou em **28.12.1947**.

Redemocratizado o país, em 1945, o interventor federal Álvaro Maia outorga a Constituição estadual de 26.10.1945. Conseguintemente, o prefeito e as câmaras municipais voltam a ser eleitos pelo povo, trienalmente, através de sufrágio universal, direto e secreto. A nova Carta amazonense mantém o número anterior de vereadores: cinco. Seguidamente, ocorrem as eleições: por elas, o mandato dos agentes municipais deveria terminar em dezembro de 1950. Contudo, eleita e empossada, a Constituinte amazonense promulga um novo Estatuto político, derrogando o anterior, e amplia para quatro anos o período de governo dos prefeitos e vereadores. Como estes já estivessem no exercício do cargo um ano antes das eleições marcadas por essa última Constituição, os gestores itacoatiarenses de 1947 tiveram acrescentados ao seu mandato mais um ano e alguns dias.

17 - ANTÔNIO DE ARAUJO COSTA. Eleito pela legenda do PSD - Partido Social Democrático, em **16.11.1947**, assumiu em **29.12.1947** e concluiu seu mandato em **11.01.1952**.

18 - TEODORICO DE ALMEIDA NUNES. Apoiado pela coligação PDC - Partido Democrata Cristão, PTB - Partido

Trabalhista Brasileiro e UDN - União Democrática Nacional, venceu as eleições de **16.11.1951.** Tomou posse em **12.01.1952,** mas teve o mandato de Prefeito cassado pela Câmara Municipal em **8.07.1955.**

19 - RAIMUNDO MARTINIANO DE ARAÚJO. Presidente da Câmara Municipal, ante a cassação do mandato do prefeito Teodorico de Almeida Nunes, governou interinamente de **9** a **27.07.1955**.

20 - PEDRO SANTARÉM PENALBER (1874-1961). Eleito pela Câmara Municipal, em **18.07.1955**, assumiu em **28.07.1955**, mas renunciou ao cargo em **17.11.1955**.

21 - ADAMASTOR ONETY DE FIGUEIREDO (1905-1959). Presidente da Câmara Municipal, provisoriamente assume em **18.11**, mas, em seguida, eleito pela Casa para completar o mandato de seu antecessor, governa no período de **28.11.1955** a **11.01.1956**.

22 - RAIMUNDO PERALES. Eleito pela legenda do PSD - Partido Social Democrático, em **3.10.1955**, governou Itacoatiara de **12.01.1956** a **11.01.1960**.

23 - ACÁCIO SOARES DE FRANÇA LEITE. Eleito pelo PTB em **3.10.1959**, assumiu em **12.01.1960**. Renunciou a Prefeitura em **5.08.1963**, para concorrer a uma cadeira de vereador à Câmara Municipal.

24 - Agrônomo LUIZ SOARES DE MEDEIROS. Foi eleito pela Câmara Municipal, em **5.08.1963**, tendo tomado posse em **6.08.1963**. Licenciando-se a **13.10.1963**, não mais voltou ao cargo.

25 - PAULO GOMES DA SILVA (1911-1993). Presidente da Câmara Municipal, dos quadros do PTB, em face da declaração de vacância do cargo, assumiu interinamente o posto, em **14.10.1963**, ficando até final, ou seja, **11.01.1964.**

Nesse ínterim, em Brasília, os militares dão o golpe de Estado de 31 de março de 1964, exilam e cancelam os direitos políticos do presidente João Goulart, colocando o país sob um regime autoritário que duraria até 1985. Reflexos dessa crise em Itacoatiara: os vereadores da oposição Paulo Pedraça Sampaio e Argos do Amaral Valente são detidos e conduzidos à prisão no quartel do Exército, em Manaus. Posteriormente, é decretada intervenção federal no município e, a nível nacional, são multiplicadas as prisões ilegais e cassações de mandatos eletivos. Os partidos políticos tradicionais são extintos, e são criados a Aliança Renovadora Nacional - ARENA, partido de sustentação do ideário do governo militar, e o Movimento Democrático Brasileiro - MDB, de caráter oposicionista.

26 - Professor GALDINO GIRÃO DE ALENCAR. Assumiu em **12.01.1964,** eleito que fora por uma coligação partidária liderada pelo PL - Partido Libertador, em **6.10.1963**. Decidido a concorrer a uma cadeira de deputado à Assembléia Legislativa, renunciou ao resto de seu mandato, em **17.09.1966.**

27 - FRANCISCO FERREIRA ATHAYDE (PSD). Vice-presidente da Câmara, em face da renúncia do prefeito e impedimento do presidente da Casa, assumiu interinamente em **17.09.1966**. Em **27.10.1967** deixou as rédeas da Prefeitura.

28 - JURANDIR PEREIRA DA COSTA. Presidente da Câmara, era filiado ao PSP - Partido Social Progressista. Assumiu a chefia do Executivo em **27.10.1967**, transferindo-a a seu sucessor em **12.12.1967**.

29 - ARMINDO MAGALHÃES AUZIER (1898-1976). Interventor federal nomeado pelo presidente marechal Humberto Castello Branco (1901-1967), através de decreto de **7.11.1967**, exerceu a função de **12.12.1966** a **14.09.1967.**

Então, passa a reinar uma grande desinteligência entre o Interventor e a Câmara Municipal. Havendo grande antipatia de parte a parte, os vereadores eram unânimes em sua oposição a Armindo Auzier, cujo temperamento forte não aceitava a ingerência de terceiros em sua administração, ela mesma nascida do arbítrio que se sustentava na força dita revolucionária. A crise ganha vulto e, não aceitando as pressões, Armindo Auzier renuncia no dia 6.09.1967. Na mesma data, a Câmara Municipal, à unanimidade de seus membros (ARENA e MDB), elege o prefeito Aurélio Vieira dos Santos. Constitucionalmente, o período eletivo começado em 12.01.1964 deveria terminar em 12.01.1968. Entretanto, na esteira da norma imposta pelo presidente Castello Branco, o artigo 178 da Constituição do Amazonas estendeu em um ano o período de mandato dos agentes políticos locais, marcando a posse dos próximos prefeito e vereadores para o dia 31.01.1969. Por outro lado, a Emenda Constitucional nº 1, de 1969, outorgada pelos militares, criou a figura do vice-prefeito, eleito conjuntamente com o prefeito municipal.

30 - AURÉLIO VIEIRA DOS SANTOS. Guindado ao posto de Prefeito Municipal por eleição indireta, em **6.09.1967**, tomou posse em **14.09.1967** e sua gestão se estendeu até o dia **30.01.1969**.

31 - JURANDIR PEREIRA DA COSTA. Eleito, juntamente com o vice-prefeito Mábio Frutuoso de França, pela ARENA, Aliança Renovadora Nacional, em **15.11.1968**, assumiu em **31.01.1969,** sendo substituído em **31.01.1973**.

32 - AURÉLIO VIEIRA DOS SANTOS. Registrado pela ARENA, com o vice-prefeito David Pereira Braga, foi re-eleito em **15.11.1972**. Governou de **31.01.1973** a **30.01.1977.**

A luta política ferventava em todos os quadrantes do país. O MDB, interpretando o pensamento da maioria da população nacional, batalhava por eleições diretas para presidente da República, decretação da anistia aos presos políticos e abertura democrática plena. Mas o governo, distanciado da voz rouca das ruas, comprimia cada vez mais o processo político, ao ponto de, impedindo que a oposição elegesse maioria nas prefeituras municipais, criar o instituto da sublegenda, permitindo o registro de até três candidatos por legenda partidária. Apurados os votos, aquele candidato concorrente que, no seu partido, arrecadasse o maior número de votos, teria somados à sua legenda os votos dos demais inscritos na chapa. Era a desmoralização do voto pessoal de cada cidadão, sabido que, vivendo-se o bipartidarismo, a agremiação oficial ARENA, estava sempre em vantagem sobre o MDB. Para completar o absurdo, o comando político do governo prorrogou em dois anos os mandatos dos prefeitos, vice-prefeitos e vereadores eleitos em 15.11.1976. Em Itacoatiara, o prefeito Chibly Calil Abrahim (1914-1987) prometera em praça pública que não ficaria na Prefeitura um dia sequer além dos quatro anos que adquirira em eleição democrática. Infelizmente, dando margem a muitas críticas, ele não cumpriu o prometido.

33 - CHIBLY CALIL ABRAHIM. Dos quadros da sublegenda ARENA-1, ele e seu vice-prefeito Mustafa Milton Amed foram eleitos em **15.11.1976** e assumiram em **31.01.1977**. Nomeado Subsecretário Estadual de Saúde, o vice-prefeito Milton Amed renunciou em **10.04.1979**. Quanto ao prefeito, encaminhou em **15.01.1981** pedido de renúncia à Câmara, com efeito irretratável para **31.01.1981**, porém, ante a forte pressão exercida por seus correligionários, voltou atrás, permanecendo até o final de sua gestão, em **31.01.1983**.

Nesse período, o grande líder Ulysses Guimarães (1916-1992),

presidente nacional do MDB, esteve em Itacoatiara, por duas vezes.

O pedido de renúncia em caráter irrevogável (sic) do prefeito Chibly Abrahim foi protocolado na Câmara Municipal e, posta em discussão no plenário, correu os trâmites legais. O vereador José Resk Maklouf (ARENA) manobrou para ser eleito sucessor do renunciante, através da via eleitoral indireta. Entretanto, o presidente da Câmara Getúlio Borsa Lima (MDB), através de mandado de segurança acatado em primeira instância, pelo Juiz da Comarca doutor Arí Jorge Moutinho da Costa, obstaculizou os intentos do nobre líder do prefeito e, declarada a vacância do cargo, Getúlio foi empossado prefeito. Pouco mais de 24 horas duraria o mandato do prefeito Getúlio Lima: o Tribunal de Justiça, acatando os apelos do prefeito que **desrenunciara,** reempossou Chibly Calil Abrahim.

34 - MAMOUD AMED FILHO. Eleito em **15.11.1982**, ao lado de seu vice-prefeito Flávio Guimarães da Silva, pela sublegenda ARENA-1, foi empossado em **31.01.1983** e transferiu o cargo em **31.01.1989.**

Em decorrência de emenda constitucional votada no Congresso, o mandato de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, a partir das eleições municipais de 15.11.1986, volta a ser quadrienal. Por outro lado, extinto o bipartidarismo, os pretendentes a cargos eletivos federais, estaduais e municipais passaram a ter diversas opções, podendo se agasalhar em qualquer uma das dezenas de siglas partidárias então criadas, sucedâneas da ARENA e MDB.

35 - FRANCISCO PEREIRA DA SILVA. Ladeado pelo vice-prefeito José Resk Maklouf, concorreu e venceu as eleições de **3.10.1988**, com candidatura registrada pela aliança partidária PMDB, PDC, PTB, PFL, PRN, PL e PST. Assumiu em **1º.01.1989** e governou até **31.12.1992**.

36 - MAMOUD AMED FILHO e o vice-prefeito Miron Osmário Fogaça. Concorrendo pela coligação Aliança

Democrática (PMDB, PDC, PTB, PSDB e PSD), venceram as eleições de **3.10.1992**. Sua administração transcorreu de **1°.01.1993** a **31.12.1996**.

37 - MIRON OSMÁRIO FOGAÇA. Tendo como vice-prefeito João Batista Santana de Almeida, foi registrado candidato pelas legendas do PTB - Partido Trabalhista Brasileiro e PDT - Partido Democrático Trabalhista. As eleições a que concorreram para o quatriênio **1997/2000** aconteceram em **3 de outubro de 1996**. A posse dos eleitos ocorreu em **1°.01.1997**.

Nas eleições em que foi eleito o prefeito Miron Osmário Fogaça, o número de vereadores à Câmara Municipal de Itacoatiara foi aumentado de 11 para 13 membros.

(Cf. Bittencourt, 1969 e 1985, Diários Oficiais de 17.05 e 9. 09.1931, 6.12.1937, 26.05 e 26.06.43, 10.01 e 5.02.1944, 3.01 e 25.02.1946, Constituições do Amazonas, 1968, Livros de Atas da Câmara, 1935/1938, 1947/1948, 1951/1953, 1954, 1955/ 1956, 1960, 1962/1963, 1964/1966, 1967/1969, 1972/1974, 1975/1977, 1981/1982, 1986/1988, e 1989, Silva, 1965, 1970 e 1997, Ferreira, 1986, Oliveira, 1988, Loureiro, 1995, Koogan/Houaiss, 1993, Perez, 1929 e Náufel, 1988) .

Capítulo VII

Igreja Matriz. Iniciada em 1926/1927 e concluída em 1946. Foto tirada em 1997.

Batalha Naval.

O MOVIMENTO TENENTISTA QUE FEZ eclodir em São Paulo a Revolução Constitucionalista de 1932, exigindo do presidente Getúlio Vargas a redemocratização do país, expraiou-se até a Amazônia, começando com o levante paraense de Óbidos. A tentativa de tomada, pelos revoltosos, das cidades ribeirinhas teve o seu desfecho defronte à cidade de Itacoatiara, no momento governada pelo prefeito Gonzaga Tavares Pinheiro.

O confronto entre as forças rebeldes e as legalistas, enviadas de Manaus, ficou conhecido como **batalha naval de Itacoatiara**, a única do gênero, neste século, na América Latina.

Segundo a documentação oficial, a 19 de agosto de 1932, os sargentos da fortaleza de Óbidos, sob o comando do civil Alderico Pompo de Oliveira, fazendo causa comum com os insurretos paulistas, aprisionaram os oficiais, se autopromoveram, e ganharam a adesão de praças e voluntários, engrossando o corpo de rebeldes. Alderico Pompo, se intitulando emissário do general Bertholdo Klinger, dirigente-mór da revolução de São Paulo, havia se comissionado no posto de coronel.

O passo seguinte dos revolucionários foi apreender os vapores **Jaguaribe**, pertencente à firma Pereira Carneiro & Cia., e **Andirá**, da empresa de navegação The Amazon River Steam Navigation Co. Ltd.. Ambos foram armados em guerra, com canhões Krup 75 mm., metralhadoras, obuzes, fuzis e farta munição. Acompanhados de duas lanchas, esses navios subiram o rio Amazonas: tencionavam depor o governo do Estado e ocupar a cidade de Manaus .

À ausência momentânea do interventor federal tenente Antônio Rogério Coimbra (governou em 1931/1933), estava no exercício da governança do Amazonas o secretário geral do Estado doutor Waldemar Pedrosa (1888-1967). Este, assim que tomou conhecimento do levante, reuniu-se com o capitão-de-fragata Nelson Lemos Basto, capitão dos portos de Manaus, major Tavares Guerreiro, comandante da unidade do Exército 27° B.C., desembargador Emiliano Stanislau Afonso, chefe de Polícia, e o comandante Braz Dias de Aguiar, chefe da Comissão Demarcadora de Limites do Norte, e tomou as necessárias medidas no resguardo da ordem e segurança públicas.

As forças navais de defesa foram organizadas sob o comando de uma flotilha composta de cinco vapores: **Baependí** e **Ingá**, do Loyd Brasileiro, e **Rio Curuçá**, **Rio Aripuanã** e **Rio Jamarí**, da frota da Amazon River, além da lancha **Íris**. Sob o comando do capitão Lemos Basto, no dia 22 de agosto, a flotilha desceu o Amazonas para combater os rebeldes.

Em Itacoatiara, a guarnição de terra ficou sob a proteção do 1° tenente Álvaro Francisco de Souza, auxiliado pelo tenente Albuquerque, ambos do 27° B.C. A eles foram incorporados o prefeito Gonzaga Pinheiro, capitão da Força Policial do Amazonas, o tenente Francisco Júlio e dezenas de civís, emocionados. Da defesa da cidade, também participaram elementos da Guarda Civil do Amazonas, sob o comando do capitão Jonathas Correia. Aos cerca de cem praças e voluntários foram distribuídas armas e munições. Algumas trincheiras foram abertas nas ruas próximas à orla do rio.

A caminho, saídos de Óbidos, os rebeldes aprisionaram a lancha **Diana**, que havia saído de Manaus com destino ao baixo Amazonas. No dia 21, comandando um contingente de soldados a bordo dessa embarcação, o capitão comissionado Arquimedes Lalor ocupou a cidade de Parintins. Os tripulantes da lancha

Capela de São Francisco de Assis, construída em 1919. Foto da noite de natal de 1996.

Diana, no momento do desembarque, cortaram as amarras e rumaram para Itacoatiara, deixando os rebeldes desesperados.

Em Itacoatiara, reinava a inquietude, o desespero. Famílias inteiras, corriam em todas as direções. Se esconderam, principalmente, na Cacáia, no Iracy, nas pedreiras do Matadouro, no Guajará... Poucos ficaram para presenciar à batalha.

Em depoimento escrito em 10 de janeiro de 1965 para os jornais de Manaus, o principal herói da batalha, o ex-prefeito Gonzaga Tavares Pinheiro, faz um balanço vivo, contundente do entrevero. Refere que:

No dia 24 de agosto de 1932, "dez horas. A flotilha rebelde apareceu. Lenta, cautelosa, subiu e parou, sobre hélices, do lado oposto da cidade, frente da Serraria Aquilino Barros. E logo passou a aprestar uma lancha. Julgando tratarem do desembarque de tropa, comuniquei o fato à Interventoria, mandei fechar o telégrafo, cujo telegrafista retirou-se imediatamente com a família para os matos, e fui reunir-me à nossa força que ocupava umas trincheiras no barranco do rio, frente da citada Serraria Aquilino Barros. O tenente Albuquerque não se encontrava, nem sabiam para onde teria ido. E, assim, assumi o comando da força...".

Prosseguindo, Gonzaga Pinheiro narra que a lancha aprestada pelos revoltosos já ia rumando para o porto defronte à casa comercial de Óscar Ramos (1880-1937), que "se achava completamente desguarnecido, podendo a tropa desembarcar aí sem o menor obstáculo. Em conseqüência, subi o barranco e fiz sinal com um lenço branco para a lancha, chamando-a para o lugar onde estávamos, lugar onde se encontrava a nossa pequena força. Ao mesmo tempo eu recomendava aos soldados que não hostilizassem a lancha .

"Ao receber os emissários dos rebeldes, chegava o tenente Albuquerque, trazendo dez praças que se achavam na fazenda Stone em certa missão...

"Tomamos conhecimento da mensagem dos rebeldes que era: adesão ou rendição, com ameaça de bombardeio imediato da cidade".

Estrategista dos bons, Gonzaga Pinheiro, entreteve os adversários iludidos até a chegada da flotilha legalista liderada pelo capitão Lemos Basto. Assim, em conluio com o tenente Albuquerque, ficou "no adere ou não adere". Diz ele, textualmente:

"Impacientes, os emissários (dos rebeldes) queriam resposta imediata. Nós pedíamos mais tempo para o estudo da questão... Até que eles ameaçaram ir embora, mesmo sem a nossa resposta. Foi então que eu apelei para o caso de ir um emissário a bordo. O tenente Albuquerque concordou....

"E, assim, resolvi ir a bordo. Partiram comigo o padre Pereira, vigário da Paróquia, e Perí Toledo, secretário da Prefeitura, jovem corajoso e disposto a tudo...".

A bordo do náu capitânia rebelde, **Jaguaribe**, sob o comando do tenente Cunha, Gonzaga Pinheiro resistiu nobremente às tratativas de adesão. Nada obstante, foi-lhe concedida uma
tolerância de duas horas para "evacuar a cidade". Esse prazo vinha de encontro à sua estratégia "de ganhar tempo".

Sequenciando os fatos, e expirando-se o tempo pretendido, segundo dissertação de Antônio Loureiro, "o **Jaguaribe** já se preparava para o bombardeio, com os seus quatro canhões de 75 mm. trazidos de Óbidos, quando

começaram a surgir os navios da frota legalista, iniciando-se, por volta do meio-dia, a batalha naval de Itacoatiara".

Pela nota oficial do governo, datada de 24 de agosto de 1932, verifica-se que "os navios legais **Baependí** e **Ingá** entraram imediatamente em luta, cercando os navios rebeldes. Depois de quarenta minutos de tiroteio, foram postos a pique os vapores **Jaguaribe** e **Andirá**, iniciando em seguida os trabalhos de salvamento dos náufragos... Não houve feridos em terra, estando a cidade de Itacoatiara em plena calma".

Mas, o ex-prefeito Gonzaga Tavares Pinheiro, prosseguindo na sua narrativa, pinta nos seguintes termos os lances finais do episódio:

"Ao atingir a boca do igarapé de Serpa, o **Ingá**, capitânea da expedição, avistou os rebeldes e rumou para eles, numa diagonal de travessia do rio. Os rebeldes estavam almoçando despreocupados. Tomaram imediatamente os seus postos e dispararam os canhões com festins, intimando os legalistas a não avançarem. Estes, indiferentes e sem dar um tiro sequer, prosseguiram com toda a velocidade. Os canhões passaram então ao uso dos tiros do combate. Os legalistas continuaram a marcha sem disparar uma arma. E só, quando já próximos, ao alcance dos fuzis, começou o tiroteio. Trezentos fuzis e duas metralhadoras pesadas cobriam de balas os adversários. Estes, que não haviam conseguido acertar um só tiro de canhão, consideraram-se derrotados e passaram a cair n'água, abandonando os vapores. O **Jaguaribe**, capitânea, grande salineiro do Nordeste, com quatro canhões de 75 mm., manobrou rumando para a margem onde ainda chegou a atingir o barranco.

"As águas cobriam o barranco e a praia contígua até os matos. O pessoal passou a cair fora, ganhando a praia e

desaparecendo nos matos.

"O **Ingá** fez uma bonita manobra: aproou, de bordo, o velho salineiro e o abriu às águas; estas o afundaram em pouco tempo, deixando-o apenas com dois metros de mastro de fora.

"O **Andirá**, o outro vapor dos rebeldes, que pertencia à frota da Amazon River, hasteou bandeira branca, sendo logo abandonado pelo pessoal, que caiu n'água. Desgovernado, ia sendo levado para o meio do rio, quando o **Ingá**, noutra bonita manobra, o abriu às águas, que o levaram imediatamente para o fundo, ficando inteiramente desaparecido.

"Todas as lanchas e canoas que se achavam no porto, passaram, no lugar da batalha, a recolher os náufragos, isto é, as pessoas que haviam abandonado os vapores, atirando-se n'água".

Foge aos objetivos deste livro o descrever em maior profundidade a **batalha naval de Itacoatiara.**[1] Sabemos que, à época, estando o país em plena ditadura, ao oficialismo não interessava mostrar em minudência fatos que tais. Portanto, é perfeitamente compreensível que os números, por exemplo, dos mortos e dos presos fossem omitidos...

Gonzaga aventa a possibilidade de haverem sido mortas alguns pessoas da parte dos rebeldes. "Mas não se tem conhecimento de nenhuma morte". Ainda, segundo ele, "dos legalistas apenas um praça morreu, atingido por um projetil na cabeça".

Anísio Jobim, fazendo coro com os mentores do silêncio, contabiliza apenas dois mortos na batalha: o sargento rebelde

---

[1] O tema haverá de ser tratado, em maiores detalhes, no nosso **Motins itacoatiarenses,** a sair brevemente, enriquecido com depoimentos de populares.

Sotero Pereira e o chofer Severino, da tripulação do **Baependí**; e ainda faz menção a dois feridos: o comandante James Lemos, do **Andirá**, e um outro, da esquadra legalista.

Do texto do telegrama, transmitido de Itacoatiara pelo comandante Nelson Lemos Basto ao interventor federal em exercício (Diário Oficial de 25.08.1932), consta: um morto no navio **Baependí,** dois no **Jaguaribe** e cerca de dez no **Andirá**, além de vinte e dois feridos graves.

Mais realista, Antônio Loureiro preleciona: "... até hoje a quantidade de vítimas decorrentes dessa batalha continua desconhecida. Para isso concorreram o intenso tiroteio, a largura e a correnteza do rio Amazonas em frente à Itacoatiara e a existência, entre os rebeldes, de muitos caboclos recrutados à força, sem identidade, sabendo-se de numerosos cadáveres levados rio abaixo e recolhidos pelos ribeirinhos, não computados nas cifras oficiais, além do silêncio que pairou sobre o assunto, após o acontecimento. Da tripulação civil do **Andirá** desapareceram o escrivão, um foguista, um marinheiro, dois taifeiros e dois moços de convés, totalizando 7 homens, além de 11 rebeldes, dos 21 que nele estavam embarcados. No **Jaguaribe** levantou-se a perda de um foguista e de um marinheiro. Nele morreu o capitão comissionado Arquimedes Lalor, desaparecendo grande parte dos 40 revolucionários que transportava".

É incontestável que os números foram bem maiores. Na Santa Casa de Misericórdia de Manaus foram internados alguns dos muitos náufragos salvos após a batalha; vários prisioneiros foram recolhidos à Penitenciária Central.

Fechemos este Capítulo com alguns dados interessantes:

* Decorridos quase dois anos da posse de Getúlio

Vargas, em 1930, e não manifestando interesse em constitucionalizar o país, o governo e o povo de São Paulo se levantaram em armas, sendo esse movimento conhecido como Revolução Constitucionalista de 1932.

* A revolução paulista de 1932 está inserida no chamado movimento tenentista que se estendeu à Amazônia, através do levante da fortaleza de Óbidos, Pará.

* Ao lado da revolução de 23 de julho de 1924, em Manaus, a **batalha naval de Itacoatiara,** acontecida em 24 de agosto de 1932, se insere no rol dos movimentos tenentistas que ocorreram em todo o país. A revolução de 1924 começou em Manaus e seguiu em direção a Belém do Pará, chegando a ocupar o forte de Óbidos. Em sentido inverso, a de 1932, pretendendo ocupar Manaus, começou em Óbidos.

* À época, governava o Estado do Amazonas, nomeado interventor federal em 5 de agosto de 1931, o tenente Antônio Rogério Coimbra. Seu governo expirou no dia 10 de outubro de 1933.

* Ausente o interventor titular, em agosto de 1932 estava interinamente no governo o secretário-geral do Estado doutor Waldemar Pedrosa (1888-1967).

* Em Itacoatiara, exercia o cargo de prefeito municipal o capitão Gonzaga Tavares Pinheiro, nomeado através do Ato da Interventoria Federal nº 1.150, de 2 de dezembro de 1931:

Ele nasceu em Porteiras, Estado do Ceará, em 8 de dezembro de 1890 e faleceu em Fortaleza, às 23:40 horas do dia 22 de fevereiro de 1978;

Ele era filho de Joaquim Tavares Pinheiro e de

dona Eglantina Pinheiro;

Ele foi efetivado, por ato de heroísmo e bravura na **batalha naval de Itacoatiara**, no posto de capitão da extinta Força Policial do Estado, em virtude do Ato estadual nº 1.791, de 13 de outubro de 1932;

Ele foi exonerado do cargo comissionado de prefeito municipal de Itacoatiara, través do Ato estadual de 26 de fevereiro de 1935.

Ele foi promovido, por merecimento, ao posto de tenente-coronel da Força Policial do Estado de acordo com o decreto de 1º de agosto de 1946;

Ele foi reformado no posto de coronel da Polícia Militar do Amazonas, por decreto de 23 de janeiro de 1951.

* Gonzaga Pinheiro demonstrou possuir perícia em estratégia militar. À sua astúcia e tirocíneo, a cidade não foi bombardeada e a segurança de Manaus foi preservada. Pretextando a desocupação da cidade, reteve a esquadra rebelde por quase duas horas, e, assim, ganhou tempo para que a frota legalista viesse em socorro de Itacoatiara.

* A tropa de terra era constituída de soldados do 27º B.C. e voluntários, sob o comando do tenente Francisco Álvaro de Souza, auxiliado pelo tenente Albuquerque. A flotilha legalista, enviada de Manaus em socorro da cidade, tinha como comandante o capitão-de-fragata Nelson Lemos Basto.

* Havia em poder dos legalistas de terra menos de uma centena de fuzis e pouco mais de 1.700 cartuchos de munição, enquanto a flotilha estava municiada de cerca de 300 fuzis e 2 metralhadoras pesadas.

* O armamento em poder da frota invasora constava de 4 canhões Krup de 75 mm., além de fuzis.

* A Polícia Militar do Amazonas, ao tempo denominada Força Pública do Estado, tinha sido desativada pelo ditador Getúlio Vargas, razão de estarem em Itacoatiara elementos da Guarda Civil, sob o comando do capitão Jonathas Correia.

* Para manutenção do contingente militar legalista, o governo adquiriu, nos armazéns das firmas de Manaus, J. G. Araújo & Cia., J. Soares & Cia., Moraes Carneiro & Cia. e M. A. Cruz, mercadorias no valor de 18.000 contos de réis, e de Paulo Levy & Cia., 1 conto e 500 mil réis de medicamentos.

* Até hoje acham-se fundeados, defronte à Itacoatiara, os dois navios que transportaram os revoltosos de Óbidos: **Jaguaribe** e **Andirá.** Representam, no fundo do rio Amazonas, a prova material desse acontecimento nervoso e trágico que marcou a história da Amazônia.

* Ainda, como lembrança perene do episódio, no porto da ex-taberna do saudoso homem do povo Melício Lira, encontram-se restos de uma trincheira de cimento.

Durante o período em que exerceu a chefia do município de Itacoatiara, o capitão Gonzaga Tavares Pinheiro mostrou correção de atitudes, sendo austero no trato da coisa pública e atencioso com seus munícipes. Professor de matemática, lecionou a alguns alunos que, mais tarde, se destacariam, entre eles os falecidos Sebastião Higino de Vasconcellos Dias (1918-1994), gerente do Banco do Brasil, e João Valério de Oliveira, deputado estadual.

O depoimento do ex-prefeito Gonzaga Pinheiro sobre a **batalha naval de Itacoatiara**, arquivado no Instituto

Geográfico e Histórico do Amazonas, coloca a verdade em seu devido lugar, especialmente no que se refere ao episódio de sua ida, e de acompanhantes seus, a bordo do **Jaguaribe,** nau capitânea dos rebeldes.

Até então, vinha-se registrando que, além de Gonzaga Pinheiro, foram a bordo desse navio o vigário padre Joaquim Pereira e o comerciante Antônio de Araújo Costa. Realmente, padre Pereira, a bordo do **Jauaribe,** assistiu à tensa conversação de Gonzaga com o comando revolucionário. Porém, quanto a Antônio de Araújo Costa**, este jamais o acompanhou.**

(Cf. Bittencourt, 1969, Jobim, 1948, Gonzaga Pinheiro, 1965, Silva, 1965 e 1970, Cantanhede, 1958, Loureiro, 1995, Jornal do Comércio e Diário Oficial, 1932, Roberto Mendonça, apontamentos, 1997, e AIRMA, 1995) .

Capítulo VIII

Matadouro Municipal. Construído em 1916/1919.

Aspectos físicos e demográficos.

APÓS A CRIAÇÃO DA VILA DE SERPA, as leis nºs 78, de 2.01.1858 e 92, de 6.10.1859, estabeleceram os limites municipais, nestes termos:

"A freguesia de Serpa limita-se com a de Manaus na foz do lago Arumá, inclusive, à margem esquerda do Amazonas, de onde correrá a linha à margem oposta, entrando pelo rio Autaz até a boca do rio Japiim, inclusive o paranamirim do Pantaleão até a foz do rio Mamorí; desta linha para o sul limitará com a freguesia de Borba; a leste limita com a freguesia de Silves, na ilha Ponamá, de onde correrá a linha à foz do rio Anibá, seguindo pelo rio Aibú, até a sua foz, pouco acima de Serpa. Da mesma ilha Ponamá correrá a linha até o lago Arrozal, inclusive, limitando-se aí com a freguesia de Maués da Comarca de Parintins; e com o Canumã na Comarca da capital, no lugar Urucurituba, na margem esquerda do rio Madeira, cuja margem e lugar ficam pertencendo a Serpa".

Esses traçados vagos foram impugnados pelo vigário da Paróquia de Silves, padre Daniel Pedro Marques de Oliveira. Segundo ele, esses limites invadiam o direito de posse da área que, desde 1759, pertencia a seu município, de resto confirmado pela Resolução de 3 de janeiro de 1853. "Silves sempre teve como limites com Serpa o furo do Canaçari (...) A ilha de terra firme em que está colocada acha-se quase a oeste da ilha do Ponamá que, em linha reta, não dista talvez duas léguas desta freguesia. Por conseguinte, a linha seguida, segundo a resolução, de leste, isto é, de Ponamá à foz do Anibá (oeste), corta inevitavelmente parte do terreno da ilha em que está a freguesia e vila de Silves. Também não podem pertencer a Serpa os lugares Tabocal e Arrozal".

Estando o vigário silvense coberto de razão, mais tarde as divisas de Serpa com a freguesia de Silves passaram a ser pelo lago Canaçarí.

Em 1871, todo o rio Autaz foi tomado de Itacoatiara, passando a fazer parte do município de Manaus. Acatando apelo da Câmara Municipal, a Assembléia Legislativa Provincial baixou outra lei, reintegrando a dita área ao nosso município.

Segundo Jobim, com a criação do município de Urucurituba, em 1895, a extrema com Itacoatiara era pelo furo e lago das Piranhas, e, em 1913, ia extremar com Silves pelo furo do Carú, margem esquerda inclusive.

Acatando determinação do decreto-lei federal nº 311, de 2.03.1938, estabelecendo normas para uma revisão geral nos limites intermunicipais e interdistritais, em todo o país, em 1º.12.1938, a Interventoria Federal no Amazonas fixou novos limites, durante um quinquênio. Através desse instrumento legal, coube a Itacoatiara a área de 6.848 km2.

O decreto-lei nº 1.186, de 31.12.1943, fixou nova divisão administrativa e judiciária para o Estado, que vigorou até 31.12.1948. Por esse estatuto legal, o município de Itacoatiara passou a possuir 12.712 km2 de superfície, limitando:

A oeste, com o município de Manaus; a leste, com o município de Maués; ao norte, com o município de Itapiranga; e ao sul, com o município de Borba.

Em 1965, vamos encontrar o município fazendo limites com Autazes, Careiro, Itapiranga, Manaus, Nova Olinda do Norte e Urucurituba.

De acordo com a lei estadual nº 1.707, de 23.10.1985,

republicada em 8.09.1986, os limites municipais de Itacoatiara são os seguintes:

Ao norte, com os municípios de Itapiranga e Silves; **ao sul**, com os municípios de Maués, Nova Olinda do Norte e Autazes; **a leste**, com os municípios de Urucurituba e Boa Vista do Ramos; e **a oeste**, com os municípios de Careiro, Manaus e Rio Preto da Eva.

Discriminativamente, estes limites são: **I** - com o município de Itapiranga: começa na interseção do divisor de águas igarapé Lindóia-Bolha, com o divisor de águas Urubu-Uatumã; o divisor de águas rios Urubu-Uatumã, para sudeste, até sua interseção com o divisor de águas rios Urubu-Anibá; **II** - com o município de Silves: começa na interseção do divisor de águas rios Urubu-Uatumã com o divisor de águas rios Urubu-Anibá, para sudeste, até alcançar as cabeceiras do rio Carú; este rio, descendo por sua linha mediana, até alcançar sua jusante à margem esquerda do rio Urubu, este rio descendo por sua linha mediana, até alcançar a jusante do lago Curuá com a margem esquerda deste rio, daí, a sudeste; por uma linha, até alcançar a interseção do paralelo de 3° S (três graus sul), com a margem ocidental do lago Canaçari; este lago, por sua margem meridional, até alcançar sua interseção com o meridiano da boca do paraná do Pai Tomás; este meridiano para sul, até alcançar o rio Amazonas, na parte mais ao norte da ilha do Risco; **III** - com o município de Maués: começa na confluência do igarapé Jacatuba, com a margem esquerda do igarapé Bacabal, este igarapé subindo por sua linha mediana, até alcançar suas cabeceiras; das cabeceiras do igarapé Bacabal, no paralelo 3°30'00"S (três graus e trinta minutos sul), para oeste, até alcançar a margem direita do rio Arari Grande, este rio, subindo por sua linha mediana até alcançar a jusante do igarapé da Anta, com a margem esquerda do rio Arari Grande; **IV** - com o município de Nova Olinda do Norte: comça na confluência do

igarapé da Anta com a margem direita do rio Arari Grande, este igarapé, subindo por sua linha mediana até alcançar suas cabeceiras; das cabeceiras do igarapé da Anta segue, pelo divisor de águas igarapé Chocolateira-paraná Urariá, no sentido sudoeste, até alcançar as cabeceiras do igarapé Tucado; o igarapé Tucado, descendo por sua linha mediana até alcançar sua confluência com a margem esquerda do rio Curupira, este rio, subindo por sua linha mediana até alcançar o lago do Araçá; o lago do Araçá, por sua linha mediana, até alcançar o paralelo do Curupira; este paraná, subindo por sua linha mediana, até alcançar a margem direita do paraná do Urucurituba; este paraná, por sua linha mediana, até alcançar o rio Madeira; **V** - com o município de Autazes: começa na jusante do paraná do Urucurituba, com o rio Madeira, este rio descendo por sua linha mediana, até alcançar sua confluência com o rio Amazonas, este rio, subindo por sua margem direita, até alcançar sua interseção com o meridiano da confluência do rio Mutuca com o paraná do Autaz-Mirim, ficando, para Itacoatiara, as ilhas Grande do Soriano, Beija-Flor, Lira e Cirilo; **VI** - com o município de Urucurituba: começa no rio Amazonas, na parte mais ao norte da ilha do Risco, este rio subindo por uma linha mediana até alcançar sua interseção com o meridiano da boca do lago Agostinho, situado à margem direita do rio Amazonas, este meridiano para o sul até alcançar a boca do citado lago; da boca do lago Agostinho, por uma linha no sentido leste, até alcançar o meridiano nas cabeceiras do igarapé Jacatuba; **VII** - com o município de Boa Vista do Ramos: começa na interseção do furo do Conrado com o meridiano das cabeceiras do igarapé Jacatuba, este meridiano para o sul até alcançar esta cabeceira; o igarapé Jacatuba, por sua linha mediana, descendo, até alcançar sua confluência com o igarapé Bacabal; **VIII** - com o município de Careiro: começa na margem direita do rio Amazonas, na sua interseção com o meridiano da confluência do rio Mutuca com o Paraná-Mirim. O rio Amazonas, subindo por esta margem, até alcançar a boca de baixo do paraná das Onças; desta boca, por

uma linha, até alcançar a boca do de cima do paraná da Eva, na margem esquerda do rio Amazonas; **IX** - com o município de Manaus: começa na interseção da boca de cima do paraná da Eva com a margem esquerda do rio Amazonas; este paraná, por sua linha mediana, até alcançar sua confluência com o rio Preto da Eva, este rio, subindo, até a confluência do igarapé Grande; **X** - com o município de Rio Preto da Eva: começa na confluência do igarapé Grande com a margem esquerda do rio Preto da Eva, este igarapé por sua linha mediana, até alcançar suas cabeceiras no divisor de águas rios Preto da Eva-Urubu, na rodovia AM-010; esta rodovia, no sentido da sede do município de Itacoatiara, até alcançar as cabeceiras do igarapé Tatiê; este igarapé, por sua linha mediana até alcançar sua jusante com o rio Urubu, este rio, subindo por sua linha mediana até alcançar a confluência do igarapé Simão, este igarapé, por sua linha mediana até alcançar suas cabeceiras no divisor de águas rios Urubu-Uatumã.

A citada lei estadual nº 1.707/85 define as divisas interdistritais, assim: Entre os distritos de Itacoatiara e São José do Amatary: começa na confluência do rio Madeira com a margem direita do rio Amazonas; este rio descendo por esta margem até alcançar sua interseção com o paralelo da boca do furo do Urubu, no paraná da Trindade; este paralelo para oeste, até alcançar aquela boca; o furo do Urubu, por sua linha mediana, até alcançar sua boca no rio Urubu; este rio, subindo por sua linha mediana, até alcançar a confluência com o igarapé Tatiê.

Em razão de diversos desmembramentos, retirando de seu território expressiva área para constituir outros municípios, Itacoatiara tem sofrido modificações em seu aspecto fisico-geográfico.

Em 1980, constava 9.112 km2; em 1985, 8.680 km2.

A lei estadual nº 1.707, de 23.10.1985, estabeleceu para o município a área de 6.179 km2. Por sua vez, em publicação de 1993, a agência municipal de Estatística da Fundação IBGE repetiu a extensão de 8.680 km2.

Finalmente, consoante a Resolução nº 5, de 19.01.1994, da Fundação IBGE, publicada no Diário Oficial da União, de 21.01.1994, a superfície de Itacoatiara é de 8.949,2 km2. Sua participação relativa sobre a área total do Estado é de 0,57%.

Atualmente, de acordo com a política de regionalização definida pelo artigo 26 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição do Amazonas, promulgada em outubro de 1989, o município de Itacoatiara está localizado da 8ª sub-região da Região do Médio Amazonas.

O município é constituído pelos distritos de Itacoatiara e São José do Amatary. A sede municipal, à margem esquerda do rio Amazonas, dista de Manaus 175 quilômetros em linha reta, 204 quilômetros por via fluvial e 266 quilômetros por via rodoviária.

Quanto à demografia, conforme os diversos recenseamentos efetuados, a população da antiga vila de Serpa tem sido: **1835** - 700 habitantes; **1840** - 2.322 pessoas, inclusos os índios, os brancos, os mestiços, os mamelucos e 70 escravos; e **1.856** - 2.587 habitantes, sendo 1.339 homens e 1.086 mulheres.

Em 1859, a população da recém-instalada cidade sofreu uma forte redução, caindo para 1.120 pessoas, em decorrência das epidemias de cólera e varíola que forçaram o êxodo para outras freguesias; em 1868, o **boom** econômico-financeiro proporcionado pelo movimento da borracha elevou a população municipal para 4.627 pessoas, decaindo novamente, em 1873,

para 2.569 habitantes.

Pelo recenseamento de 1920, entre os 28 municípios amazonenses, Itacoatiara aparece com 14.875 pessoas residentes, suplantado apenas pelos municípios de Manaus (69.959 hab.) e Lábrea (16.619 hab.). À época, a população total do Estado do Amazonas era de 323.063 habitantes.

Segundo o censo geral efetuado pelo Conselho Nacional de Geografia e Estatística, em 1950, a população de Itacoatiara era de 30.102 habitantes, sendo 15.449 homens e 14.653 mulheres. Colocava-se como o mais populoso do Estado do Amazonas, somente superado pelo município da capital.

Em 1960, Itacoatiara, depois de Manaus, Careiro e Parintins, era o município que apresentava maior densidade demográfica dentro do Estado. Sua população relativa era de 1,9 hab/km^2, enquanto que a do Estado era de 0,32 hab/km^2.

Os desmembramentos havidos no território do município, aliados ao êxodo para os grandes centros, têm proporcionado uma sensível diminuição no quadro populacional de Itacoatiara, quiçá de todo o interior amazonense. À implantação da Zona Franca de Manaus deve-se, em grande parte, a forte atração da população interiorana para Manaus, dada a expansão do mercado de trabalho gerada pelas atividades desenvolvidas no Distrito Industrial da capital amazonense.

Devido ao alto crescimento apresentado pelo município da capital, o interior tem acusado decréscimos de população, em face do constante esvaziamento de seus quadros. Em 1968, o município de Itacoatiara situava-se em 5° lugar em nível populacional, abaixo de Manaus, Manacapuru, Careiro e Parintins. Em 1991 ficou em 2° lugar, perdendo apenas para o município da capital.

Em 1970, a população do município era de 37.409 habitantes; em 1980: 52.936 habitantes (40.063 no distrito-sede e 12.873 no distrito de Amatary); e em 1991: 59.096 habitantes (29.998 homens e 29.098 mulheres), tendo a estimativa oficial de 1°.07.1992 elevado para 59.772 pessoas, correspondendo a 2,81% da população estadual.

A nível local, a população urbana tem aumentado consideravelmente em relação à da zona rural. Se esta, em 1980, correspondia a 48,9% do total de habitantes do município (25.930 pessoas na zona rural e 27.006, na zona urbana), em 1991, esse percentual caiu para 36,74% (21.712 habitantes na zona rural e 37.384 pessoas na zona urbana). Hoje, a taxa de crescimento anual atinge os 2,2%, ficando a densidade demográfica no patamar estimado de 6,8 hab./km2.

Segundo estimativa feita pelo CODEAMA, a população do município de Itacoatiara, em 1971/1980, apresentou o seguinte quadro[1], comparativamente ao da população do médio Amazonas:

POPULAÇÃO

Anos	Total	Urbana	Rural	médio AM
1971	38.582	16.722	21.860	606.629
1972	40.129	17.718	22.411	634.629
1973	41.749	18.773	22.976	664.050
1974	43.446	19.891	23.555	695.179
1975	45.225	21.076	24.149	728.050
1976	47.090	22.332	24.758	762.788
1977	49.044	23.662	25.382	799.484
1978	51.094	25.072	26.022	838.267
1979	53.244	26.566	26.678	879.248
1980	55.499	28.148	27.351	922.248

Tendo por base os censos de 1960 e 1970, o quadro acima obteve as seguintes taxas geométricas de crescimento:

[1] Cf. **Estado do Amazonas - Estimativa populacional** - 1971/1980.

Para a micro-região do médio Amazonas: 4,265%; **para o município de Itacoatiara:** 3,837% (população total); 5,957% (população urbana); e 2,521% (população rural).

Finalmente, a mesma entidade, baseando-se pelo censo demográfico de 1991, elaborou a estimativa populacional do Amazonas para o período de 1992 a 2.000. De acordo com esse levantamento, o município de Itacoatiara apresentou uma taxa geométrica de crescimento de 2,2088%, sendo 4,434% na área urbana e menos 0,6927% na zona rural.

O quadro a seguir[2] demonstra, ano a ano, a estimativa populacional do município para o período 1992/2000:

POPULAÇÃO

Anos	Urbana	Rural	Total
1991	37.384	21.712	59.096
1992	39.042	21.562	60.604
1993	40.773	21.412	62.186
1994	42.582	21.264	63.846
1995	44.470	21.117	65.587
1996	46.442	20.970	67.413
1997	48.502	20.825	69.327
1998	50.653	20.681	71.334
1999	52.900	20.538	73.437
2000	55.246	20.395	75.641

O demonstrativo acima é uma prova inequívoca do esvaziamento populacional do interior do Amazonas.

Entretanto, graças aos investimentos atualmente aplicados, favorecendo a instalação de empreendimentos industriais e agropecuários de grande e médio portes em Itacoatiara, seguramente nos próximos anos nosso município

[2] Cf. **Itacoatiara - Perfil municipal**, publicação do ICOTI, Manaus,1996.

passará a sofrer as mesmas pressões demográficas da Zona Franca, atraindo contingentes de pessoas dos municípios próximos.

Por outro lado, sendo Itacoatiara sede da 3ª Zona Eleitoral, o número de seus eleitores tem sofrido uma evolução acima do crescimento médio da população municipal. Enquanto em 1989/1990 o percentual de crescimento populacional foi da ordem de 3,62%, no período anterior (1988/1989) o número de cidadãos registrados no Cartório Eleitoral elevou-se a 15,88%. Em números redondos: em 1989 e 1990, a população do município foi estimada, respectivamente, em 59.654 e 61.814 habitantes. Já o número de eleitores inscritos, em 1988, foi de 25.555, elevando-se para 30.436 no ano seguinte.

Tratando-se do maior colégio eleitoral do interior amazonense, o número de eleitores inscritos no município de Itacoatiara, em 1994, foi de 38.433; em 1995, 39.030 e em 1996, 41.242. Estes últimos dados conduzem a um percentual de eleitores sobre a população residente na ordem de 63%.

O recadastramento dos eleitores do Amazonas, levado a efeito pelo Tribunal Regional Eleitoral, atinge Itacoatiara que, costumeiramente, tem aparecido no noticiário como um dos municípios amazonenses onde a fraude eleitoral tem campeado. A medida é saneadora e visa eliminar problemas como a duplicidade de títulos e acabar, definitivamente, com os chamados "eleitores fantasmas". Demais disso, de acordo com os planos do TRE, nosso município está entre os que serão beneficiados pelo sistema de votação eletrônica, a ser adotado a partir das próximas eleições .

******

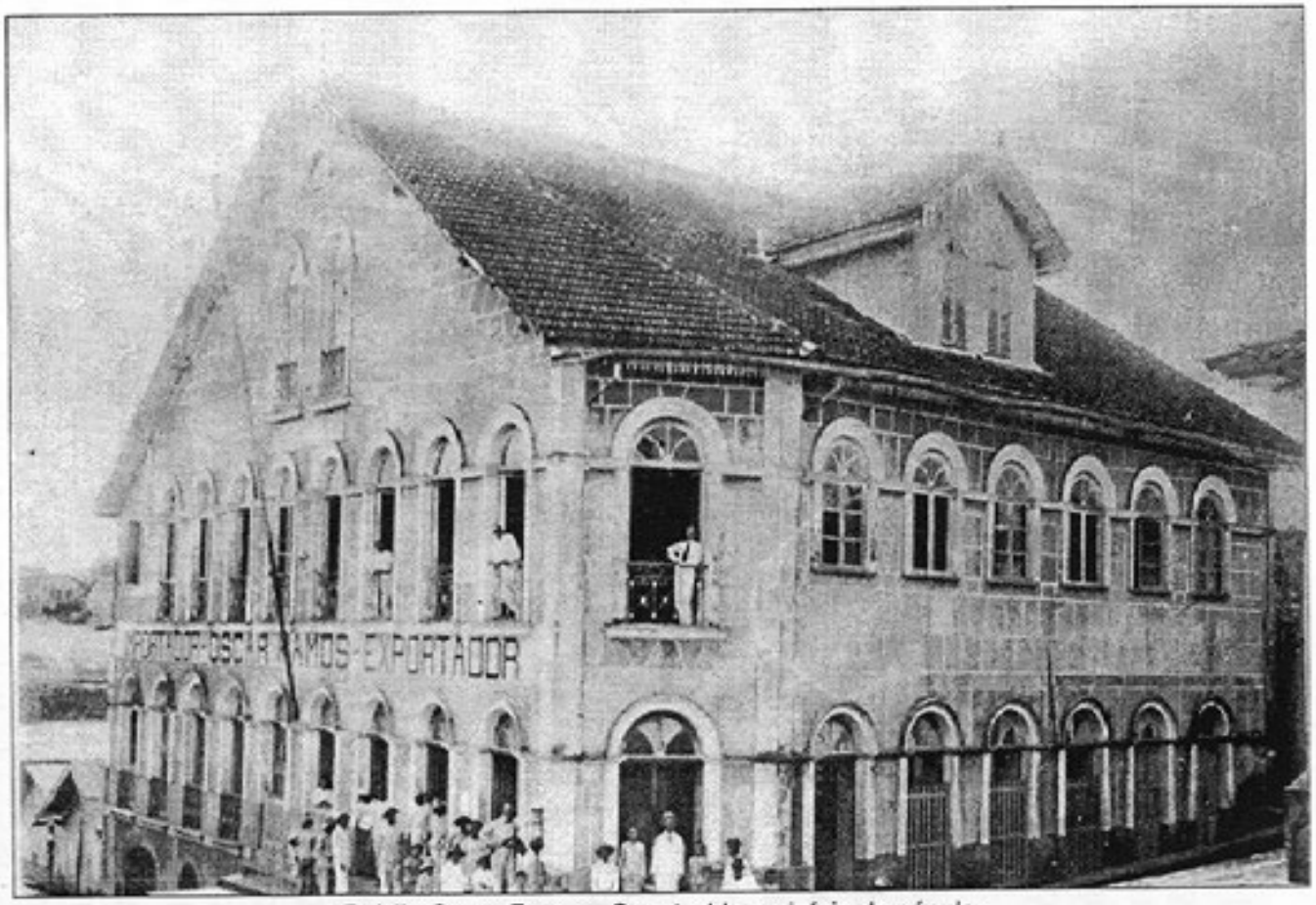
Ao longo de muitos anos a formação étnica da população de Itacoatiara tem se mostrado muito variada. À medida em que o nativo ia sendo extinto pelas tropas genocidas européias, sobretudo a partir do meado do século XVII, sucediam-no o caboclo, resultante do cruzamento do "branco" com o índio, e o mestiço, surgido desse processo biológico.

Na quinta década do último século chegaram os negros e, em seguida, os nordestinos, sobretudo cearenses. Do congraçamento dos primeiros com os sempre majoritários portugueses, surgiram os mulatos, seguidos dos nacionais paraenses, gaúchos, paulistas, paranaenses, mineiros, capixabas e goianos.

Mas - como escreví recentemente -, Itacoatiara é marcadamente uma cidade hospedeira de imigrantes internacionais. Aquí têm aportado e desenvolvido intensa atividade econômica, social, política e cultural, portugueses, franceses, alemães, chineses, africanos, norte-americanos, espanhóis, italianos, judeus, sírios-libaneses, sul-americanos, japoneses e canadenses.

(Cf. Jobim, 1948, Relatórios da Província, vol. 8 - 1860, Silva, 1965 e 1997, ICOTI, 1996, Diário Oficial, 1º.11.1985, IBGE, 1993, Amazonas, 1971/1980, Amazonas em Tempo, 9.03.1997 e Bittencourt, 1985) .

Capítulo IX



Prédio Oscar Ramos. Construído no início do século.

Hidrografia. Transportes e comunicações.

NA HIDROGRAFIA DO MUNICÍPIO DE Itacoatiara, como na de toda a Amazônia, conta-se entre a grande rede fluvial, onde se sobressai o Amazonas e seus grandes tributários, vasto número de igarapés, furos, paranás, lagos e igapós. Afora o grande rio, há o Madeira, o Urubu e inúmeros outros pequenos subafluentes.

O Amazonas é caracteristicamente um rio de planície. Nasce como um finíssimo fio d'água no alto dos cumes nevados dos Andes, no Peru, onde uma geleira de tons azulados gruda-se à face de uma montanha. Da beira inferior do campo de gelo andino escorrega o minúsculo fio líquido em cascata e, indo juntar-se a outros regatos, ganha velocidade "e não tarda a ser um rio de verdade, arrastando lama pardacenta em sua furiosa descida". Pois é aí - exclama o escritor norte-americano David Reed -, "no teto gelado da América do Sul, a apenas 110 quilômetros da costa do Oceano Pacífico, que nasce o titânico Amazonas".

Descendo com impetuosa força a imensa cordilheira, onde tem o nome de Maranon, o rio deixa a sua nacionalidade e perdendo o seu nome primitivo, passa a chamar-se definitivamente Amazonas. Começa, então, a percorrer a considerável extensão de mais de 3.100 quilômetros em território brasileiro, com uma declividade média de 2 cm./km.. Irrompendo através de cerradas florestas, transforma penhascos em ribanceiras abruptas; rasgando o sertão bruto e tórrido, não respeita canais, não tolera nenhum obstáculo; engolfando e obliterando tudo o que encontra no caminho, lança-se no Oceano Atlântico, inundando-o de lama doce 150 quilômetros além da

costa do Pará. Na sua indômita descida, o grande rio vai recebendo novas águas, procedentes de novos e amplos tributários.

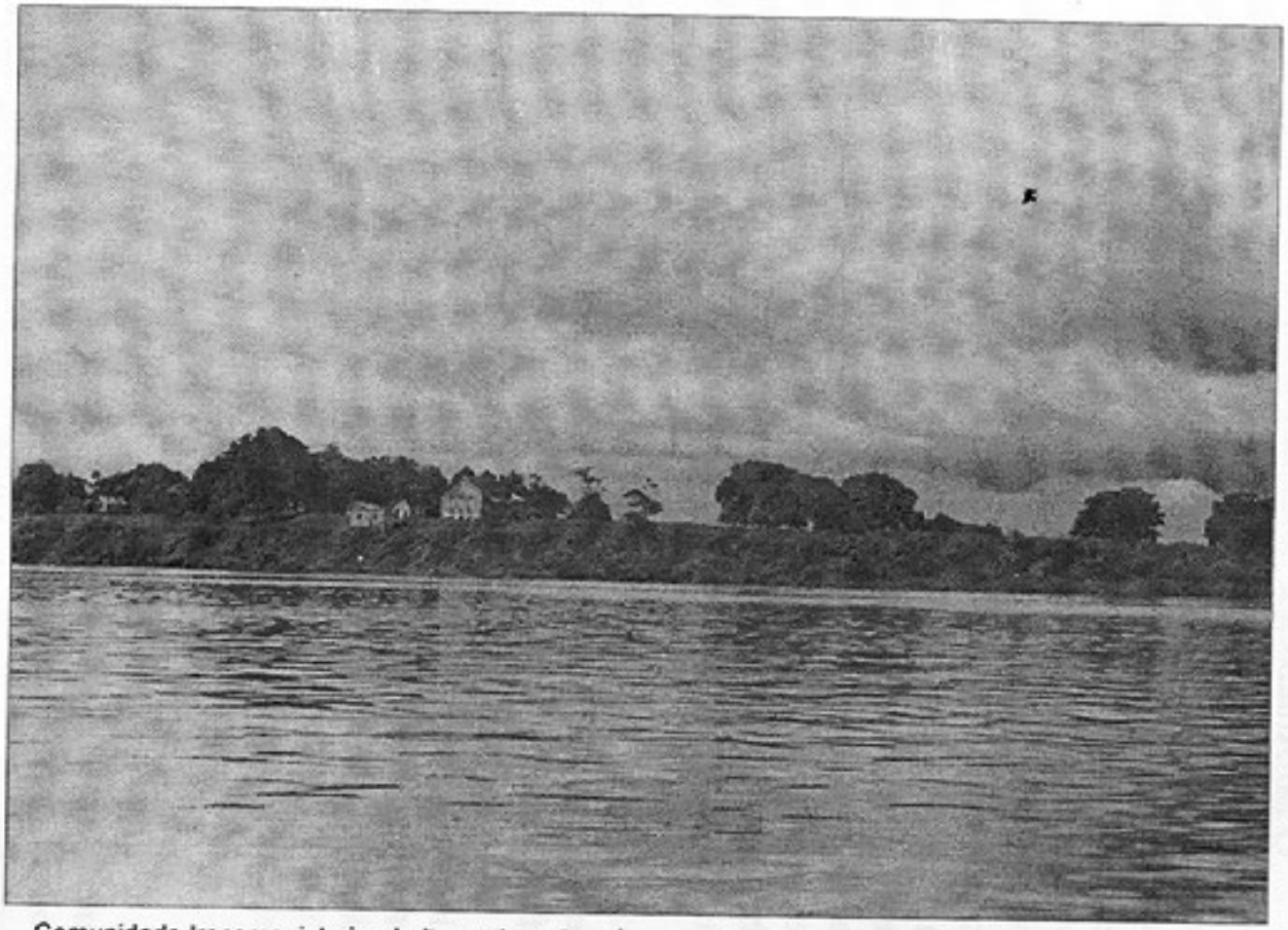
A extensão total do rio Amazonas é estimada em 6.571 km. e sua vazão média anual é da ordem de 220.000 m3/s, o que lhe confere a prerrogativa de maior rio do mundo em volume d'água.

O Amazonas foi explorado pelo capitão espanhol Francisco de Orellana que partiu da cidade equatoriana de Quito, em 1539, onde governava Gonçalo Pizarro, para lançar-se à gloriosa epopéia de explorar um grande rio que, segundo voz corrente entre os indígenas, "continha estupendas riquezas, guardadas por tribos indomáveis, entre as quais devia achar-se a nação do famoso Eldorado".

A expedição foi organizada para partir no Natal daquele ano, e foram seus componentes trezentos e quarenta soldados, dois religiosos e mais de quatro mil índios recrutados nas prisões, "formando a guarnição de dois bergantins e três galeões construídos nas agrestes ribanceiras do alto rio Coca, pelo mestre entalhador Diego Mexia".

Muitos dias de viagem sucederam ao da partida. Orellana e seus homens, confiantes e impávidos, desciam o grande rio, travando duras refregas com os índios hostis. Nessas lutas, nem sempre seus arcabuzes poderosos levavam a melhor sobre as ligeiras e silenciosas flechas dos nativos.

Ao chegar na foz do rio Nhamundá, Orellana teve que retroceder. As varonís mulheres guerreiras, as **Icamiabas**, lhe deram cerrado combate. Como as atacantes tivessem os cabelos compridos até as espáduas, o explorador hispânico, que antes houvera dado ao rio o seu próprio nome, batizou o colosso



Comunidade Iracema, interior de Itacoatiara. Destaca-se a Casa Grande, construída no início do século.

flumíneo com o título de **rio das Amazonas**, talvez por analogia às mitológicas mulheres guerreiras da Ásia.

O rio Amazonas, no passado, mereceu a denominação de **Mar Dulce**, pelas suas enormes proporções e, desde os primórdios, tem despertado a curiosidade de quantos lhe visitam, arrancando revelações dos maiores sábios a respeito de sua grandiosidade e riqueza.

Considerado de porte marítimo, navegável durante todo o ano por navios oceânicos desde a sua foz até Iquitos, no Peru, em certos trechos o Amazonas apresenta uma largura considerável, tendo suas margens distanciadas 80 quilômetros uma da outra, em cujos meios se localizam numerosas ilhas. Sua bacia, integrada por mais de cento e oitenta afluentes e subafluentes, dispõe, somente nos limites territoriais do Brasil, de mais de 25.000 quilômetros de água perfeitamente navegáveis.

Rede hidroviária do maior quilate, centenariamente servindo ao tráfego de embarcações de qualquer porte, este rio detém todas as características adequadas à navegação, ao longo de todo o seu curso, tais como: profundidade das águas e velocidade da correnteza, largura mínima e traçado favorável. Trata-se, afinal, do maior instrumento para utilização da navegação interior no continente americano.

II

O rio Madeira é um dos maiores, senão o maior contribuinte do Amazonas pela margem direita. Nasce na Bolívia, atravessa o Estado de Rondônia e, após percorrer a considerável extensão de quase 3.000 quilômetros, lança-se no rio-mar, pouco a montante da cidade de Itacoatiara .

Aparece o Madeira como uma das artérias fluviais mais exploradas e povoadas da Amazônia dos tempos coloniais. Por muitos anos ele esteve interditado à navegação, em virtude da política protecionista de Portugal que, segundo Jobim, "havia que evitar o desvio do ouro e dos diamantes das Minas de Mato Grosso". Ao tempo, sob o esforço e dedicação dos padres jesuítas, foram criadas as missões que originaram as povoações situadas ao longo de suas margens. Seus beiradões serviram de palco a terríveis entreveros travados entre índios e exploradores portugueses. Os vales deste rio foram os locais mais devassados devido à abundância de seringais nativos.

O descobrimento do rio Madeira deve-se a Vicente Yáñez Pinzón (1460-1524) que, conduzindo as quatro caravelas que compunham o grosso de sua expedição, entrou no Amazonas, em janeiro de 1500, e percorreu grande parte desse colossal afluente.

Em 1756 e 1758, nele esteve o capitão-general Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Em missão do governo de Portugal, ali instalou a vila de Borba e autorizou a transladação da futura vila de Serpa para as margens do rio Amazonas.

O rio Madeira, até pouco tempo atrás, foi o caminho natural dos regatões, comerciantes embarcados que, percorrendo todo o seu trecho, permutavam produtos extrativos, abundantes na região (borracha, castanha, peles, juta, etc.) com mercadorias adquiridas nos mercados de Belém, Manaus e Itacoatiara.

Descrevendo esse grande afluente do rio Amazonas, o presidente da Província Francisco José Furtado, em 1858, assim se expressou: "O rio Madeira, pela uberdade de suas terras, riquezas de produtos naturais e fácil navegação, no curso de quase duzentas léguas, oferece vantajosas proporções para o ensaio de colônias nacionais".

O nome Madeira foi dado pelos portugueses, pois seu primitivo topônimo era Caiarí. Os navegadores lusitanos, impressionados com a quantidade enorme de paus que baixavam as águas do rio, arrastados pela força imponente da sua correnteza, deram-lhe tal predicado.

A extensão de sua bacia hidrográfica se eleva a mais de 1.245.000 km2, o que lhe confere importância igual ou superior à do poderoso rio Nilo.

O rio Madeira é importante no processo de interiorização, impulsionado pela expansão das fronteiras agrícola e mineral, que acabou por chegar à área de influência de grande parte de nossos rios.

No momento em que priorizam a navegação interior como instrumento fundamental no processo de desenvolvimento, os governos federal e estadual, em parceria com a iniciativa privada, elegeram o rio Madeira como elemento catalisador de progresso econômico, tornando-o uma hidrovia dotada de condições infra-estruturais, possibilitando a sua navegabilidade permanente.

Devidamente corrigido e balizado, o grande rio está sendo utilizado como ponte hidrográfica até o rio Amazonas, para escoar a produção de grãos mato-grossense, através de balsas granularias no trecho Porto Velho-Itacoatiara e, desta última cidade, em cargueiros transatlânticos até os portos da Europa e Estados Unidos.

A hidrovia do Madeira começou a funcionar, efetivamente, no dia 8.03.1997, com o embarque das primeiras toneladas de soja no terminal graneleiro de Porto Velho com destino ao de Itacoatiara. Esse carregamento marca o início da ampliação da fronteira agrícola do Estado, passando o Amazonas

à condição de corredor natural de exportação do produto. Ademais, cria uma nova alternativa para o escoamento da produção de grãos do Centro-Oeste brasileiro, que até então era feito apenas por via rodoviária até os portos de Santos e Paranaguá, localizados, respectivamente em São Paulo e Paraná.

III

Banhando grande parte do município de Itacoatiara, o rio Urubu nasce nas terras altas próximas à fronteira com a antiga Guiana Inglesa. Adiante do furo Arauató, próximo a Itacoatiara, recebe os seus dois maiores afluentes, Caru e Anibá; expandindo-se na vasta bacia do lago Canaçarí, vai afinal desaguar no rio Amazonas, defronte à cidade de Itapiranga. O seu curso é de mais de 350 quilômetros, sendo navegável numa distância de 152 quilômetros, no período de maior enchente.

Os principais canais do Urubu, comunicando-se com o rio Amazonas, são: Cauá, Santo Antônio, Cainamã e Aibu (ou Uixituba); todos entram acima de Itacoatiara, seguindo-se, depois, os do Carão, Canaçarí-grande, Curuçá e Piramirim, logo abaixo desta cidade.

Largo, encachoeirado, este afluente do Amazonas de águas negras, foi sulcado por tropas de resgate em 1663, dando-se nele, nas suas margens, uma verdadeira batalha entre colonos europeus e índios **Buruburus, Caboquenas e Guanavenas.**

O Urubu, cujo nome antigo era Buruburu, foi assim crismado pelos portugueses em virtude da grande quantidade de urubus que apareciam nas suas margens.

Nos idos coloniais foi explorado pelo astrônomo

Teodósio de Chermont e pelo engenheiro Inácio Morais de Bittencourt. Posteriormente, foi percorrido por João Barbosa Rodrigues e o 1° tenente Antônio Madeira Shaw. Entre 1918/1919, o geólogo Odorico de Albuquerque, a serviço do Ministério da Agricultura, realizou profundos estudos sobre a sua geologia e mineralogia.

Em trechos de suas margens, notadamente no lugar "Pedra Chata", aparecem inscrições gravadas em pedras, atribuídas aos indígenas. Dependendo de proteção e tombamento, essa verdadeira relíquia está a desafiar os estudiosos da Amazônia.

Dentre as cachoeiras do rio Urubu, destacam-se as de Iracema e Lindóia.

O rio Urubu atravessa ao meio, por duas vezes, a rodovia "Vital de Mendonça", à altura de seus quilômetros 180 e 247.

IV

Entre os lagos, igarapés e outros furos existentes no território do município de Itacoatiara, pela sua extensão, riquezas florestais, piscosidade e profundidade, destacam-se os lagos de Serpa, Araní, Canaçarí, Miratuba, Amatary, Sargento e das Pedras, os igarapés de Serpa, Carão, Canaçarí-grande, Ingàipáua, Ventura, além dos furos Arauató, Caru, Anibá, Santo Antônio, Cauá, Cainamã e Aibú.

Os três primeiros lagos são muito propícios para a pesca amadora e a prática de esportes náuticos. O de Serpa dista 7 quilômetros da cidade, podendo-se chegar até ele através do rio ou pelas estradas do Aeroporto e "Adolfo Olímpio". O Araní, o

mais famoso de todos, localiza-se quase defronte a Itacoatiara; farto em peixes e aves aquáticas, forma um conjunto de mais de 50 lagos. O Canaçarí, a 12 quilômetros da cidade e a 6 quilômetros da rodovia "Vital de Mendonça", além da pesca, no verão, oferece pontas de praia.

O furo Arauató estabelece perfeita comunicação do Amazonas com o rio Urubu; e o igarapé de Serpa une o Amazonas ao lago de Serpa.

V

Extensa rede de igapós cobre grande parte do território itacoatiarense. São terras inundadas onde espécies vegetais raras têm suas raízes mergulhadas. Viveiros de peixes saborosos, de aves em extinção, nesses locais desenvolvem-se diversidades de vegetais, tais como imbaúba, jauarí, buritĺ, taxí, munguba, mas sobretudo a aninga. Suas folhas, seu porte, o ajuntamento dessas plantas dão um colorido todo especial a esses verdadeiros jardins agrestes que são os igapós amazônicos.

Alguns igarapés, pequenos lagos e igapós, situados próximos à cidade, foram atingidos por um perverso processo de depredação que eliminou a sua paisagem natural e a riqueza ictiológica e faunística.

O lago Jauary, quase todo tomado por construções irregulares e mal feitas, é hoje um depositório de lixo urbano; o igarapé do Ventura acha-se praticamente seco; e os igapós "da Cruz" e da "dona Diosa" são outros exemplos de falta de zelo e proteção aos canais naturais.

O aningal da Puranga (ex-Ventura), atravessado pelo

aterro da estrada "Vital de Mendonça", ainda guarda resquícios de um passado glorioso: poucos exemplares de vitória-régia, mergulhados nos cacimbões próximos, se misturam a algumas espécies de garças, socós, unicórneos, marrequinhas, patos-do-mato e outras aves raras, que convivem, teimosamente, ao lado de uma criação de bubalinos por ali espalhada.

******

O transporte da Amazônia existe, principalmente, em função das vias navegáveis. Assim foi no período da invasão e conquista européias. Assim é nos dias atuais.

Até 1853, o sistema de navegação fluvial no Amazonas era operado com grandes dificuldades, exclusivamente através de barcos movidos a vela e a remo. A partir da introdução, naquele ano, do navio a vapor, as condições de transporte e comunicação regionais sofreram radical transformação.

Ainda hoje, apesar da proliferação dos modernos e práticos motores de popa e do uso intensivo do pequeno barco/motor de centro, o caboclo itacoatiarense se utiliza da canoa, antiga "montaria" flutuante movida a remo, no serviço de condução de pessoas e mercadorias, nas procissões religiosas e festas profanas e nas atividades de caça e pesca.

Dos primórdios da Província do Amazonas à instauração do regime republicano, forte foi a presença de Itacoatiara no sistema de transporte e comunicação da Amazônia. Era o período áureo de produção e comércio da borracha nativa e os seringais dos rios Madeira e Autazes possibilitavam um intenso movimento de entrada e saída de canoas de regatão.

No começo deste século, o município passou a receber os

benefícios da comunicação telegráfica através do cabo subfluvial, a cargo da companhia inglesa The Amazon Telegraph Company. Posteriormente, foi inaugurado o sistema de radiotelegrafia (telégrafo sem fios).

Paralelamente, foi dado um maior incremento aos serviços postais da Repartição Geral dos Correios (atual ECT), consistindo na entrega e recebimento da correspondência que era transportada pelos navios e lanchas que sulcavam os nossos rios.

Atualmente, na agência local da Capitania dos Portos estão registrados 6.427 navios-motores diversos, que circulam nos rios, lagos, furos e igarapés de Itacoatiara e municípios circunvizinhos. Nesse número estão incluídos todos os tipos de embarcação de convés corrido e máquina possante, empregada como rebocador de balsas e batelões, empurradores de propulsão a motor diesel médios e grandes, além de lanchas-motores destinados à condução de cargas e passageiros, somente de cargas ou somente de passageiros. Da relação excluem-se os barcos não profissionais de até 5 metros de comprimento movidos a remo ou vela e pequenos motores de popa utilizados, preferencialmente, na faina da pesca e serviços de interesse comunitário.

A sede municipal tem um porto com toda estrutura para embarque e desembarque de cargas e passageiros.

Itacoatiara mantém ligação fluvial regular com outros municípios, inclusive Manaus, através dos chamados barcos "recreios". Conduzindo em média cem passageiros cada um, semanalmente, cerca de vinte barcos utilizam o porto da cidade. Este, foi inaugurado e começou a operar em 17 de julho de 1975. Vinculado ao Ministério dos Transportes (até 1989, esteve sob a administração da extinta PORTOBRÁS), em março deste ano o calado de seu cais atingiu 14 pés de profundidade.

No porto de Itacoatiara atracam por ano uma média de 27 a 30 navios, embarcando principalmente madeira serrada e compensado-laminado. Nele, operam com regularidade as empresas locais: Gethal Amazonas S.A., Carolina Indústria e Comércio de Madeiras Tropicais Ltda., Mil - Madeireira Itacoatiara, S.A. e Braspor - Brasil/Portugal Madeiras Ltda., que embarcam seus produtos para exportação através das companhias COPRAL, Expresso Mercantil e TRANSNAVE, além de outras.

Até 1965 era inexistente o serviço de transporte rodoviário interurbano no Estado do Amazonas. Todavia, a partir da inauguração, nesse ano, da pioneira rodovia "Torquato Tapajós", atual "Vital de Mendonça", ligando Itacoatiara a Manaus, foi possível integrar os dois principais centros urbanos amazonenses. Atualmente, tem se mostrado de forma intensa e crescente a movimentação de mercadorias e passageiros entre ambas as localidades, pela via rodoviária.

Estando o serviço de transporte intermunicipal centralizado no Terminal Rodoviário "Chibly Calil Abrahim" (inaugurado em 2.03.1991), além dos automóveis, caminhões e outros veículos particulares e de empresas transportadoras, a cada duas horas, dezenas de ônibus da EUCATUR e ARUANÃ fazem a ligação Itacoatiara-Manaus, movimentando, nesse vai-e-vem diário, mais de mil passageiros. Por ocasião dos eventos decorrentes de feriados e/ou dias festivos - no FECANI, por exemplo - o número de veículos transitando através dos 266 quilômetros dessa rodovia, tem atingido a extraordinária marca de mais de cinco mil, diariamente.

Extraordinário é o número de bicicletas utilizado pela população itacoatiarense. Sem exagero, podemos dizer que noventa e cinco por cento das casas das mais de dez mil famílias residentes na sede do município possuem duas unidades, pelo

menos, desse pequeno e utilitário veículo. Vale dizer: diariamente, vinte mil bicicletas, aproximadamente, se movimentam no trânsito de Itacoatiara.

Segundo o DETRAN-Am, em Itacoatiara trafegam 2.878 veículos, sendo 1.006 automóveis, 301 camionetas, 143 importados (carros e motos), 710 motocicletas, 172 caminhões, 232 semi-reboques, 234 motonetas, 43 ônibus e 37 diversos.

Apesar das muitas modificações ocorridas na feição urbana desta cidade, ainda resiste o tradicional transporte efetuado pelas carroças movidas a cavalo[1]. Cerca de trinta veículos desse gênero trafegam na cidade.

Possibilitando, ainda, o transporte de pessoas e mercadorias, dezenas de estradas vicinais fazem a ligação entre a cidade e os centros produtores do município e interligam vilas e comunidades do interior. Estas vias, além de favorecerem o bom entrosamento entre comunitários e a fácil circulação dos bens e serviços produzidos, servem como excelente sistema de comunicação e entrosamento urbano-rural.

Embora disponha de um aeroporto dotado de uma pista com extensão superior a 1.600 metros, o município de

---

[1] Segundo depoimento do tenente da Guarda Nacional Pedro Fernandes de Assis (1877-1964), prestado ao historiador Mário Ypiranga Monteiro, o aparecimento da carroça em Itacoatiara data de 1908. Esse meio de transporte rústico e o trabalho dos construtores de progresso que são os carreiros podem fornecer interessantes subsídios a quem se atreva escrever a história social de Itacoatiara. A honrada atividade do carreiro, criando e educando seus filhos, engrandece sobremodo a comunidade itacoatiarense. O autor deste trabalho, com emoção e a ajuda de Deus, ainda haverá de escrever algumas páginas a respeito, deixando marcada a passagem de heróis do porte de José Delfino, velho Arnolfo, João Romão, Guilherme Nazaré e tantos outros bravos.

Itacoatiara não é servido por linhas aéreas regulares. Todavia, dada a sua localização estratégica, tem servido de apoio ao tráfego aéreo regional, dispondo para tanto de um bom sistema de equipamentos para emissão de ondas e serviços de comunicação terra e ar. Rotineiramente, serve para pouso de aeronaves de pequeno e médio portes (táxis aéreos).

O Aeroporto do Guajará fica a nove quilômetros do centro da cidade e o acesso a ele se dá através da rodovia "Vital de Mendonça". Após receber remodelações e ser asfaltada, a pista de pouso recebeu no dia 12 de abril de 1997 o avião que, conduzindo a comitiva do presidente Fernando Henrique Cardoso[2], veio a Itacoatiara para inaugurar as instalações do porto graneleiro do município.

Os serviços de telefonia urbana e interurbana estão a cargo da empresa subsidiária da TELEBRÁS, Telecomunicações do Amazonas, S.A - TELAMAZON que, através de sua agência local, opera com os sistemas DDD e DDI. Apesar desse serviço dispor de até 2.080 ramais, o número de linhas telefônicas instaladas é de 1.906. Na sede da agência, cinco cabines estão à disposição do público. Poucas comunidades da zona rural são dotadas desse benefício.

As redes estaduais de televisão AMAZÔNICA, BOAS NOVAS e A CRÍTICA, transmitindo imagens, respectivamente, das redes Globo, Manchete e TV Sílvio Santos, prestam serviços de transmissão de imagens via satélite geradas pela EMBRATEL, durante vinte e quatro horas, todos os dias. A

---

[2]. O avião presidencial aterissou exatamente às 9:30 horas, seguido de dezenas de outras aeronaves, conduzindo autoridades federais, estaduais e empresários. Além de Ernesto Geisel (1908-1996) e Fernando Collor de Mello, Fernando Henrique Cardoso foi o terceiro presidente da República a visitar oficialmente Itacoatiara. Em campanha eleitoral, aquí também estiveram Juscelino Kubistcheck (1955) e Luiz Inácio Lula da Silva (1993).

estação pioneira TV Rede Cultura (ex-Rede TV Educativa) acha-se desativada. A instalação de antenas parabólicas, possibilitando a captação direta de imagens de outros canais de televisão, do país e do exterior, vem sendo ampliada a cada dia: mais de mil casas de Itacoatiara já contam com esse benefício.

A ECT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos mantém na cidade uma estação postal e telegráfica, prestando, dentre outros, os serviços de recebimento e expedição de correspondências, telegramas, sedex, fax, reembolso postal, entrega de carnês e pagamentos de benefícios previdenciários.

Funcionam em Itacoatiara as seguintes emissoras de rádio-difusão:

- Rádio Difusora de Itacoatiara, prefixos ZYC 280 (AM) e ZYC 250 (FM), operando na freqüência 94,5 MHz. Sua potência em ondas médias está estimada em 1.000 ws. e em freqüências moduladas, 5.000 ws. Fundada em 27 de setembro de 1962, por Josué Cláudio de Souza, com a denominação de Rádio Difusora do Amazonas Ltda., operou inicialmente em ondas médias. Adquirida pelo ex-deputado Jurandir Cleuter Barros de Mendonça em parceria com Antônio Djacir Ehm Barros, foi reinaugurada, com a denominação atual, em 13 de fevereiro de 1980. Seu sistema FM foi inaugurado em 1° de março de 1983. Além de Itacoatiara, o raio de ação dessa emissora alcança os municípios de Silves, Urucurituba, Itapiranga, Urucará, São Sebastião do Uatumã, Maués, Boa Vista do Ramos, Autazes e Nova Olinda do Norte.

- Rádio Panorama, estação ZYC 254, operando na freqüência de 95,3 MHz, sob o exclusivo sistema FM. Propriedade do ex-prefeito Mamoud Amed Filho, iniciou seus serviços em 9 de abril de 1980. De potência estimada em 5.000 ws, além de Itacoatiara, os sons da Rádio Panorama alcançam

os municípios circunvizinhos.

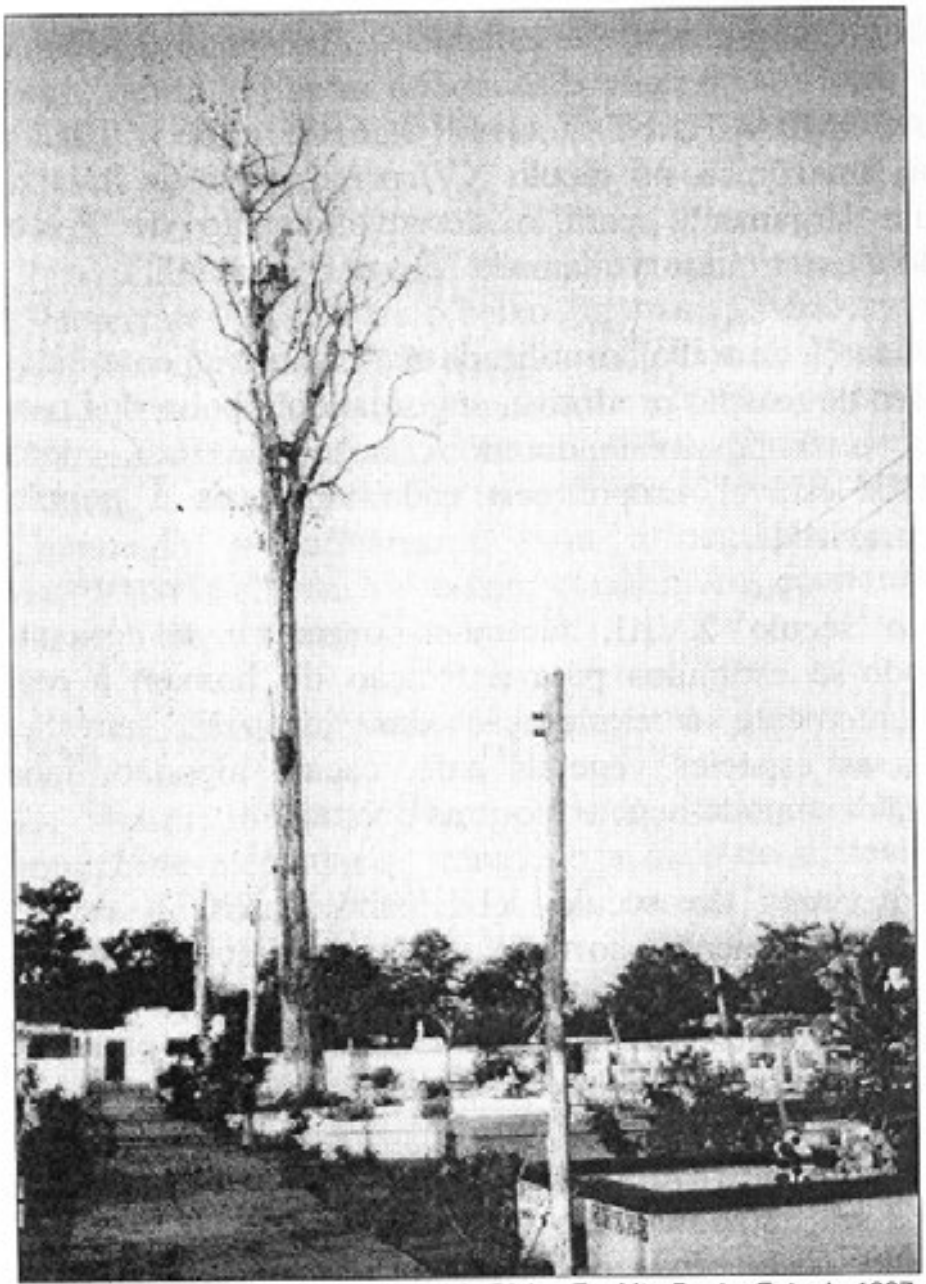
No município, especialmente em sua zona rural, ainda são sintonizadas as principais emissoras de Manaus e a Rádio Nacional, de Brasília.

Despossuindo um veículo informativo impresso de circulação regular, a população serve-se da leitura diária dos jornais de Manaus, sobretudo "A Crítica", "Jornal do Norte" e "Amazonas em Tempo", além das revistas de circulação nacional "Veja" e "Isto é".

Todavia, entre os serviços informativos de Itacoatiara, popularmente conhecidos, um impresso e outros constituídos de auto-falantes e propaganda volante, sobressaem o boletim "O cipó", editado mensalmente pela Prelazia; a voz Imperial; a voz Líder do Jauary; a voz Líder de Santo Antônio; a voz do bairro do Mutirão, além da empresa Dib Jorge Miguel Barbosa.

(Cf. Castro, 1994, Cabral, 1995, Bittencourt, 1985, Silva, 1965 e 1997, IGHA, 1948, Cantanhede, 1958, Jobim, 1957, Emamtur, 1975, Azevedo, 1997, ICOTI, 1996, Monteiro, 1984, Itacoatiara, 1997 e IDAM, 1997) .

Capítulo X



Natureza morta: pau grande, Cemitério Divino Espírito Santo. Foto de 1997.

Dados econômicos, sociais e políticos. Alguns números urbanos e rurais.

ACOMPANHANDO O PROCESSO HISTÓRICO da economia amazônica, no século XVI o município de Itacoatiara contribuiu largamente para o desenvolvimento de Portugal, extraindo e exportando a chamada "droga do sertão".

A força de trabalho utilizada era exclusivamente indígena e esse tipo de relação produtiva, engordando a bolsa dos patrões coloniais e impossibilitando a criação de um mercado consumidor estável, empobrecia cada vez mais a população nativa escravizada.

No século XVIII, tentou-se organizar a agricultura, concedendo-se estímulos para a fixação do homem à região: concomitantemente à exploração das "drogas", iam sendo cultivadas as espécies vegetais café, cacau, algodão, tabaco, milho, feijão, cana-de-açúcar e outras que tais.

Na virada do século XIX para o XX, a economia interiorana experimentou forte expansão, mediante o cultivo da borracha nativa, de larga aceitação no mercado internacional. Itacoatiara foi muito beneficiada por esse processo extrativista, mercê das potencialidades dos rios Autazes e Madeira.

Sede, desde 1872, de uma Mesa de Rendas Alfandegada, Itacoatiara se destacou como um forte empório comercial, só ultrapassado pela praça de Manaus, já que nenhuma outra cidade do interior fazia-lhe concorrência .

Tavares Bastos, citado por Jobim, refere que, logo depois de fundada a Província do Amazonas, o comércio do Amazonas com a Bolívia era feito pelo porto de Itacoatiara. Os bolivianos desciam pelo rio Madeira e deixavam na então Serpa suas canoas e ubás e seguiam pelos paquetes até Belém, onde vendiam cacau, fumo, couro e outras utilidades e compravam ferro em vergas, machados, instrumentos agrícolas, armas de fogo, bebidas, pólvora e outros objetos.

Uma intensa rede de navegação era mantida pelos comerciantes locais para o baixo Amazonas, Madeira e Solimões. Itacoatiara entretinha um forte comércio com Manaus e Belém, tendo seus produtos de exportação em alta sempre crescente. Essa expansão mercantil, contudo, sofreu grandes restrições com a deflagração da primeira guerra mundial (1914/1918) e foi diminuindo gradativamente com a segunda grande guerra (1939/1945) e, num vai-e-vem constante, a economia municipal ora se anulava ora se restabelecia.

Exemplificativamente, informamos que:

Em 1895/1896, o porto de Itacoatiara exportou um volume de mercadorias atingindo a mais de trezentos e setenta contos de réis, eqüivalendo, em moeda atual, a dezenas de milhões de reais.

Na primeira década deste século, a firma francesa De Lagotellerie (sucessores de Denis Crouan & Cia.), exportadora de borracha e importadora de secos e molhados, manteve sua filial em Itacoatiara. Na mesma época, as casas nacionais aqui sediadas, Isaac Perez & Cia., J. Adonias & Cia. e Oscar Ramos competiam em igualdade de condições com outras empresas congêneres sediadas em Manaus e Belém.

Em 1925, a Casa Moysés (fundada em 1890) exportava

em larga escala cacau, castanha, borracha, peixe seco, óleo de copaíba, raízes medicinais, além de manter grande estoque de fazendas, armarinhos, estivas, ferragens, calçados, louças, drogas, etc. Casa aviadora, mantinha navegando constantemente no interior as lanchas Marcos, Moysés, Firmeza e Morena.

Em 1937, a Mesa de Rendas de Itacoatiara despachou para o exterior, dentre outros produtos, os seguintes volumes: 1.942.790 m3 de madeira, 149 toneladas de pirarucu, 11 toneladas de peles e couros diversos e 259 toneladas de cacau.

Em 1940/1943, pontificavam na sede municipal a usina "Progresso", de beneficiamento de pau-rosa, e a serraria "Santo Antônio", de serragem de madeira, ambas propriedades de Antônio de Araújo Costa; as usinas de beneficiamento de borracha, castanha e pau-rosa, de Ezagui & Cia., e, no interior, a Casa aviadora de Abdon Raman & Razac, em Santa Maria, Costa da Conceição.

Em 1950/1960, além das serrarias "Santo Antônio" e "Nibro do Brasil", a atividade econômica local girava em torno das empresas Martins Melo Indústria e Comércio, I.B. Sabá & Cia. Ltda. e Cia. Brasil-Juta Ltda., beneficiadoras e exportadoras de juta, fibra vegetal introduzida na região pelos imigrantes japoneses e muito aceita nos mercados interno e externo.

Até meados de 1960, o comércio importador e exportador de Itacoatiara teve uma boa atuação no mercado, representado principalmente pelos estabelecimentos: Ilídio Ramos, Irmãos; Irmãos Olímpio; Abdon Mamede & Cia.; W.F. de Araújo & Cia.; Casas Pernambucanas; Importadora Itacoatiara Ltda.; Araújo Antunes & Filhos; Casa Cinco Unidos; I.B. Sabbá & Cia. Ltda.; Indústria de Guaraná Rio Negro; Indústria de Bebidas Xexuá Ltda; Casa Lamarão; Casa Gilberto

Xavier; Nestor Raposo & Cia.; Padarias N. S. de Fátima, Bijou e José de Paula; Martins Melo & Cia.; Chibly & Cia.; Casa Ozório Teixeira; Ezagui & Cia.; Sapataria e Loja Botafogo; Farmácia Auzier, etc.

Intensa era a movimentação portuária: diariamente chegavam e saíam navios de pequeno, médio e grande calados, embarcando e desembarcando cargas e passageiros. Dado o maior volume de produtos extrativos exportados, expressiva parcela da mão-de-obra local era empregada nos sindicatos dos Estivadores e de Conferência de Carga e Descarga no Porto de Itacoatiara. Os escritórios de despachos de Hely Ruben de Paiva (1907-1985), Bob Ramos e Carlos Castelo Branco prosperavam.

Contrastando com esse passado de opulência, do ciclo da borracha e do extrativismo, quando o interior era um centro febril de atividades produtivas, hoje Itacoatiara é um município extremamente pobre. Esse estado de pobreza - vivido por todo o interior amazonense - foi agravado com a criação da Zona Franca de Manaus que incentivou a transferência de larga parcela da população itacoatiarense para a capital, desestimulando as atividades produtivas dessa parte interiorana. Com muita propriedade, Samuel Benchimol afirma que o interior foi abandonado à sua própria sorte, se tornou decadente e sua economia ficou anacrônica e inviável.

Por sorte, novos projetos econômicos têm sido ou tendem a ser implantados no município, proporcionando à nossa população alentadoras perspectivas.

Atualmente, a economia de Itacoatiara está fortemente concentrada nos setores madeireiro, agropecuário e de transportes. Inclusas as empresas desse ramo, são os principais empreendimentos localizados no município:

Caixa D'água, construída em 1946, pelo SESP- Serviço Especial de Saúde Pública.

- Carolina Indústria de Madeiras Tropicais Ltda. Como filial de sua congênere de Vitória-ES, inicou suas atividades em 1976 com o nome de Atlantic Venner do Brasil, S.A.. Sua primeira fábrica de lâminas de madeira compensada foi inaugurada pelo presidente Ernesto Geisel. Em 1981, passou a ser Atlantic Venner da Amazônia, S.A., e em 1984 desvinculou-se da matriz capixaba, passando a ser registrada com a atual razão social. Sua principal atividade é a produção de compensados e lâminas torneadas de madeira das espécies muiratinga, sumaúma e copaíba. A empresa produz mensalmente 2.800 m3, em média, fazendo 6 embarques/ano para o seu principal mercado comprador, o Estado norte-americano de Carolina do Norte. A maior parte da madeira beneficiada nesta empresa procede das regiões do alto Solimões, Juruá e Madeira. O atual quadro de empregados contratados pela Carolina Indústria de Madeiras Tropicais Ltda. é de 730 empregados.

- Gethal Amazonas S.A., Indústria de Madeira Compensada. Instalou-se na cidade em 14 de março de 1980. Trabalhando com matéria prima transformada em laminados e compensados para exportação (muiratinga, copaíba e sumaúma), adquirida no Madeira, alto Solimões e Juruá, a Gethal mantém, às margens da rodovia AM-010, nas proximidades desta cidade, um Centro de Pesquisas Florestais com a área de 1.965 hectares. Seus produtos são exportados basicamente para a Alemanha e os Estados Unidos da América. Seu quadro funcional atualmente (época de entre-safra) é de 870 empregados, podendo eventualmente atingir a 1.200.

- BRASPOR - Brasil/Portugal Madeiras Ltda. Pertencente a um grupo empresarial português, deu início às suas atividades em 30.11.95 Instalada às margens da rodovia "Vital de Mendonça", essa empresa atua no ramo de industrialização de madeira (fabricação de réguas, tacos e assoalhos para

exportação) com aproveitamento integral da matéria-prima e manejo. florestal. No momento emprega cerca de 50 pessoas.

- MIL - Madeireira Itacoatiara, S.A. Instalada em 1964 para atuar nos ramos madeireiro e agropecuário, em virtude de sofrer um período de crises, anos depois paralizou suas atividades. Reiniciou-as, a partir de 1994, industrializando madeira para exportação. Emprega pelo menos 100 pessoas.

- Polo moveleiro: agregando os marceneiros locais, está sendo executado pela Prefeitura Municipal em convênio com o IEL - Instituto Euvaldo Lodi e o SEBRAE/Am. Este projeto está orçado em R$ 21 milhões, dos quais 15 milhões de reais viabilizarão exclusivamente a compra de máquinas e equipamentos. Ao todo serão 70 moveleiros instalados numa área de 252.000 m2, dividida em 112 lotes, localizada na avenida Industrial (antiga Cacáia). No local duas movelarias já estão operando. Outras dez devem fazer o mesmo até o final deste ano. A meta é chegar ao ano 2.000 com 50% das movelarias funcionando regularmente e gerando um faturamento de R$ 3 milhões dos R$ 6 milhões previstos para quando estiver instalada a capacidade total do pólo. Estima-se que aí serão gerados 1 mil empregos diretos e outros 400 indiretos.

- Empresa Agropecuária Aruanã S.A., destinada à produção de palmito em conserva. A imprensa noticiou recentemente que "o projeto graneleiro já está estimulando a diversificação da economia em Itacoatiara". Segundo "A Crítica" de 22.03.97, "a SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus acaba de aprovar o projeto Aruanã, para a produção de palmito em conserva". Localizada às margens da rodovia "Vital de Mendonça", a Agropecuária Aruanã "terá de cumprir também o Processo Produtivo Básico (PPB) e atender as exigências da legislação ambiental". A Agropecuária Aruanã é pioneira no serviço de enxerto de castanha, já tendo exportado

milhares de mudas dessa espécie para o centro-sul do Brasil e países vizinhos.

- M.W. Florestal Brasil Comércio e Indústria Ltda. Estabelecida no km. 238 da rodovia "Vital de Mendonça", deu início ao seu trabalho de fabricação e aproveitamento dos resíduos de madeira (especialmente tacos para colocar no mercado externo), em junho de 1996.

- Litiara Indústria Cerâmica da Amazônia Ltda. Instalada em Itacoatiara desde 1980, entrou em plena atividade a partir de outubro de 1983. Produz tijolos, combugóis, lajotas, telhas e pisos coloniais. Sazonalmente, emprega em média 50 pessoas, porém seus empregos indiretos chegam a mais de 200.

- Amazon Fish Tecnologia e Empreendimentos em Aquicultura Ltda., pertence ao mesmo grupo da Litiara e há seis anos desenvolve suas atividades no município. Produz peixe para consumo local e exporta alevinos, adotando em certas espécies o moderno processo de inseminação por indução. É entidade pioneira no ramo em todo o norte do país. Empregos: diretos, 20 e indiretos, cerca de 50.

- Serraria União Obras Sociais Cerâmica e Serraria Ltda. Tradicional no ramo da pequena indústria madeireira, produz em média 20 m3 diários de madeira serrada, toda ela consumida no mercado local e das cidades vizinhas. Empregando 25 pessoas, funciona desde 27.08.1974.

- Frigorífico Itaboi Ltda. Em vias de instalação em Itacoatiara, trabalhará no ramo específico de abate, frigorificação e venda de carne, tanto à nível interno quanto externo.

- Terminal Graneleiro de Itacoatiara, empreendimento de 52 milhões de reais, implementado pelo governo do Estado do

Amazonas em parceria com o grupo empresarial Hermasa, foi inaugurado no último dia 12 deste mês pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Trata-se de um porto flutuante com capacidade de desembarque de 1.500 toneladas/hora de grãos. O primeiro carregamento de soja, na ordem de 12 toneladas, proveniente de Porto Velho-Rondônia, desembarcou em Itacoatiara nos meados do mês de março. A partir daí, o Terminal receberá todas as semanas um novo carregamento. O produto será transportado por dois comboios, cada um composto por seis barcaças.

O projeto graneleiro foi aprovado pela SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia e contou com recursos do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Esses recursos somam a R$ 24 milhões e foram utilizados na aquisição de balsas, motores e outros equipamentos necessários para o transporte do produto.

O porto do Terminal Graneleiro de Itacoatiara faz parte do projeto Hidroviário rio Madeira e possui a mesma capacidade de operação dos portos de Santos-SP e Paranaguá-PR. Construído em Manaus pelo Estaleiro Rio Negro, o porto teve um custo de R$ 12 milhões. Em virtude de ser acionado por moderno sistema de operação, o Terminal em si não empregará muita mão-de-obra. Mas, espera-se, seu estabelecimento atrairá novos investimentos para o município e o Estado do Amazonas. Tanto que, de imediato, está prevista a instalação em Itacoatiara de algumas fábricas para esmagamento de soja e produção de ração animal.

Segundo a revista "Veja", de 2.04.1977, a hidrovia do Madeira "liga Porto Velho, capital de Rondônia, ao porto de Itacoatiara. Balsas gigantescas, com soja produzida em Mato Grosso, Rondônia, Acre e sul do Amazonas seguirão pelo rio Madeira até Itacoatiara. Nesse ponto, a soja é embarcada em

navios graneleiros, que descem o rio Amazonas, entram no Oceano Atlântico e rumam para portos europeus e asiáticos (...) Por essa hidrovia, o frete entre o norte de Mato Grosso e Roterdã - porto holandês onde chega a maioria dos graneleiros que abastece a Europa - será de 75 dólares a tonelada. O trajeto até Roterdã passando pelo porto de Paranaguá custa atualmente 105 dólares por tonelada. A diferença é lucro no bolso do comerciante e do plantador".

De todos os investimentos realizados atualmente no Amazonas, o mais decantado é o do Terminal Graneleiro de Itacoatiara. Parte importante do complexo da hidrovia do rio Madeira, tem sido definido como "uma verdadeira revolução" na exportação de soja e na integração comercial do Brasil.

Para viabilizar essa hidrovia, a Marinha brasileira regularizou e sinalizou o rio Madeira.

*****

Segundo o Escritório do IDAM - Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas, entre as principais atividades econômicas desenvolvidas no município, incluem-se agricultura, pescado, extração de madeira, carvão vegetal, fibras de juta e malva, borracha, pecuária, cacau, castanha e guaraná.

Na composição da renda municipal, os setores primário, secundário e terciário contribuem, respectivamente, com 21%, 47% e 32%, distribuídos pelos itens: pecuária, agricultura e extrativismo (setor primário), indústrias de transformação e outros (setor secundário) e comércio, turismo e outros serviços (setor terciário) .

5.636 é o número total de estabelecimentos comerciais, industriais e de serviço de pequeno, médio e grande portes. Entre aqueles incluídos nas faixas de médio e grande porte, considerados mais expressivos, que mais contribuem com a economia do município, contam-se: comércio/serviço: 262, e indústria: 61.

Na área urbana, das cerca de 8.892 pessoas ocupadas, 2.645 trabalham em atividades industriais e 1.560 em atividades comerciais. 2.651 pessoas constituem o contingente de servidores públicos exercendo atividades nas esferas federal, estadual e municipal.

Apesar de Itacoatiara possuir quatro agências de instituições financeiras oficiais (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco da Amazônia e Banco do Estado do Amazonas), além do BRADESCO - Banco Brasileiro de Descontos, S.A., as linhas de crédito necessárias ao alavancamento das atividades produtivas locais têm sofrido um forte retraimento. Esse fato, aliado ao pouco esclarecimento e falta de iniciativas empresariais, desvios de crédito e acelerada inadimplência, responde pela insignificância da produção econômica e baixa melhoria dos níveis de vida, principalmente das famílias dos pequenos e médios produtores. Isso se comprova pelo baixo número de projetos aprovados junto às linhas de crédito rural do BASA/BEA, projetos para custeio e investimentos, projetos amparados pelo FNO ESPECIAL/NORMAL junto ao BASA, redundando em poucas áreas plantadas e pequenos lotes de criação de animais.

Esses números são demonstrados pelo levantamento do escritório local do IDAM, segundo o qual em 1997 foram financiados 1.002 hectares de mandioca; e adquiridas 1.063 cabeças de bovinos/ bubalinos. Segundo aquele levantamento, entre as propriedades beneficiadas com novas culturas e infra-

estrutura, 22 são médias e grandes e 1.169 estão incluídas entre as pequenas propriedades.

As instituições financeiras locais centram suas atividades em prestação de serviços e fomento econômico, principalmente. O Banco do Brasil (instalado em 15.12.1952) possui cerca de 1.100 clientes; O BASA (inaugurado em 1943), aproximadamente 1.650; o BEA (estabelecido em 1966), cerca de 5.000; a Caixa Econômica (instalada em dezembro de 1981), aproximadamente 1.600; e o BRADESCO (iniciado em dezembro de 1978), cerca de 4.000 clientes.

Entidades oficiais prestadoras de assistência técnica e extensão rural: IDAM - Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas (ex-EMATER/Am) e CEPLAC - Centro de Pesquisa da Lavoura Cacaueira.

Fato auspicioso para os micro-pequeno-médios empresários locais foi a recente instalação do PLAPEMI - Plano de Apoio à Pequena e Microempresa do Amazonas em Itacoatiara. O plano, a cargo do SEBRAE/Am, tem suas ações voltadas para os setores da agro-indústria, turismo e artesanato, mobiliário, vestuário, calçados e acessórios e minerais não metálicos.

Ao municipalizar suas opções, o SEBRAE/Am pretende expandir os benefícios da Zona Franca de Manaus para que médias, pequenas e microempresas do interior possam se beneficiar dos incentivos fiscais, por ocasião de sua instalação e operacionalização, nos mesmos moldes das empresas instaladas em Manaus, visando a geração de emprego e renda.

*****

No setor de Segurança Pública, além da Delegacia Geral de Polícia, instituição que coordena, sob supervisão do Ministério Público estadual, a Polícia Judiciária, Itacoatiara é assistida pelo 2º BPM - Batalhão de Polícia Militar, responsável pelo policiamento ostensivo da cidade, composto do seguinte efetivo:

Um comandante (major PM), 3 oficiais (1 capitão e 2 tenentes), 18 sargentos, 17 cabos e 63 praças.

*****

De acordo com o texto da Lei Orgânica do Município de Itacoatiara - Lei nº 4, de 5 de abril de 1990, a composição da Câmara Municipal é de 13 vereadores, eleitos no pleito eleitoral de 3 de outubro de 1996 pelas seguintes legendas partidárias:

Partido Popular Progressista - PPB: **3** vereadores; Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB: **2**; Partido Trabalhista Brasileiro - PTB: **2**; Partido da Frente Liberal - PFL: **2**; Partido Social Cristão - PSC: **2**; Partido dos Trabalhadores - PT: **1**; e Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB: **1**.

As sessões ordinárias da Câmara Municipal são realizadas, semanalmente, às 2ªs feiras e 4ªs feiras, das 20 às 22 horas.

Tendo como maior índice de receita a rubrica "transferências correntes", o orçamento municipal de Itacoatiara tem sofrido a seguinte evolução, nos últimos seis anos:

1992 - Cr$ 5.229.704.000,00.[1]
1993 - Cr$ 31.600.047.000,00.
1994 - CR$ 6.584.322.000,00.
1995 - R$ 13.851.000,00.
1996 - R$ 14.498.500,00.
1997 - R$ 14.559.800,00.

Reguladas pelas constituições federal e estadual, essas "transferências" destinada aos município advêm dos repasses de quotas do FPM - Fundo de Participação dos Municípios e ICMS - Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços.

Atualmente, segundo a Lei estadual nº 2.011, 65% da arrecadação oriunda das indústrias, comércio e serviços da Zona Franca de Manaus são destinadas a Manaus, restando aos municípios do interior apenas 35%. Na prática, na divisão do bolo proveniente do repasse da arrecadação do ICMS, o interior recebe uma fatia insignificante.

É necessário interiorizar o desenvolvimento e incrementar a economia interiorana. Pela lógica, ao invés de continuar representando um polo de concentração e atração, Manaus deveria ser um centro de dispersão e irradiação de benefícios ao interior do Amazonas. Boa providência nessa direção seria

---

[1] Os orçamentos de 1992 e 1993 estão grafados em Cruzeiro (símbolo Cr$) moeda brasileira substitutiva do Cruzado Novo (símbolo Ncz$), em curso de 16.03.1990 a 1º.08.1993, de acordo com a Lei federal nº 8.024, de 12.04.1990; o referente ao exercício de 1994, está em Cruzeiro Real (símbolo CR$, com "r" maiúsculo), em vigor a partir de 2.08.1993, com o mesmo valor do Cruzeiro (Medida Provisória nº 336, de 28.07.1993, convertida na Lei nº 8.697, de 28.08.1993). Finalmente, os orçamentos municipais de 1995, 1996 e 1997 estão grafados em Real (símbolo R$), moeda corrente nacional criada pela Lei nº 8.880, de 27.05.1994, que substituiu o Cruzeiro Real (CR$). A primeira emissão do Real foi efetuada em 1º.07.1994. É a moeda corrente que vigora atualmente no Brasil.

distribuir mais eqüitativa e justamente os recursos estaduais.

A imprensa noticia que em Itacoatiara, apreensivo com o nível de desemprego no município, o prefeito Miron Osmário Fogaça foi buscar parcerias externas. No dia 22.03.1997, o chefe do Executivo itacoatiarense oficializou um convênio com o SEBRAE/Am, o SINE - Sistema Nacional de Emprego e o Banco do Brasil, tornando possível o município participar do Balcão de Atendimento Integrado (BAI). Na primeira etapa, o BAI vai envolver 112 investidores nos vários segmentos da economia, nos quais serão aplicados cerca de 6 milhões de reais, com previsão de gerar 400 empregos diretos. Os recursos do convênio serão repassados pelo Banco do Brasil.

*****

Após a proclamação do regime republicano no Brasil, o ensino público em Itacoatiara teve ampliado o número de seus estabelecimentos.

O sistema adotado no Império, montado essencialmente nas escolas de primeiras letras, foi substituído pelo regime de etapas, compreendendo: a) curso preliminar, ou Jardim de Infância, ministrado nas escolas maternais; b) curso elementar, ministrado nas escolas rurais; c) curso médio, ministrado nas escolas singulares e grupos escolares; e d) curso superior que, prioritariamente, iria funcionar nas capitais estaduais.

Posteriormente, a Lei regulamentar de 14 de outubro de 1918 estabeleceu que o curso elementar teria a duração de três anos, desenvolvendo os primeiros rudimentos trazidos do curso preliminar. Ambos, constituíam o curso primário integral, compreendendo o ensino de elementos da língua portuguesa, aritmética, geografia, história do Brasil, ciências físicas e

naturais, desenho, ginástica sueca e trabalhos manuais.

No Estado do Amazonas, o curso médio era ministrado em um ano, quer nos grupos escolares, quer nas escolas singulares das cidades e vilas.

O ano letivo começava a 1° de março e terminava a 31 de outubro, época em que se realizavam os exames escritos e orais, conferindo-se ao aluno aprovado com média expressiva um certificado de aprovação, possibilitando a sua matrícula no curso imediatamente superior.

A Diretoria Geral de Instrução Pública e o Conselho Estadual de Instrução superintendiam todas as etapas do ensino, inclusive as escolas particulares, também sujeitas ao regime dos estabelecimentos oficiais.

Em Itacoatiara, até 1919, algumas escolas singulares, também chamadas escolas isoladas, constituíam os estabelecimentos de nível médio. O fato é que inexistia na cidade grupo escolar, propriamente dito.

Embora, disputando a melhor colocação no quadro escolar, existiam as escolas particulares de Vicentinho Mendonça e Cassiano Secundo (1864-1932).[2] A primeira, denominada "Escola Minerva", funcionava na casa da avenida 7 de Setembro, onde seu proprietário residiu até à morte; e a segunda, esteve sediada no prédio da Praça Deodoro (popularmente conhecida como praça da Polícia), justamente onde, tempos depois, funcionou a Delegacia Geral de Polícia .

---

[2] Dupla de homens extraordinários! Vicente Geraldo de Mendonça Lima, cearense de Maranguape, foi professor, tabelião e secretário da Câmara e da Prefeitura de Itacoatiara; Cassiano Secundo Nunes de Oliveira, filho de Alenquer-PA, agrimensor, professor e homem público, foi o autor da planta geral de nossa cidade. Ambos morreram e estão sepultados na velha Serpa.

Na administração do governador Pedro Bacellar (governou em 1917/1921), afinal é construído o primeiro prédio em alvenaria especialmente planejado para sediar um estabelecimento de ensino público em Itacoatiara. Inaugurado em 1919 (era prefeito o coronel João da Paz Serudo Martins), recebeu a denominação de Grupo Escolar "Venceslau Brás", em homenagem ao presidente da República (governou em 1914-1918) que liberou os recursos para sua construção.

Nesse período, o sistema de ensino público do Amazonas passou por modificações estruturais e curriculares.

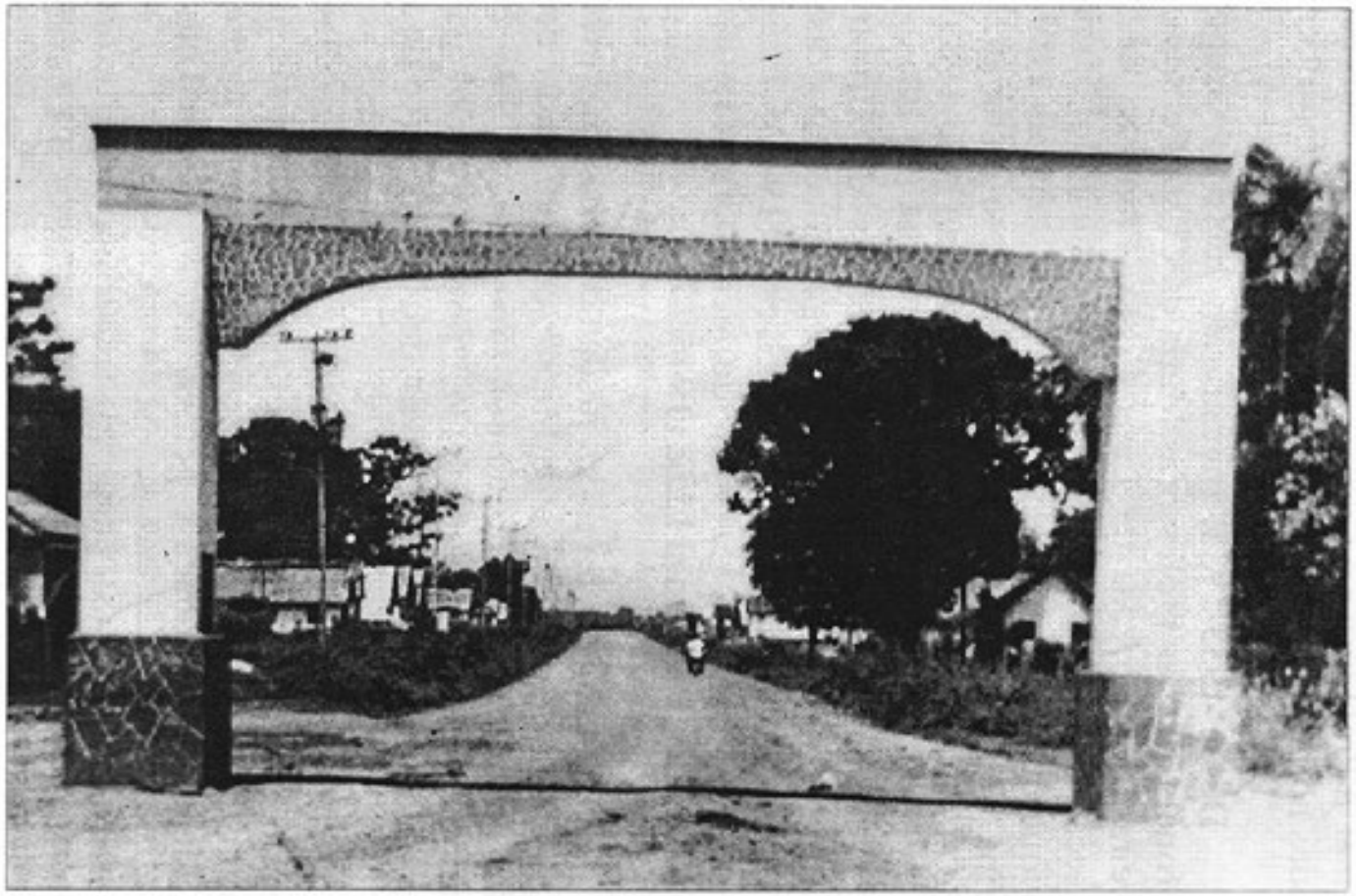
Em cerca de 1923 o oficialismo local retirou do grupo escolar o nome do presidente Vencesláu Brás (1868-1966), substituindo-o pelo de Miguel Francisco Cruz Júnior, chefe político que mandava e desmandava, conhecido pela alcunha de Coronel Cruz.

Em 1929/1930, na rua Silvério Nery (atual Luzardo Melo), próximo à Saboaria de Alexandre Antunes, funcionou a escola particular da professora Mina Mendonça, dentre outras.

O prefeito Isaac José Perez, além de subvencionar as casas de ensino particulares, em 1929/1930 colocou em funcionamento cinco escolas municipais: Herbert de Azevedo, Isaac Perez, Agnello Bittencourt, Dorval Porto e Efigênio Sales, a primeira no lago do Batista e as duas últimas geridas pelas professoras Beatriz Fonseca e Annita Menezes.

Em 1931, ministrada pela professora Izaurina Pinto Barreto, a Escola "Isaac Perez" passou a denominar-se Escola "Aureliano Paes de Andrade", sendo, no ano seguinte, encampada pelo Grupo Escolar "Coronel Cruz".

Em 1932, durante a gestão do prefeito Gonzaga



Arco do Triunfo. Inaugurado em 05.09.1965, para simbolizar a abertura da Estrada Manaus-Itacoatiara. Demolido em 1977.

Pinheiro, o Grupo Escolar "Coronel Cruz" foi transferido para um prédio de madeira onde funcionou a escola Isaac Perez (ex-Cadeia Pública), ao lado da igreja Matriz, instalando no edifício original a Prefeitura e a Câmara Municipal, que antes estiveram locadas no prédio Aquilino Barros, na rua Quintino Bocaiuva.

Desde 1933/1934, ministraram aulas no Grupo Escolar "Coronel Cruz" as professoras Maria da Costa Ferreira, Olga de Oliveira Brandão, Alayde Lima Costa, Francisca de Menezes Fonseca (1906-1988), Olga de Morais Figueiredo, Maria Odethe Albuquerque Silva, Izabel Rodrigues de Menezes (1911-1970), Marina Teixeira e Neusa Teixeira, vindo se juntar a elas, mais tarde (1942), Mirtes Rosa Mendonça Lima (1923-1989).[3]

Algumas das primeiras diretoras do Grupo Escolar "Coronel Cruz" foram as professoras Inocência Vasconcellos (1927/1933), Maria da Costa Ferreira (1934), Francisca de Menezes Fonseca (1935/1945), Carmelita Cruz (1946) e Mirtes Rosa Mendes Mendonça Lima (1946/1947).

O lançamento da pedra fundamental do atual prédio desse grupo escolar, sito à praça da Matriz, ocorreu em 27 de julho de 1946, na Interventoria do doutor Júlio José da Silva Nery, e a cerimônia de sua inauguração, presidida pelo governador Leopoldo Amorim da Silva Neves, deu-se em março de 1948.

Em 28 de outubro de 1949, à rua Nossa Senhora do Rosário, no bairro do Iracy, foi inaugurada a Escola Típica Rural. Construída com recursos do governo federal, sendo presidente da República o general Enrico Gaspar Dutra (1885-

[3] A elas, toda honra e toda glória! Habilitadas pela antiga Escola Normal de Manaus, essas ilustres mestras foram nomeadas para trabalhar em Itacoatiara, após prestarem concurso público. Em plena flor da juventude, nesta cidade, formaram a primeira **república de moças** de que se tem notícia no interior da Amazônia brasileira.

1974) e Ministro de Educação e Saúde o doutor Clemente Marginai, essa escola de nível elementar foi desativada em 5 de setembro de 1965, sendo incorporada à Escola Estadual "Dr. Fernando Elas Ribeiro". Após receber ampliações, embora guardando suas linhas originais, o velho prédio da Escola Típica Rural sedia hoje a BI - Legião Beneficente de Itacoatiara.

Ainda, nesse ano de 1949, sob a liderança do vigário Joaquim Pereira, foram iniciadas providências para se criar um colégio destinado à educação feminina. Esse projeto se tornou realidade em 1951, mediante a instalação do Instituto Nossa Senhora do Rosário de Fátima, sob a coordenação das religiosas da congregação de Santa Dorotéia que passaram a ministrar o curso normal rural de habilitação ao professorado primário. A partir de 1965, esse estabelecimento se tornou misto, passando à responsabilidade das irmãs religiosas de Preciosíssimo Sangue, tendo como instituição mantenedora a Prelazia de Itacoatiara.

Em 2.12.1966, sendo o Instituto transformado em Colégio Nossa Senhora do Rosário, nele foi instalado o Curso Pedagógico, que corresponde hoje ao curso profissionalizante de Magistério de 1° grau, conforme autorização contida na Lei estadual n° 318, de 29 de outubro do ano anterior.

Em 1974, de acordo com convênio celebrado entre a Secretaria de Educação e Cultura e a Prelazia de Itacoatiara, o colégio foi desdobrado em Escola Paroquial Nossa Senhora do Rosário (sito à rua Adamastor Figueiredo) e Escola Nossa Senhora do Rosário de Fátima (à rua Monsenhor Joaquim Pereira), estando vinculadas à Unidade Educacional de Itacoatiara. A partir de 1977, a primeira deixou de ministrar o Curso de Habilitação para professores (Curso Pedagógico).

Em 4.08.1952, por um grupo de líderes comunitários foi fundado, sob a égide da Lei Gustavo Capanema, o

estabelecimento de grau médio Escola Comercial de Itacoatiara. A 1°.10.1952, essa escola passou a ministrar o Curso de Admissão ao Ginásio, e a 1° de março do ano seguinte entrava em funcionamento o seu Curso Comercial Básico, depois reconhecido pela Portaria MEC n° 126, de 23.07.1954.

Como resultado de uma luta reivindicativa de seu corpo discente, apoiada pela comunidade, a Escola Comercial foi estadualizada através do decreto governamental **ad-referendum** n° 57, de 14.03.1963, que a transformou em Ginásio Comercial de Itacoatiara, passando, nos termos da Lei federal n° 4.024/61, a adotar o Curso Ginasial de Comércio. Em 11.12.1964 recebeu nova denominação, tendo como patrono o deputado estadual Antônio Vital de Mendonça, filho natural deste município, tragicamente morto em um desastre aéreo.

Desde a época em que foi criada, até fins de 1965, a antiga Escola Comercial funcionou exclusivamente no turno noturno, em dependências do prédio do Grupo Escolar "Coronel Cruz". Do início do ano a setembro de 1966, ainda na parte da noite, ocupou salas do então recém-inaugurado Grupo Escolar "Dr. Fernando Elas Ribeiro". Contudo, graças à inauguração da sua sede própria, a 4.09.1966, instalou-se definitivamente no bairro da Colônia, à avenida Álvaro França n° 1.740.

Após diplomar centenas de jovens com o título de auxiliares de comércio, em 1969 o governo estadual instalou no Ginásio o Curso de Técnico em Contabilidade e, em conseqüência, alterou a sua denominação para Colégio "Dep. Vital de Mendonça". Em 1976, à ordem da Secretaria Estadual de Educação e Cultura, esse estabelecimento encampou o Curso de Habilitação para o Magistério de 1ª a 4ª séries do 1° grau do Colégio Nossa Senhora do Rosário de Fátima, escola de propriedade da Prelazia de Itacoatiara .

Para proporcionar, de acordo com a Lei, melhor qualificação ao professorado local, em 1981 a Escola "Dep. Vital de Mendonça" passou a ministrar um curso adicional para as áreas de Ciências e de Comunicação e Expressão, na conformidade da autorização nº 068, do Conselho Estadual de Educação do Amazonas, datado de 9.12.1980.

Em setembro de 1959, à rua Francisco Glicério nº 240, no bairro da Colônia, foi fundado o Grupo Escolar "Gilberto Mestrinho". Entretanto, por imposição da política de quebra ao culto à personalidade, adotada no governo instalado pelo golpe de Estado de 1964, esse estabelecimento teve sua denominação mudada para "Profª. Luiza de Vasconcellos", numa justa homenagem a uma das grandes educadoras de Itacoatiara.

Na administração do governador Arthur Cézar Ferreira Reis, Itacoatiara foi fortemente beneficiada no setor educacional, haja vista que somente em 1965 foram inaugurados os grupos escolares "Dr. Fernando Elas Ribeiro" e "Mendonça Furtado", além do Artesanato "Ozório Fonseca" que, posteriormente, foi transformado em Centro Interescolar. No ano seguinte, o Ginásio Comercial "Deputado Vital de Mendonça" ganharia sua sede própria.

Em 1970, o sistema estadual de ensino sofreu profunda reformulação administrativo-pedagógica, mediante a criação das unidades e subunidades educacionais. Dessa forma, em cada município do Amazonas foram agrupados em torno do estabelecimento-sede os demais localizados na sua área de abrangência. Consequentemente, pelo decreto estadual nº 2.064, de 9 de março de 1971, foi criada a Unidade Educacional de Itacoatiara, sediada no Ginásio Comercial "Dep. Vital de Mendonça", constituída pelas seguintes escolas sob a condição de subunidades:

- Grupo Escolar "Coronel Cruz";
- Grupo Escolar "Profª. Luiza de Vasconcellos",
- Grupo Escolar "Dr. Fernando Elas Ribeiro";
- Grupo Escolar "Mendonça Furtado";
- Artesanato "Ozório Fonseca"; e
- Escola "Pedro Penalber".

Pari-passu à reformulação estrutural sofrida, as unidades e subunidades educacionais tiveram sua grade curricular ajustada às exigências da Lei federal ° 5.692/71, que estabelecia novas diretrizes para a educação nacional.

Mais tarde, reorganizando o quadro anterior, o decreto nº 4.870, de 24 de março de 1980, além de denominar de escolas as subunidades, estabeleceu para a Unidade Educacional de Itacoatiara a seguinte estrutura:

- Escola de 1° e 2° graus "Dep. Vital de Mendonça";
- Escola de 1° grau "Coronel Cruz";
- Escola de 1° grau "Profª. Luiza Vasconcellos";
- Escola de 1° grau "Dr. Fernando Elas Ribeiro";
- Escola de 1° grau "Mendonça Furtado";
- Escola Paroquial de 1° grau "N. S. do Rosário";
- Escola de 1° grau N. S. do Rosário de Fátima";
- Escola de 1° grau "Sen. João Bosco Ramos de Lima";
- Centro Interescolar "Ozório Fonseca".

No corrente ano letivo, foram matriculados na Escola de 1° e 2° graus "Dep. Vital de Mendonça" em torno de **1.900 alunos** da 5ª a 8ª séries do primeiro grau e do 1° ao 3° ano dos cursos de segundo grau Contabilidade, Magistério e Acadêmico, este não profissionalizante.

Dotada de 10 salas, a Escola "Coronel Cruz" ministra aulas a alunos de 1ª a 8ª séries do primeiro grau, estando neste

ano ali matriculados **828 jovens**.

A Escola de 1° grau "Profª. Luiza de Vasconcellos" matriculou, este ano, um total de **647 alunos**.

A Escola de 1° grau "Dr. Fernando Elas Ribeiro", assim denominada em homenagem a um médico itacoatiarense conhecido mundialmente, está localizada à rua Nossa Senhora do Rosário, n° 2.822. Criada pelo decreto estadual n° 272/65, foi inaugurada no dia 5.09.1965. Iniciou suas atividades em 9 de setembro do mesmo ano, sob a direção da professora Lazarina Barros Martinez da Silva, abrigando alunos e professores egressos da então extinta Escola Típica Rural. Nesta escola, no presente ano letivo, foram inscritos **1.099 alunos** de 1ª a 8ª séries.

Localizada no bairro do Jauary, à rua Adamastor Figueiredo n° 2.289, a Escola de 1° grau "Mendonça Furtado" foi criada através do decreto estadual n° 273/65, e inaugurada em 5.09.1965. A primeira diretora desse estabelecimento foi a professora Aldezir Auzier Barreto. Distribuídos pelos cursos de pré-alfabetização, supletivo (alfabetização de adultos) e 1ª a 8ª séries do 1° grau, no corrente exercício **1.204 alunos** compõem o total de seu corpo discente.

A Escola Paroquial de 1° grau "Nossa Senhora do Rosário" e a Escola de 1° grau "Nossa Senhora do Rosário de Fátima", ambas sucedâneas e desdobradas do antigo Instituto Normal Rural Nossa Senhora do Rosário de Fátima, funcionam em prédios cedidos ao governo do Estado, mediante convênio celebrado com a Prelazia de Itacoatiara.

Funcionando à rua Monsenhor Joaquim Pereira, a Escola Paroquial abriga, atualmente, **601 alunos** de 1ª a 8ª séries; por outro lado, na Escola "Nossa Senhora do Rosário de Fátima",

situada à rua Adamastor de Figueiredo, estão matriculados **285 alunos** do 1° grau.

A Escola de 1° grau "Senador João Bosco Ramos de Lima" está situada no bairro das Pedreiras, à rua Coronel Queiroz. Foi inaugurada em 2.09.1979, tendo suas atividades iniciadas em 3 de março de 1980. Sua oficialização e incorporação à rede estadual de ensino deu-se pelo decreto estadual n° 6.047, de 21.12.1981. O quadro discente dessa escola corresponde, hoje, a **698 alunos** do pré-escolar à 8ª série do curso de 1° grau.

No Centro Interescolar "Ozório Fonseca", criado através do decreto n° 145, de 11 de dezembro de 1964, acham-se inscritos **1.310 alunos**, que ali recebem aulas de educação artística.

Ainda estão vinculados à Unidade Educacional de Itacoatiara os seguintes estabelecimentos:

- Escola Estadual "José Carlos Mestrinho";
- Escola Estadual "João Valério de Oliveira";
- Escola Estadual "Profª. Maria Ivone de Araújo Leite";
- APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, Núcleo de Itacoatiara;
- Escola Estadual "Mirtes Rosa Mendonça Lima";
- Escola Estadual "Sérgio Mendonça de Aquino"; e
- Escola Estadual "Amélia Nogueira".

As duas últimas estão localizadas, respectivamente, em Novo Remanso e Costa da Conceição, zona rural do município.

Na Escola Estadual "José Carlos Mestrinho", criada pelo decreto n° 11.344, de 4 de outubro de 1988, acham-se inscritos

1.771 alunos, distribuídos desde o curso de alfabetização à 8ª série do 1º grau.

A Escola Estadual "João Valério de Oliveira", assim denominada em homenagem a uma das mais ilustres personalidades do mundo político-cultural itacoatiarense, levanta-se no bairro das Pedreiras, fazendo frente para as avenidas Parque e Conselheiro Ruy Barbosa, esquina com a rua Borba. Criada através do decreto nº 15.872, de 18 de março de 1994, foi inaugurada em 23 de agosto do mesmo ano. Sua clientela atual é de cerca de **1.300 alunos**, dos cursos de alfabetização, 1º grau (1ª a 8ª séries) e Acadêmico, além de servir como anexo aos cursos de Contabilidade e Magistério de nível de 2º grau, da Escola Estadual "Dep. Vital de Mendonça".

Escola Estadual "Profª. Maria Ivone de Araújo Leite". Criada pelo decreto estadual nº 15.209, de 8 de fevereiro de 1993, é administrada pela ADEI - Associação Para o Desenvolvimento do Ensino em Itacoatiara. Ministrando aulas para os cursos de alfabetização, supletivo e 1º grau, nesse estabelecimento estão inscritos **947 alunos**.

O Núcleo da APAE foi instalado em Itacoatiara no dia 28 de junho de 1979. Essa instituição foi declarada de utilidade pública pelas leis nº 7, de 7.05.1985 (municipal) e 2.043, de 4.06.1991 (estadual). Ainda precariamente instalada na antiga Escola "Pedro Penalber", está prestes a se mudar para um prédio moderno que está sendo construído graças a recursos comunitários e governamentais, à rua Afonso de Carvalho, no bairro da Colônia. Neste exercício, **62 alunos** da APAE recebem educação especial (a nível de pré-escolar, alfabetização e 1ª série de 1º grau), ministrada por professores especialistas dos quadros da Unidade Educacional de Itacoatiara.

Escola Estadual "Mirtes Rosa Mendonça Lima".

Estabelecida no bairro de Santo Antônio, ministra aulas a alunos de 1ª a 4ª séries do 1º grau. Nela estão registrados, neste ano, **848 alunos.** Foi criada pelo decreto estadual nº 15.872, de 18 de março de 1994.

*****

A Secretaria Municipal de Educação mantém escolas nas zonas urbana e rural, cuidando da educação pré-escolar, alfabetização, ensino supletivo e turmas de 1ª a 4ª séries do 1º grau.

Neste exercício, 3.443 alunos foram matriculados nas escolas municipais da zona urbana, conforme relação a seguir:

- Escola Municipal "Maria Nira Guimarães": 738 alunos.
- Escola Municipal "Dom Paulo": 585 alunos.
- Escola Municipal "Isaac Peres": 254 alunos.
- Centro Educacional "Jamel Amed": 874 alunos.
- Núcleo da APAE: 65 alunos.
- Escola Municipal "Izabel Menezes": 337 alunos.
- Escola Municipal "Pedra Pintada": 82 alunos.
- Ensino supletivo - NEBA: 256 alunos.
- Colégio "Grão Mestre Venâncio Igrejas Lopes": 317 alunos.

Na zona rural há 5.367 alunos, distribuídos por escolas de terra firme e de várzea, da seguinte forma:

- Terra firme (128 escolas): 3.631 alunos.
- Várzea (80 escolas): 1.736 alunos.

Ressalte-se que nas áreas de várzea, principalmente, o ano letivo municipal inicia no mês de agosto e termina no mês d:

maio do ano seguinte.

*****

O IEBEM - Instituto Estadual do Bem Estar do Menor, Instituição estadual que assiste a crianças e adolescentes de idade entre 7 e 18 anos, mantém funcionando em Itacoatiara, desde 18.02.1972, um posto de atendimento, à rua Ernesto Talhelmer (ex-Marcílio Dias), no bairro do Jauary. Sua clientela média é de 180 crianças e adolescentes (meninos e meninas que vivem em situação de risco, expostos na rua e que sofrem maus tratos na família ou fora dela), aí recebendo proteção especial. Em obediência à filosofia do Estatuto da Criança e do Adolescente, o posto do IEBEM atende com alimentação e orientação escolar teórico-prática. Sem recursos, essa instituição educativa sustenta-se praticamente com o auxílio da comunidade.

*****

A educação de nível universitário no município é coordenada pelo CEUNI - Centro Universitário de Itacoatiara. Através de um convênio de cooperação celebrado entre a Prefeitura Municipal de Itacoatiara e a Universidade do Amazonas, em 9 de abril de 1991 o Centro iniciou suas atividades no prédio da Casa de Cultura onde fez instalar o curso de Pedagogia e Supervisão Escolar. Em julho de 1994, transferiu-se para o prédio do Ginásio Coberto, à rua Benjamin Constant, no bairro de Santo Antônio. Em 1995, instalou o Curso de Licenciatura Plena em Educação Física e, no ano seguinte, os cursos modulares de Licenciatura Plena em Pedagogia e Letras. Acha-se matriculado no CEUNI um total de 165 alunos (52 no curso de Pedagogia, 60 no de Educação Física e 53 no curso de Letras).

*****

Entre as escolas da rede privada, destacamos:

- Núcleo do SESI - Serviço Social da Indústria. Instalado nesta cidade em 21.04.1986, está situado no bairro de São Jorge, à rua Nossa Senhora do Rosário. Com 440 alunos - 1°, 2° e 3° períodos de educação infantil, mantém um complexo de atividades com escola modelo e ambulatório. Atualmente, está orientando alunos do projeto Educação à Distância e Telecurso 2.000, através de telesalas implantadas na cidade.

- Centro Educacional Adventista de Itacoatiara, mantido pela Igreja Adventista do 7° Dia. Situada à avenida Conselheiro Ruy Barbosa n° 674, mantém cursos de alfabetização, 1° grau completo e 1° ano do 2° grau, onde estão matriculados, atualmente, 282 alunos.

- Educandário Batista de Itacoatiara, que ministra aulas da pré-escola à 4ª série de primeiro grau.

- Centro Educacional Snoop: de educação pré-escolar.

- Centro Educacional Pardal: de educação pré-escolar.

É de se destacar o papel de orientação e proteção exercido em Itacoatiara pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, criado pela Lei municipal n° 13, de 13 de maio de 1993.

*****

Durante muito tempo, Itacoatiara exerceu a supremacia

do desporto no interior do Amazonas. Os antigos contam que, nos anos 1920/1930, nas águas do lago Jauary praticava-se regata. À mesma época, eram disputadas corridas de cavalo na avenida 7 de Setembro. Porém, foi principalmente o futebol que revelou alguns astros itacoatiarenses, atuando tanto a nível local quanto em gramados de Manaus e Belém.

Dos centros esportivos fundados nos meados da década de 1930 distinguem-se o Amazonas Futebol Clube, o Botafogo Futebol Clube e o Luso Brasileiro Futebol Clube. Pouco depois, foram fundados o Santa Cruz Futebol Clube (1936), o Comercial Esporte Clube (1938), o Bosque Clube (1939) e o Royal Clube (1942). À excessão dos três primeiros, os demais tiveram existência efêmera. Entre os fundadores do Comercial, destacam-se João Valério de Oliveira, Guiomar Costa e João Costa.

Dos mais antigos jogadores de futebol de Itacoatiara, destacamos, pelo **Amazonas Futebol Clube**: Popó, Malagueta, Pequenino e Tangará; pelo **Botafogo Futebol Clube**: Ranulfo Viana, Albano, Chico Moura, Antonico, Tartaruga, Izauro e os irmãos Paulo e Luiz Onety.

Pequenino (Márcio Agassiz de Oliveira) disputou em Belém o campeonato brasileiro de 1929, defendendo a seleção da FADA - Federação Amazonense de Desportos Atléticos. Pequenino despediu-se do futebol itacoatiarense em 16.10.1938, defendendo a equipe do Amazonas contra a do Botafogo: a partida findou em 1x 1.

Uma das mais famosas seleções de futebol de Itacoatiara foi a de 1945. Integraram-na: Moacir, Caiado, Preto Trovoada, Luiz Onety, Chico Cai-Cúia, Benício, Tartaruga, Paulo Onety, Benjamin, Rui e Dico. Caiado jogou em Manaus no Nacional e na União Esportiva Portuguesa; Luiz Onety integrou as equipes do Fast, do Nacional e da Seleção do Amazonas; Benício jogou

no Nacional; Paulo Onety foi um dos mais perfeitos atacantes da década de 1940; Benjamin, irmão de Luiz e Paulo Onety, jogou pelo Rio Negro e Nacional; e Rui, foi destaque no juvenil do Rio Negro, titular no Olímpico e bi-campeão pelo Fast Clube.

Na década de 1930/1940 haviam dois campos para a prática do futebol em Itacoatiara: o do Amazonas Futebol Clube, situado no bairro do Iracy (local hoje tomado pela Escola "Elas Ribeiro" e o escritório do IDAM); e o campo do Botafogo Futebol Clube, no centro: este, em 1938, foi aproveitado pelo prefeito Alexandre Antunes para sediar o Estádio "General Enrico Dutra", concluído pelo prefeito Araújo Costa (1948) e demolido na administração Jurandir Pereira da Costa (1972).

Os mais antigos e aficionados membros do Amazonas Futebol Clube foram: Armindo Auzier, Sebastião Vasconcellos Dias, Marcos Esteves e Almir Menezes; e do Botafogo Futebol Clube: Estácio Alencar, Adamastor Onety de Figueiredo, Hely Paiva, Manoel Oliveira Lamarão, Guiomar Costa, José Rebelo de Mendonça e Jurandir Vital de Mendonça.

A LIDA - Liga Itacoatiarense de Desportos Atléticos, entidade mentora do esporte de Itacoatiara, foi fundada em 24 de junho de 1951 por um grupo de desportistas liderados por Floro Rebelo de Mendonça (1906-1970), Antônio Gesta Filho (1919-1994) e Raul Armando Mendes. Compõe-se de Departamento Técnico, Departamento de Árbitros e Junta de Justiça Desportiva.

O Luso Brasileiro Futebol Clube foi fundado sob céu aberto na praça da Polícia, em 20.07.1936, pelos desportistas José Simões (seu primeiro presidente), João Carléo, Estácio Alencar, João Fileto, Mário Barata, Jorge Nascimento e José Nascimento. No dia 18 de dezembro de 1948 foi considerado

de utilidade pública pela Câmara Municipal.

Penarol Atlético Clube: fundado na residência do músico Luiz Gama, à avenida Conselheiro Ruy Barbosa, em 9.08.1947, por Sebastião Mestrinho, Laureano Seixas da Silva, Antônio Gesta Filho, Marcos Esteves, Luiz Gama e outros. Fora dos gramados de Itacoatiara é o nosso clube mais representativo. Na década de 1980, o Penarol participou com destaque de vários campeonatos profissionais promovidos pela Federação Amazonense de Futebol.

Náutico Esporte Clube: fundado em 8.01.1950, no terreno onde hoje se localiza o prédio da Telamazon. Seu primeiro presidente foi Miguel Jackson Pinho (Miguelzinho), um de seus fundadores, ao lado do conhecido Zé Português, o maior idealizador e incentivador da fundação do clube. A equipe de futebol do Náutico Esporte Clube tem grande tradição no futebol amazonense. Entre os craques renomados de sua equipe foram destaques, em 1958/1959: Vavá e Benedito Mendes (goleiros), Nilo, Nego Siridó, Farofa, Dunga, Moisés, Sabazinho, Dapeca, Moreno e Zezinho. Foi várias vezes campeão intermunicipal de futebol amador.

Atlético Brasil Clube: fundado em 24.07.1951, por Oldemar Dionir Alves Pereira, Raimundo Gomes Sobrinho, Moisés Rodrigues dos Santos, Jorge Ramos da Silva, Edson Peixoto, Raimundo Martins (Bebé), Epaminondas Costa (Paulo do Eró) e João Balbi, na residência do primeiro, à rua Cassiano Secundo, próximo à agência do BASA. Mais tarde, a eles vieram se juntar Alberto Rodrigues do Nascimento e Mário Benígno Mendes. O primeiro dirigente do clube foi Oldemar Dionir. Sua primitiva sede foi na residência de Moisés Rodrigues, à esquina das ruas Afonso de Carvalho e Francisco Glicério, no bairro da Colônia. O Atlético Brasil Clube, além do destaque no futebol, em várias oportunidades foi campeão do carnaval, com seus

famosos blocos femininos liderados pelos foliões Cremilda do Carmo (Bolinha), Wanilda Yolanda Gomes, Eney Pereira da Costa, Lindalva Rodrigues, Maria Elígia e Alzerina Balbi, dentre outras. A principal façanha do clube foi a de ter sido a primeira equipe itacoatiarense a derrotar, no final da década de 1960, um dos principais times de futebol de Parintins, em gramados daquela cidade.

Santa Luzia Esporte Clube: fundado em 7.09.1970 na residência nº 1.381 da rua Aquilino Barros, bairro de Santa Luzia, pelos desportistas José Rodrigues da Silva (popular Marajoara), Carlos Gonzaga de Oliveira, João Cavalcante, José Sander, Fernando Lucas e Juvenal Vieira Cascais. Seu time de futebol amador foi campeão municipal de 1974, quando se destacaram os atletas Manoel Santos, Raimundo Zildo, Domingos Pires e Carlos Gonzaga. A equipe do Santa Luzia revelou o goleiro Adalberto Cavalcante, que mais tarde se cobriria de glórias defendendo as cores do Náutico Esporte Clube, equipe várias vezes campeã itacoatiarense e do torneio intermunicipal de futebol amador promovido pela Federação Amazonense de Futebol.

O Fast Esporte Clube, entidade esportivo-recreativa fundada pelos irmãos Marques, também tem dignificado o esporte itacoatiarense, especialmente o futebol.

Igualmente, é de se mencionar o Rio Negro Futebol Clube, o Aparecida Futebol Clube, o Garra Futebol Clube e o Municipal Esporte Clube.

O esporte de Itacoatiara, nos últimos tempos, esteve relegado ao abandono. Contudo, graças à recente restruturação da LIDA e o apoio que os desportistas de todas as modalidades vêm recebendo da atual administração municipal, a situação está sendo revertida para melhor.

Em face das reconhecidas boas condições de conservação do Estádio Municipal "Floro de Mendonça", Itacoatiara acaba de ser escolhida para sediar uma das chaves da Copa dos Rios, campeonato de futebol amador que integra quase todos os municípios do Amazonas, promovido pela FAF - Federação Amazonense de Futebol.

*****

No aspecto cultural, além das atividades patrocinadas pelos órgãos oficiais, há que se destacar o trabalho das entidades comunitárias que integram os artistas locais.

No calendário de eventos patrocinados anualmente pela Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal, destacam-se os seguintes:

- Carnaval popular marcado pela exibição de blocos, escolas de samba, cordões, etc., em que se enfatizam as tradições do passado como, por exemplo, a Tia Suzana;

- Projeto Aniversário da Cidade, valorizando a história e os costumes do passado, relembra todos os anos a principal data histórica do município: 25 de abril;

- Feira Municipal da Indústria, constando de palestras informativas e exposições, em colaboração com o SEBRAE/Am e indústrias locais;

- Exposição Feira Agropecuária de Itacoatiara;

- Projeto "Leitura na Praça", realizado em convênio com o IEL/Universidade;

- Festival Folclórico de Itacoatiara, realizado durante as festas juninas, com a apresentação de grupos folclóricos, danças regionais, quadrilhas e bumbás;

- Feira de Ciências, envolvendo as redes estadual e municipal de ensino, oportunizando a troca de experiências entre professores e alunos;

- Desfile cívico-militar nos dias 5 e 7 de setembro de todos os anos;

- Competições esportivo-recreativas, envolvendo escolas, clubes de futebol e outras modalidades esportivas;

- Apoio aos intelectuais locais e manutenção de um programa editorial com vistas à edição de livros alusivos à história de Itacoatiara.

Entre os grupos culturais de iniciativa da comunidade, destacamos: LIGRAC - Liga Itacoatiarense dos Grupos de Artes Cênicas, Grupo Musical Mureru, Fundação Miguelzinho e Grupo Dança do Lundu. Os dois últimos têm trabalhado para resgatar uma das mais tradicionais danças regionais, de origem africana, o lundu, segundo registros executada e dançada em Itacoatiara desde a época da escravatura.

Em 2.05.1995, um grupo de sete dançadores de lundu apresentou-se no Teatro Amazonas, em Manaus, num show patrocinado pelo grupo musical Mureru. Tempos atrás, um casal de dançadores locais já havia se apresentado nesse teatro, arrancando aplausos da seleta platéia.

O Grupo Musical Mureru tem destacado o nome de Itacoatiara em Manaus e outros centros onde tem se apresentado.

Ressalte-se, entretanto, que, graças à AIRMA - Associação dos Itacoatiarenses Residentes em Manaus, o nome de Itacoatiara tem se elevado no concerto cultural do Estado do Amazonas e até em nível nacional. Realmente, centralizando suas atividades na Galeria que leva o nome da saudosa professora Marina Penalber (1920-1987), essa entidade, que congrega um grupo de idealistas, administra um calendário anual que promove eventos no sentido de:

- Festivais de teatro amador: difundir as artes cênicas, objetivando a formação de pesquisadores, pensadores, atores, diretores e outros técnicos de teatro;

- Salões de artes plásticas: descobrir, estimular e divulgar o artista plástico local;

- Mostras de doces caseiros: estimular a secular tradição local das delícias caseiras e colaborar para o aumento da renda familiar;

- Salões de palha regional: estimular a produção de artefatos oriundos de trançados de palha de tucumã e similares, preservar o artesanato em geral e estimular a renda do artesão;

- Concursos de poesia falada: despertar e estimular o gosto e a sensibilidade dos jovens pela poesia e a comunicação e expressão literárias em geral;

- Noites de autógrafos: para valorizar os poetas locais e difundir sua produção literária;

- Noites de contar estórias: objetivando preservar e divulgar as manifestações folclóricas populares;

- Festivais da canção: estimular a criação, produção e

difusão musical, possibilitando um maior e estreito contato entre o compositor, o intérprete e o público;

- Mostras de artes cênicas: resgatar e divulgar uma das manifestações culturais mais tradicionais da cidade: o Auto da Pastorinha.

Na Galeria "Profª Marina Penalber", ainda funcionam: a Pinacoteca "Ubirajara Fona", a Biblioteca "Anísio Melo", o Espaço Alternativo de Teatro "Terezinha Peixoto" e um setor de documentação e informação.

O FECANI - Festival da Canção de Itacoatiara, realizado todos os anos no mês de setembro, no corrente ano será apresentado na sua 13ª versão.

É inegável que, quando se fala em movimento cultural itacoatiarense, o FECANI se projeta. Bem estruturado e organizado, o festival faz parte do calendário de eventos da EMBRATUR - Empresa Brasileira de Turismo e tem, anualmente, trazido a Itacoatiara grande compositores e intérpretes da música popular brasileira. Um deles, o maranhense Papete, que fez parte do júri do 12º FECANI, em entrevista ao jornal "A Crítica" (11.09.1996), afirmou:

"No FECANI o mais importante não é o festival em si, enquanto competição, mas essa coisa heterogênea, vários gêneros, vários estilos que são mostrados para o público, sem nenhum preconceito, sem nenhum ranço contra esse ou aquele estilo. Você vê desde o rock à música regional do Amazonas, do Pará, Maranhão, samba, pagode. Esse festival é muito importante para o Brasil".

Tradicionalmente, abnegados homens do povo têm atuado no ramo da música popular em Itacoatiara. Utilizando

instrumentos antigos e modernos os mais variados, do saxofone ao violino, do cavaquinho ao banjo, do violão ao baixo-corda, da guitarra à quica, do pandeiro à bateria, da flauta ao teclado, nos últimos sessenta anos, pelo menos, atuaram ou têm atuado nesse ramo, trazendo alegrias à população:

Roldão Alves, Doca Rattes, José do Icó, Agenor Alves, José Repolho, Raimundo Diniz (Didico), Luís Gama, Luiz Pinga, Luiz Bacurau, Crisóstomo, Waldemar Repolho, Valdir Menezes, Sabá Tucunaré, Satu, Miguel Menezes, Valeriano Pereira (Quitó), João (Chepéu de Couro), Raimundinho, João Sabino e outros.

Enorme destaque para os componentes do grupo musical "Os Adoráveis", que há mais de trinta anos têm alegrado os salões e praças da cidade e dos municípios circunvizinhos.

Passando dos Repolho aos Castro, pelo menos três gerações de músicos têm movimentado esse conjunto que, após o manuseio de instrumentos antigos e artesanais, a partir de 05.07.1968, passaram a adotar a aparelhagem eletrônica.

"Os Adoráveis" revelou os famosos vocalistas Natinho, principal astro do grupo local "Murerú", e Ney da banda "Expresom", de Manaus.

O patrimônio histórico, cultural, artístico e paisagístico de Itacoatiara é muito rico. Nele contam-se desde os sítios arqueológicos do Jauary, Urubu e Miracangüera até os prédios antigos construídos no fim do século passado e começo deste. Arquitetura em estilos português, alemão, espanhol e judeu, a maioria deles ainda conserva sua fachada original.

Outros, infelizmente, foram demolidos, sepultando parte

de um passado rico em história, costumes e tradições.[4]

Os objetos históricos públicos estão cada vez mais dificeis de se encontrar na paisagem urbana de Itacoatiara. Ainda há tempo de salvar o que resta dessa paisagem saqueada. Afinal, as coisas antigas expõem os modos de ver e viver uma cidade.

Vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a Biblioteca Municipal "Anísio Jobim", funciona na Casa de Cultura. É plano da atual administração do município transferi-la para o prédio da Prefeitura Municipal, após ampliar e atualizar o seu acervo. Para tanto, já estão conveniadas e acertadas aquisições de mais de oito mil volumes de obras dos mais variados gêneros literários. **Pari-passu** a isso, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura trabalha para a breve instalação do Museu Municipal, velha aspiração da população da velha Serpa.

*****

Incluída entre as atividades que mais decisivamente contribuem para o desenvolvimento sócio-econômico de um povo, a saúde pública, em Itacoatiara, vem funcionando com as mesmas deficiências vividas pelo setor em todo o Brasil. Aliás, essas deficiências, fundamentalmente de ordem técnico-administrativas, são centenárias. O descaso pela prevenção vem de muito longe .

Dissertando sobre os "aspectos da medicina colonial no Amazonas", o historiador Antônio Loureiro se detém na análise das práticas médico-hospitalares usadas no século XVIII, no território da antiga Capitania de São José do Rio Negro, hoje

---

[4] Este assunto será tratado em nosso **Memorial fotográfico de Itacoatiara**, livro ilustrativo que esperamos produzir futuramente.

Estado do Amazonas. Segundo ele, a medicina curativa, centrada no hospital público da capital Barcelos, lutava com dificuldades para controlar o asseio do centro de atendimento, a qualidade da alimentação fornecida aos pacientes e o uso da medicação prescrita, esta baseada na flora regional.

Como nas demais colônias portuguesas, ao tempo, a medicina no Amazonas era exercida por físicos e cirurgiões e, ilegalmente, por grande quantidade de charlatães (práticos, curadores, curiosos, pajés etc.).

Em carta de 15 de março de 1787, dirigida a Alexandre Rodrigues Ferreira, o cirurgião Antônio Joseph D'Araújo Braga afirma que "os principais causadores das doenças continuavam a ser os agentes naturais: as águas, o calor, o vento, a umidade, o frio e as emanações palustres, os miasmas, dando grande importância, na terapêutica, às sangrias, aos vomitórios, aos purgantes e aos clisteres, conhecimentos estes adquiridos nos livros de Hipócrates, Galeno, Rhades, Avicena e Averrois", porém, essas teorias "foram adaptadas ao ambiente amazônico".[5]

As práticas médicas modernas são no sentido de valorizar a terapêutica científica, dando pouca ou nenhuma importância à experiência do homem amazônico, centrada na medicina caseira, atualmente adotada na periferia das cidades e aconselhada pelas pastorais sociais da Igreja Católica.

Mas, o tema foge aos objetivos deste livro que pretende, tão-somente relatar que:

- Em 1855, a população da então vila de Serpa foi acometida pela cólera e, no ano seguinte, pela febre amarela, males que, ainda hoje, ameaçam as comunidades regionais.

[5] Cf. Loureiro, "Aspectos da medicina colonial no Amazonas", ob. inédita.

Àquela época, era comum o ataque da varíola, popularmente conhecida por "mal da bexiga", que fazia muitos estragos entre os índios, os quais, em quarentena, eram tratados com medicamentos homeopáticos;

- Em 1945, em conseqüência dos chamados Acordos de Washington - convênio de cooperação entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos da América, em Itacoatiara foi instalado o SESP - Serviço Especial de Saúde Pública, depois Fundação SESP e, atualmente, Fundação Nacional de Saúde. Essa instituição prestou um excelente serviço à população, investindo fortemente na política sanitária preventiva: pela primeira vez os agentes de saúde foram destacados para atender em domicílio; o abastecimento de água passou a ser canalizado, estocado em caixas d'água e fornecido diretamente através de torneiras públicas; as parteiras práticas foram treinadas a fazer os seus serviços de parto com assepsia e esterilização; foram criadas e disseminadas as chamadas "hortas comunitárias"; enfim, através da orientação e do atendimento básico, durante muito tempo o grosso das internações hospitalares pode ser evitado. Hoje, a tendência é no sentido de municipalizar as ações da Fundação.

- Em fins de 1950 foi instalada a Maternidade "Senador Cunha Melo", na verdade uma unidade mista, que teve o seu período áureo de atendimento quando, mediante convênio Estado-Prefeitura-Prelazia, esteve sob a administração das freiras da congregação canadense de São José;

- No dia 27 de agosto de 1972 foi inaugurado o hospital "José Mendes", órgão atualmente vinculado à Superintendência de Saúde do Estado do Amazonas. Trata-se do principal estabelecimento de saúde pública em Itacoatiara, atuando prioritariamente nos serviços de internação e emergências médicas. Espécie de hospital regional, esse estabelecimento, além

da população local, tem atendido casos egressos dos municípios circunvizinhos, nas áreas ambulatorial, médico-cirúrgica, odontológica e de internamento médico. Atualmente, além da ampliação dos seus serviços especializados, estão sendo descentralizados os atendimentos ambulatorial, médico e odontólogico.

- O IPASEA - Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Amazonas, presta atendimento médico-ambulatorial exclusivamente aos servidores estaduais lotados no município de Itacoatiara e áreas adjacentes;

- A Prefeitura Municipal, através da sua Secretaria de Saúde tem promovido campanhas de saúde pública nas áreas urbana e rural; e o IMPASE - Instituto Municipal de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais, vem prestando atendimento médico-odontólogico aos servidores municipais e seus dependentes.

Recentemente, foi dado início à descentralização dos serviços de saúde afetos à Prefeitura Municipal, mediante a instalação de postos médicos nos principais bairros da cidade e comunidades do interior. Louvável é a iniciativa da administração atual de prestigiar e valorizar o trabalho dos conselhos municipais, especialmente o de saúde.

*****

Além do trabalho da Igreja Católica, objeto de capítulo à parte, o cristianismo é professado em Itacoatiara através das seguintes denominações:

- Primeira Igreja Batista, iniciada em maio de 1913, está situada à rua Eduardo Ribeiro nº 2.043. Incluindo as

congregações do interior do município, é composta de cerca de 220 membros.

- Assembléia de Deus. Sua sede central funciona à rua Coronel Serudo Martins, centro. Incluindo as congregações afiliadas (na cidade, em número de 10), essa igreja possui aproximadamente 3.000 membros.

- Congregação Cristã do Brasil, situada à rua Aquilino Barros nº 1.206, bairro de Santa Luzia.

- Igreja Batista Emanuel. Funciona há mais de 20 anos e está localizada à rua Adolfo Olímpio, no bairro Araújo Costa.

- Igreja Batista Regular Betel. Iniciou seus trabalhos em 6.06.1986. Situada à rua Armindo Auzier, 1.346, no bairro de São Jorge, compõe-se de 112 membros.

- Igreja do Evangelho Quadrangular. Data de 11.02.1982 e está situada à rua Acácio Leite, no bairro de Santo Antônio.

- Igreja Evangélica Pentecostal o Brasil para Cristo. Teve início em 1985 e está situada no bairro de Santo Antônio.

- Igreja Batista Nacional. Composta de mais ou menos 200 membros, iniciou suas atividades em maio de 1984. Sua sede é na rua Adolfo Olímpio, 2.234, bairro de Pedreiras.

- Igreja Adventista de 7º Dia. Está localizada à rua Ruy Barbosa, centro, onde iniciou atividades em 19.12.1970. Possui mais três congregações na periferia da cidade (ruas Aquilino Barros, Rua Manicoré e rua Belo Horizonte) .

- Igreja Pentecostal Assembléia de Deus do Brasil, localizada à rua João Valério, bairro do Jauary. Iniciou em

novembro de 1987, possuindo cerca de 120 membros. Possui uma congregação no bairro do Mutirão.

- Igreja Pentecostal Unida do Brasil. Fundada em janeiro de 1982, tem sua sede à rua Hilário Antunes nº 1.744, bairro de Santo Antônio. Contando com aproximadamente 300 membros, na cidade ainda possui duas congregações: uma no bairro Piçarreira (à rua Antônio Menezes) e outra no bairro de São Francisco (à rua nº 14).

- Salão do Reino das Testemunhas de Jeová. Iniciou suas atividades lá pelos idos de 1945. Composta de 65 membros, está situada à rua Coronel Queiroz, 746, bairro de Pedreiras.

- Igreja Batista Monte das Oliveiras. Instalada em maio de 1988. Conta com cerca de 80 membros. Está sediada à rua Acácio Leite, 2.835, bairro do Iracy.

- Igreja de Deus Pentecostal do Brasil. Situada à rua Benjamin Constant, esquina com a rua Coronel Serudo Martins, conta com mais ou menos 80 membros.

- A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias. Seus membros, em número de 1.100, são conhecidos por Mórmons. Estabelecida em Itacoatiara em 9.09.1991, sua capela matriz está localizada à avenida 7 de Setembro, no bairro do Iracy. É constituída dos Ramos Itacoatiara, Pedra Pintada e Itaporanga. Esses três ramos formam o Distrito Itacoatiara-Brasil.

A Associação das Igrejas Evangélicas de Itacoatiara, fundada em 31.03.1990 e presidida pelo pastor Ademar Vieira Marques, coordena os trabalhos da maioria dessas denominações. Atualmente, estão filiadas à mesma 10 igrejas.

(Cf. Silva, 1965, 1970 e 1997, Bittencourt, 1985, entrevistas com diversos populares, ICOTI, 1996, IDAM, 1997, IDAM nº 1, 1997, Loureiro, 1995, Perez, 1929, Benchimol, 1994, Jobim, 1948, Negrão, 1994, EMAMTUR, 1975, Abril, 1997, Livro de Leis da Câmara Municipal 1991/1995, A Crítica, 11.09.1996 e AIRMA, 1996) .

Capítulo XI

Pescaria no lago de Serpa. Foto tirada em 1997.

A cidade. Perspectivas municipais.

A CIDADE DE ITACOATIARA ESTÁ SITUADA à margem esquerda do rio Amazonas, distando de Manaus 175 quilômetros em linha reta, 204 quilômetros por via fluvial e 266 quilômetros por via rodoviária. Em belo platô, sua altitude é de 18 metros acima do nível marítimo. Mede as seguintes coordenadas cartesianas:

- Latitude sul: 3° 08' 54".
- Longitude W.Gr.: 58° 25'00".

Historicamente, a cidade começou pelas simples aldeias de Aibi, Maturá, Canumã, Madeira e Abacaxis, depois povoado e por fim a vila de Nossa Senhora do Rosário de Serpa, esta instalada em 1° de janeiro de 1759.

Após um período de altos e baixos, disputando com a atual Manaus (antigo Lugar da Barra), em 1821/1825, a supremacia política no Estado, a vila foi extinta em 1833. Com a inauguração da Província do Amazonas, ocorre a recriação do município, sendo a vila instalada em 24 de junho de 1858.

Destarte, o município verdadeiramente começou a existir com a elevação da freguesia de Serpa à predicação de vila, através da Lei nº 74, de 10 de dezembro de 1857, seguindo-se a criação, pelo decreto imperial nº 5.146, de 27 de novembro de 1871, do termo judiciário.

A vila recebeu o foral de cidade, com a denominação de Itacoatiara, mediante a sanção da Lei nº 283, de 25 de abril de 1874. Posteriormente, a Lei nº 341, de 26 de abril de 1876,

elevou o termo judiciário à categoria de Comarca.

A confirmação do município e da cidade de Itacoatiara, no regime republicano, deu-se pela Lei estadual nº 33, de 4 de novembro de 1892, em seguida à decretação da autonomia municipal, através da Constituição amazonense de 13 de março de 1891.

A malha viária urbana é constituída de 6 avenidas, 67 ruas e travessas, 17 praças e 15 becos.

De acordo com a Lei municipal nº 17, de 22 de junho de 1993, o espaço urbano da cidade, para fins administrativos, está dividido em centro e 11 bairros, a saber:

- **Centro**: limita com o bairro do Jauary, começando no cruzamento das ruas Manaus e Waldemar Pedrosa, à margem esquerda do rio Amazonas; segue, na direção oeste, pela rua Waldemar Pedrosa até o entroncamento desta com a rua Cassiano Secundo. Daí prossegue, margeando o rio Amazonas, até o cruzamento das ruas Quintino Bocaiuva e 15 de Novembro. Desse ponto, segue na direção norte, pela avenida 15 de Novembro, até o seu cruzamento com a rua Benjamin Constant. Daí segue, na direção leste, pela rua Benjamin Constant, até o seu cruzamento com a rua Manaus. Desce, por essa via, na direção sul, até o seu cruzamento com a rua Waldemar Pedrosa, à margem do rio Amazonas.

- **Bairro da Colônia**: Começa no cruzamento das ruas Quintino Bocaiuva e 15 de Novembro. Daí segue, margeando o rio Amazonas, até a boca do igarapé do Doca. Desse igarapé, no sentido norte, até o seu alinhamento com a rua Benjamin Constant. Desse ponto, desce até o cruzamento das ruas Benjamin Constant e 15 de Novembro. Por essa rua, na direção sul, segue até o cruzamento inicial com a rua Quintino Bocaiuva.

à margem do Amazonas.

- **Bairro do Jauary**: começa no cruzamento das ruas Manaus e Waldemar Pedrosa, à margem do rio Amazonas; daí segue, na direção norte, pela rua Manaus até o cruzamento desta com a rua N. S. do Rosário. Desse ponto segue pela rua N. S. do Rosário, na direção leste, até a Estrada do Japonês. Daí segue através de uma linha reta, no sentido sul, até a rua Luzardo Mello. Desta rua, na direção leste, segue até o igarapé do Ingàipáua. Desse igarapé segue em linha reta, no sentido sul, até a margem do Amazonas, por trás do aterro da Portobrás. Desse ponto, margeia-se o rio Amazonas, no sentido oeste, até a confluência das ruas Manaus e Waldemar Pedrosa.

- **Bairro do Iracy**: Inicia no cruzamento das ruas Benjamin Constant e Torquato Tapajós seguindo, na direção norte, por essa avenida até a margem do aningal da Puranga. Segue-se essa margem, no rumo leste, até a embocadura do igarapé da Prainha, contornando esse igarapé até o começo de uma linha em direção à rua Aquilino Barros. Desse ponto segue-se ao sul, pela rua Aquilino Barros, até o seu cruzamento com a rua Benjamin Constant. Segue-se por essa rua, na direção oeste, até encontrar a avenida Torquato Tapajós.

- **Bairro de Pedreiras**: Inicia no cruzamento da rua Benjamin Constant com a avenida Torquato Tapajós. Desse ponto segue pela rua Benjamin Constant, na direção oeste, até o Igarapé do Doca. Daí, margeando esse igarapé, no rumo norte, até o encontro com a rodovia Vital de Mendonça. Daí segue-se, no rumo sul, por essa rodovia, até o ponto inicial, no cruzamento Benjamin Constant-Torquato Tapajós.

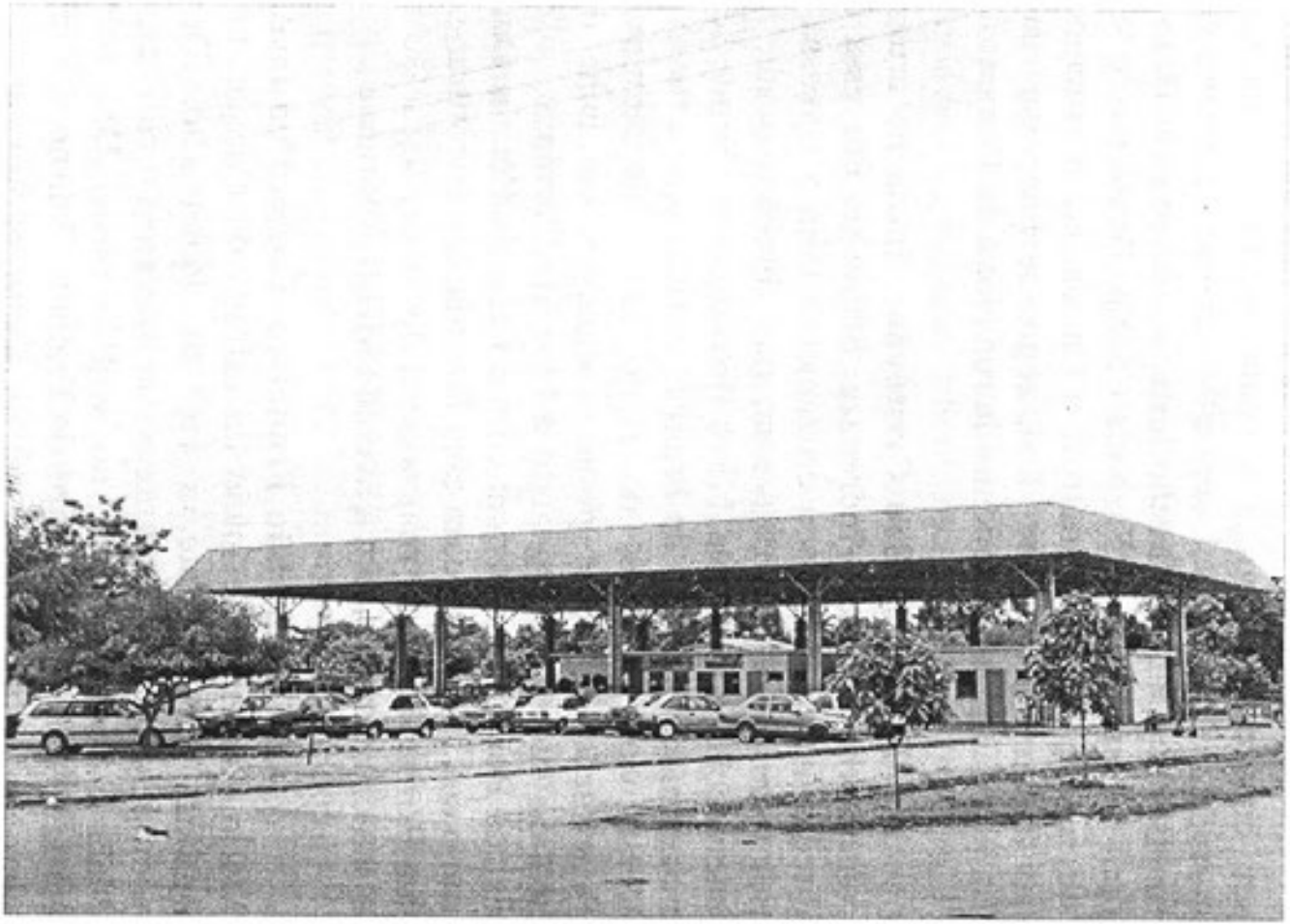
- **Bairro de Santa Luzia**: Começa no cruzamento das ruas N. S. do Rosário e Manaus, daí seguindo, na direção norte até o cruzamento da rua Manaus com a rua Benjamin Constant.

Vira-se daí, no sentido leste, pela rua Benjamin Constant, até chegar ao cruzamento desta com a avenida Armindo Auzier. Segue-se, por essa via, na direção sul, até encontrar a rua N. S. do Rosário. Desse ponto, segue-se na direção oeste até encontrar o ponto de partida, no cruzamento com a rua Manaus.

- **Bairro de São Jorge**: Inicia no cruzamento das ruas Armindo Auzier e N. S. do Rosário. Daí, segue por essa rua, na direção norte, até o seu cruzamento com a rua Benjamin Constant. A partir daí segue-se, na direção leste, até o limite dessa via com Fazenda Cacaia. Descendo no rumo sul, na divisão com essa fazenda, alcança-se a rua N.S. do Rosário. Daí, toma-se a direção leste até alcançar o Igarapé Ingàipáua. Desse igarapé, desce-se até a rua Luzardo Mello. Prossegue-se por essa via, na direção oeste, até a estrada do Japonês. Daí segue-se, na direção norte, até a rua N. S. do Rosário, defletindo em direção oeste até o ponto inicial, no entroncamento Armindo Auzier-N.S. do Rosário.

- **Bairro Araújo Costa**: Começa no cruzamento das ruas Benjamin Constant e Aquilino Barros; desse ponto, por essa rua, segue-se no sentido norte, até a rua Ita-2. Daí, na direção leste, segue-se por essa via até o seu encontro com a rua Nova do Fomento. Desse marco, segue-se, por essa via, na direção sul, até o cruzamento da rua Benjamin Constant. Desse ponto, pela mesma rua, na direção oeste, até o seu marco inicial, no entroncamento Benjamin Constant-Aquilino Barros.

- **Bairro da Prainha**: Inicia no cruzamento das ruas Ita-2 e Aquilino Barros. Daí, na direção norte, segue em linha reta até encontrar o lago da Puranga. Margeando esse lago, até alcançar o igarapé da Prainha, na direção sul, até o cruzamento da rua Nova do Fomento com a rua Ita-2. Segue-se por essa via, no sentido oeste, até o ponto de início, no seu cruzamento com a rua Aquilino Barros.



Terminal Rodoviário "Chibly Calil Abrahim". Foto de 1997.

- **Bairro de Santo Antônio**: Inicia no cruzamento das ruas Benjamin Constant e Nova do Fomento; daí segue-se por essa rua, na direção norte, até o seu cruzamento com a rua Ita-2 e a travessa da Cacaia. Segue-se por essa travessa até alcançar o seu cruzamento com a avenida Mário Andreazza. Por essa avenida, na direção sul, segue-se até o seu entroncamento com a rua Borba. Daí, na direção leste, segue-se pela Borba até o seu final no limite com a Fazenda Cacaia. Desse ponto segue-se, ao sul, através da linha limítrofe à Cacaia, até o cruzamento com a rua Benjamin Constant. Daí, segue-se por essa rua até o seu ponto inicial no cruzamento da rua Nova do Fomento.

- **Bairro de São Cristóvão**: Inicia no cruzamento das ruas Borba e Mário Andreazza. Segue-se, por essa avenida, na direção norte, até o seu cruzamento com a travessa da Cacaia. Segue-se por essa travessa, na direção oeste, até a sua intersecção com a rua Nova do Fomento. Segue-se, ao norte, margeando o igarapé da Prainha, até alcançar a rua Álvaro Maia. Dessa via, segue-se, no rumo leste, até atingir a rua da Penetração 2. Desse ponto segue-se, em linha diagonal no sentido sudeste, margeando a Fazenda Cacaia até o cruzamento da rua Benjamin Constant com a Fazenda Cacaia. Daí, pega-se o rumo sul, limitando com essa fazenda, até encontrar-se o final da rua Borba. Por essa rua, no sentido oeste, segue-se até alcançar o seu cruzamento com a avenida Mário Andreazza.

- **Bairro de São Francisco**: Começa no final da avenida Mário Andreazza e início da estrada da Cacaia, daí segue, no sentido noroeste até a rua da Penetração. Desse ponto, acompanha-se essa rua até a sua intersecção com as ruas Álvaro Maia e Moacir Abreu, no sentido oeste. Daí, sobe pela rua Álvaro Maia até o igarapé da Prainha. Dai, no sentido noroeste, margeando o lago da Puranga. Desse ponto, segue-se ao norte até o limite da Fazenda Cacaia. A partir daí, pega-se a linha limítrofe à Fazenda Cacaia, no sentido sudeste, até encontrar o

entroncamento do final da rua Borba com a estrada da Cacaia. Daí, toma-se o rumo sul, descendo essa estrada, até alcançar o entroncamento do final da avenida Andreazza com o início da estrada da Cacaia.

O ponto central de referência da cidade é a praça da Matriz que já teve as denominações, praça da Glória, praça 13 de Maio e Boulevard Presidente Getúlio Vargas.

Na organização estatal da Amazônia, há mais de 200 anos Itacoatiara vem funcionando como núcleo urbano organizado. Nesse período, superando dificuldades de toda ordem, esta cidade tem vivido grandes momentos marcados por acontecimentos significativos.

À ilharga de alguns acontecimentos de origem externa, medidas as suas conseqüências políticas, sociais e econômicas, Itacoatiara é sem dúvida a mais nacional e internacional das cidades amazônicas.

Como comprovação dessa ousada assertiva, enfileiramos a seguir alguns exemplos:

- 1821/1825: a Câmara da então vila de Serpa, seguidas vezes, é instalada no Lugar da Barra (atual Manaus), disputando com este o gerenciamento político-administrativo da Comarca do Amazonas;

- 1832: Serpa enfileira-se pelo pronunciamento autonomista do Amazonas e adere ao regime imperial;

- 1850: intenso comércio entre a Bolívia e o Amazonas é feito por Serpa, através do rio Madeira;

- 1854: fundada a colônia agroindustrial Itacoatiara, ini-

ciativa do industrial sulista visconde de Mauá e operada por imigrantes franceses, alemães e chineses;

- 1857: os últimos escravos africanos entrados no Brasil aportam em Itacoatiara, sob encomenda do visconde de Mauá, destinados a trabalhar na colônia Itacoatiara;

- 1865: o itacoatiarense Antônio José Serudo Martins, por ter se destacado como combatente em defesa da vila de Serpa, é condecorado pelo imperador dom Pedro II, com a medalha de "Cavaleiro da Ordem da Rosa";

- 1866: procedente do sul dos Estados Unidos, chega e se estabelece em Itacoatiara o imigrante Jazon Williams Stone, confederado que lutou na guerra de secessão norte-americana;

- 1879: para localizar parte do grande contingente de imigrantes nordestinos, premidos pela seca, é instalada a colônia agrícola de São José do Amatary;

- 1880: início da chegada dos imigrantes judeus da comunidade sefaradita;

- 1883: antecipando de quatro anos ao Brasil na abolição da escravatura, Itacoatiara concede liberdade a seus escravos;

- 1884: em Paris o barão de Santa-Anna Nery (1848-1901) vaticina um grande porvir para a cidade de Itacoatiara;

- 1889: Itacoatiara adere ao regime republicano instaurado no Brasil em 15 de novembro desse ano;

- Fim do século XIX e início deste: acelerada a chegada de imigrantes lusitanos, à busca de melhores condições de vida. É instalado nesta cidade o vice-consulado de Portugal ;

- Início deste século: a empresa inglesa The Madeira and Mamoré Raillway Company monta em Itacoatiara escritório e depósito de materiais para cuidar dos negócios da ferrovia Madeira-Mamoré, construída em território boliviano em razão do Tratado de Petrópolis entre Brasil e Bolívia (1903);

- 1910/1911: escapando às perseguições infligindas pelo governo republicano português, o padre Joaquim Pereira chega e assume a Paróquia de Nossa Senhora do Rosário;

- 1924/1932: o movimento tenentista alcança Itacoatiara, através da revolução de 1924 e batalha naval de 1932;

- 1955: o candidato à presidência da República do Partido Social Democrático (PSD) Juscelino Kubistcheck de Oliveira chega em Itacoatiara e lança o seu programa de metas "Brasil, 50 anos em 5";

- 1960: o movimento militar de Jacareacanga, favorável à deposição do presidente Juscelino Kubistcheck, liderado por oficiais da Força Aérea Brasileira, ameaça bombardear a cidade de Itacoatiara;

- 1962: chegada dos padres canadenses da congregação de Scarboro, prenunciando o nascimento da Igreja Progressista da Amazônia;

- 1976: o presidente da República general Ernesto Geisel inaugura em Itacoatiara a fábrica de compensados-laminados da Atlantic Veneer do Brasil (atual Carolina Indústria de Madeiras Tropicais Ltda.), além da ampliação de potência da usina termelétrica da CELETRAMAZON (atual CEAM);

- 1991: o presidente Fernando Collor de Mello chega a Itacoatiara e vê nascer, nesta cidade, o movimento de protesto

mais tarde chamado "caras-pintadas", que viria a tirá-lo do poder em pouco tempo, através do **impeachment;**

- 1993: o candidato presidencial do Partido dos Trabalhadores (PT) Luiz Inácio Lula da Silva, acompanhado de grande comitiva, visita Itacoatiara e se pronuncia em favor dos direitos humanos e contra o neo-liberalismo;

- 1996/1997: possibilitando a mudança de zoneamento econômico do Brasil, o porto graneleiro de Itacoatiara, inaugurado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso (12.04.97), inicia o processo de comercialização e exportação da soja produzida em Mato Grosso, Rondônia e sul do Amazonas.

Pela sua posição geográfica e importância no contexto sócio-econômico e político do Estado do Amazonas, a cidade de Itacoatiara apresenta uma estrutura de comércio e serviços bem diversificada com possibilidades de crescimento. Assim, segundo levantamento de 1996, as atividades ligadas ao setor terciário são representadas por 711 estabelecimentos comerciais e 82 de serviços.

14 hotéis e hospedarias formam a estrutura hoteleira da cidade, que é bem abastecida de água e servida de boa rede de comunicação (telefone, correios, televisão e emissoras de rádio-difusão). Ainda deficitário, o setor de abastecimento de energia elétrica tende a melhorar, graças aos empreendimentos industriais já implantados ou objetos de planejamento e execução.

O SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto, autarquia municipal, administrada pela Fundação Nacional de Saúde, responde desde 1970 pelos serviços de captação e distribuição de água à população.

A água é tratada com cloro e sua captação é feita através de poços artesianos dotados de bombas submersas movidas a motor de 6 hp a 50 hp. A distribuição do precioso líquido é feita 24 horas, diariamente, através de uma tubulação da extensão de mais de 70.000 metros. Cerca de 7.900 é o número de ligações domiciliares.

A energia elétrica é servida pela CEAM - Companhia Energética do Amazonas, que mantém na cidade uma usina termelétrica movida a diesel, equipada com 9 grupos geradores, totalizando a potência de 21.200 KVA. Segundo registros na empresa, existem 8.190 consumidores, sendo 1.610 comerciais, 6.443 residenciais, 12 industriais e 125 de órgãos públicos.

Entre os equipamentos urbanos, constam:

- Cemitério Divino Espírito Santo: data do início deste século e está localizado à avenida 15 de Novembro.

- Mercados Públicos: além do Central, localizado à rua Fileto Pires, existem mais três, um no bairro do Jauary, no beco do Porco; um no bairro do Iracy, na avenida 7 de Setembro, esquina com a rua Borba; e o Mercadinho Antônio Gesta Filho, no bairro Araújo Costa, na rua Armindo Auzier.

- Feiras: existem duas - a do Produtor, no cruzamento da avenida 15 de Novembro com a rua Luzardo Mello; e a do Peixe, na rua Luzardo Melo, fundos para a rua Fileto Pires.

Como opção de lazer aos seus habitantes, a cidade oferece entretenimentos que vão das festas dançantes às práticas de esportes, dos banhos de igarapés às visitas ao porto graneleiro e às pontes do rio Urubu, além de passeios ao interior.

Quanto aos visitantes, dentre as atrações que lhes são

oferecidas, destacam-se a pesca desportiva, propiciada pelo conjunto de rios e lagos que banham o município, abundantes de pescado, e os banhos de praia, por ocasião do verão. Entretanto, o entretenimento que mais tem atraído a curiosidade dos turistas é, sem dúvida, o FECANI, realizado no mês de setembro de cada ano.

*****

Sensível às exigências de modernização e visando a preparar Itacoatiara para o futuro, a atual administração do município, em convênio com a Universidade do Amazonas, está elaborando o Plano Diretor da cidade. Afinal, o último plano de urbanização, baseado na planta topográfica elaborada pelo agrimensor Cassiano Secundo, na administração do prefeito João Pereira Barbosa (1908/1910), data de mais de oitenta anos.

São muito alvissareiras as perspectivas de progresso para o município de Itacoatiara. Graças à globalização que tem impulsionado os empresários a ampliar os seus lucros, a economia nacional está mudando a sua geografia. Devido à sua extraordinária posição, muito em breve, nossa cidade deverá ocupar um papel fundamental nas decisões econômicas que, há séculos, pertencem ao centro-sul do país. E o rio Madeira é uma opção básica nessa mudança de zoneamento econômico.

Para diminuir os custos de transporte e armazenamento dos grãos produzidos no norte do Estado de Mato Grosso, Rondônia e sul do Amazonas, a política industrial apela para a estratégica localização de Itacoatiara, instalando aqui um complexo portuário, que inclui desde o porto em si, para onde será transportada a produção de grãos, através do rio Madeira com destino aos mercados europeus e norte-americanos, até a industria de beneficiamento de soja para comercialização de óleo

de soja, ração animal e fertilizantes. Investimento de mais de cem milhões de reais, recentemente inaugurado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, o complexo portuário de Itacoatiara se tornou uma referência nacional ao lado dos portos de Santo, em São Paulo, e Paranaguá no Estado do Paraná.

O município de Itacoatiara tem uma vocação natural para a madeira. No ano passado as indústrias maneirarias locais exportaram R$ 32.290.540 milhões ou, ainda, 113.771 m3 de madeira. Para cá está prevista a transferência de grandes empresas asiáticas do ramo. Espera-se que a instalação desses empreendimentos seja cercada dos cuidados necessários para evitar-se a depredação e o esgotamento dos recursos naturais da região.

O polo moveleiro de Itacoatiara é um dos projetos que promete alavancar a economia local, beneficiando sobretudo os pequenos e médios empresários. Com previsão de faturamento em torno de R$ 6 milhões, esse setor promete transformar Itacoatiara no maior pólo moveleiro da região Norte. Até o ano 2.000, 50% da indústria de móveis estará funcionando nesta região, gerando aproximadamente 1 mil empregos diretos.

O projeto do pólo moveleiro de Itacoatiara está sendo executado em conjunto pelo SEBRAE/Am, IEL e Prefeitura Municipal. A produção anual de móveis está calculada em 62 mil peças. Entre elas, cama, cadeira, estante, rack, porta, carteira escolar e beliche. Peças essas que, inicialmente, deverão atender ao mercado amazonense. E, numa segunda fase, exportadas para outros mercados regionais e até internacionais.

O projeto consiste em transformar um agrupamento de empresários de pequeno porte em "células produtivas de alto padrão", introduzindo os mais avançados conceitos organizacionais e tecnológicos disponíveis na atualidade. A

opção por Itacoatiara é estratégica. Na instalação e início de operação do pólo estão sendo alocados recursos pleiteados junto aos BEA, BASA, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil.

Entretanto, para garantir a instalação de mais empreendimentos em Itacoatiara, as melhoria de infra-estrutura (sobre-tudo energia) são determinantes. Providências nesse sentido, a cargo do governo do Estado, estão sendo tomadas.

Itacoatiara está relacionada entre as cidades amazonenses onde serão instaladas usinas a gás para consumo superior a 10 megawatts. A intenção é acabar com o colapso energético existente e possibilitar o desenvolvimento econômico. A idéia do projeto que terá recursos do BNDES é, mais tarde, substituir a usina termelétrica a óleo diesel pela usina a gás. A energia termelétrica custa mais de US$ 120 por mil quilowatts/hora, enquanto o gás custa menos de US$ 45 o quilowatts/hora.

Outro fator importante é o do preparo de pessoal técnico de nível médio, capaz de atender à demanda de mão-de-obra especializada. O município acaba de ganhar a sua primeira agência de treinamento, a cargo do SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. O projeto foi viabilizado através de parceria entre o SENAI, Prefeitura Municipal e empresas industriais locais, e está oferecendo cursos de técnico em energia elétrica, instalador predial, instalador hidráulico, mecânica geral e marcenaria a jovens de idade acima de 16 anos, de nível de primeiro grau.

*****

Entre as propostas da Prefeitura Municipal para melhorar os níveis de emprego e renda do município, avulta a do projeto de apoio ao turismo, aliando sustentabilidade econômica e

preservação ambiental, através da participação e do envolvimento comunitários.

O turismo é apontado como fator determinante para reverter, a médio prazo, as dificuldades que enfrenta o município de Itacoatiara, além de empregar a mão-de-obra local.

A Prefeitura pretende executar um plano-modelo de desenvolvimento auto-sustentado em comum acordo com a comunidade, tendo o cuidado de proteger os recursos naturais.

A partir do levantamento dos recursos naturais, serão anotados os dados sócio-econômicos dos moradores e feito o sensoriamento remoto de toda a área para identificar as que serão utilizadas pelo homem e as que deverão ser preservadas. O projeto prevê a implantação de reservas que proporcionem a preservação do meio ambiente e permita o aproveitamento do potencial turístico das áreas, de forma que não haja degradação.

Empresas serão incentivadas a implantar hotéis flutuantes em áreas previamente determinadas. Pessoas da comunidade serão aproveitadas como guardas florestais e como guias, garantindo-lhes os meios indispensáveis para a manutenção de suas famílias. Isso será precedido de cursos de educação ambiental para mostrar aos comunitários como deve caminhar o turismo. Afinal de contas, ninguém conhece melhor o meio ambiente que as pessoas que com ele convivem.

*****

Há necessidade de se estabelecer de maneira efetiva um plano de ação tendente a promover a melhoria da qualidade de vida do povo itacoatiarense.

Na verdade, a situação do homem, tanto da cidade quanto do interior, não é nada satisfatória. Falta saúde, trabalho, há um índice elevado de analfabetismo, o abastecimento de energia elétrica e de água potável é deficiente e a produção agrícola é deficitária.

Todas essas questões foram levantadas no Encontro de Prefeitos do Amazonas, realizado recentemente em Manaus. Segundo "A Crítica", "as cartas foram colocadas na mesa, todos tiveram espaço para contar suas dificulades".

Em editorial dos mais lúcidos, esse matutino alertou:

"Manaus já cresceu bastante, tem suas mazelas, mas pode perfeitamente fazer seus próprios questionamentos. Chegou a vez de priorizar o sofrido povo interiorano. De nada adianta possuirmos alternativas de desenvolvimento válidas - como terra para produção agrícola, infindáveis jazidas minerais, fauna e flora diversificadas e abundantes e localidades propícias à exploração do ecoturismo - se não conseguimos colocar em prática os nossos planos e, por via de conseqüência, resgatarmos a dignidade de nossos caboclos".

Saudamos com esperança as iniciativas dos governos federal, estadual e municipal. Especialmente, as providências do prefeito de Itacoatiara, apoiando as iniciativas da comunidade e prestigiando os fóruns de cidadania.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABRIL, Editora, - **Revista Veja**, 2.04.1997.

AMAZONAS - ICOTI - **Itacoatiara, Perfil municipal**, Manaus, 1996.

AMAZONAS, - **Constituições do Estado do**,- Manaus, 1968.

AMAZONAS, - **Diários Oficiais do Estado do**, - 1931, 1937, 1943,1944,1946 e 1985.

AMAZONAS, Estado do, - **Estimativa populacional 1971/1980** - Codeama, Manaus, 1981.

AMAZONAS, - **Revista do IGHA**, Manaus, 1948.

AMAZONAS, Universidade do, - **Tuyuka**, edição do Museu Amazônico, Manaus, 1993.

AMAZONAS, Universidade do, - **Autos da devassa contra os índios muras do rio Negro e nações do rio Tocantins (1738-1739)**, Manaus, 1986.

AMAZONAS, Lourenço da Silva Araújo e, - **Dicionário topográfico, histórico e descritivo da Comarca do Alto Amazonas**, Manaus 1984.

AMAZONAS, **Relatórios da Província do**, volumes referentes aos anos de 1851 a 1887.

AMAZONAS, **Visão histórica da diocese de Manaus nas festas jubilares de 1946**, Manaus, 1946.

AIRMA - **Itacoatiara, sua história**, Itacoatiara, 1995.

AVÉ-LALLEMANT, Robert, - **No rio Amazonas,** tradução, São Paulo, 1980.

BATISTA, Djalma - **O complexo da Amazônia,** Rio, 1976.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro, - **Compêndio das eras da província do Pará,** Belém, 1969.

BATES, Henry Walter, - **Um naturalista no rio Amazonas**, tradução, São Paulo, 1979.

BARSA, **Enciclopédia**, São Paulo, 1995.

BELEM, Furtado, - **Limites Orientais do Estado do Amazonas**, Manaus, 1912.

BENCHIMOL, Samuel, - **Manáos-do-Amazonas. Memória empresarial**, Manaus, 1994.

BITTENCOURT, Agnello, - **Dicionário amazonense de biografias (vultos do passado)**, Rio, 1969.

BITTENCOURT, Agnello, - **Pródromos educacionais do Amazonas**, Manaus, 1981.

BITTENCOURT, Agnello, - **Corografia do Estado do Amazonas**, Manaus, 1985.

BRAGA, Robério, - **Itacoatiara**, Manaus, 1979.

CABRAL, Senador Bernardo, - **O papel das hidrovias no desenvolvimento sustentável da região amazônica brasileira**, Brasília, 1995.

CANTANHEDE, Antônio, - **Outras histórias do Amazonas**, Manaus, 1958.

CASTRO, Mavignir de, - **A Amazônia panteísta,** Manaus, 1994.

CHIAVENATO, Júlio José, - **As lutas do povo brasileiro. Do 'descobrimento' a Canudos**, São Paulo,1989.

COMÉRCIO, **Jornal do**, - 25, 27 e 29.08.1932.

CRULS, Gastão, - **Hiléia amazônica**, Rio,1958.

DIAS e outros, Catarina Vergolino, - **Revisão Municipal do Amazonas**, Manaus, 1965.

EMAMTUR, Empresa Amazonense de Turismo, - **Levantamento do patrimônio turístico do município de Itacoatiara**, Manaus, 1975.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, - **Novo Dicionário Aurélio**, Rio, 1986.

FREIRE e outros, José Ribamar Bessa, - **A Amazônia colonial (1616-1798)**, Manaus, 1991.

GALVÃO, Eduardo, - **Encontro de sociedades tribal e nacional**, Manaus, 1966.

HOORNAERT e outros, Eduardo, **História da Igreja na Amazônia**, Petrópolis, 1992.

IDAM - Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas, - **Informações gerais (diagnóstico)** - fevereiro/1997.

IDAM - Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas, - **Ciclo da Terra nº 1**, fevereiro de 1997.

ITACOATIARA, **Atas da Câmara Municipal** de, - 1874, 1935/1938, 1947/ 1948,1951/1953, 1954, 1955/1956, 1960, 1962/1963, 1964/1966, 1967/1969, 1972/1974, 1975/1977, 1981/1982, 1986/1988 e 1989.

ITACOATIARA, **Livro de Leis da Câmara Municipal de**, - 1991/1995.

ITACOATIARA, Fundação IBGE, agência municipal de, - **Itacoatiara 1993**, Itacoatiara, 1993.

ITACOATIARA, Prelazia de, - **Arquivos**, 1992.

ITACOATIARA, Prelazia de, - **Relatório da Assembléia do povo**, 1995.

ITACOATIARA, Representação de, - **Informações gerais sobre o município**, Manaus, 1997.

JOBIM, Anísio, - **O Amazonas, sua história**, São Paulo, 1957.

JOBIM, Anísio, **Itacoatiara, estudo social, político, geográfico e descritivo**, Manaus, 1948.

KOOGAN/HOUAISS, - **Enciclopédia e dicionário**, Rio, 1993.

LAGO Silva, Garcilenil do, - **A educação na Amazônia colonial**, Manaus, 1985.

LEITE, Serafim, **História da Companhia de Jesus no Brasil**, Rio, 1943.

LINS, Faculdades Nilton, - **III ciclo de desenvolvimento econômico calha do Madeira, municípios do médio e baixo Amazonas e projetos especiais**, Manaus, 1996.

LOUREIRO, Antônio, - **Tempos de Esperança**, Manaus, 1995.

LOUREIRO, Antônio, - **Síntese da história do Amazonas**, Manaus, 1978.

LOUREIRO, Antônio, - **O Amazonas na época imperial**, Manaus, 1989 .

LOUREIRO, Antônio, - **Amazonas 10.000 anos**, Manaus, 1982.

Magalhães Júnior, R, - **Rui, o homem e o mito**, Rio, 1979.

MENDONÇA, Coronel Roberto, - **Apontamentos cedidos ao autor**, Manaus, 1997.

MIRADOR, **Enciclopédia internacional**, São Paulo, 1995.

MIRANDA, Bertino de, - **A cidade de Manaus, sua história e seus motins políticos**, Manaus, 1908.

MONTEIRO, Mário Ipiranga, - **Fundação de Manaus**, Manaus, 1952.

MONTEIRO, Mário Ypiranga, - **Carros e carroças de bois**, Manaus, 1984.

NÁUFEL, José, **Dicionário Jurídico**, São Paulo, 1988.

NEGRÃO, Theotônio, - **Código Civil e legislação civil em vigor**, São Paulo, 1994.

NERY, Barão de Santa-Anna, - **No país das Amazonas**, São Paulo, 1979.

OFICIAL, **Diário**, - 25.08.1932.

OLIVEIRA, Márcio Agassiz de, - **Diário** cedido por sua filha Marilce Oliveira, em 19.03.1988.

PAOLO, Pasquale Di, - **Cabanagem, a revolução popular da Amazônia**, Belém, 1986.

PEREZ, Isaac José, - **Relatório apresentado à Intendência Municipal**, Itacoatiara, 1929.

PESQUISA ORAL: **entrevistas com**: Albano Rodrigues do Nascimento, Aquilino Barros Filho, Ana

Paula de Paiva, Cacilda Magalhães Ventosa Duarte, Francisco Ferreira Athayde, Francisco de Assis Albuquerque Peixoto, Francisca de Menezes Fonseca, Hubert de Melo Stone, Irmã Flora Barros Montenegro, Irmã Maria do Carmo de Albuquerque Peixoto, João Moreira dos Santos, José Manuel Antunes Ramos, José de Souza Benjamin, Jurandir Vital de Mendonça, Manoel Barros Montenegro, Margarida Barros, Monsenhor Alcides de Albuquerque Peixoto, Olga de Moraes Rego Figueiredo, Paulina Correa, Raimunda Maria de Almeida, Raimunda Nair de Albuquerque Ausier, Ranulfo Viana e Sebastião Higino de Vasconcellos Dias.

PINHEIRO, Gonzaga Tavares, - **Depoimento inédito**, Manaus, 1965

PRADO Júnior, Cáio, - **A evolução política do Brasil**, São Paulo, 1972.

PSDB, Comissão Executiva Nacional - **O município, democracia e participação**, Brasília, 1989.

REIS, Arthur Cézar Ferreira, - **História do Amazonas**, Manaus, 1931.

REIS, Arthur Cézar Ferreira, - **Manaus e outras vilas**, Manaus, 1934.

REIS, Arthur Cézar Ferreira, - **A política de Portugal no vale amazônico,** Belém, 1940.

REIS, Arthur Cézar Ferreira, - **A conquista espiritual da Amazônia**, São Paulo, 1942.

REIS, Arthur Cézar Ferreira, - **Limites e demarcações na Amazônia brasileira**, Rio, 1948 .

ROCQUE, Carlos, - **Grande enciclopédia da Amazônia**, Belém, 1967.

SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de, - **Apêndice ao diário da viagem que, em visita de correição às povoações da Capitania de São José do Rio Negro, fez o ouvidor Ribeiro de Sampaio, em 1774/1775**, Lisboa, 1856.

SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de, - **As viagens do ouvidor Sampaio**, Manaus, 1985.

SANTOS e outros, Francisco Jorge dos, - **Cem anos de imprensa no Amazonas** - 1851/1950, Manaus, 1990.

SILVA, Francisco Gomes da, - **Itacoatiara. Roteiro de uma cidade**, Manaus, 1965.

SILVA, Francisco Gomes da, - **Itacoatiara, administrações municipais**, Manaus, 1970.

SILVA, Francisco Gomes da, - **Centenário de São José do Amatary**, Itacoatiara,1979.

SILVA, Francisco Gomes da, - **Cronografia de Itacoatiara - 1° volume**, Manaus, 1997.

SOUZA, Márcio, - **Breve história da Amazônia**, São Paulo, 1994.

SPIX, Johan, e MARTIUS, Karl, - **Viagem pelo Brasil (1817-1820)**, tradução, São Paulo, 1962.

WALLACE, Alfred Russel, - **Viagens pelo Amazonas e rio Negro**, tradução, Rio, 1939.

OBRAS DO AUTOR

Itacoatiara. Roteiro de uma cidade - Edições Governo do Estado do Amazonas, série Paulino de Brito, Manaus, 1965.

Itacoatiara: administrações municipais, realidade presente, Manaus, 1970.

Centenário de São José do Amatary, Itacoatiara, 1979.

Cronografia de Itacoatiara. Apontamentos para a história do município - 1° volume (da Serpa colonial à adesão de Itacoatiara à República), Manaus, 1997 .

UM MUNICÍPIO, UMA CIDADE.

Francisco Gomes da Silva presenteia seus conterrâneos com o lançamento de seu quinto livro, **Itacoatiara. Roteiro de uma Cidade**, em 2ª edição. A primeira versão deste livro foi editada pelo Governo do Estado do Amazonas, em 1965, com prefácio do historiógrafo Arthur Cézar Ferreira Reis. **Itacoatiara. Roteiro de uma Cidade** é um livro fadado a marcar a comemoração de eventos histórico-sociais da velha Serpa. Com efeito, o lançamento da primeira edição deste trabalho, quando Francisco Gomes da Silva ainda curtia os anos juvenis (19 anos), ocorreu na inauguração da estrada Manaus-Itacoatiara, no dia 5 de setembro de 1965.

Neste momento, contando com o patrocínio do prefeito **Miron Osmário Fogaça**, trinta e dois anos após aquele acontecimento, este livro reaparece, em 2ª edição totalmente revista e ampliada, desta feita para festejar, no dia 25 de abril deste ano, o 123º aniversário da elevação da Vila de Serpa ao foral de Cidade.

Itacoatiara. Roteiro de uma Cidade é a história de flagrantes e de momentos significativos de um Município e de uma Cidade, que são a velha Serpa.